



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA.**

Poder local e capital político-familiar: estratégias de poder, familismo e clientelismo da família Leite no sertão paraibano – Desterro - PB (1977-1989).

DÊIS MARIA LIMA CUNHA SILVA

Orientador: Prof. Dr. Martinho Guedes dos Santos Neto
Linha de pesquisa: História e Regionalidades

JOÃO PESSOA - PB
Julho – 2020

**PODER LOCAL E CAPITAL POLÍTICO-FAMILIAR: ESTRATÉGIAS DE PODER,
FAMILISMO E CLIENTELISMO DA FAMÍLIA LEITE NO SERTÃO PARAIBANO
– DESTERRO - PB (1977-1989)**

Dêis Maria Lima Cunha Silva

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em História e Cultura Histórica.

Orientador: Prof. Dr. Martinho Guedes dos Santos Neto.
Linha de pesquisa: História e Regionalidades.

João Pessoa – PB
2020

**PODER LOCAL E CAPITAL POLÍTICO-FAMILIAR: ESTRATÉGIAS DE PODER,
FAMILISMO E CLIENTELISMO DA FAMÍLIA LEITE NO SERTÃO PARAIBANO
– DESTERRO - PB (1977-1989).**

Dêis Maria Lima Cunha Silva

Dissertação de Mestrado avaliada em: 17/ 07/ 2020 com conceito: Aprovada.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Martinho Guedes dos Santos Neto
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
Orientador

Profa. Dra. Monique Guimarães Cittadino
Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos – Universidade Federal da Paraíba
Examinadora externa

Prof. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
Examinador interno

Prof. Dr. Ângelo Emílio da Silva Pessoa
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
Examinador Interno

S586p Silva, Dêis Maria Lima Cunha.

Poder local e capital político-familiar: estratégias de poder, familismo e clientelismo da família Leite no sertão paraibano - Desterro - PB (1977-1989) / Dêis Maria Lima Cunha Silva. - João Pessoa, 2020.
170 f.

Orientação: Martinho Guedes dos Santos Neto.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/Centro.

1. Família - Poder político. 2. Práticas políticas. 3. Familismo. 4. Poder local. 5. Clientelismo. 6. Redemocratização. I. Santos Neto, Martinho Guedes dos. II. Título.

UFPB/CCHLA

CDU 316.811(043)

Dedico este estudo ao meu tio, Antônio Augusto, por ser a pessoa em quem me inspiro para lutar pela realização dos meus sonhos, meu incentivador na vida acadêmica e exemplo na vida profissional. E aos meus pais, Maria Margarida e Artur Pedro, meus primeiros educadores, exemplos de honestidade, de fé e de amor.

AGRADECIMENTOS

À luz que ilumina a minha vida, agradeço. A essa energia que move a natureza e que é autor da existência, a quem chamo Deus, agradeço. Aos meus ancestrais e orixás, anjos de luz, agradeço;

À minha família, em especial, aos meus pais, Maria Margarida e Artur Pedro, meus maiores incentivadores; a minha irmã Deane; aos meus sobrinhos Augusto César e Maria Sofia; aos meus tios, que acreditaram em mim, Severino, Gorete que me ajudou na correção deste trabalho, Dimas, Márcia, Eliete e Antônio, a quem dedico este trabalho, e sua esposa, Madrinha Elza e demais tios; aos meus primos, enfim, a toda a minha família que, de alguma maneira, ajudou em meu trabalho. Agradeço pelo cuidado e pelo carinho;

À minha prima, Paulina Cunha, e seu esposo, Antônio de Pádua (Nabô), que me ajudaram, incentivaram e vibraram comigo a cada conquista, embarcaram nas minhas “viagens” e cuidaram da minha alimentação, do meu lar e do meu bem-estar;

Ao meu orientador, Martinho Guedes dos Santos Neto, que me ensinou o caminho que deveria percorrer para realizar minha pesquisa, que me instigou, me desafiou e se alegrou comigo a cada conquista. Por ter feito com que eu me apaixonasse pelo meu trabalho. Talvez o senhor não saiba, professor, mas eu estava com medo de não conseguir, e o senhor me fez querer e ir até o fim. Agradeço pelo seu jeito simples e meigo de dizer “você pode melhorar aqui e aqui”. Por seu incentivo e pela aprendizagem que me proporcionou, em cada uma das nossas reuniões. Gratidão!

Ao Professor Paulo Giovane, que acreditou em mim quando eu estava prestes a desistir e, com seu jeito de pai, marcou minha vida acadêmica, quando, na primeira entrevista, me disse: “Seu projeto não está bom, no momento, está inviável, mas acredito que, se você quiser mesmo e não desistir, você pode melhorar”. Agradeço-lhe, por cada indicação e sugestão de leitura, cada desafio que me fez chegar até aqui.

Ao professor Ângelo, que acreditou na minha capacidade, e com suas sugestões, indicações colaborou com o crescimento da pesquisa.

A Lucas Marques, meu anjo amigo. Não tínhamos onde ficar, mas, mesmo assim, em qualquer cantinho onde você estava conseguia um lugar para mim. Em sua casa, tinha o meu quarto, estudávamos como loucos, cada um na sua área. Não sei como, mas deu certo. O amigo que me mostrou a capacidade que eu tenho e que, inúmeras vezes, segurou minha mão e me disse para continuar e não desistir. Agradeço-lhe por me ensinar a ser amiga, a acolher, a dividir, a orientar

e a agradecer. Agradeço-lhe por me ensinar a enxergar a vida com leveza, a curtir os bons momentos que ela nos oferece e superar os difíceis. Agradeço-lhe por ser esse profissional que cumpre com seu papel de orientador como professor, que vibra com as conquistas dos seus alunos e dos seus amigos. Por saber dividir e se alegrar com cada um de nós que trilhou e/ou trilha o árduo caminho para a graduação e a pós-graduação, agradeço-lhe. Obrigada por cada abraço, pelos momentos de diversão e pelas “cachaças”;

A Dayanny Deyse, minha quase chará. Quando cheguei à turma em 2015, perdida, sem entender nada do que se debatia, você acreditou em mim, me deu a mão e me ensinou o caminho que eu deveria trilhar para atingir meu objetivo. O tipo de professora e amiga que ensina a “pescar”. És uma amiga que é dura e amável, ao mesmo tempo, e no momento certo. Obrigada por me ajudar a desconstruir tabus e reconstruir novos conhecimentos! Obrigada por cada momento em que você abriu literalmente a porta da tua casa para me ajudar e me orientar sobre o caminho que eu deveria percorrer. Quando ninguém acreditou, você, com seu jeito sério e, ao mesmo tempo, descontraído, me disse: “Posso lhe ajudar se você quiser”. E me deu uma lista de livros para eu procurar, ler e resumir. Eu segui suas orientações e concluí o Mestrado. Obrigada por me ensinar a construir minha criticidade e a capacidade de analisar!

A Carla Shayany, a gêmea que o Mestrado providenciou para mim, agradeço pelas orientações, pelas oportunidades de crescimento acadêmico e pessoal. Por acreditar em meu trabalho, por me mostrar, de várias formas, que eu tinha capacidade e competência. Agradeço-lhe pelas viagens e por sua amizade.

A Ana Talita, amiga de todos os momentos, especialmente os mais difíceis, que me ensinou, por meio do seu trabalho, a importância de se alimentar corretamente, para estar bem e realizar as minhas pesquisas. Obrigada por ser esse anjo que ilumina e enche de alegria as nossas vidas!

A minha amada afilhada, Vitória Cunha, que, com sua pureza, coração generoso e vida de fé, sempre me coloca em suas orações e vibra comigo a cada conquista, a cada sonho realizado;

A Leonardo Medeiros (Léo), meu ex-aluno e filho que a vida providenciou para mim. Chegou na hora certa à minha vida. Obrigada por providenciar o meu almoço, quando eu não estava conseguindo cumprir com tantas tarefas, por me fazer companhia, por se alegrar comigo. Obrigada pela sua colaboração ao buscar livros, artigos quando eu precisei.

A José Cunha Lima, amigo que aprendi a respeitar e admirar e que me ensinou sobre a história da música, que arrancou gargalhadas mesmo em momentos de dificuldades;

A Loyze, que me ajudou a desconstruir tabus que ainda existiam dentro de mim. Agradeço-lhe pelas trocas de experiências e de conhecimentos;

A Cauby Dantas, pela amizade, pelo incentivo e pelas correções, ao fazer as leituras do meu trabalho;

Agradeço a todos os meus colegas de turma que, de alguma forma, me ajudaram durante o curso;

A Agripino Patrício, que, mesmo em horários fora de seu trabalho, abriu a Câmara de Vereadores para que eu pudesse realizar este estudo;

A José Santana da Silva Segundo, meu amigo Segundo. Desempenhamos a árdua tarefa de ser mediadores do conhecimento, como professores de História na mesma unidade de ensino. Obrigada pela colaboração e pelas informações que contribuíram para este estudo!

A Abraão Filho, iniciamos a vida acadêmica no Curso de História nas FIPs, atualmente UNIFIP. Fortalecemos os laços de amizade na UFPB, onde cursamos a disciplina, Tópicos Especiais em História Social. Obrigada pelas orientações!

A Ana Clara Silva Fernandes, minha ex-aluna, que enviou-me documentos quando precisei.

A David Natan, meu ex-aluno, que me ajudou a conseguir o contato para as entrevistas e colaborou com as fotos;

A João Pedro Ferreira da Silva (Seu Pero), Terezinha Balbino de Oliveira, Verônica Lúcia da Silva, José Antônio Bezerra de Lima, Estefany Alencar Laurindo da Silva, funcionários do Arquivo do Espaço Cultural José Lins do Rego.

A José Soares Sobrinho, por abrir seu arquivo pessoal e conceder-me documentos, entrevistas, além das conversas informais; por se disponibilizar em prestar esclarecimentos e tirar dúvidas; por ser o que eu considero um autodidata em termos de conhecimentos da história da cidade de Desterro - PB.

A Rosângela Leite, que me concedeu informações importantes sobre sua família e me recebeu em sua casa para conversas informais;

A João Leite de Almeida Filho, por me conceder documentos do arquivo pessoal de seu pai e permitir-me o acesso à árvore genealógica da família Leite;

À Família Leite.

RESUMO

Este texto dissertativo tem o objetivo de analisar a atuação política da família Leite no sertão paraibano, na cidade de Desterro - PB, para verificar sua influência na política local e sua rede clientelar e familiar entre 1977 e 1989. Nosso estudo está inserido no recorte temporal da transição “lenta, gradual e segura” do Regime Militar brasileiro. Pretendemos analisar os arranjos políticos e familiares articulados pelo grupo familiar Leite para galgar cargos eletivos e públicos e se manter à frente do Poder Executivo e do Legislativo municipal por, aproximadamente, três décadas do século XX na cidade de Desterro, perfazendo seis mandatos ininterruptos. Analisamos as práticas políticas do clientelismo e do familismo como meio de poder e de construção da rede de influência dessa família Leite na cidade de Desterro. Para subsidiar a pesquisa, consultamos fontes documentais, como jornais impressos de circulação estadual - O jornal A União e o jornal O Norte – ofícios e telegramas disponíveis nos arquivos da Prefeitura Municipal de Desterro, Atas da Câmara de Vereadores. Também recorremos à pesquisa oral por meio de entrevistas. Do ponto de vista teórico-metodológico, adotamos a perspectiva de análise da chamada Nova História Política, que nos abre um leque para variadas fontes históricas e nos possibilita pesquisar o campo político de modo a perceber as práticas políticas sem nos prender aos feitos e ao exclusivismo das ações de um único sujeito político (REMOND, 1996); (BERSTEIN, 1998); (MOTA, 2009), mas, também as articulações para conquistar e se manter à frente do governo (MONTEIRO, 2016). Este estudo está inserido na linha de pesquisa: História e Regionalidades do PPGH/UFPB, porque dialoga com a ênfase na historicidade regional e prima por esse espaço de atuação por meio da análise do papel dos agentes envolvidos e dos processos relacionados aos espaços nacionais e aos globais.

Palavras-chave: Práticas políticas; Familismo; Poder local; Clientelismo; Redemocratização.

ABSTRACT

This text aims to analyze the political performance of the Leite family in the sertão of Paraíba, in the city of Desterro-PB, to verify their influence on local politics and their clientele and family network on local politics between the years of 1977 to 1989. Our study is inserted in the time frame of the “slow, gradual and safe” transition of the Brazilian Military Regime. Our intention was to analyze the political and family arrangements articulated by the Leite family group to rise to elective and public positions, to remain ahead of the municipal executive and legislative power for approximately three decades of the twentieth century in the city of Desterro-PB, covering six uninterrupted terms. We sought the political practices of clientelism and familism as a practice of power and construction of the network of influence of the Leite family in the city of Desterro-PB. To subsidize the research, we consulted documentary sources such as printed newspapers of state circulation - The newspaper **A União** and the newspaper **O Norte**. We used letters and telegrams available in the archives of the city hall of Desterro-PB, Minutes of the City Council and we made use of oral research through interviews. From a theoretical and methodological point of view, we adopted the perspective of analysis of the so-called New Political History, which opens up a range for different historical sources and enables us to research the political field in order to perceive political practices without being attached to the deeds, to the exclusivity of the actions of a single political subject (REMOND, 1996); (BERSTEIN, 1998); (MOTA, 2009), but also the articulations to conquer and stay ahead of the government (MONTEIRO, 2016). This study is inserted in the line of Research: History and Regionalities of the PPGH/UFPB, because it dialogues with the emphasis on regional historicity and excels in this space of performance through the analysis of the role of the agents involved and the processes related to the spaces national and global ones.

Keywords: Political practices; Familism; Local Power; Clientelism; Redemocratization.

LISTA DE SIGLAS

SIGLAS	SIGNIFICADO
ABI	Associação Brasileira de Imprensa
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CIDAGRO	Sistema de Defesa Agropecuária
CPI	Comissão Interparlamentar de Inquérito
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização Agrária
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido dos Trabalhadores do Brasil
SNI	Serviço Nacional de Inteligência
SUPLAN	Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado
UDN	União Democrática Nacional

LISTA DE QUADROS

QUADROS	DESCRIÇÃO
Quadro 01	Alternância no Poder Executivo municipal da família Leite de 1976/1997
Quadro 02	Vereadores situacionistas e oposicionistas que compuseram a Câmara em Desterro
Quadro 03	Prefeitos eleitos das cidades pertencentes a Serra do Teixeira em 1976
Quadro 04	Família Leite na Câmara de Vereadores no pleito de 1976
Quadro 05	Família Leite na Câmara de Vereadores no pleito de 1982
Quadro 06	Família Leite na Câmara de Vereadores no pleito de 1988
Quadro 07	Candidatas a vereadora em Desterro nos anos de 1976 a 1988

LISTA DE FIGURAS

IMAGENS	DESCRIÇÃO
Imagem 01	Visita de Wilson Braga a Desterro
Imagem 02	Da esquerda para a direita: Wison Braga, Lúcia Braga e Carlos Leite
Imagem 03	Ruínas da casa de Cícero Aurélio de Lima
Imagem 04	Prensa de algodão usada pela família Aurélio na década de 1920

LISTA DE MAPAS

MAPAS	DESCRIÇÃO
Mapa 01	Localização de Desterro no mapa da Paraíba

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 CAPÍTULO I	
Transição “lenta, segura, gradual e consentida” para a democracia.	29
1.1 - Do projeto distencionista de Ernesto Geisel à eleição de Tancredo Neves em meio aos processos na Paraíba.	29
1.1.1 – Os desafios do governo de João Baptista Figueiredo: legalização partidária.	33
1.1.2 – O protagonismo dos políticos civis: o fim do governo dos militares e a eleição de Tancredo Neves.	39
1.2 – Interior paraibano: políticas públicas do regime militar para as cidades do Sertão paraibano.	48
1.2.1 – Uma atuação assistencialista entre as secas e as enchentes.	48
1.3 – Espaço geográfico, contexto histórico e ascensão política da família Leite em Desterro.	58
1.4 - As estratégias de mando e controle do poder local em meio à prática do clientelismo e do familismo.	67
3 CAPÍTULO II	
Os arranjos familiares e a consolidação do poder político da família Leite em Desterro.	78
2.1 – Lideranças paraibanas: o embate político na fase de transição para a redemocratização.	78
2.2 – Os lugares de poder e o assistencialismo em Desterro – os Leite.	95
2.3 – A atuação entre o governo estadual e o local em meio ao fenômeno da seca.	107
4 CAPÍTULO III	
A relação do grupo político-familiar com a Câmara de Vereadores de Desterro.	118
3.1 – Como o jogo político se desenvolve nas esferas institucionais locais.	118
3.2 – A Câmara de Vereadores: uma extensão do Poder Executivo municipal?	124
3.2.1 - “Fazer o bem sem olhar a quem”: a movimentação na Câmara Municipal e a atuação dos vereadores.	136
3.3 – As mulheres na política desterrense: eleições e alinhamento familiar.	145
3.4 - “Um plebiscito muito perigoso” – a disputa pelo povoado de São Sebastião e a atuação do vereador Manoel de Almeida.	152
5 Considerações finais	159
Referências	162

1 INTRODUÇÃO

O poder político em Desterro, cidade localizada no Médio Sertão paraibano, minha atenção se voltou para o fato de que uma mesma família esteve à frente do governo municipal por vários anos consecutivos: refiro-me à família Leite. O revezamento político entre os anos de 1977 e 2004, no Poder Executivo municipal foi entre dois primos: João Leite de Almeida (1977/1982; 1989/1992; 1997/2000; 2000/2004) e Geraldo Leite Barbosa (1983/1988; 1993/1996). Contudo, nossa pesquisa tem como recorte temporal o período compreendido entre os anos de 1977 e 1989, quando o Brasil vivenciou os processos que levaram à abertura política para a volta da democracia com o fim do Regime Militar (1964-1985). Neste contexto, percebi que no interior da Paraíba, em meio a conjuntura da transição, o regime militar atendeu as necessidades dos líderes políticos regionais e locais para garantir o apoio também das cidades pequenas.

Depois que se consolidaram no poder político, os militares, nesse período, continuaram ditando o ritmo dos processos. Primeiro, veio o período distencionista no governo de Ernesto Geisel (1974-1979) e, em seguida, o período da abertura política com o governo de João Figueiredo (1979-1985), o que deu início à fase de transição para a volta das liberdades democráticas. Durante o período de abertura política, vários segmentos da sociedade apoiaram esse processo e atuaram diretamente nele. A Igreja Católica foi uma dessas instituições, que passou a liderar um dos movimentos contra a tortura durante o Regime Militar. Outra importante instituição que colaborou com o período de transição foi a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB – que atuou ao lado dos presos políticos e lançou campanhas educativas e importantes instrumentos para combater o medo e o silêncio impostos pelos militares até então (NUNES, 2009).

A Associação Brasileira de Imprensa - ABI – também desempenhou um importante papel contra a ditadura e colaborou diretamente com o processo de transição para a redemocratização. Assim, antes de o AI-5¹ estabelecer a censura prévia, a ABI coordenou as atividades dos jornalistas e defendeu os profissionais ameaçados pelo regime. Com a

¹ O Ato Institucional nº 5 foi decretado em 13 de dezembro de 1968 e serviu como meio para justificar as punições e a violência perpetrada pelos militares: [...] 1) o poder de fechar o Congresso Nacional e as Assembleias estaduais e municipais; 2) o direito de cassar os mandatos eleitorais de membros dos Poderes Legislativo e Executivo nos níveis federal/estadual e municipal; [...]; 7) o direito de confiscar bens como punição por corrupção; 8) a suspensão da garantia de Habeas corpus em todos os casos de crimes contra a Segurança Nacional; 9) o julgamento de crimes políticos por tribunais militares; e 10) o direito de legislar por decreto e baixar outros atos institucionais ou complementares [...] (ALVES, 1998, p. 131).

promulgação do AI-5, toda a imprensa sofreu censura prévia, e passaria pelo crivo dos militares para, só depois, ser veiculada. Nesse contexto, a ABI se posicionou contra a censura e a combateu.

[...] a própria imprensa desenvolveu formas alternativas de resistência à censura prévia. Essa reação assumiu duas formas: o surgimento de semanários ou tabloides alternativos de oposição, que criticavam mais livremente as políticas econômicas e repressivas do governo; e a articulação de campanhas simbólicas de resistência à censura, que consistia na publicação indireta ou disfarçada de informações, para leitura nas entrelinhas, e, o de forma direta, na veiculação de comprovações da censura. Várias técnicas foram utilizadas [...] um espaço era deixado em branco para ficar claro que houve veto, [...] (NUNES, 2009, p. 64)

Pressionado, pelos os movimentos sociais e por outras instituições, o Presidente Ernesto Geisel eliminou a censura prévia, que fez parte do projeto distencionista, da grande imprensa e da imprensa alternativa na década de 1970. Em vista disso, o processo de transição para a abertura política contou com a importante participação dos meios de difusão da informação. Da mesma forma, as liberdades políticas e dos movimentos sociais foram, gradativa e lentamente, sendo reestabelecidas nas diversas localidades do Brasil.

Ao considerar a conjuntura política nacional no processo distencionista para a volta das liberdades democráticas, fui instigada a buscar respostas para meus questionamentos, entre eles, a tentativa de entender como e/ou quais os métodos usados pela família Leite para governar a cidade de Desterro durante todo o processo de transição da ditadura para a volta da democracia. O estudo mostra que, em Desterro, a família Leite manteve conexões com o governo federal por meio de documentos como telegramas, telex e ofícios, mediado por deputados e governadores, e o grupo político de base familiar analisado neste texto, em todo o período de 1977 a 1989, mostrou-se situacionista e sempre construiu suas bases políticas nos mesmos partidos do governo estadual e federal. Portanto, para consolidar o poder político da família Leite, a proximidade partidária e estratégica de ficar sempre ao lado dos que estavam no poder serviu como base para condicionar a política local.

Em 2016 assisti aula como aluna especial no Programa de Pós-graduação em História/UFPB e tive contato com autores como José Murilo de Carvalho (2006), Richard Graham (1997), Rodrigo Patto Sá Motta (2009), René Rémond (1996), entre outros. Comecei

a pesquisar e a entender as práticas políticas e sobre cultura política² e a investigar sobre a formação e a consolidação do poder político da família Leite na cidade de Desterro.

Na obra de René Rémond (1996), entendi que o objetivo principal da pesquisa no campo da História é de observar as mudanças que afetam a sociedade, que podem ser sociopolíticas e econômicas, apesar de a História não escapar dessas mudanças. “[...] portanto existe uma história da história que carrega o rastro das transformações da sociedade e reflete as grandes oscilações do movimento das ideias [...]” (RÉMOND, 1996, p.13). Para o autor, o historiador é sempre um agente do seu tempo e deve ter o cuidado de não ser influenciado pelos discursos do seu tempo ao realizar seus estudos. Os historiadores desejosos de ir mais “longe” em suas análises sociopolíticas observaram que os processos sociais coletivos como as greves de trabalhadores, movimentos sociais, por exemplo, também continham práticas e objetos de estudo passíveis de análise e não somente um indivíduo, pois, nessas relações sociais, também se percebe a produção cultural. Assim, René Remond pontua que, ao não estudar fenômenos sociais presentes na longa duração, o historiador perdeu tempo ao analisar apenas os feitos do rei e/ou do Estado e privou-se de importantes comparações no tempo e no espaço. Enquanto a história explicava, hipoteticamente, os fatos, continuava linear e submetida a uma cronologia, o que faz com que a produção histórica esteja mais próxima de uma descrição literária, e não, do conhecimento científico.

Com os *Annales*, a história política dos reis ficou desacreditada devido à evolução das realidades, pois tudo levava a crer que ela não teria mais futuro. Só com a Terceira Geração dos *Annales* ela voltou com novas possibilidades de análises. Deste modo, a Nova História Política não tratou de restaurar, mas de redirecionar os estudos políticos e uma nova reflexão sobre o poder – a política e o político no fazer história. Isso posto, a cultura passou a fazer parte das pesquisas historiográficas e dos processos sociais. Portanto, havia chegado a hora de passar da história dos tronos para a história dos que estavam à margem da sociedade.

Para Mota (2009), a Nova História abriu diversos caminhos para as pesquisas historiográficas, no sentido de analisar as questões culturais. Nesse caso, referimo-nos à cultura política, que colocou sob análise a sucessão dos processos que dinamizaram e/ou dinamizam a história e a história política. A política não ficou de fora dessas análises culturais, principalmente no que se refere às disputas pelo poder. O autor pontuou, também, que a cultura

² De acordo com Bernstein (1998), a cultura política é um dos elementos que compõem a cultura de uma sociedade, no que se refere aos processos no campo da Política. Dessa forma, a cultura política faz uma leitura de aspectos e/ou processos do passado com vistas a vivenciar o futuro.

política trata dos processos que norteiam os costumes, as práticas e os valores que fazem com que determinados grupos se identifiquem com tradições, conjugadas com um passado com vistas a se manterem em um projeto de poder.

Os historiadores passaram a investigar os fatos para além das estruturas do poder nas tramas entre os grupos sociais, nas estruturas coletivas e no papel e na atuação de agentes sociais, como promotores de mudanças (BARROS, 2012). Assim, os Annales promoveram um novo olhar para as pesquisas do campo político e se voltaram para analisar as práticas e a atuação dos agentes sociais nas disputas pelos cargos eletivos e de poder.

Esse retorno do político nas pesquisas historiográficas possibilitou o questionamento crítico sobre os lugares de poder dos grupos, dos partidos e suas atuações, que objetivaram conquistar, manter e perpetuar sua influência nesse campo. Para tanto, os historiadores da terceira geração dos Annales oportunizaram e ampliaram o uso de outras fontes. Logo, “[...] não mais deveriam interessar aos historiadores apenas as fontes de arquivo e as crônicas que dizem respeito à História Política tradicional. [...]” (BARROS, 2012, p. 140). À vista disso, outros vestígios de evidências, como imagens, diários, testamentos, entrevistas, cartas, telegramas, entre outros, foram reconhecidos e valorizados como fontes importantes para as pesquisas históricas.

Neste estudo as fontes documentais empregadas em nossa pesquisa foram correspondências como telex, telegrama, cartas oficiais, entrevistas, jornais e Atas da Câmara de Vereadores de Desterro, para entender as articulações do grupo político da família Leite com o governo federal e o estadual, com vistas a consolidar sua influência, seu capital político e seu projeto de poder em meio às práticas familistas, clientelistas e assistencialistas e, por conseguinte, na perspectiva de uma análise da micro-história.

[...] os novos tempos começavam a trazer um novo padrão historiográfico, novas aberturas, retornos e possibilidades, [...] possibilidade de examinar a história e acordo com uma nova escala de observação – atenta para o detalhe, para as microrrealidades, para aquilo que habitualmente escapa ao olhar panorâmico da macro-história tradicional – e é a essa nova postura que se passou a chamar de Micro-história. [...] (BARROS, 2012, p. 306).

Nesse sentido, consideramos nossa pesquisa importante, porque observamos os processos e processos da Macro-história e sua influência na atuação dos agentes sociais analisados na conjuntura da Micro-história. Ao investigar os processos do grupo político da

família Leite no interior da Paraíba verificamos o jogo político com os líderes das esferas local, regional e nacional em meio às mudanças para a conturbada volta das liberdades democráticas. Na escala da percepção regional, entendemos que a microanálise também se insere na articulação com o todo, costurando especificidades que contribuem para a consistência do exame da cultura de poder no Brasil.

Nessa perspectiva, a percepção da cultura política e seus esteios na dinâmica social nos possibilitam ler os processos do passado, com o intuito de compreender as ações culturais e políticas dos indivíduos inseridos em uma sociedade visando a projetos futuros. Compreendi que o clientelismo e o familismo são práticas políticas que estão inseridas na cultura brasileira. Contudo, no conceito de cultura política não há lugar para processos de curta duração, é necessário ter cuidado ao usá-lo. Vale destacar que existem transmissores e receptores dessa cultura política como, por exemplo, a família, os partidos e outros. Essa reflexão me fez compreender que, além de a cultura política oferecer novas possibilidades de pesquisas e de análises, ela está posicionada entre a História Política e a História Cultural e nos possibilita investigar com mais vigor as práticas dos atores políticos e partir da micro-história para a macro e vice-versa.

Na obra de Carvalho (2006), compreendi os processos que formataram a elite política brasileira, que pode se organizar em torno do seu capital econômico, intelectual e social, razão por que existem elites distintas. No Brasil, essa elite política sofreu influência direta dos portugueses que o colonizaram. “Os juristas e os magistrados exerceram um papel de grande importância na política e na administração portuguesa e, posteriormente, na brasileira [...]” (CARVALHO, 2006, p. 31). Do mesmo modo, os ricos latifundiários tiveram e/ou têm papel de destaque na política brasileira. No período imperial, a educação marcou as discrepâncias entre a elite política, que detinha o direito e tinha poder aquisitivo para estudar, e o restante da população menos abastada. Essa elite era responsável por administrar as províncias, e seus integrantes passaram por uma espécie de treinamento para ascender na carreira política. Desse modo, essa elite política (considerada em suas estratégias e adaptações) permeou o Brasil imperial e a República Velha e chegou à Nova República, como foi o caso da família Leite em Desterro³. Na Paraíba, as elites políticas partidárias, consideradas proporções, e as tradições republicanas são representadas, principalmente, pelos grupos sociais econômica e intelectualmente mais abastados. E quando a análise se desloca para os municípios localizados

³ Veremos com mais detalhe sua trajetória política no segundo capítulo.

no Sertão, essa elite se destaca por meio da figura de um líder local ou pela prática do assistencialismo, que é um artifício na “[...] política que exclui o ser social do processo de participação política no seio da sociedade, promovendo uma cultura do silêncio e um comportamento de passividade da ordem [...]” (TORRES, 2002 apud RODRIGUES, 2017, p. 183) e do clientelismo.

A prática do clientelismo, atrelada ao assistencialismo, contribuiu para que as elites permanecessem no poder. Logo, com Graham (1997), passei a entender a permanência da prática do clientelismo na conjuntura política do Brasil em todos os períodos e esferas da estrutura do Estado, haja vista que essa prática foi utilizada desde o período colonial como meio de conquistar os cargos de poder e de permanecer neles. Tratava-se de uma trama de ligação política, em que havia a concessão de benefícios em troca de lealdade.

Ao longo dos anos e dos processos no campo político brasileiro, essa prática clientelista passou por reconfigurações, e seu uso ficou mais evidente, tanto na esfera nacional, quanto na regional e na local. No Século XIX, o líder local, que poderia ser um rico latifundiário, trabalhava para ampliar sua rede de influência e de apoio ao poder central. Assim, “clientelismo significava tanto o preenchimento de cargos governamentais quanto a proteção de pessoas humildes, mesmo os trabalhadores agrícolas sem terra [...]” (GRAHAM, 1997, p. 16). Por causa disso, as famílias patriarcais desse período se encarregavam de fortalecer essa rede de dependência estruturada de forma cada vez mais clientelar.

Esse entendimento me fez perceber que essa prática, que passou por uma reconfiguração e permeou a história política do Brasil, também existiu e/ou existe em Desterro e explicaria o motivo pelo qual o grupo político formado pela família Leite ficou tanto tempo à frente do Poder Executivo e do Legislativo municipal.

Portanto, para pesquisar sobre política na cidade de Desterro, partimos da perspectiva de análise da história local, que se configurou como uma nova possibilidade para a historiografia e não é uma corrente de pesquisas dentro dos estudos históricos porque, pelo “[...] olhar micro-historiográfico, podemos sustentar, [que] pode ser conectado aos mais distintos aportes teóricos e é assim que ele tem aparecido, inclusive, na historiografia brasileira das últimas décadas” (BARROS, 2007, p. 168. Adendo nosso). A pesquisa micro-histórica pode ser respaldada por diferentes fontes históricas, visto que propicia a análise dos processos sociopolíticos e culturais nas esferas locais, em conexão com as esferas nacionais e regionais. Assim sendo, a Micro-história viabiliza a restrição da observação do pesquisador para perceber

fatos históricos que passariam despercebidos ao reduzir a escala de observação. Além disso, ao analisar um município no interior do país, por exemplo, não se pretende estudar o município em si, mas através dele.

Reduzindo a escala da investigação do historiador, percebemos a permanência de determinadas práticas na conjuntura sociopolítica nacional, regional e local. Para que possamos entender bem mais como é feita a pesquisa micro-histórica, o autor usa a metáfora da “gota d’água para perceber algo no oceano inteiro”. Assim, a metáfora nos levou a perceber que, ao analisar as práticas políticas no contexto de história local, observamos como elas estão presentes em outras esferas políticas, como a nacional e a regional, e a importância da micro-história inserida na conjuntura da macro-história. Em nosso caso, ao analisar o familismo e o clientelismo, pudemos enxergar suas reconfigurações e as adaptações ao longo da história política no Brasil. Essas práticas, de tão recorrentes e presentes, tornaram-se culturais no campo político.

No que diz respeito à estrutura, esta dissertação foi dividida em três capítulos. No primeiro, discutimos sobre a transição “lenta, segura, gradual e consentida” para a democracia, sobre o projeto distencionista do governo Ernesto Geisel e sobre a eleição de Tancredo Neves em meio aos processos na Paraíba. Em seguida, investigamos as políticas públicas durante o período de transição para as cidades do interior da Paraíba. Em vista disso, percebemos o assistencialismo e o clientelismo praticados pelo governo federal, que atendeu às demandas do governo estadual e, conseqüentemente, do municipal, visando unificar e fortalecer o componente político estrutural do regime militar. Por fim, averiguamos o espaço geográfico, o contexto histórico, a ascensão política da família Leite, em Desterro, e suas estratégias de mando e de controle, sua influência e o poder local em meio às práticas do assistencialismo, do clientelismo e do familismo.

Para fundamentar este primeiro capítulo, recorreremos, principalmente, aos jornais do Estado em circulação: A União e O Norte. De acordo com Lucca (2008), em fins do Século XIX e o início do Século XX, para realizar seus estudos, o historiador só deveria usar fontes confiáveis. Portanto, os periódicos que noticiavam processos do cotidiano não estavam dentro dos critérios de fontes confiáveis, pois, segundo a autora, em determinadas pesquisas, os periódicos só eram usados para confirmar hipóteses levantadas pelos historiadores.

Nelson Werneck Sodré viabiliza o uso de jornais como fonte de investigação, porque, nos periódicos, podemos encontrar as práticas usadas pela classe dominante para subjugar e

manifestar seus interesses e intervir significativamente na vida social. Com a renovação da história política, os jornais foram elevados à categoria de fontes de pesquisa confiáveis. Tal fato se deveu aos *Annales*. Foi a partir de 1985, que a Academia generalizou o uso dos impressos em suas pesquisas historiográficas (LUCCA, 2008). Nesta pesquisa, além das fontes citadas, usamos o arquivo pessoal do Sr. José Soares Sobrinho⁴, que mantém um acervo de documentos do período em que a família Leite de Almeida esteve à frente do governo municipal na cidade de Desterro.

A família Leite⁵ é detentora de capital político, econômico, social e político-familiar. A chegada dos Leite na Paraíba ocorreu a partir do século XVIII, e iniciou no Vale do Piancó com a chegada dos primeiros membros vindos da Bahia. A chegada dos primeiros membros, ocorreu por volta de 1755, ao Vale do Piancó, na Paraíba. Pedro Leite Ferreira e João Leite Ferreira vieram da Bahia como procuradores da Casa da Torre, uma das maiores propriedades do Nordeste⁶. O objetivo foi consolidar a instalação e influência da Casa da Torre. Pessoa (2017) discutiu sobre o significado de Casa da Torre, para explicar a relação existente entre Patrimônio e Família.

Neste sentido vincula-se a Casa da Torre, uma série de relações, seja por grau de parentesco ou por obediência. Assim sendo, se tratou do poder dos Garcia d'Ávila, visto que a conquista do Sertão nordestino, a proteção do território de invasores, a investida contra os nativos ficou a cargo da Casa da Torre. Portanto, os Leite estenderam sua influência política além do Vale do Piancó, passaram por Teixeira e se instalaram em Desterro. Nesta cidade, se fixaram e aos poucos conquistaram poder simbólico, capital político, social e econômico. No

⁴ José Soares Sobrinho, cidadão desterrense, nasceu em 25 de outubro de 1950 e fez parte do grupo dos líderes políticos da cidade de Desterro - desde o primeiro mandato do grupo político-familiar Leite. Em 1968, fez parte das fileiras do Exército no 15º Regimento de Infantaria de João Pessoa. Em 1972, colaborou com a campanha eleitoral de Assis Barbosa (1973-1976) e, por isso, foi convidado para trabalhar em seu mandato como tesoureiro. Assim, iniciou sua trajetória na política em Desterro. Em entrevista, enfatizou: “[...] Fiquei militando fazendo campanha para os outros [...] E depois me deram a oportunidade de ser vice-prefeito no ano de 2000, no penúltimo governo de João Leite de Almeida. Por sinal, foi a maior vitória que um político teve em Desterro, quando nós obtivemos 70% dos votos contra 30% do adversário. [...]” (Entrevista com José Soares Sobrinho, em 03 de outubro de 2019 a autora). Foi eleito vice-prefeito ao lado de João Leite, em 2000, pelo PFL. É importante destacar que o adversário político dessa campanha foi um membro da família e médico da cidade de Desterro, Geraldo Gerônimo Leite, que havia atuado como secretário de finanças em todos os mandatos de João Leite e Geraldo Leite.

⁵ Veremos com mais detalhes sobre a atuação política da família Leite na cidade de Desterro, no final do capítulo I, e a partir do capítulo II deste estudo. Posto que, analisamos os processos que viabilizaram a volta das liberdades democráticas na conjuntura nacional para em seguida, verificarmos as interferências destes mesmos processos nas esferas estadual e local.

⁶ Informações obtidas das anotações de João Leite de Almeida Filho, membro da família Leite e filho de João Leite de Almeida, em entrevista à autora, em 16 de fevereiro de 2019. Sobre a Casa da Torre, ver: PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. As ruínas da tradição: a Casa da Torre de Garcia D'Ávila - família e propriedade no nordeste colonial. João Pessoa: Editora da UFPB, 2016.

nosso estudo se destacou como principal líder político de Desterro, João Leite de Almeida, que, com sua perspicácia governou a cidade por vários mandatos.

João Leite de Almeida – seu João – como era conhecido na cidade, foi comerciante e dono de terras. Sua propriedade mais conhecida é a Fazenda Carnaubinha. Por esse motivo, também foi produtor rural. A partir da década de 1960, participou das campanhas eleitorais e das reuniões que envolveram questões políticas e sociais na cidade de Desterro. A partir de 1976, tornou-se o principal líder político local. O primeiro mandato do Sr. João Leite de Almeida teve início com a eleição de 1976, quando, junto com o seu vice-prefeito, Manoel Pereira da Silva, foi eleito com 2.258 votos, de um total de 3.364 votos válidos pelo partido da ARENA⁷, de acordo com o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba. Segundo Monique Cittadino (2006), o partido do governo federal passou a ser coordenado na Paraíba pelo então governador João Agripino (1965-1971)⁸, cuja ação política promoveu a formação do diretório local da ARENA, de modo a articular sua influência política e coordenar suas bases de sustentação em todo o Estado.

Com esse objetivo, uma comissão formada pelos deputados Joacil de Brito Pereira⁹, Sílvio Porto¹⁰ e Waldir dos Santos Lima¹¹ se dirigiu aos municípios do interior para visitar os

⁷ Aliança Renovadora Nacional. Partido do governo, fundado em 4 de abril de 1966, com o Ato Complementar dois meses depois do Ato Institucional II. O AI-2 fez desaparecer o sistema pluripartidário no Brasil. O bipartidarismo foi promulgado com o objetivo de conter os avanços da oposição e consolidar o Regime Militar de 1964. Todos os partidos existentes foram extintos, o que fez com que migrassem de acordo com suas convicções para a ARENA e para o MDB. Sobre a ARENA, ver: SOBREIRA, Dimitri da Silva Bichara. Para além do “sim, senhor”: A Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e a Ditadura Militar na Paraíba (1964-1969). João Pessoa, 2016. Ver também: ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1989.

⁸ João Agripino pertenceu à influente família Maia do Catolé do Rocha. Sobre a família Maia, consultar: Marisa Tayra Teruya (1995), José Marciano Monteiro (2017) e Monique Cittadino (2006). João Agripino foi eleito governador da Paraíba em 1965 pelo voto direto. Assumiu o mandato de 1966 a 1971.

⁹ Nasceu em Caicó - RN (1923 - 2012). Foi Juiz do Tribunal de Justiça Desportiva da Paraíba, de 1953 a 1955. Advogado especializado em Direito Constitucional, Eleitoral, Administrativo e Penal. Professor universitário e pecuarista, entre 1º de dezembro de 1956 e 3 de janeiro de 1958. No pleito de outubro de 1958, elegeu-se deputado estadual pela legenda da União Democrática Nacional (UDN), em coligação com o Partido Libertador (PL). Em outubro de 1962, reelegeu-se deputado estadual. Vice-diretor da Escola de Engenharia da UFPB e vice-presidente da OAB-PB. Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 (27/10/1965) e a instauração do bipartidarismo, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de sustentação do Regime Militar em vigor no país desde abril de 1964. Pela nova legenda, concorreu a uma cadeira de deputado federal nas eleições de novembro de 1966 e obteve uma suplência. Permaneceu na Assembleia Legislativa até o término da legislatura em janeiro do ano seguinte. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joacil-de-brito-pereira-1>. Acessado em 10 de novembro de 2018.

¹⁰ Sílvio Porto nasceu em Guarabira (1920-1984). Foi advogado, professor, político brasileiro e prefeito da cidade de Guarabira em 1947; foi professor da UFPB, deputado estadual e desembargador. Durante a época da ditadura do regime civil-militar, teve seus cargos de deputado estadual, secretário de estado (Interior, Justiça e Segurança Pública) e professor universitário cassado, período em que passou a advogar. Mais tarde, com a anistia, assumiu o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça, nomeado pelo governador Tarcísio de Miranda Burity.

¹¹ Waldir dos Santos Lima foi natural do município de Serraria - PB (1936 – 2016). Foi deputado estadual por cinco legislaturas e presidente da Assembleia Legislativa duas vezes. Foi secretário de Estado da Casa Civil,

líderes políticos locais e fazer alianças com o partido do governador. A construção desse alinhamento visou conjugar as forças políticas do interior da Paraíba e, ao mesmo tempo, articular o fortalecimento das bases de poder pela ARENA. Nessas bases, também estiveram o prefeito de Desterro e seu grupo – a família Leite.

No segundo capítulo, apresentamos uma abordagem sobre os arranjos familiares e a consolidação do poder político da família Leite, em Desterro, e o embate político no período da transição para a redemocratização entre os líderes políticos paraibanos. Também discorremos sobre o assistencialismo prestado à população de Desterro, que contribuiu para consolidar e perpetuar a política dos Leites nessa cidade.

Durante o Regime Militar, o Nordeste do país também foi alvo de repressão, especialmente os indivíduos que lutavam em defesa dos interesses dos trabalhadores rurais. O regime entendia que a Região Nordeste era “[...] uma região particularmente importante, perigosa, na qual desencadeou uma repressão política especial. As vítimas escolhidas foram trabalhadores rurais, membros de ligas camponesas e sindicatos rurais [...]” (IANNI, 1981, p. 111). No campo e na cidade, a classe trabalhadora rural foi amplamente atingida pela repressão do governo dos militares. Podemos entender que, a partir de então, o governo federal, por meio do Ministério do Interior, voltou sua atenção para a Região Nordeste com a retomada e a criação de órgãos federais, estaduais e municipais.

[...] Foi com a seca de 1970 que serviu de pretexto para que o ‘Nordeste’ passasse a ser tratado [...] como uma região castigada pela natureza. De um momento para o outro, a região ‘perigosa’, que ‘ameaçava’ o Estado burguês, passava a ser considerada como uma paisagem de ‘inclemência do tempo’, de ‘desolação’. [...] Diante da miséria a que o capital submete o trabalhador rural, do pauperismo a que a burguesia submete operários rurais e camponeses, os governantes fazem literatura, [...] fazem discursos (IANNI, 1981, p. 118).

Nessa circunstância, o governo federal passou a adotar práticas assistencialistas de amparo aos nordestinos atingidos pela seca. Os jornais nos mostraram que a atuação do governo federal, mais especificamente, no interior da Paraíba – na cidade de Desterro – foi no sentido de amparar os atingidos pela seca. Essa assistência se traduziu em gratidão, consumada em períodos eleitorais. Como consequência e de forma escalonada, a atuação entre o governo

estadual e o governo municipal resultou em trocas de favores e apoio político mútuos. Notadamente, os jornais, os telegramas, os telexes e os ofícios foram sobremaneira importantes para que pudéssemos fundamentar e estruturar essas conclusões.

No terceiro capítulo, tratamos da relação do grupo político-familiar com a Câmara de Vereadores de Desterro, com o objetivo de investigar como o jogo político se desenvolveu nas esferas institucionais locais, especificamente em Desterro e de saber se a Câmara de Vereadores foi uma extensão do Poder Executivo local, bem como a disputa pelo povoado de São Sebastião e a atuação do vereador Manoel de Almeida, que culminou em “um plebiscito muito perigoso”.

Além dos jornais e dos documentos oficiais, fundamentamos esse capítulo com o uso das Atas da Câmara Municipal e a pesquisa oral. Segundo Tourtier-Bonazzi (2006), para realizar uma entrevista, que pode ser individual e coletiva, alguns cuidados prévios são necessários, como a escolha do entrevistado e sua relação com o fato a ser pesquisado, além do respeito ao seu tempo e aos seus limites. Ainda conforme o autor, é importante estabelecer com a testemunha laços de confiança para que as informações coletadas colaborem com a pesquisa do entrevistador. Nesse sentido, a história oral vai além da técnica e do método como fonte de pesquisa, porque propicia ao pesquisador historiador

[...] um contato e influência interdisciplinares; sociais em escalas e níveis locais e regionais; com ênfase nos fenômenos e eventos que permitam, através da oralidade oferecer interpretações qualitativas de processos histórico-sociais. Para isso, conta com métodos e técnicas precisas, em que a constituição de fontes e arquivos orais desempenha um papel importante [...] (LOZANO, 2006, p. 16).

O historiador que trabalha com a pesquisa oral tem a oportunidade de observar a visão e a versão do autor social, que se encontra no mais profundo das experiências e/ou práticas sociais. Esse método já adquiriu validade e competência. Por isso, empregar o método da história oral viabiliza a produção do conhecimento historiográfico e não produz um relato das experiências vividas pelas pessoas analisadas, porque esse método pode partilhar com fontes tradicionais de todas as fases da elaboração e construção da pesquisa realizada, articulações e interlocuções, conforme os objetivos do pesquisador.

Portanto, “a atualização dos métodos que fazem da história um ofício e uma ciência foi longa e contínua [...]” (LE GOFF, 2013, p. 109). Nesse processo em que as pesquisas orais se firmaram como um método de investigação, cuidadosamente usado para se obter uma pesquisa

de cunho qualitativo. O contato com outras ciências possibilitou a utilização de novas interpretações e novos métodos de investigação. A história oral é uma técnica de investigação própria das pesquisas do Século XX e tem, no presente, a mesma importância da Arqueologia para a história antiga (FERREIRA, 1992). Para que o historiador use a fonte oral, precisa utilizar a memória do agente social que será entrevistado. Paul Ricouer (2007) refere que a memória desempenha um importante papel na escrita da história, seja essa memória coletiva ou individual.

Da memória partilhada, passa-se gradativamente à memória coletiva e a suas comemorações ligadas a lugares consagrados pela tradição: foi por ocasião dessas experiências vívidas que fora introduzida a noção de lugar da memória, anterior às expressões e às fixações que fizeram a fortuna ulterior dessa expressão (RICOUER, 2007, p. 157).

Sabemos que a memória é preciosa, e com os *Annales*, tornou-se importante para a produção historiográfica. Compreendemos que ela em função dos mecanismos que constituem a lembrança. E para não ser esquecida, o historiador usou e usa as mais variadas fontes. Vale salientar a importância da Nova História para que o historiador use fontes diversas, como documentos oficiais e/ou não oficiais, monumentos, símbolos, entrevistas, jornais impressos, artefatos, obras de arte e outros.

O objetivo principal de nosso trabalho foi de analisar a atuação e as práticas políticas que colaboraram para que o grupo capitaneado pela família Leite conquistasse o poder, permanecesse nele e se perpetuasse na cidade de Desterro, no período de 1977 a 1989. Levamos em consideração o contexto sociopolítico das cidades do interior paraibano e suas articulações no conjunto geral da política brasileira. Essas cidades não estavam isoladas da conjuntura política nacional, porquanto o Poder Executivo local, com o intuito de conseguir recursos para seu município, estava em contato com o poder nacional, por meio dos representantes do Poder Legislativo estadual e do federal.

Portanto, indicamos um processo de construção e elucidação na análise do papel dos agentes envolvidos e dos processos relacionados aos espaços nacionais e globais. A discussão empreendida nesta pesquisa, por meio do estudo das formas como as instituições e os grupos políticos locais exercitam (práticas) e representam o poder político, dá conta de construtos históricos, de caráter simbólico-político, divulgados e apropriados por sujeitos historicamente

situados – nas regionalidades e na relação com o nacional, como bem propõe a Linha de História e Regionalidades do Programa de Pós-graduação em História da UFPB.

2 CAPÍTULO I

Transição “lenta, segura, gradual e consentida” para a democracia.

1.1 Do projeto distencionista de Ernesto Geisel à eleição de Tancredo Neves em meio aos processos na Paraíba.

No período de transição para a abertura política no início dos anos de 1970, observamos a maneira que os processos nacionais interferiram na conjuntura regional e na local. Portanto, o principal objetivo deste capítulo é analisar como esses processos serviram de “pano de fundo” para o nosso estudo, que está inserido nos eventos ocorridos no âmbito local, mais especificamente, na cidade de Desterro¹².

Discutir sobre o período de transição para a volta da democracia no Brasil, no recorte desta pesquisa - os anos de 1977 a 1989 - nos reportou a três processos que o país vivenciou: o primeiro, do Golpe Militar, em 1964, ao Ato Institucional nº 5 (AI-5), em dezembro de 1968; o segundo, do AI-5 ao governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974); e o terceiro, o período de transição, que vai do governo de Ernesto Geisel (1975-1979) ao fim do governo de João Figueiredo em 1985, quando a ditadura chegou ao fim. Do ponto de vista cronológico, nossa pesquisa se coloca no período da transição e da chamada Nova República, ou seja, em meados do governo de Ernesto Geisel e no início da Nova República – depois da Ditadura Militar.

Ao considerar o governo de Ernesto Geisel (1974-1979), auferimos que a conjuntura política impeliu o governo a lidar com o desafio de impedir o crescimento do MDB¹³, que havia tomado forma com as eleições parlamentares de 1974 (FERREIRA, 2018). Para a população, votar no MBD não significou anunciar mudanças na situação de Regime Militar, mas protestar contra o autoritarismo vigente. O crescimento do MDB deu sinais da derrocada do apoio social aos governos dos militares. O governo percebeu a insatisfação da sociedade com o regime

¹² O período distencionista, assim como o período de abertura, conhecido na historiografia como período de transição para a volta da democracia foi marcado por grandes processos, econômicos, políticos e sociais, tanto na esfera nacional quanto regional. Em vista disso, além dos processos eleitorais, ocorreram greves dos trabalhadores, movimentos estudantis e de outros segmentos da sociedade como imprensa e Igreja, por exemplo, porém, nos detemos aos processos no campo da política, visto que na conjuntura local analisamos as práticas políticas da família Leite.

¹³ Movimento Democrático Brasileiro. Partido que fazia oposição ao governo, criado no mesmo período e situação da ARENA, com a promulgação do Ato Institucional número 2 – AI-2. Com a mudança na lei sobre os partidos, passou a se chamar Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB. Sobre o MDB na Paraíba, consultar: MELLO, José Octávio de Arruda. **Da resistência ao poder: o (P)MDB na Paraíba (1965-1999)**. Campina Grande: EDUEPB, 2010.

autoritário quando, nessa eleição, o MDB alcançou 59,3% dos votos para o Senado, enquanto a ARENA teve 41,0%. Para deputado federal, foram 48,0% dos votos para o MDB contra 51,9% da ARENA. A diferença em favor do MDB, no Senado Federal, foi maior do que a diferença em favor da ARENA para deputado federal (ZAVARIZE, 1987). Simultaneamente,

Os resultados da eleição surpreenderam a todos, inclusive os estrategistas mais otimistas do MDB. O MDB tinha quase dobrado sua representação na Câmara dos Deputados. [...] Enquanto a ARENA vencera por uma pequena margem no total de votos para deputados federais, o MDB venceu no total de votos para senador, que era o melhor indicador da opinião nacional [...] (SKIDMORE, 1988, p. 34).

O que se observou, foi o crescimento, no Congresso Nacional, dos representantes do partido oposicionista, o que não aconteceu na esfera estadual, pelo menos em parte, segundo os dados do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba¹⁴. Na eleição para deputado estadual, dos 33 parlamentares eleitos, 12 eram do MDB, e 21, da ARENA. Por outro lado, para senador, Ruy Carneiro (MDB) foi eleito com 51,66% dos votos. A vitória do MDB, na esfera nacional, estava relacionada a fatores como a campanha direcionada às questões de justiça social, às liberdades civis e à denúncia contra a inserção de empresas estrangeiras no país.

Para conter o avanço do MDB no Congresso, o regime aprovou a Lei Falcão¹⁵, cujo objetivo era de impedir que a oposição (MDB) continuasse a eleger seus deputados e senadores. Com essa perspectiva, o então presidente, Ernesto Geisel, impediu a atuação do Congresso Nacional e “[...] decretou uma reforma política, criando a eleição indireta para um terço do Senado (os chamados senadores biônicos) e garantindo para a Arena, na prática, a maioria parlamentar. [...]” (Jornal do Senado, 19 de novembro de 2014 p. 03).

¹⁴ Dados obtidos no Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba. Disponível em: <http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/resultados-de-eleicoes> Acesso em 23 de abril de 2019.

¹⁵ Armando Falcão (1919-2010), nasceu em Fortaleza-CE. Iniciou sua vida política ao ser eleito deputado federal (PSD) pelo Ceará em 1950. Ocupou o cargo de Ministro da Justiça durante todo o governo do general Ernesto Geisel (1974-1979) e idealizou a Lei. Na prática, a Lei Falcão buscava frear o avanço da oposição. Essa Lei foi promulgada sob o Decreto-lei nº 1538, de 14 de abril de 1977. Em seu Artigo 250, decretava: “*Nas eleições gerais de âmbito estadual municipal, a propaganda nas emissoras de rádio e televisão de qualquer potência, inclusive nas de propriedades da União, dos estados, dos Municípios e dos Territórios. Far-se-á sob fiscalização direta e permanente da Justiça Eleitoral [...]. (Jornal A União, 15 de abril de 1977).*” No inciso I, limitou o horário nas emissoras a duas horas para a propaganda eleitoral; no II, limitou os partidos a apenas divulgar a fotografia dos candidatos e anunciar o horário e o local dos comícios; o inciso III delimitou o tempo da propaganda para cinco minutos; o horário que não foi usado por algum partido não poderia ser transferido para outro. Nos municípios, as propagandas só poderiam ser veiculadas pelo rádio e pela televisão se tivessem sido concedidas antecipadamente. No parágrafo primeiro, ficou determinado que cada Diretório Regional dos partidos formaria uma comissão com três membros para inspecionar a propaganda eleitoral nos limites de seus municípios. Disponível em: <http://fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/armando-ribeiro-falcao> Acesso em 05 de agosto de 2020.

As medidas foram tomadas para evitar que, na eleição de 1978, esse feito se repetisse. Além da Lei Falcão, o governo lançou mais uma medida: o ‘Pacote de Abril’¹⁶, que tratou de medidas para fortalecer o partido do governo. Com essas mudanças, além dos governadores de estado, um terço dos senadores foi eleito pelo voto indireto. No entanto, os líderes políticos que representavam oposição ao governo continuaram crescendo dentro do parlamento e nas representações do Executivo estadual (SADEK, 1990).

Entre as duas eleições parlamentares (1974 e 1978), ocorreram no país as eleições municipais, com exceção das capitais e das cidades de segurança nacional¹⁷. Ademais, ante as eleições e com o objetivo de arregimentar apoios, o Presidente Ernesto Geisel visitou a Paraíba no mês junho de 1976. Essa visita foi noticiada pelo jornal *A União*, que trouxe uma nota sobre a agenda do Presidente e sua estadia na Paraíba, em que constava a ida à cidade de Patos, no Sertão paraibano, juntamente com o Ministro do Interior, Maurício Rangel Reis, e o governador do Estado, Ivan Bichara Sobreira¹⁸. A mesma nota noticiou o encontro do Presidente com os líderes políticos das cidades circunvizinhas, inclusive Desterro (A UNIÃO, 01, de jun. de 1976, p. 01).

Posteriormente, no ano da eleição – 1976, a imprensa estadual chamou a atenção para o fato de que essa passagem do Presidente pelo Estado poderia ter influenciado os resultados das eleições municipais. Sobre isso, a imprensa destacou: “[...] os resultados até agora conhecidos

¹⁶ O Pacote de Abril foi um conjunto de medidas tomadas pelo governo e lançadas em abril de 1977, com vistas a conter o avanço do partido do MDB no Congresso Nacional. Entre as principais medidas, estavam: eleição indireta para 1/3 dos senadores, que ficaram conhecidos como senadores biônicos, porque eram escolhidos pelo governo; instituição de sublegendas em número de três; ampliação do mandato do presidente de cinco para seis anos; ampliação das bancadas que representavam os Estados menos desenvolvidos; uso da Lei Falcão nas eleições estaduais e federais e alteração do quórum para a votação das emendas constitucionais. Disponível em: < <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/PacoteAbril>>. Acessado em 26 de julho de 2019.

¹⁷ As cidades consideradas de segurança nacional localizavam-se nas regiões fronteiriças do país e nas regiões hidrominerais. Os prefeitos eram nomeados pelo presidente. Para proteger essas áreas consideradas de segurança nacional, o governo brasileiro se baseou na Doutrina de Segurança Nacional, originária dos Estados Unidos. O objetivo era de manter a ordem nacional e combater o inimigo externo. “*Na concepção da Escola Superior de Guerra, a segurança interna compõe o quadro da segurança nacional, ocupando-se dos antagonismos e pressões que se manifestam dentro das fronteiras do Brasil.[...]*” (BORGES, 2003, p. 37). Na concepção da Escola Superior de Guerra, era preciso garantir a segurança do país por meio de ações como a defesa interna e a defesa pública. Ver mais em: BORGES, Nilson. “A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do Século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; p. 13-42.

¹⁸ Ivan Bichara Sobreira (1918-1998) foi um cajazeirense, que se mudou para a capital do estado da Paraíba por volta de 1936 para concluir seus estudos. Sua carreira política se iniciou no ano de 1947, quando foi eleito para compor uma das cadeiras da Assembleia Legislativa. Sua trajetória parlamentar continuou em 1954, passou por 1958 e, em 1960, afastou-se da vida política e só retomou na década de 1970. Ver mais em: SILVA, Pontes da; MELLO, José Octávio de Arruda e Santos, Walter. (Coord.). **Poder e política na Paraíba: uma análise das lideranças 1960-1990**. João Pessoa: API/ A UNIÃO, 1993.

revelam que a Arena, ao contrário do que se esperava, está conseguindo superar o MDB em alguns dos maiores colégios eleitorais do país” (A UNIÃO, 18, de nov. de 1976, p. 03).

A visita à Paraíba serviu para articular acordos e consolidar a ARENA. Ainda que o presidente do MDB, Ulysses Guimarães, em janeiro de 1976, tivesse visitado cidades paraibanas com o objetivo de obter apoio para a eleição de 15 de novembro (A UNIÃO, 20, de jan. de 1976, p. 03), percebeu-se foi que sua visita não interferiu na supremacia arenista no pleito para o Executivo municipal nas cidades que visitou: Patos, Souza, Cajazeiras e Campina Grande.

Por seu turno, na eleição parlamentar de 1978, o MDB continuou a crescer no Senado e na Câmara Federal. No Senado, foram 43,0% dos votos para a ARENA e 56,9% para o MDB, enquanto que, para deputado federal, foram 50,4% para a ARENA e 49,5% para o MDB (SADEK, 1990). Em relação à eleição anterior, houve uma pequena queda, mas o governo não conseguiu interromper o crescimento do MDB. Do mesmo modo, na Paraíba, a eleição para deputado estadual atestou o predomínio da ARENA em relação ao MDB, pois, dos 33 parlamentares eleitos, 25 pertenciam ao partido do governo, e 11 eram oposicionistas. Portanto, para as eleições de 1978, o governo federal buscou articular, nos estados, a legitimidade do regime e de seu partido com a ARENA. Para isso, as viagens e as concessões de benefícios foram recorrentes, e a busca por apoio esteve calçada em políticas de agrado, com o objetivo de ampliar a força de manobra do Executivo federal em relação ao desgaste, ainda que lento, promovido pela crescente força política do MDB.

Nesse *continuum*, o período distencionista do governo Ernesto Geisel e de abertura, no governo de João Figueiredo (1979-1985), remete-nos à constatação de que não houve uma ruptura ou quebra do ordenamento político que pudesse ser destacada, visto que as eleições paulatinamente ordenaram o ritmo da descompressão e, em seguida, da abertura política sem grandes transformações, pois

[...] a descompressão brasileira [...] se processou mediante um relaxamento progressivo dos controles, uma gradativa redistribuição do poder, impulsionada e monitorada pelo calendário eleitoral. Os espaços que iam se abrindo, à medida em que avançava a luta eleitoral, foram sendo ocupados pela oposição – aí compreendida a oposição propriamente política como a que se convencionou chamar de ‘sociedade civil’ [...] (LAMOUNIER, 1990, p. 16).

Este período para a volta das liberdades democráticas foi um momento favorecido por processos eleitorais e por ajustamentos e alinhamentos políticos. Aos poucos, os líderes

políticos civis, à medida que se opunham ao governo e venceram os pleitos eleitorais, ganhavam espaço, no campo político e social. É importante salientar que essa foi uma “descompressão” monitorada pelo governo para não perder o controle político nem o prestígio de suas carreiras. Dessa feita, se concebermos que os pleitos eleitorais ocorridos em 1978 construiriam algumas frentes de mudanças significativas, elas não ocorreram.

A continuidade do processo de uma transição “lento, gradual e seguro” se deu com a eleição do general João Batista Figueiredo, então chefe do SNI, que foi eleito em 14 de outubro de 1978 com 355 votos contra 266 pelo colégio eleitoral. Entre as tarefas do novo presidente, estavam a reorganização partidária, a volta das eleições diretas para os chefes do Poder Executivo estadual, em 1982, e a promulgação da Lei da Anistia¹⁹.

1.1.1 – Os desafios do governo João Baptista Figueiredo: a legalização partidária.

João Figueiredo continuou o projeto de Ernesto Geisel e de Golbery Silva de “encaminhar” o Brasil de volta à democracia. Nesse processo, a reorganização partidária favoreceu a criação de novos partidos e o aparecimento de novos líderes políticos, por que, com a revogação do bipartidarismo em 1979, “[...] surgiram nesse espaço grupos que cultivavam uma política clientelista” (ABAIDE, 1990, p. 46).

Em vista disso, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) reagrupou-se como Partido Democrático Social (PDS) em janeiro de 1980; o antigo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) transformou-se no PMDB, também em janeiro de 1980; Leonel Brizola fundou o Partido Democrático Trabalhista (PDT), em setembro de 1980; Luiz Inácio da Silva – Lula – fundou o Partido dos Trabalhadores (PT) em outubro de 1979, oficializado em fevereiro de 1980; e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) ficou sob o comando de Ivete Vargas depois de uma disputa pela sigla na Justiça com Leonel Brizola.

¹⁹A Lei da Anistia foi de autoria do ministro da Justiça, Petrônio Portela. Anistiados eram todos os presos ou exilados por crimes políticos desde 02 de setembro de 1961. Ficavam excluídos da Lei da Anistia os culpados por “crimes de sangue” durante a resistência armada ao governo. Essa lei também restabeleceu os direitos políticos perdidos em razão do AI-5 e colaborou com a popularidade de João Figueiredo; também causou medo aos militares que temiam pela possibilidade de uma investigação e fixar a responsabilidade por torturas e assassinatos. Segundo Maria Helena Versiane (2014), essa lei foi aprovada por 206 votos da ARENA contra 201 do MDB. Nessa primeira proposta, não era ampla nem irrestrita e estabelecia apuração dos crimes do Estado. Portanto, os torturadores e todas as pessoas que praticaram crimes em nome do Estado não foram punidos. Ver mais em: VERSIANE, Maria Helena. “Constituinte brasileira vive a democracia”. In: QUADRAT, Samantha. (Org.). Não foi tempo perdido: os anos 80 em debate. Rio de Janeiro: Letras, 2014, pp 362-384.

Para as eleições municipais de 1980, os dois partidos majoritários – PDS e PMDB – organizaram sua campanha com a ajuda dos meios de comunicação, enquanto os partidos PTB, PDT e PT, que eram menores, contaram com a ajuda de grupos voluntários em contato direto com os eleitores. Dessa maneira, os partidos da oposição propuseram em sua campanha, entre outras coisas, o “[...] direito de voto para os analfabetos, aumentar a autonomia sindical, legalizar as greves e adotar uma ‘justa política’ de distribuição da renda. Também [...] propunham ‘fortalecer’ o mercado internacional [...]” (SKIDMORE, 1988, p. 453).

Apesar das propostas de ampliação da participação popular e da defesa do capital nacional, o PMDB não conseguiu a maioria das vagas no Congresso Nacional. Para impedir que fosse eleito um candidato que não pertencesse à cúpula do governo, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 14 de 1980²⁰, que alterou a data do pleito municipal de 1980 para 1982. Desse modo, especulou-se que a prorrogação teria um efeito em cascata, uma vez que os mandatos dos parlamentares passariam pelo mesmo processo. O que foi amplamente noticiado pela imprensa, na Paraíba, o jornal *A União* ainda acrescentou:

[...] A prorrogação dos mandatos dos atuais deputados federais, senadores e deputados, de 1982 até 1984, para que o governo assegure sua maioria no colégio eleitoral que elegerá o sucessor do presidente Figueiredo em 1984, foi denunciada ontem, pelo vice-líder do PMDB na Câmara, deputado Oswaldo Macedo (PR).

‘Os poderosos tentarão evitar o desconforto de perder a maioria em 1982 e buscarão assegurar o poder pelo menos até 1990, com a eleição em 1984 de um novo UNIÃO para um mandato até 1990’ (A UNIÃO, 15 de jun. de 1980, p. 03).

Embora a imprensa tenha especulado sobre a possibilidade de adiar a eleição para deputados e senadores, o fato não se consumou. A justificativa para o adiamento das eleições se deveu a questões econômicas. Esse adiamento fez com que, na cidade de Desterro, a família Leite se mantivesse por mais dois anos à frente do Executivo municipal sob a administração do Sr. Geraldo Leite²¹.

²⁰ A Emenda Constitucional nº 14 de 1980 alterou o Artigo 209 da Constituição, em vigor nos primeiros anos na década de 1980, nos seguintes termos: “Os mandatos dos atuais Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores e seus Suplentes estender-se-ão até 31 de janeiro de 1983, com exceção dos Prefeitos nomeados.” E no parágrafo único: “As eleições para prefeitos, vice-prefeitos e vereadores serão realizadas simultaneamente em todo o País, na mesma data das eleições gerais para deputados.”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc14-80.htm> Acessado em 6 de maio de 2019.

²¹ Geraldo Leite Barbosa (02/09/1922-11/05/2009), natural de Desterro - PB, foi membro da família Leite e primo de João Leite de Almeida, filho de Pedro Leite Ferreira e Josefina Leite Barbosa. Foi eleito prefeito de Desterro na eleição de 1982 pelo PDS1, com 1.682 votos - 48,57% dos votos válidos. Na eleição de 1992, também foi eleito prefeito pelo PFL e obteve 4.184 - 69,94% dos votos válidos. Dados do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba.

Para o senador Humberto Lucena²², esse adiamento foi negativo para o governo de João Figueiredo, pois colocou em risco a abertura política e se configurou como uma manobra para eleger os candidatos pertencentes ao PDS. Ele acrescentou que se tratou da “[...] mais despuerada política de clientela de que se tem notícia no país [...]” (A UNIÃO, 15 de abr. de 1981, p. 03). No pensamento do senador em questão, o governo federal usou o clientelismo político com o fim de beneficiar seus aliados.

A conjuntura política do fim da Ditadura Militar, com o adiamento das eleições municipais para 1982, em médio prazo, possibilitou que a estrutura autoritária ainda fosse perpetuada nas localidades. Se o motivo alegado para o adiamento foi econômico, os frutos desse adiamento foram colhidos pelos políticos nos estados, ou seja, às portas do fim do regime, a conjuntura política nos municípios serviu-se do adiamento para compor estratégias amplas de ordenamento das bases partidárias, quando se reorganizou em uma estrutura partidária, cujos líderes locais estiveram próximos da estrutura do regime e, ao mesmo tempo, pelo menos no caso da Paraíba, alicerçou as bases de representação do PDS.

Para manter sua força política, o governo federal precisaria do apoio dos estados menos desenvolvidos e menos populosos como a Paraíba, por exemplo. Então, no dia 26 de junho de 1980, a Paraíba recebeu a visita do presidente (A UNIÃO, 26 de jun. de 1980, p. 04). O objetivo de sua viagem foi de construir e negociar apoio político - uma visita no momento em que o Estado havia passado por uma forte seca²³. Na ocasião, o presidente ressaltou que “uma das metas do seu governo para combater a seca do Nordeste era a construção conjugada de açudes com projetos de irrigação de forma a fiar o lavrador no campo [...]” (A UNIÃO, 27 de jun. de 1980, p. 01), consequentemente, o trabalhador rural teria condições de produzir o sustento para sua família sem que fosse necessário abandonar seu Estado. Esse argumento do então presidente João Figueiredo, sobre a construção de açudes para “solucionar” o “problema” da seca na Paraíba, sobretudo, nas cidades pequenas do interior, como Desterro²⁴, por exemplo, serviu para

Disponível em: <http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>>. Acessado em 16 de abril de 2020.

²² Humberto Coutinho de Lucena (1928-1998) nasceu na cidade da Paraíba, atual João Pessoa. Formou-se Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de Recife – PE. Foi advogado e deputado estadual na Paraíba, de 1950 a 1954 e de 1954 a 1958; deputado federal, pelo estado da Paraíba, nos mandatos de 1959 a 1963, 1963 a 1967, 1967 a 1971, 1975 a 1979, pelo Partido Social Democrático (PSD); deputado constituinte, de 1979 a 1998; líder do MDB em 1969 e de 1979 a 1981, e senador, de 1979 a 1998. No Congresso Nacional, foi líder do PMDB de 1982 a 1998 e presidente do Senado Federal. Disponível em: <<http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-biografico/humberto-coutinho-de-lucena>>. Acessado em 10 de maio de 2019.

²³ Sobre a seca, discorreremos no segundo capítulo, porque incorre nos arranjos políticos da família Leite.

²⁴ Sobre a construção de açudes no interior da Paraíba, mais precisamente, na cidade de Desterro, veremos com mais detalhes no segundo capítulo.

arregimentar a ideia de uma cadeia de apoios e de ajustes em favor das iniciativas do presidente. A promessa de recursos foi o elo entre grande parte dos prefeitos do interior do estado e o presidente. Esse fato ampliou a margem de apoio ao candidato do partido ao governo da Paraíba nas eleições vindouras.

No ano de 1982, o Brasil viveu mais um pleito, dessa vez, também para governador, pois, desde 1966, os governadores eram indicados pelo presidente da República. Isso significou que, com o adiamento das eleições municipais, o eleitor precisou votar em candidatos de todos os níveis, com exceção do presidente, que, no mês de outubro de 1982, esteve, mais uma vez, na Paraíba para uma rápida visita e aproveitou o ensejo para conclamar o povo paraibano a votar em seu partido. Em seu discurso, declarou:

– ‘Eu vos conclamo a que me apoieis maciçamente votando nos candidatos do PDS: Wilson Braga e José Carlos da Silva Junior, para o Governo do Estado; Amir Gaudêncio, Marcondes Gadelha e Olavo Nóbrega para o Senado, e em todos os seus candidatos a deputado federal, deputado estadual, prefeito e vereador’ (A UNIÃO, 08 de outubro de 1982, p. 03).

Na Paraíba, o presidente foi ouvido, e o PDS elegeu a maioria dos parlamentares estaduais, federais e o senador Marcondes Gadelha, de acordo com os dados do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba. Em outros estados, Conforme Skidmore (1988), o “pacote de novembro”²⁵ não conseguiu cumprir o objetivo de barrar o crescimento da oposição. Não podia ter sido diferente. Os políticos paraibanos estavam alinhados aos interesses da base do governo federal, e as articulações partidárias davam conta de uma movimentação que estava sustentada na possibilidade de conseguir verbas públicas para os pequenos municípios atingidos pela seca, ainda que só no discurso.

Esse quadro eleitoral também fomentou o debate em prol das eleições diretas para a sucessão presidencial de 1985. O deputado do PMDB, Dante de Oliveira²⁶ apresentou uma

²⁵ O ‘Pacote de Novembro’ foi uma série de medidas eleitorais cujo objetivo foi o de favorecer o PDS – partido do governo federal. Entre essas medidas, estavam: o voto vinculado, a proibição das coligações partidárias, a sublegenda para o Senado e a chapa completa. Além de aumentar a chance de vitória do PDS, essas medidas favoreceram o partido do governo nos municípios, visto que a oposição ficou em desvantagem. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/novo-pacote-tenta-fazer-o-pds-vencer.>>. Acessado em 16 de abril de 2020. Ver também: ARTURI, Carlos S. O debate teórico sobre mudança de regime político: o caso brasileiro. In: **Revista de Sociologia e Política** nº 17: 11-31 nov. 2001.

²⁶ Dante Martins de Oliveira (1952-20060), nasceu em Cuiabá. Participou, em 1970, do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Foi eleito deputado estadual e assumiu o mandato em fevereiro de 1979. Também foi eleito deputado federal e assumiu o mandato 1983. O Projeto de Emenda Constitucional, que se tornaria conhecido com seu nome, foi apresentado por Dante, que propôs o restabelecimento da eleição direta em

emenda constitucional para que as próximas eleições para presidente ocorressem por meio do voto popular e direto. Se aprovada, a emenda tornaria a eleição presidencial de 1985 um marco para o retorno da democracia. O parlamentar Tarcísio Burity²⁷, que participou das discussões acerca da Emenda Dante de Oliveira, deixou claro que era favorável às eleições diretas e à emenda em questão. Para o parlamentar, a não aprovação da emenda frustraria a população brasileira. Sob seu ponto de vista,

Para a institucionalização plena do regime democrático e o fortalecimento das instituições políticas, ‘não é suficiente apenas a forma pura e simples de eleições diretas, sob pena de o futuro Presidente, mesmo eleito pelo povo, deter nas suas mãos poderes discricionários, por força da Constituição que aí está, que é uma colcha de retalhos de emendas e subemendas’ [...] (O NORTE, 02 de mar. de 1984, p. 03).

Tarcísio Burity destacou, ainda, a importância de acrescentar, na emenda Dante de Oliveira, maior poder de fiscalização do Congresso Nacional. Ao ser entrevistado pelo Jornal A União, o então governador da Paraíba, Wilson Braga²⁸, foi indagado sobre a emenda Dante de Oliveira e a orientação que seria dada aos parlamentares paraibanos. Sua posição foi enfática quando afirmou:

todos os níveis e marcou para 15 de novembro de 1984 a eleição para Presidente da República no mês de fevereiro de 1983. Como não houve quórum suficiente para enviar a proposta ao Senado, ela foi derrotada em 25 de abril. Em maio de 1986, foi convidado pelo Presidente José Sarney para assumir o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, do qual saiu um ano e meio depois, por apoiar a redução do mandato presidencial para quatro. Disponível em: <<http://fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/dante-martins-de-oliveira>> Acessado em 04 de janeiro de 2019.

²⁷ Tarcísio de Miranda Burity (1938-2003) era filho de Luís Gonzaga de Albuquerque Buriti e de Maria José de Miranda Buriti. Em 1961, concluiu o Curso de Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade da Paraíba, e em 1964, o Curso de Sociologia na Universidade de Poitiers na França; fez Doutorado em Ciência Política na Suíça, no Instituto Universitário de Altos Estudos Internacionais de Genebra. Ao retornar para o Brasil, foi nomeado chefe de gabinete do reitor da UFPB em 1971, e no ano seguinte, diretor da Faculdade de Direito da UFPB. Foi secretário da Educação no governo de Ivan Bichara (1975-1978) e governador da Paraíba durante dois períodos: de 1979 a 1982, no regime militar, pela ARENA; atuou como deputado federal da Paraíba de 1983 a 1987 pelo PDS; foi eleito governador em 1986 para o mandato de 1987/1991 pelo PMDB. Foi favorável às eleições diretas. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/buriti-tarcisio>>. Acessado em 16 de abril de 2020. Ver Também: RAMOS, Biu. **Burity: esplendor e tragédia**. João Pessoa: Santa Maria, 2008; GUEDES, Nonato. Tarcísio Burity: um homem que, segundo se diz, tem linha direta com o Céu. In: SILVA, Pontes da; MELLO, José Octávio de Arruda e SANTOS, Walter. (Coord.). **Poder e política na Paraíba: uma análise das lideranças 1960-1990**. João Pessoa: API A UNIÃO, 1993.

²⁸ Wilson Leite Braga nasceu em Conceição-PB, cidade localizada no Vale do Piancó, em 1931, faleceu com 88 anos de idade no dia 18 de maio de 2020. Foi político, advogado e empresário. Conquistou o primeiro cargo eletivo em 1954, como deputado estadual na Paraíba. Antes dos 60 anos de idade, disputou dez eleições em 35 anos de carreira política. Dessa maneira, ele chegou ao regime civil-militar e concorreu a cargos eletivos. Com perspicácia e estratégias, conseguia ser eleito. Foi deputado federal em 1966 pela ARENA e reeleito em 1970. Participou ativamente de todo o processo de transição para a abertura política. Disponível em: <<http://fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/wilson-leite-braga>>. Acessado em 25 de janeiro de 2019.

[...] A minha posição todos sabem que fui eu um dos primeiros a levantar a bandeira pelas eleições diretas. Levantei por convicção. Toda a Paraíba sabe que nunca quis ser escolhido governador desse estado por via indireta. Eu não estou defendendo eleições diretas por demagogia, por exibicionismo. Estou por convicção (Jornal A UNIÃO, 16 de mar. de 1984, p. 03).

O posicionamento do então governador, Wilson Braga, refletiu a reativação da competição política que favoreceu as disputas político-partidárias, principalmente das oposições, pois o discurso buscou construir espaços de beneficiamento e, nesse caso, o maior beneficiado com as eleições diretas para presidente, em 1985 seria o povo. Remando em favor da corrente, os governadores e os prefeitos desempenharam um papel importante na organização das manifestações, visando construir seus redutos de poder, caso a emenda Dante de Oliveira fosse aprovada.

Na Paraíba, o partido do governo ficou dividido e houve desentendimentos entre os principais líderes políticos sobre a proposta do deputado Dante de Oliveira. Soares (2016) pontuou que a Campanha das “Diretas já” durou em torno de 14 meses e que, na Paraíba, o senador Humberto Lucena, líder do PMDB paraibano, colaborou com a organização do Comitê Pró-Diretas Teotônio Vilela, que foi formado por grupos que fizeram oposição ao regime militar. Além do retorno ao regime democrático, o senador enfatizou que as eleições diretas influenciariam a solução dos problemas econômicos que o país atravessava naquele momento.

A emenda, no entanto, não foi aprovada, e uma comoção tomou conta das pessoas que estavam reunidas à espera de que a lei fosse aprovada, ao perceberem que ainda não seria nessa eleição de 1985 que o povo exerceria o direito de escolher o chefe do Poder executivo federal. Para a nação defender “[...] a democracia no Brasil, naquele momento, significou defender eleições diretas, liberdades civis, sociais, políticas e de expressão. Definição que garantia os interesses das elites políticas [...]” (CORDÃO, 2018, p. 33). Ademais, o termo democracia não é relativo somente às instituições políticas, mas também às conquistas de direitos civis e sociais. Sem a aprovação da Emenda Dante de Oliveira, o governo de João Figueiredo deu continuidade ao processo de abertura política iniciada por Ernesto Geisel, para a volta das liberdades democráticas, mas no ritmo que entendiam os militares.

1.1.2 – O protagonismo dos políticos civis: o fim do governo dos militares e a eleição de Tancredo Neves.

Antes das convenções para se escolher definitivamente os presidenciáveis, em Brasília, os processos fervilharam a respeito da escolha do candidato do PDS para concorrer à presidência. E pelo visto, o “toma lá dá cá” aconteceu ainda na convenção do partido do governo, em uma tentativa de comprar votos para que Paulo Maluf²⁹ fosse escolhido o candidato do PDS. Em entrevista, Maluf chegou a afirmar que sua vitória na convenção seria “estrondosa”, mas se irritou quando foi indagado sobre

[...] uma denúncia do deputado José Lourenço (PDS-Bahia), publicada ontem pelo jornal ‘O Estado de São Paulo’ de que teria sido abordado pelo malufista Eduardo Galil com a oferta de 100 milhões de cruzeiros em troca dos votos que Lourenço possui na convenção. ‘É uma mentira deslavada e repugnante’, comentou Maluf. [...] (JORNAL A UNIÃO, 09 de ago. de 1984, p. 03).

A insistência dos repórteres no assunto irritou o presidenciável, que, em suas colocações, deixou claro que, se fosse necessário processar por essas acusações o faria. E fez questão de ressaltar que “[...] percorreu o país inteiro, visitando, no mínimo duas vezes, cada Estado e conversou com todas as lideranças. ‘E se existe uma classe honesta nesse país é a dos políticos’ [...]” (A UNIÃO, 09 de ago. de 1984, p. 03). A imprensa paraibana noticiou, depois das convenções do PDS e do PMDB, os nomes escolhidos para concorrer ao cargo do Executivo Federal.

O PMDB apresentou Tancredo Neves³⁰, e o PDS, disputado por Mário Andreazza e Paulo Maluf, apresentou o nome do segundo. Os dois candidatos tiveram pela frente um desafio

²⁹ Paulo Salim Maluf, de origem libanesa, nasceu na cidade de São Paulo, no dia 3 de setembro de 1931. Pela Escola Politécnica da USP, graduou-se em Engenharia Civil em 1954. Sua trajetória política iniciou em 1967, durante o regime militar, quando assumiu a Prefeitura de São Paulo indicado pelo então general-presidente Artur da Costa e Silva. Como prefeito de São Paulo, presenteou os jogadores da seleção brasileira com um automóvel por vencerem a Copa do Mundo de 1970 no México. Ainda na década de 1970, colocou-se contra a extinção do Ato Institucional nº 5 (AI-5), pois o considerava um instrumento imprescindível ao combate à corrupção e à subversão. Para Maluf, em vez de revogar o AI-5, o governo deveria institucionalizá-lo, como defendiam outros líderes políticos. Meses depois, ao percebendo que sua revogação fazia parte importante do processo de redemocratização, voltou atrás em seu posicionamento. Maluf também foi governador de São Paulo, nos anos de 1979 a 1982, pelo Colégio Eleitoral. Sua carreira política foi marcada por seguidas denúncias de corrupção. Atualmente encontra-se em prisão domiciliar e teve seu mandato de deputado federal cassado. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/paulo-salim-maluf>. Acessado em 14 de janeiro de 2019. Ver também o livro: *Ele, Paulo Maluf, trajetória da audácia*. O livro foi escrito pelo jornalista Tão Gomes Pinto a partir de depoimentos feitos pelo próprio deputado em 2008.

³⁰ Tancredo de Almeida Neves – 1910-1985. Foi Presidente da República eleito pelo Colégio Eleitoral, mas não empossado. Também foi advogado e empresário. Sua sobrinha-neta, Lucília de A. Neves Delgado, escreveu a biografia do seu tio-avô e historicizou sobre o homem, que já trazia em sua trajetória política a marca da vocação democrática. Dessa maneira, pretendia justificar o motivo de Tancredo ter sido escolhido para dar continuidade à transição para retomar as instituições democráticas. Tancredo foi um homem que agia de acordo com os os sociopolíticos de sua época. Interessante que, assim como Ulysses, seus direitos políticos não foram suspensos e conseguiu manter seu *Estatus quo*. Era um homem que prezava pelo diálogo conciliatório. “*A memória de*

em comum: conquistar os votos no Colégio Eleitoral dos pedessistas que votaram em Mário Andreazza. A manchete do Jornal destacou que o cargo de presidente seria disputado por Tancredo Neves e Paulo Maluf, vistos como políticos competentes e experientes. Assim sendo, os presidenciáveis “[...] têm em comum entre si apenas o fato de enfrentar um universo de eleitores extremamente instável e prenhe de definições concretas” (A UNIÃO, 14 de ago. de 1984, p. 03).

Na Paraíba, o candidato Paulo Maluf, conforme a imprensa, ainda não tinha a maioria dos votos no Colégio Eleitoral, pois grande parte dos parlamentares paraibanos, sob a liderança do governador Wilson Braga (1983–1987), apoiou Mário Andreazza na disputa pela vaga de candidato a presidente pelo partido do governo (A UNIÃO, 09 de agosto de 1984, p. 01). Por isso o governador paraibano precisou analisar o impacto de sua decisão de apoiar Paulo Maluf, visto que os líderes políticos paraibanos do Interior do estado provieram de legendas remotas como a UDN, foi o caso de Desterro, por exemplo.

[...] a Paraíba, ao contrário da previsão dos analistas, ainda não *malufou* completamente. O senhor Paulo Maluf, inclusive tem conhecimento dessa realidade e vem, desde agora, lutando para estender seus tentáculos e agregar a representação local ao seu comando. [...] ele tem manobrado para no sentido de dobrar a resistência do Senador Milton Cabral e acoplá-lo à sua candidatura, enquanto começa a assediar, de forma direta, os delegados indicados pela Assembleia Legislativa ao Colégio Eleitoral [...] (A UNIÃO, 18 de ago. de 1984, p. 03).

O clima de campanha foi tão acirrado na Paraíba que o deputado Joacil Pereira (PDS) salientou que as injúrias que o candidato Paulo Maluf sofreu teriam que chegar ao fim. Os provocadores, de acordo com o deputado, eram aliados de Tancredo Neves, e o deputado acreditava em sua vitória, mesmo ao contrariar a opinião popular que, sob seu ponto de vista, foi influenciada pela propaganda feita contra o presidenciável. Então, afirmou:

[...] Vamos reverter tudo isso que está aí montado; vamos nos reunir em todas as unidades da Federação, em cada cidade, e vamos também reagir a violência que eles, as forças que apoiam o Dr. Tancredo fiquem certos de que nós lhe daremos o troco. Se querem provocar a baderna, fiquem certos de que os

Tancredo Neves, que o inclui na lista dos que resistiram a um regime ‘autoritário’, foi fabricada por ele próprio, pelos aliados políticos e alardeada pela grande imprensa durante a campanha presidencial de 1984-1985, consolidada quando de sua doença e morte e reproduzida em narrativas biográficas elaboradas a posteriore. [...]” (CORDÃO, 2018, p. 145). Ver mais em: SILVA, Elisiane da Silva; NEVES, Gervásio Rodrigo e MARTINS, Liana Bach (Orgs). Tancredo Neves: pensamentos e fatos. Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2011.

comícios do PMDB também terão baderna. Vamos reagir no pau, a exemplo do que fizemos na campanha de 1982 quando forças aliadas ao candidato Antônio Mariz quiseram nos ameaçar; reagimos e eles foram embora. Não queremos provocar, mas não aceitaremos provocação (A UNIÃO, 07 de out. de 1984, p. 03).

Considerando o exposto, percebemos que, na Paraíba, a campanha para a sucessão presidencial estava muito acirrada. Sobre isso, o jornal A União noticiou: “O governador Wilson Braga comunicou oficialmente, ontem, ao presidente Figueiredo que o PDS da Paraíba decidiu apoiar a candidatura do deputado Paulo Maluf à sucessão. [...]” (A UNIÃO, 19 de out. de 1984, p. 01). O apoio de Wilson Braga à candidatura de Paulo Maluf, na conjuntura da eleição presidencial de 1989, gerou um clima de desconforto no clã Braga. Lúcia Braga³¹ se colocou favorável à candidatura de Tancredo Neves e obteve o apoio dos filhos (RODRIGUES, 2016). Importante destacar que este desconforto, pode ter se tratado de um “jogo encenado”³² com o objetivo de agradar os agentes do campo político e social.

A notícia foi recebida com entusiasmo pelo presidente, que elogiou a preocupação dos paraibanos em manter a unidade do PDS apesar das pressões sofridas. O presidente deixou claro que a posição do governador paraibano poderia atrair outros partidários, e que esse fato o ajudaria a dar continuidade à democracia. No seu discurso em agradecimento ao apoio do governador, ele proferiu: “[...] a ‘Paraíba pequenina, mulher macho sim senhor, que falou alto em 1930’ não haveria de falhar com o governo nas eleições que, então, iriam se realizar [...]” (A UNIÃO, 19 de out. de 1984, p. 03). Depois, agradeceu aos líderes políticos que estavam presentes e interessados em dar continuidade ao processo de redemocratização.

Embora o apoio de Wilson Braga ao presidenciável Paulo Maluf não tenha sido consensual, politicamente se definiu como previsível. A base de sustentação do então governador era situacionista, e seus partidários, sobretudo os do interior, haviam se consolidado nas lideranças locais pelo PDS. Portanto, o peso das lideranças locais, favorecidas pela manobra de adiamento das eleições municipais em 1982, cujo resultado foi uma extensa base política pedessista, possibilitou que o apoio a Paulo Maluf fosse dado como certo, porém, o presidenciável não alcançou êxito em sua campanha para o executivo federal.

³¹ Sobre a atuação política de Lúcia Braga, consultar: RODRIGUES, Dayanny Dayse Leite. **Mulheres e política no estado da Paraíba**: a atuação de Lúcia Braga em meio às práticas políticas locais. João Pessoa, 2017.

³² Georges Balandier, destacou em sua obra, *O poder em Cena*, que os agentes sociais e/ou políticos podem teatralizar seus atos de acordo com os seus interesses, visto que, “*Por trás de todas as formas de arranjo da sociedade e de organização dos poderes encontra-se, sempre presente, governando dos bastidores, a ‘teatrocracia’*. Ela regula a vida cotidiana dos homens em coletividade. É o regime permanente que se impõe aos diversos regimes políticos, revogáveis, sucessivos. [...]” (BALANDIER, 1982, P. 5).

Em vista disso, “[...] Tancredo Neves articulou, negociou, cedeu e avançou. Toda a sua arquitetura política teve êxito. Os planos para o futuro próximo pareciam controláveis e previsíveis [...]” (FERREIRA, 2018, p. 35). O dia 15 de janeiro de 1985 foi uma data memorável, independentemente de quem venceu a eleição, porque, embora tenha sido por via indireta, o fato é que um civil foi escolhido para presidir o Brasil. Com essa eleição, encerrou-se o governo dos militares. O Jornal A União noticiou:

Nesse momento histórico, é lícito o reconhecimento público ao presidente Figueiredo, que, como líder do sistema, soube conduzir o processo galhardamente, para fazer que ele tivesse curso normal e desaguasse, nas eleições que, hoje, devolvem o Brasil ao Poder civil pelo qual toda a Nação ansiava, com irrecusável fervor cívico (A UNIÃO, 15 de jan. de 1985, p. 01)

Com essa notícia a imprensa local levou a sociedade paraibana a crer na atuação do presidente, todavia, para que o país vivenciasse as eleições diretas, a sociedade civil se organizou contra o regime em vários momentos do governo dos militares. Sob a liderança de Figueiredo, o projeto de abertura política estava prestes a ser concluído, os militares deixavam de ser os protagonistas do processo, e os políticos civis assumiram, a partir de 1985, a incumbência de continuar o “lento” processo a caminho para as liberdades democráticas. A imprensa tratou de manter a população informada de todos os processos dessa eleição, em que escolheria um civil para o cargo de Chefe do Executivo Federal do país e enfatizou as adversidades que o novo presidente tinha em seu governo.

Ressalte-se, contudo, que o ano de 1985, período em que teve início o novo governo civil, começou com a complicada saúde do eleito. Logo, os líderes políticos que estavam a par de toda a situação chegaram à conclusão de que o vice, José Sarney, deveria assumir o governo até que a saúde do presidente eleito fosse restabelecida, e ele pudesse assumir. Depois de toda a campanha e do alcance simbólico da eleição de Tancredo Neves, o pior foi empossar, como primeiro presidente civil, depois do governo de cinco militares, um ex-presidente da ARENA – que havia participado do Golpe de 1964 e era visto como um oportunista de ocasião, uma vez que Sarney havia abandonado o partido do governo e se candidatado a vice no partido da oposição. Entretanto, isso ainda seria menos desgastante do que convocar novas eleições (FERREIRA, 2018). Em 15 de março de 1985, Sarney foi empossado Presidente do Brasil e iniciou o governo como representante do Poder Executivo federal interinamente. “[...] Nessa

situação, provisória e carente de legitimidade, Ulysses Guimarães tornou-se o regente da República. [...] ele atuava como chefe de governo informal [...]” (FERREIRA, 2018, p. 40).

José Sarney só assumiu a presidência em definitivo depois da morte de Tancredo em 21 de abril de 1985. Assim, nas primeiras medidas de governo, o Presidente já sinalizou que daria continuidade ao projeto de abertura. Por isso,

[...] enviou ao Congresso Nacional o Chamado Emendão. Tratava-se de uma série de iniciativas democratizantes, como: estabelecer eleições diretas para presidente da República em dois turnos, assim como para prefeitos das chamadas áreas de segurança nacional; estender aos analfabetos o direito de votar; legalizar os partidos comunistas e organizações como a UNE; alterar a legislação de modo a facilitar a criação de novos partidos políticos, entre outras. Em junho, ele enviou proposta de emenda constitucional para convocar uma Assembleia Nacional Constituinte. Além disso, pôs fim à censura [...] (FERREIRA, 2018, p. 41).

Aos poucos, o novo Presidente ganhou a confiança da população. No tocante à Assembleia Nacional Constituinte, que foi estabelecida em 1987, não foi uma medida ofertada pelo governo em transição, mas uma resposta aos apelos dos movimentos da sociedade. Então, “[...] foi a partir da derrota da Emenda das Diretas Já!, em 1984, que o ‘grito’ da Constituinte Já! se fez ouvir no máximo volume [...]” (VERSIANE, 2014, p. 369).

Para isso, foi criado um projeto chamado Educação Popular Constituinte, que visava assessorar os grupos que manifestassem interesse em participar da elaboração da Constituição. Várias entidades se reuniram com o intuito de dar andamento ao projeto, e uma série de medidas foi executada, como palestras, criação de cartilhas, plenarinhos, seminários etc. Universidades, entidades sociais brasileiras, partidos políticos, intelectuais e artistas, todos por uma Constituição democrática. Em fins dos anos de 1980, ganhou força, no debate político, a ideia de que a construção de um Brasil democrático passava pela ideia da participação popular. Por essa razão era importante defender as eleições pelo voto direto e secreto com a participação popular (VERSIANE, 2014).

Na tentativa de conter o avanço da crise econômica e o alto índice inflacionário em que o país se encontrava, foi lançado, em 28 de fevereiro de 1986, o Plano Cruzado³³ que, de

³³ Esse plano econômico foi anunciado em 28 de fevereiro de 1986. Seu principal objetivo era de estabilizar a economia brasileira. A nova moeda substituiu o cruzeiro. Quando esse plano surgiu, a população se defrontava com uma inflação que atingiu uma taxa anual de 517%, nos meses de janeiro e fevereiro de 1986, de acordo com o índice geral de preços da Fundação Getúlio Vargas. As principais medidas do Plano Cruzado foram: 1) introdução de nova moeda; 2) regra de conversão de obrigações contratuais; 3) extinção e desindexação da Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional (ORTN); 4) indexação dos salários; 5) conversão dos aluguéis,

certo modo, deu “fôlego” ao governo e à população que sofria com a alta dos preços de mercadorias de primeira necessidade, como os gêneros alimentícios. Ocorreu que, o plano não durou e seu fracasso foi atribuído por analistas a erros de administração do próprio projeto. Nas entrelinhas, o verdadeiro objetivo que estava por trás do Plano Cruzado era de vencer as eleições para governador, prefeitos e parlamentares de 1986, visto que esse Plano propiciou a confiança na economia e, conseqüentemente, no grupo político que o efetivou (FERREIRA, 2018).

Neste sentido, na Paraíba, os efeitos do Plano Cruzado foram positivos para as eleições, uma vez que o PMDB elegeu 16 dos 38 deputados estaduais, 7 dos 12 deputados federais e os dois senadores³⁴. Conforme o jornal *A união*, o ano de 1986 começou com as tramas políticas sobre as convenções partidárias e a escolha dos candidatos que representariam cada partido. A campanha para sucessão governamental enveredou por um caminho que mais parecia uma batalha entre braguistas³⁵ e tarcisistas³⁶. As acusações contra Tarcísio Burity e contra Wilson Braga foram evidenciadas na imprensa. O primeiro foi criticado pela imprensa paraibana porque se filiou ao PMDB, que, já na conjuntura política desse período, era o maior partido do País. Essa filiação dividiu opiniões da classe política paraibana. Mas o jornal, em uma nota, frisou que a filiação do deputado foi, na verdade, uma “[...] expressão política de alto teor eleitoral, contudo, ao se filiar ao PMDB, não trouxe ninguém apenas ele mesmo. Quer dizer, sua adesão ao maior partido do país não soma, ao contrário, divide-o [...]” (A UNIÃO, 14 de mai. de 1986, p. 03).

Ao passo que os entendimentos partidários avançavam, o Jornal A União noticiava as realizações do então governador, Wilson Braga (1983 – 1987), pelas cidades da Paraíba, possivelmente, com o objetivo de influenciar o voto dos eleitores: uma espécie de pedido de reconhecimento por meio do voto pelos serviços prestados. Na nota do jornal, foram apresentados obras e serviços em toda a Paraíba, inclusive na cidade de Desterro, onde o governador construiu e ampliou escolas e posto de serviço telefônico. Em agradecimento, o prefeito Geraldo Leite Barbosa (1983/1988; 1993/1996) exaltou a capacidade de comunicação do governador e acrescentou que estava em construção um açude com cinco milhões de metros

prestações do Sistema Financeiro de Habitação e mensalidades escolares; 6) utilização da taxa de câmbio como âncora do sistema e fixação de seu valor em 13 cruzados e 80 centavos por dólar. Ver mais em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-cruzado>>. Acessado em 14 de janeiro de 2019.

³⁴ Dados obtidos no Tribunal Regional Eleitoral. Disponível em: <<http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>> Acessado em 31 de agosto de 2020.

³⁵ O termo ‘braguistas’ foi criado para identificar os apoiadores políticos de Wilson Braga.

³⁶ Tarcisistas eram os apoiadores políticos de Tarcísio Burity.

cúbicos – O Jeremias³⁷ – que resolveria o problema de abastecimento d’água na cidade. O jornal também mostrou outras obras, a saber:

Construção dos abastecimentos d’água singelos dos povoados de cacimbas, tataíra, São Sebastião e Barra do Vieira.
 Distribuição de silos com agricultores.
 Doação financeira para a construção da Escola de 1º e 2º graus Gertrudes Leite de Andrade.
 Criação do Curso de ensino supletivo.
 [...] Contratação, pelo governo estadual, de um médico e uma dentista para o município.
 Assinatura de convênios para ampliação da rede telefônica da sede e instalação do OS do povoado de Cacimbas.
 [...] (A UNIÃO, 15 de mai. de 1986, p. 15).

As cidades do interior do estado tiveram o cuidado de apresentar as obras realizadas e em andamento pelo governador para confirmar seu apoio político, ao mesmo tempo em que comprovaram a atuação do executivo estadual. A campanha eleitoral cresceu com o apoio das cidades mais longínquas da Paraíba. Se rememorarmos a construção das bases possedistas nas eleições de 1982, veremos que a campanha de 1986 de Wilson Braga, para governador, valeu-se dessa sustentação político-partidária para tentar a eleição e conquistar os votos dos paraibanos, sobretudo, no interior do Estado, por que jogava com a retórica individualista e oportunista do adversário Tarcísio Burity, que, na opinião do então deputado federal, Joacil de Brito, ao ser indagado sobre a substituição da candidatura de Humberto Lucena³⁸ pela de Tarcísio Burity para governador da Paraíba, acentuou que, como político, seria um desastre para o Estado, e ainda o nomeou de “Janiozinho” da Paraíba:

[...] Nós políticos, de todos os partidos, devemos ter como principal objetivo, agora, destruir politicamente – e não pessoalmente o deputado Tarcísio Burity que, como político, é um desastre, é um Janiozinho da Paraíba, que não considera políticos, partidos, compromissos nem sentimento de lealdade, e só ele (A UNIÃO, 03 de jul. de 1986, p. 05).

³⁷ A construção desse açude comprovou a prática do clientelismo evidenciado pelo assistencialismo aos desterrados, assim como os arranjos entre as esferas estadual e local, assunto que será discutido no segundo capítulo.

³⁸ A imprensa divulgou a seguinte manchete: “O PMDB se entrega a Burity” [...] o ex-governador Tarcísio Burity adentrou com todas as honras no maior partido do país e poderá, quem sabe?, abocanhar a cabeça da chapa como uma espécie de dote [...] (A UNIÃO, 14 de maio de 1986, p. 03).

Em vista disso, o deputado Evado Gonçalves viu com desconfiança a filiação de Tarcísio Burity no PMDB e enfatizou que “o fato do deputado Tarcísio Burity ter passado para os quadros do PMDB não vai [...] influir negativamente para a vitória dos candidatos do PDS/PFL/PTB [...] (A UNIÃO, 20 de julho de 1986, p. 05). Do mesmo modo, críticas ao PMDB e a Tarcísio Burity foram lançadas, também, pelo senador Humberto Lucena, que cedeu a “cabeça da chapa” ao parlamentar, quando se negou a participar do debate promovido pela Associação Paraibana de Imprensa – API³⁹. Na mesma manchete, foram noticiadas as depreciações dos deputados Afrânio Bezerra (PDS) e Egídio Madruga (PDS) contra o fato de o candidato da oposição ter desistido do debate.

Na outra ponta da disputa eleitoral, esteve a coligação PDS/PFL/PTB. De início, o governador Wilson Braga apoiou a candidatura de José Carlos da Silva Júnior, que “[...] sempre apareceu liderando as preferências políticas em todo o Estado. Por essa razão é o candidato do partido e o meu candidato’ disse, ontem, o governador Wilson Braga [...]” (A UNIÃO, 18 e abril de 1986, p. 01). Na mesma notícia, ficou claro que ainda não era uma decisão unânime do partido, porque o indicado relutou em aceitar a indicação. No entanto, Wilson Braga lançou seu sucessor no mês de maio (A UNIÃO, 07 de mai. de 1986, p. 01). Apesar disso, as negociações no interior do próprio partido inviabilizaram a candidatura de José Carlos, e Marcondes Gadelha foi apresentado oficialmente como candidato do partido. No lançamento dessa candidatura ao governo do estado, o jornal noticiou a fala do ex-governador, Wilson Braga, que proferiu: “Morre, aqui, o ódio para nascer a vitória do nosso esquema político, que haverá de conduzir nomes que estão à altura da continuidade de um programa de obras, de trabalho voltado inteiramente para o povo e para a pobre” [...] (A UNIÃO, 29 de jul. de 1986, p. 05).

Havia poucos meses para a eleição, e líderes políticos ainda estavam a abandonar o PMDB. Devido a isso, a campanha do PDS/PFL/PTB cresceu, e a vitória foi vista como certa. Assim, do interior da Paraíba, Marcondes Gadelha recebeu adesões dos vereadores do PMDB da cidade de Desterro. Com o resultado da eleição, Marcondes Gadelha recebeu da cidade de Desterro 2.931 votos, e Tarcísio Burity, 2.636, segundo dados do Tribunal Regional Eleitoral.⁴⁰

³⁹ “Humberto Lucena se irrita com desistência de Burity” (A UNIÃO, 06 de set e 1986, p. 05).

⁴⁰ Dados disponíveis em: <<http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>>. Acessado em 18 de abril de 2010. É importante enfatizar que a acirrada disputa eleitoral de 1986 entre Tarcísio Burity (PMDB) e Marcondes Gadelha (PDS/PFL/PTB) foi permeada de acusações, durante toda a campanha. Tais acusações fogem do objeto de pesquisa do nosso trabalho, por isso não as destacamos. Mais detalhes estão no Jornal A União, no período de fevereiro a outubro de 1986.

As apurações ainda não haviam sido concluídas, mas, em 19 de novembro de 1986, virtualmente, Burity já estava eleito, e o Jornal *A União* anunciava: “[...] de Cabedelo a Cajazeiras, chegam notícias constantemente dos resultados das últimas urnas. E em cada uma delas, a grande preferência já não se discute mais. [...] (A UNIÃO, 19 de novembro de 1986, p. 05). Para o candidato, Marcondes Gadelha, que, durante toda a campanha, destacou-se como o preferido, quiçá, o mais votado, houve injustiça ao não ser eleito. Mas explicou o fato da seguinte forma:

[...] o vento peemedebista varreu o país cavalgando o sucesso do Plano Cruzado e a popularidade do presidente Sarney, Ulysses e seus cavaleiros conquistaram os Executivos estaduais e, no vendaval, derrubaram candidatos que – como eu e Roberto Magalhães, de Pernambuco – as pesquisas do Ibope e de outras instituições apontavam como eleitos (A UNIÃO, 24 de dez. de 1986, p. 04).

A vitória do PMDB, na Paraíba e nos demais Estados brasileiros, deveu-se à popularidade do Presidente José Sarney e ao sucesso do plano cruzado naquele período. Dois outros importantes processos finalizaram a abertura política: a promulgação de uma nova Constituição, apelidada de “Constituição cidadã”, em 1988, e a eleição direta para presidente em 1989. Dessa maneira, as eleições diretas para presidente coroaram a década de 1980.

Nas eleições de 1989, três grupos de candidatos concorreram ao cargo de presidente e se destacaram de acordo com características e interesses comuns. O primeiro grupo era composto de pessoas que não tinham nenhuma experiência e/ou pouca experiência político-partidária até as eleições de 1989; o segundo - o grupo dos presidenciáveis - reuniu candidatos que iniciaram sua carreira política no decorrer do regime civil-militar; no terceiro grupo, estavam reunidos os candidatos cuja carreira política começou antes do Golpe de 1964, como Leonel Brizola, do PDT⁴¹, Ulysses Guimarães, do PMDB e Itamar Franco, que foi candidato a vice-presidente ao lado de Fernando Collor e outros (CARVALHO, 2014).

[...] No dia 15 de novembro de 1989, a República completava seu centenário. E os brasileiros iam às urnas escolher o presidente da República após 29 anos sem exercer esse direito, desde o longínquo 3 de outubro de 1960 em que Jânio Quadros e João Goulart foram eleitos presidente e vice-presidente. 70% dos eleitores do país votavam pela primeira vez para a chefia do poder executivo

⁴¹ Partido Democrático Trabalhista (PDT), fundado na conjuntura da redemocratização por Leonel Brizola em 16 de setembro de 1980. Esse partido tinha como modelo o socialismo europeu. Ver mais em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-democratico-trabalhista-pdt>>. Acessado em 12 de dezembro de 2018.

federal; [...] Simbolicamente, a data reunia em si o passado e o futuro – a trajetória nacional, em todos os seus percalços, ao lado da promessa do início de algo novo, após as décadas da ditadura civil-militar e os duros anos da crise econômica (CARVALHO, 2014, p. 385-386).

Essa foi a primeira eleição depois do Golpe Militar de 1964. Nesse ano, toda a população que estava apta a votar foi às urnas para escolher o novo presidente do Brasil, por meio do voto direto, secreto e popular. A população estava, de fato, voltando a exercer as liberdades democráticas. Assim, na “eleição de 1989 – quando 72 milhões de eleitores foram às urnas para eleger o presidente da República – finalmente encerrou o terceiro e último período da transição brasileira [...]” (KINZO, 2001, p. 9). Esse longo e difícil processo para o retorno da democracia foi marcado pela posse de Fernando Collor de Melo em 15 de março de 1990.

Nessa conjuntura, desenhada nas linhas acima e que buscam verticalizar a análise deste estudo para as relações de poder e a atuação política da família Leite em Desterro – PB, é necessário compreender, além do espectro conjuntural e histórico do período, em que medida os processos nacionais verticalizaram as políticas públicas do Estado brasileiro para a imensidão dos estados da Federação, dos interiores e das cidades pequenas.

1.2 Interior paraibano: políticas públicas do regime militar para as cidades do Sertão paraibano.

1.2.1 Uma atuação assistencialista entre as secas e as enchentes.

O interior paraibano é composto de cidades de pequeno e de médio portes. Sendo assim, analisaremos, nesse ponto, a atuação do Governo Federal e do Estadual nas cidades que estão localizadas no Interior da Paraíba, no período em que o país vivenciou a transição para a volta das liberdades democráticas. Neste estudo, analisaremos as cidades localizadas no sertão paraibano, mais precisamente, a região do entorno da Serra do Teixeira, onde se encontra a cidade de Desterro, espaço geográfico que concentra os objetivos de nosso estudo.

Para atender e/ou prestar assistência à população localizada no interior do estado, o Governo Federal criou o Ministério do Interior⁴², no governo do presidente general Castelo

⁴² Esse Ministério foi extinto em 1990 e convertido em Ministério da Justiça e Negócios Interiores pela medida provisória de nº 151, de 15 de março de 1990. Sobre a criação desse Ministério, ver: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/4161/2944>>. Acessado em 25 de outubro de 2019.

Branco, por meio do Decreto-Lei nº 200 de 25 de fevereiro de 1967. Entre as atribuições desse Ministério, constavam: o beneficiamento de obras contra as secas, o desenvolvimento regional, a assistência aos municípios, entre outras competências.

Ao longo das análises realizadas no período distencionista do governo Ernesto Geisel e de abertura política do governo João Figueiredo, verificamos, por meio do jornal de maior circulação no estado – *A União* - que a atuação dos parlamentares federais e estaduais, em consonância com o governo federal e os ministros do Interior, empreendeu ações de políticas públicas assistencialistas em meio a fenômenos naturais como a seca e as chuvas nas cidades sertanejas.

Em um primeiro ponto de atuação do Ministério do Interior, no conjunto da análise empreendida neste texto, estavam os períodos de seca, que podem ser prolongadas ou com certa pluviosidade, e neste caso nos referimos aos anos de 1979 a 1983. Nessa perspectiva, abordamos as consequências e as soluções que o governo adotaria para a estiagem. O jornal *A União* noticiou o plano da Sudene junto com o governo do estado para lidar com a situação. De acordo com a notícia, para a Paraíba, a Sudene destacou que, com a decretação de calamidade pública, “[...] há um plano bem detalhado para enfrentar a emergência de seca, mas só entrará em funcionamento quando reconhecida e decretada a situação de calamidade pública, observou” (*A UNIÃO*, 15 de mai. de 1976, p. 01). O que se observou foi a preocupação em solucionar o problema quando já estivesse instalado. O deputado Evaldo Gonçalves⁴³ evidenciou a preocupação do governo federal com o problema da estiagem na Paraíba:

[...] o Sr. Evaldo Gonçalves afirmou que o presidente Geisel, numa demonstração de interesse pelo problema, foi até Patos e alterou o programa com esse objetivo, ter contato direto com essa realidade. E as soluções virão, através do Projeto Sertanejo [...] (*A UNIÃO*, 08 de junho de 1976, p. 03).

⁴³ Evaldo Gonçalves de Queirós, professor e advogado, nasceu em São João do Cariri - PB em dia 15 de junho de 1933. Ingressou na Faculdade de Direito da Universidade da Paraíba (UPB), em João Pessoa, em 1954. Também cursou Filosofia, História e Geografia na Universidade de Pernambuco – UPE - e concluiu os cursos em 1958. Iniciou sua carreira política filiando-se ao Partido Social Progressista e foi eleito vereador de Campina Grande em outubro de 1958. Em 1974, depois de se filiar à Aliança Renovadora Nacional – ARENA - concorreu a uma vaga na Assembleia Legislativa em 1974 e foi eleito com a segunda maior votação do seu partido. Foi primeiro-secretário da Assembleia no período de 1975 a 1976. Em 1978, foi reeleito deputado estadual na legenda da Arena. Participou da elaboração da nova constituição de 1988. Foi deputado federal constituinte de 1987 a 1991 e no pleito de outubro de 1990, foi reeleito para novo mandato federal na legenda do PFL. No ano de 2006, lançou o livro *Convivência e participação*, que trata da trajetória política do ex-governador paraibano Ernani Sátiro. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/evaldo-goncalves-de-queiros>>. Acessado em 15 de março de 2019.

A movimentação entre os deputados estaduais estava alinhada à perspectiva de que as ações do governo federal pudessem ser sentidas e percebidas como interesse do Estado brasileiro, e a Sudene se constituía como o braço de execução dessas ações, ao passo em que se procurava demonstrar o interesse do executivo nacional quando se aludiu ao “contato direto com a realidade”.

Por seu turno, em 1979, no Simpósio sobre a SUDENE, que aconteceu em Brasília e foi promovido pela Comissão do Interior e da Câmara dos Deputados, o então governador da Paraíba, Tarcísio Burity (1979 – 1982), deixou clara a disparidade no que se refere à liberação de recursos para o Nordeste entre o que chamou de “estados pobres e ricos”. Para ele, a Paraíba se encontrava entre os “estados pobres” que tiveram que se “[...] contentar com recursos insuficientes para atender às necessidades do seu crescimento” (A UNIÃO, 13 de junho de 1979, p. 01). Burity foi aplaudido quando enfatizou que o problema no Nordeste é mais político do que econômico.

O líder do governo, o deputado estadual Soares Madrugá, viajou para as cidades do interior da Paraíba e constatou que o Projeto Sertanejo⁴⁴ não estava em execução por falta de recursos: “[...] os órgãos do Governo Federal, principalmente o Ministério do Interior, não transferiram recursos [...] e o Projeto, que é extraordinário teoricamente, na prática, está falhando a ponto de aumentar a descrença do agricultor na política [...]” (A UNIÃO, 11 de julho de 1979, p. 05). A descrença política aumentada a que se referia o deputado inviabilizava o apoio político, porque a atuação parlamentar dos que prestavam assistência às cidades do interior, mais precisamente, as localizadas no entorno da Serra do Teixeira, era como pedra de toque. Esses deputados, como, por exemplo, Soares Madrugá, Aloysio Pereira⁴⁵ e outros,

⁴⁴ O Projeto Sertanejo foi criado no governo de Ernesto Geisel, sob o decreto de nº 78299, de 23 de agosto de 1976. Nesse momento, o ministro do interior era Maurício Rangel Reis. Esse projeto teve como principal objetivo “[...] dotar a Região Nordeste de estrutura socioeconômica permanente, capaz de resistir ao fenômeno das secas [...]” (A UNIÃO, 23 de mai. de 1976, p. 01). Deu apoio especial ao desenvolvimento da Região do Semiárido do Nordeste. O Art. 2º dispõe sobre as áreas de atuação entre as quais estava a Paraíba. Ver mais em: <<https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/51872-dispue-sobre-a-criacao-do-programa-especial-de-apoio-ao-desenvolvimento-da-regiao-semi-arida-do-nordeste-projeto-sertanejo.html>>. Acessado em 22 de outubro de 2019.

⁴⁵ Aloysio Pereira Lima nasceu em Princesa Isabel - PB, em 1923, e faleceu aos 95 anos em João Pessoa. Era filho do coronel José Pereira Lima (1884-1949), um político influente do sertão paraibano e membro do Partido Republicano na Paraíba. Era amigo de Epitácio Pessoa e, devido a questões políticas, desentendeu-se com João Pessoa em fins da década de 1920, o que resultou na Revolta de Princesa. Seu filho, Aloysio Pereira, segundo ele mesmo conta em entrevista ao Conselho Regional de Medicina, foi aconselhado pelo pai a não entrar na política. Então, cursou Medicina na Universidade Federal de Pernambuco em 1941. Foi convidado por Burity para ser secretário de estado da Saúde em 1979. Foi deputado estadual por seis legislaturas - 1958, 1962, 1966, 1982, 1986 e 1990. Durante o período em que foi deputado estadual representou o grupo político da família Leite na Assembleia Legislativa, assim como outros líderes políticos das cidades circunvizinhas. Ver mais em: LIMA,

esperavam que, em períodos eleitorais, sua prestação de serviço e o cuidado aos necessitados fossem reconhecidos por meio do voto. E como o período de estiagem foi agravado pela constante falta de chuvas, e as notícias divulgadas na imprensa⁴⁶ davam conta de que diversos trabalhadores rurais precisavam ser atendidos por programas emergenciais do governo, requeriam-se as soluções que passavam pela execução do Projeto Sertanejo. Essa foi a conclusão resultante de diversas reuniões entre o governador e os prefeitos das cidades do interior do estado em situação de emergência, entre elas, Desterro.

E se não havia auxílio ou presença do Estado na execução dos serviços de assistência nos períodos de estiagem, as chances de resultados positivos nas eleições eram praticamente nulas. Uma das preocupações políticas de Tarcísio Burity em Brasília foi garantir a execução dos recursos de modo que a estrutura socioeconômica pudesse resistir à seca⁴⁷. Isso contribuiria para fortalecer sua base partidária no interior. Em geral o que se percebe, portanto, mais uma vez, é que a atuação dos governantes tanto da esfera estadual quanto da federal, baseou-se na assistência emergencial, com o objetivo de conter os arroubos das populações em situação de calamidade por causa da estiagem.

Outra situação solucionada pelo governo foram os saques feitos aos mantimentos enviados para os municípios pelo governo federal, em colaboração com o governo estadual e com os comerciantes nas cidades atingidas. No entanto, essas iniciativas não impediram tentativas de saque, como a que ocorreu na cidade de Patos-PB, no interior da Paraíba: “[...] Cerca de 120 flagelados tentaram invadir o supermercado da Cobal naquela cidade, sendo prontamente desestimulados pela Polícia Militar, que dispersou o grupo” (A UNIÃO, 06 de mai. de 1980, p. 01). Nesse sentido, o Ministro do Interior,

[...] Mário Andreazza, anunciou ontem, uma ‘Ação Solidária’ do Governo no sentido de enfrentar os problemas decorrentes da seca no Nordeste. Essa ação, coordenada pelo Ministro do Interior, através da Sudene está voltada para a absorção de mão-de-obra (*sic*) e o fortalecimento da estrutura hídrica da região [...] (A UNIÃO, 14 de mai. de 1980, p. 01).

Aloysio Pereira. Eu e meu pai, o coronel José Pereira. João Pessoa: Ideia, 2013. Sobre a Revolta e princesa ver: LEWIN, Linda. Política e parentela na Paraíba. P. 348.

⁴⁶ O Jornal, A União divulgou a seguinte manchete: “Seca ameaça milhares de trabalhadores” em 06 de maio de 1980, p. 01.

⁴⁷ Nesse caso, por meio do Projeto Sertanejo, isso seria feito através da associação de agricultura irrigada com agricultura seca, da execução de obras para a retenção de água, disseminação de modernas técnicas agrônômicas para as lavouras xerófilas e da reorganização da estrutura de produção econômica. Além disso, o projeto procura, através da criação de empregos, reduzir as repercussões sociais provocadas pelo fenômeno das secas.

Com essas notícias, podemos verificar que a atuação assistencialista prestada pelos governos federal e estadual, por meio do Ministério do Interior, foi uma “Ação Solidária” que não resolveu o problema, tanto que a assistência emergencial se prolongou durante toda a década de 1980 e em outras secas subsequentes.

Dessa feita, o contexto da seca que durou aproximadamente 5 anos colocou em evidência as falhas e os limites dos programas do governo federal para combater a estiagem no interior dos estados. O Projeto Sertanejo, ao estabelecer uma meta de qualificação financeira e social para o enfrentamento da estiagem⁴⁸, não logrou grandes resultados, pois os públicos-alvo e as metas definidas não ficaram claros, quando definiam quem deveria receber os subsídios. Quando as atividades do Programa foram iniciadas em 1977, a Sudene redefiniu os estratos para receber os recursos e considerou como principais beneficiários os agricultores com propriedades de até 500 hectares, com atividade agropecuária como principal fonte de renda e, na medida do possível, os definidos pelo estrato de pequenos proprietários, cujas propriedades tinham até 100 hectares (MINTER/SUDENE, 1985, p. 222).

No caso da Paraíba, essa definição dos estratos trouxe um sério problema, pois grande parte da área que deveria ser atendida pelo Projeto Sertanejo - o interior do estado - e para nós, de forma mais verticalizada, a região do entorno da Serra do Teixeira, era majoritariamente composta de pequenos proprietários. Assim, constatou-se que o programa não distribuiu renda, tampouco aumentou a produção entre os agricultores, e os créditos oficiais acabaram por privilegiar um número ínfimo de proprietários que tinham condições de desenvolver seus empreendimentos sem o auxílio do Estado (MINTER/SUDENE, 1985, p. 29).

Ainda sobre a questão da seca, a Paraíba recebeu a visita do presidente⁴⁹ João Figueiredo. No roteiro de sua visita, estava, mais uma vez, a cidade de Patos, para ver de perto a situação de emergência das cidades do sertão paraibano. E para atender às necessidades dessas

⁴⁸ Pretendia-se fazer isso com a modernização da infraestrutura agrícola (estradas vicinais, eletrificação rural e armazenamento), dos serviços agrícolas (insumos modernos, pesquisa e extensão rural) e do apoio direto ao produtor (crédito e comercialização). O programa, ainda segundo seus formuladores, “visará primordialmente à previsão de secas e chuvas artificiais, melhoramento genético vegetal e animal, uso e conservação de água, irrigação, energia solar e agricultura de lavoura seca”. Seguiam-se as orientações estabelecidas no II PND (1975/79) em elaboração na época e que previam a execução de uma política de desenvolvimento global para o Nordeste capaz de lhe assegurar um crescimento acelerado e dar-lhe caráter autossustentado. Ver: MINTER/SUDENE. **Avaliação do Polonordeste e do Projeto Sertanejo**. Fortaleza, 1985; p. 28.

⁴⁹ O Jornal, A união, trouxe a seguinte notícia: “Figueiredo chega a Patos e amanhã verá efeitos da seca” em 13 de novembro de 1980, p. 01.

cidades, foi entregue ao Ministro do Interior um relatório que continha as principais reivindicações dos representantes desses municípios:

Foram cinco as principais reivindicações feitas ao Governador do Estado e inseridas no relatório a ser apresentado ao Ministro Mário Andreazza: 1 – aumento das diárias dos trabalhadores das frentes de emergências; 2 – Multiplicação dos carros-pipa; 3 – aumenta o número de municípios inscritos na SUDENE; 4 – Renegociação das dívidas junto aos bancos oficiais; 5 – transporte do gado para zonas não atingidas pela seca (A UNIÃO, 11 de mar de 1981, p. 01).

Nenhuma das reivindicações apresentadas no relatório visou estabelecer medidas de longo prazo, tampouco apresentou estratégias que, em situações de seca futuras, não se necessitasse apelar para o assistencialismo emergencial do governo. Podemos perceber que as estratégias consolidadas deram conta dos interesses dos grupos políticos do interior, cujo estabelecimento do capital político se fazia pela necessária articulação assistencialista do Estado. Observe que, para uma região cujos recursos eram completamente limitados, a sobrevivência política dos grupos de poder só seria possível com a manutenção do assistencialismo do Estado. Qualquer alteração nessa lógica poderia comprometer a percepção benfeitora que as populações do interior tinham dos políticos locais.

Por essa razão, na primeira metade da década de 1980, o debate na Assembleia Legislativa, em decorrência do anúncio do governo federal de desativar as frentes de trabalho que atenderam às necessidades da população localizada no interior do Estado, foi acalorado. Vários deputados discursaram e se colocaram contra a desativação dessas frentes emergenciais. O deputado Evaldo Gonçalves (PDS), que, durante o governo dos Leite em Desterro, representou-os quando deputado federal, enfatizou:

[...] embora as considere medidas paliativas, ‘todavia elas estão evitando assaltos, saques e massacres. Sabemos que a única coisa que nos resta é o verbo, usado nessa tribuna, e assim queremos dizer que ninguém poderá evitar um tumulto generalizado caso os trabalhadores percam os salários que conquistam pelo suor do rosto nas frentes de trabalho’ (A UNIÃO, 12 de mai. de 1982, p. 03).

Outros deputados também se prontificaram a defender a continuidade dessas medidas que, embora fossem “paliativas”, estavam evitando “tumultos” nas cidades pequenas paraibanas. O deputado Edme Tavares (PDS) fez um apelo, com afínco, ao Presidente João

Figueiredo, assim como ao Ministro do Interior, para que, especialmente na Paraíba, fossem mantidas as frentes de emergência. Ele frisou que, somente na Paraíba, 191.646 trabalhadores rurais perderiam seu meio de sobreviver. O deputado também ressaltou: “[...] essa desativação vem contrariar frontalmente a política social desenvolvida pelo Governo Federal, que é de proporcionar assistência às populações carentes [...]” (A UNIÃO, 26 de mai. de 1982, p. 03). Apesar dos protestos dos deputados paraibanos, o Governo Federal manteve a desativação das frentes de trabalho. Interessante que, para evitar “problemas políticos”, o Ministro Mário Andreazza conseguiu recursos que foram destinados aos grandes, aos médios e aos pequenos proprietários, segundo consta na notícia em circulação local⁵⁰.

É evidente que as ações do Projeto Sertanejo na Paraíba tiveram efeitos positivos. E quando se trata dos problemas da estiagem no interior do estado, certamente, nas condições em que se processa uma grande estiagem, o sertão paraibano precisa de recursos e estratégias que garantam a sobrevivência de suas populações. Contudo, o projeto assistencialista de combate à seca do Regime Militar, em uma conjuntura de distensão política, precisava garantir que suas bases de apoio fossem mantidas. No caso da Paraíba, esses projetos, nesse contexto, possibilitaram o alinhamento e a consolidação de representações políticas locais fortemente percebidas a partir da capacidade de conseguir recursos para os mais necessitados de forma assistencialista. Essas posturas políticas garantiram, em larga medida, a base de sustentação de Wilson Braga como governador do estado entre 1983 e 1987 e a eleição de muitos deputados estaduais e federais, cujas bases políticas estavam assentadas nas cidades pequenas. Muitos prefeitos também consolidaram suas lideranças locais pelo largo trânsito entre as estruturas de poder do regime, o que resultou em alinhamentos.

Dessa forma, os líderes políticos das cidades pequenas insistiam em manter o Programa de Emergências, como, por exemplo, João Leite de Almeida, da cidade de Desterro, que reivindicava nesse período, tanto do governo estadual quanto do federal, a reabertura das frentes de emergência e a inclusão do município nos bolsões da seca, como noticiou A União:

Segundo ele [João Leite], os Bolsões da Seca não incluiu o município de Desterro e para ele a salvação será reabrir as frentes, principalmente porque na sua cidade cerca de 4 mil pessoas necessitam da assistência do Governo do

⁵⁰ A União informou, na seguinte manchete, que as frentes foram desativadas: “Ministério desativa Emergência”: “Depois de três anos e existência, o programa de emergência para a seca será desativado hoje no Nordeste pelo Ministério do Interior. Na Paraíba, os trabalhadores que estavam inscritos nas Frentes de Emergência, além do pagamento referente a maio, receberão uma quinzena de junho como compensação [...]” (A UNIÃO, 01 de jun. de 1982, p. 01).

estado. João Almeida acrescentou que durante as frentes de emergência foram construídos aproximadamente 20 açudes, onde trabalharam 2.100 trabalhadores rurais.

João Almeida alegou que, por seu município não estar incluído na distribuição de feiras feita pelo Governo do estado, a Prefeitura vem distribuindo diariamente farinha e feijão com flagelados com seus próprios recursos [...] (A UNIÃO, 19 de ago. de 1982, p. 08. Grifo nosso).

A citação acima reforça tanto a questão da dependência das cidades pequenas do governo quanto a insistência na observância dos impactos da seca no município. Se o município garantiu a distribuição de “farinha e feijão aos flagelados”, o governo federal e o estadual deveriam estar presentes. Vale lembrar que, em algumas ocasiões, o presidente e o governador estiveram no sertão com o objetivo de arregimentar apoio para as eleições de deputados e de prefeitos. A presença do Estado com o assistencialismo seria retribuída por meio do apoio político, visto que os líderes políticos, nesse caso, os desterrenses, sempre apoiaram o partido do governo estadual e do federal, pois a reabertura das frentes de trabalho pelo Governo Federal seria garantida com o voto no partido do governo, segundo a manchete do jornal:

O presidente João Figueiredo, falando aos paraibanos, ontem na grande concentração popular, afirmou que ‘o povo da Paraíba pode estar certo de que os programas de combate à seca, e de assistência aos que sofrem seus efeitos, serão intensificados’. [...] anunciou ainda que, ‘nas próximas semanas, outras cidades serão abrangidas pelos programas de emergência’ e que, em 1983, as dotações para os programas aumentarão 163 por cento, em relação às dotações aplicadas em 1982. ‘Por isso – disse Figueiredo – **volto a afirmar, o voto nos candidatos do PDS, o voto nos meus candidatos, será o voto na continuação desses programas, será o voto no prosseguimento da ação conjunta, do Governo Federal e do Governo estadual, trazendo ao agricultor, ao pequeno proprietário, ao trabalhador rural, ao povo desse Estado, a segurança de que está próxima a definitiva emancipação do pesadelo da seca** [...]’ (A UNIÃO, 20 de ago. de 1982, p. 01. Grifo nosso).

Portanto, a população que necessitava da “ajuda” tanto do Governo do Estado quando do Governo Federal sentiu-se compelida a votar nos candidatos do partido do governo. Nesse caso, referimo-nos ao PDS. O deputado estadual Luiz de Barros (PDS) afirmou: “[...] No conjunto de todos os municípios citados, acredito que a vitória do nosso partido chega a 70 por cento, mas em Desterro e Manaíra será entre 80 e até 90 por cento a vantagem de Wilson Braga” (A UNIÃO, 17 de jul. de 1982, p. 03). Isso confirmou o uso do assistencialismo como garantia na eleição em curso. Com as frentes reativadas, os municípios do interior do Estado, inclusive

Desterro⁵¹, receberam recursos do Governo Federal destinados à construção de açudes, calçamentos, eletrificação, construção de barragens, entre outros.

Em visita à Paraíba, em 1983, o ministro Mário Andreazza foi acolhido na Assembleia Legislativa, onde recebeu da Comissão de Estudo da Seca e Meio Ambiente, presidida pelo deputado Aécio Pereira (PDS), um documento em que constavam sugestões para atender às necessidades da população atingida pela seca. Entre as sugestões, esteve em primeiro plano a correção dos salários pagos aos trabalhadores rurais para um salário mínimo. O deputado evidenciou que a vitória na eleição de 1982 foi “graças” ao andamento do projeto Canaã⁵² “[...] que foi a grande bandeira e causa da vitória da nossa luta política na eleição passada e que será a solução do futuro da Paraíba [...]” (A UNIÃO, 17 de jun. de 1983 p. 03).

Os apelos para manter e ampliar as frentes de emergência, o pedido de recursos para assistir os flagelados da seca e o envio de documentos com sugestões para atender às demandas dos trabalhadores rurais levaram as discussões para a sucessão presidencial e colocaram o nome do ministro do Interior, Mário Andreazza, como uma possibilidade acolhida especialmente pelos governadores do Nordeste. Pelo visto, um mecanismo para agradecer pela assistência prestada e pelo atendimento das demandas da população carente e atingida pela seca.

A imprensa local noticiou que o ministro do Interior havia sido lançado como candidato para concorrer à sucessão presidencial⁵³. Na esfera regional, a candidatura do ministro recebeu apoio, ainda mais que, “[...] Mário Andreazza tem ajudado a Paraíba naquilo que lhe é possível fazer ante as necessidades e os meios para a boa condução da administração estadual, minimizando dessa maneira a crise que todos nós sentimos” (A UNIÃO, 01 de abr. de 1984, p. 03). O assistencialismo prestado à Paraíba pelo do Ministro do Interior, viabilizaria o apoio dos políticos paraibanos se sua candidatura tivesse sido aprovada.

⁵¹ O jornal, A União, em 15 de setembro de 1982, p. 12, destacou a seguinte manchete e a notícia, respectivamente: “Prefeitos vão receber 113 milhões hoje” - “Cerca de 113,5 milhões de cruzeiros serão entregues hoje pelo Governador Clóvis Bezerra a 39 prefeitos paraibanos. [...] Hoje a verba será destinada aos seguintes municípios: água Branca, [...] Desterro, Dona Inês, Fagundes [...]”.

⁵² O Projeto Canaã foi criado no governo de Wilson Braga (1982-1987), com a colaboração da Secretaria de Recursos Hídricos do Estado, com o objetivo de aproveitar e captar recursos hídricos, assim como multiplicar o número de empregos no sertão paraibano atingido pelo fenômeno da seca. O projeto também objetivou fixar o trabalhador rural em suas terras, ao passo que viabilizava as condições necessárias para se estabelecer e cultivar suas terras. Ver: SILVA, Josenildo Marques da. **As duas faces: a construção da imagem pública de Wilson Braga em jornais paraibanos (1980-1986)**. Dissertação de Mestrado. Campina Grande-PB, 2015. Disponível em: <<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/bitstream/riufcg/506/1/JOSENILDO%20MARQUES%20DA%20SILVA%20%E2%80%93%20DISSERTA%C3%87%C3%83O%20%28PPGH%29%202015.pdf>>. Acessado em 24 de abril de 2020.

⁵³ “Andreazza assume candidatura a Presidente” em 21 de setembro de 1983, p. 01.

Em segundo ponto, com a renúncia de Mário Andreazza como titular do Ministério do Interior, o novo Ministro, Ronaldo Costa Couto, assumiu a pasta. Logo foi requisitada uma audiência pelo então governador da Paraíba, Wilson Braga (1983-1987), com o intuito de obter recursos para, dessa vez, mitigar os problemas com as enchentes. O governador recebeu o apoio da “classe política” para que fossem atendidas as necessidades dos flagelados das enchentes. O deputado Evaldo Gonçalves enalteceu a atitude do governador e lembrou: “[...] temos na Paraíba fortemente atingidos os municípios de cabaceiras, São Vicente do Seridó [...] e vários outros municípios na Várzea e no Sertão paraibano” (A UNIÃO, 17 de abr. de 1985, p. 04).

Pelo visto, os investimentos e os recursos que foram utilizados, nos cinco anos que antecederam o problema das enchentes, quando foram construídos açudes e barragens que amenizariam e/ou solucionariam as secas vindouras, não resolveram o problema para a captação das águas. Mas o governador Wilson Braga apresentou um relatório ao governo federal, em que descreveu as inundações e destacou “[...] os prejuízos sofridos na área da agricultura, os estragos registrados em boa parte da malha rodoviária do Estado [...] arrombamentos de 600 açudes construídos na época das frentes de emergência [...]” (A UNIÃO, 11 de mai. de 1985, p. 01).

Dessa forma, o governo estadual, em unidade com o governo federal, continuou com a prática assistencialista para a população localizada nas cidades pequenas do interior da Paraíba. Nos anos que seguiram, o problema com o fenômeno da seca “voltou” a existir, assim como os saques às cidades do interior, como relatou a notícia de que a seca já havia devastado o sertão da Paraíba e que “[...] a situação mais crítica é nos municípios de Pombal, onde já houve até ameaça de saques por parte da população, e Antenor Navarro, além dos municípios de Livramento, Taperoá, Desterro, Teixeira [...]” (A UNIÃO, 14 de mai. de 1987, p. 01).

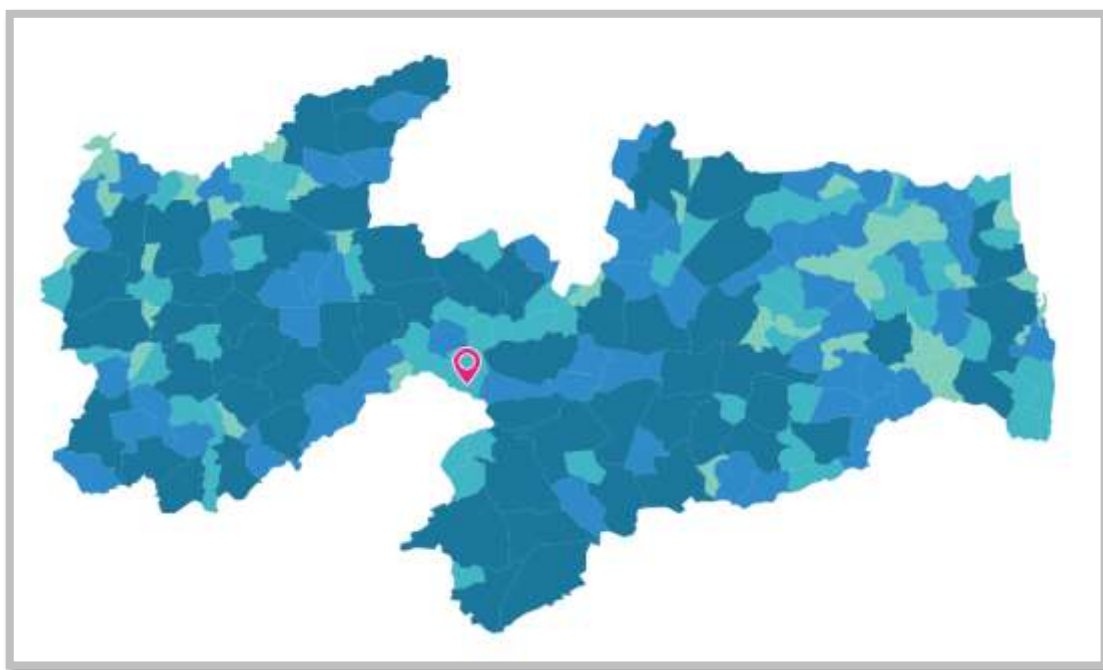
O regime militar não operou um projeto de desenvolvimento eficaz e de longo prazo como proposta de crescimento, como constava, por exemplo, no Projeto Sertanejo. A conjugação de fatores políticos – imersos em um contexto de distensão política e de um problema como o da seca - operou ações que foram identificadas muito mais com fins políticos, e não, visando resolver os problemas das populações e dos pequenos proprietários das cidades pequenas do interior da Paraíba. O projeto do Regime para as cidades pequenas foi de arregimentação de bases, de apoios e alinhamentos, o que possibilitou, nos limites dos recursos e de acesso às estruturas do poder local, a consolidação de redutos de poder fortemente percebidos pelos acessos conseguidos entre o poder local, o poder estadual e o poder central.

Desde o início do Século XX, o Governo Federal mesmo que tenha envolvido o Nordeste em projetos de “combate” ao fenômeno das secas com a construção de açudes, irrigação, perfuração de poços e outros (FERREIRA, 1993), a seca e as enchentes são fenômenos de garantia para o poder local, pois contribuíram para que as estratégias de permanência de determinado grupo político local se impusessem devido à capacidade de arregimentar recursos, assistência e obras para as cidades pequenas do interior, por dentro dos projetos desenvolvidos pelos Ministérios e pelas Superintendências do Governo Federal.

1.3 – Espaço geográfico, contexto histórico e ascensão política da família Leite em Desterro.

A cidade de Desterro localiza-se no sertão paraibano, na Microrregião da Serra do Teixeira, a 292,8 km de distância da capital João Pessoa. Sua população é de, aproximadamente, 7.991 pessoas, segundo os dados do IBGE de 2010. O mapa abaixo nos mostra a localização dessa cidade na Paraíba.

Mapa 01: Localização de Desterro no mapa da Paraíba



Fonte: IBGE Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/desterro/historico>>. Acessado em 15 de outubro de 2019.

Desterro é banhada por dois rios: o Taperoá e o dos Porcos. Atualmente a água desses dois rios está imprópria para o consumo humano devido ao alto nível de poluição. Entre os anos

de 1977 e 1989, a principal fonte econômica dos desterrenses era a agricultura, por meio da qual se produziam gêneros alimentícios, como feijão e milho, e para comercializar, produziam-se algodão e sisal. O funcionalismo público também foi - e ainda é - uma fonte significativa de sobrevivência na cidade (BARBOSA, 1989).

Segundo informações da Revista do IBGE de 1960⁵⁴, as cidades sertanejas tinham características semelhantes no que se refere à sua criação e à origem - originaram-se da edificação de uma capela ou pequena igreja. A partir de então, foi se aglomerando certo número de agentes sociais. Com o crescimento, a partir da segunda metade do Século XIX, essas cidades eram elevadas à categoria de vilas, como aconteceu com Desterro. Os documentos encontrados no arquivo pessoal do Sr. José Soares Sobrinho e na Prefeitura Municipal dão conta de que, em Desterro, esse processo de aglomerações iniciou ainda no Segundo Reinado (1840-1889), quando os primeiros moradores - o Sr. Manuel dos Reis Souza e sua esposa, Silvéria Maria da Conceição - compraram as terras que pertenciam ao Barão de Icó⁵⁵ e chegaram ao sítio por volta de 1845, o qual se localiza entre os dois rios aqui citados. Por essa razão, é chamado de Sítio Entre Rios.

Nesse período, o norte agrário passava por grandes dificuldades e epidemias, consequência da grande seca que assolava a região, e de forma mais específica, o surto epidêmico de cólera e de febre amarela, que assolou a Paraíba na década de 1850. De acordo com Chalhoub (1996), o medo da doença era tanto que se espalhou pelas províncias acometidas pelo mal a ideia de que as doenças seriam um castigo divino devido ao mau comportamento da população por cometer excessos e pecados. Por isso, “[...] as irmandades esmeravam-se na organização de procissões de penitência a São Roque, a São Sebastião e a outros santos considerados ‘advogados contra a peste’ [...]” (CHALHOUB, 1996, p. 63), com o intuito de afastar as doenças. Nesse caso, o medo que assolou os moradores do Sítio Entre Rios fez com que recorressem à ajuda dos santos, mais precisamente, a Nossa Senhora do Desterro.

As autoras Mariano e Mariano (2012)⁵⁶ pontuaram que o medo que se tinha dessas epidemias na Província da Paraíba, nas décadas de 1850 a 1860, era tanto que se evitava

⁵⁴ PEREIRA, Jurandyr Pires. Enciclopédia dos municípios brasileiros. 1960. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_17.pdf>. Acessado em 07 de março de 2019.

⁵⁵ Francisco Fernandes Vieira (1784-1862) era pecuarista e um chefe político cearense que pertencia ao Partido Conservador. Participou provisoriamente do governo da Província do Ceará, empossado em 1823. Recebeu o título de Barão em 1826 e, depois, de Visconde. Foi também um oficial da Imperial Ordem do Cruzeiro. Disponível em: <<https://www.geni.com/people/Francisco-Fernandes-Vieira-bar%C3%A3o-de-Ic%C3%B3/6000000057776880929>>. Acessado em 08 de março de 2019.

⁵⁶ Ver mais em: MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro e MARIANO, Nayana R. C. O medo anunciado: a febre amarela e o cólera na província da Paraíba (1850-1860). In: Revista de História e Estudos Culturais. Vol. 9, ano

pronunciar o nome das doenças, que recebiam apelidos como “hóspede indesejado”, para se referir à cólera, por exemplo. Para tentar afastar o “hóspede indesejado”, a Senhora Silvéria fez uma promessa para que Nossa Senhora do Desterro desterrasse aquelas doenças, e se fosse atendida, ergueria um cemitério com uma singela capela para homenagear a Santa. A promessa foi cumprida - o cemitério foi erguido juntamente com a capela em homenagem a Nossa Senhora do Desterro – onde, atualmente, está localizada a Igreja Matriz da cidade construída por volta de 1929.

O povoado de Desterro foi elevado a Distrito, como consta “[...] no quadro anexo ao Decreto-lei estadual nº. 01 010, de 30 de março de 1938 [...]” (FERREIRA, 1960, p. 408). Durante todo o período da chegada dos primeiros habitantes até a emancipação política, a povoação pertenceu à cidade de Teixeira, que se encontrava habitada desde o Século XVIII e municipalizada a partir da lei provincial de número 04, de 29 de agosto de 1859, segundo dados do IBGE apresentados na Revista de 1960. Por conseguinte, um século depois, em 1959, foi criado o município de Desterro, por meio da Lei nº 2.180, de 22 de outubro de 1959.

Com a emancipação de Desterro, foi nomeado para administrar o “novo” município Aurélio Fernandes da Silva⁵⁷, para o período de 1959 a 1961, pelo então governador Pedro Gondim (1958-1960; 1961-1966)⁵⁸, que se utilizou da prerrogativa do Artigo 3º da lei de

IX, nº 3, 2012. Disponível em: http://www.revistafenix.pro.br/PDF30/DOSSIE_ARTIGO_5_SERIOJA_RODRIGUES_CORDEIRO_MARIA_NO_E_NAYANA_R_C_MARIANO_FENIX_SET_OUT_NOV_DEZ_2012.pdf. Acessado em 07 de março de 2019. Ver também: CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

⁵⁷ Aurélio Fernandes da Silva veio de Recife-PE. Foi cabo da Polícia Militar em Pernambuco. Chegou a Desterro no período em que foi trabalhar na cidade de Itapetim – PE, onde conheceu a Senhorita Neves, com quem se casou. Nos anos de 1950, fixou residência em Desterro. Dados obtidos a partir da entrevista concedida pelo Senhor José Soares Sobrinho à autora, em 03 de outubro de 2019.

⁵⁸ Pedro Moreno Gondim nasceu em Alagoa Nova-PB (1914-2005). Em 1938, concluiu o Curso de Bacharelado em Direito em Recife-PE. Ingressou na vida política em 1945, logo depois de implantado o Estado Novo, e se filiou ao PSD. Em 1947, foi eleito deputado para compor a Assembleia Constituinte da Paraíba, e em 1955, vice-governador, juntamente com Flávio Coutinho, apoiado por uma coligação formada pelo PDS/PL/PSB e UDN. Assumiu o governo do Estado em janeiro de 1958, porque o governador havia se afastado por questões de saúde. Em sua primeira administração, destacou-se pela capacidade realizadora e por uma crescente popularidade. Estrategicamente, fez obras em todas as cidades da Paraíba. Em meados de 1959, a Paraíba vivenciou um movimento que ficou conhecido como ‘Queremismo’, que consistia no apoio para que continuasse à frente do Poder Executivo estadual: “[...] As manchetes dos jornais, as entrevistas concedidas pelos políticos, as declarações dos líderes partidários nos diversos municípios, as manifestações populares e dos trabalhadores sucediam-se numa demonstração do crescimento do queremismo e da popularidade de que gozava o governador em exercício. [...]” (CITTADINO, 1998, p. 96). Simultaneamente, foi candidato ao cargo de governador pelo PSB e expulso do PSD. A vitória de Pedro Gondim garantiu à UDN o retorno ao poder político no Estado e significou a derrota do esquema liderado por Ruy Carneiro e Argemiro de Figueiredo. Ver mais sobre o assunto em: CITTADINO, Monique. **Populismo e golpe de estado na Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/Idéia, 1998. Ver também: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pedro-moreno-gondim>. Acessado em 13 de novembro de 2019.

emancipação de cidade que estabelecia: “Enquanto não se verificarem as eleições para prefeito, vice-prefeito e vereadores, o Poder Executivo será exercido por um prefeito de livre nomeação do governador do Estado [...]” (Diário Oficial, ano 11, 1959). O objetivo da emancipação teve pretensões políticas, já que Silveira Dantas⁵⁹ concorreu à eleição de 1959, na cidade de Teixeira, pela UDN e não foi eleito, visto que, quando concorreu em 1960 ao cargo de prefeito na cidade de Desterro, ao lado de Paulo Leite Ferreira, foi eleito com 542 votos⁶⁰.

A criação de novas unidades administrativas despertou o interesse pelos cargos eletivos do Executivo e do Legislativo municipal no processo emancipatório. No caso de Desterro, o Senhor Aurélio Fernandes foi indicado pelo governador, mas, na primeira eleição, foi eleito um membro da família Dantas, que, durante muitos anos, manteve sua influência política em Teixeira, cidade à qual pertenceu Desterro. Quando os municípios são desmembrados política e territorialmente, não perdem por completo a relação política com o território anterior e se tornam um espaço "novo" para a atuação de "novos" agentes políticos (BEZERRA, 1993). Com a criação da cidade de Desterro em 1959, um novo espaço de poder e de atuação das elites locais surgiu em concordância com as elites estaduais. Portanto,

as emancipações situadas no fim da década de 1950 e início da seguinte relacionam-se com Pedro Gondim. A criação de municípios foi uma das bases em que esse governador ancorou seu apoio político, com um discurso dirigido às populações locais. Equacionou alianças político-partidárias que lhe garantiram a maioria parlamentar, sob uma interlocução confluyente com o Legislativo [...] (BEZERRA, 1993, p. 71).

Pedro Moreno Gondim foi eleito vice-governador ao lado de Flávio Ribeiro Coutinho⁶¹ na eleição de 1956. Contudo, depois que o titular se afastou para tratamento de saúde, Pedro

⁵⁹ Silveira Dantas é membro da influente família Dantas da cidade de Teixeira. Essa família chegou à região que, mais tarde, passou a ser chamada de Teixeira no Século XVIII. Sua atuação política perpassou todo o período da História do Brasil. Sobre os Dantas em Teixeira, consultar: DANTAS, Fábio Lafaiete e DANTAS, Maria Leda de Resende. Uma família na Serra do Teixeira: Elenco e fatos. Recife: Liber, 2008.

⁶⁰ Dados obtidos no Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba. Disponível em: <<http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>>. Acessado em 22 de agosto de 2018.

⁶¹ Flávio Ribeiro Coutinho nasceu na Fazenda Chaves, no município de Pilar, na Paraíba, em 1882. Era filho do coronel João Ribeiro da Silva Coutinho. Coursou Bacharelado na Faculdade de Medicina da Bahia e concluiu o curso em dezembro de 1907. Iniciou a carreira política ao lado de Epitácio Pessoa, em 1915, e chegou a liderar o Partido Republicano da Paraíba em Itabaiana. Foi eleito deputado estadual para o período de 1924 a 1926, mas renunciou ao mandato por haver sido empossado como segundo-vice-presidente de seu estado durante a gestão de João Suassuna (1924-1928). Ficou nesse cargo até 1928. Participou, com José Américo de Almeida e Argemiro de Figueiredo, da criação da UDN na Paraíba. Concorreu ao cargo de governador em 1955, por meio de um acordo pluripartidário articulado por José Américo ao lado de Pedro Moreno Gondim como vice pelo PDS. Eleito, o governador adquiriu terreno para construir a Cidade Universitária e ampliou a Universidade Federal da Paraíba, com a inclusão das Escolas de Engenharia, de Farmácia, de Odontologia e de Serviço Social. Faleceu no Rio de

Gondim assumiu o governo do estado interinamente. Depois que assumiu o Poder Executivo estadual, o governador passou a investigar as situações de necessidade da população em todo o estado. Em vista disso, mantinha contato também com os líderes locais. No Jornal, *A União*, Pedro Gondim foi apresentado como o governador capaz de solucionar os problemas dos cidadãos paraibanos, especialmente os problemas sociais causados pelas estiagens (ARAÚJO, 2012). Assim, em março de 1960, afastou-se do governo para se candidatar ao cargo do executivo estadual e contou com o apoio dos líderes políticos de Desterro, que, por meio de uma carta, agradeceu pela contribuição:

Prezado Senhor,

Acuso o recebimento de sua carta e agradeço-lhe, cordialmente, as congratulações enviadas por motivo de minha eleição para o cargo de Governador do estado, bem como a participação de seu apoio à minha candidatura e às de nossos bravos companheiros Silveira Dantas e Paulo Leite, nas últimas eleições de 3 de outubro.

Registrei, com a merecida atenção, o propósito expresso por V. S. de voltar a sufragar os nomes de nossos candidatos a Prefeito e Vice-prefeito de Desterro, assegurando, assim, a vitória integral das forças oposicionistas nesse promissor município.

Aguardo com o melhor empenho municipalista a integração de Desterro em sua futura administração eleita pelo povo, afim (*sic*) de propiciar, durante o meu Governo, todos os meios ao alcance do Estado para a verdadeira emancipação dessa comuna, através de uma gestão local organizada e profícua.

Pedro Gondim (GONDIM, Pedro, [carta] João Pessoa, 24 de outubro de 1960 [para] DANTAS, Manoel Silveira).

O documento mostra a articulação, a organização e os arranjos entre os líderes políticos desterrenses e o principal representante do poder político estadual, para construir e manter as redes de influência e perpetuação do capital social e político-familiar na cidade. Entendemos que, desde que a cidade foi criada, a família Leite esteve ao lado do governo, que garantiu uma contribuição necessária para administrar município, o que facilitaria a aquisição dos recursos para atender às demandas dos cidadãos desterrenses. Em troca da “ajuda”, o grupo político da família Leite colaborou, durante os períodos eleitorais, para eleger os candidatos indicados pelo governo e o próprio Pedro Gondim, em outubro de 1960. Com esse objetivo, na cidade de Desterro, para as eleições de 1960, houve articulações mais diretas do grupo familiar Leite e a construção do seu capital político (BOURDIEU, 2010). Assim, os líderes políticos da cidade se

Janeiro no dia 26 de maio de 1963. Ver mais em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/coutinho-flavio-ribeiro>. Acessado em 09 de março de 2019.

organizaram e compuseram o partido do governo, os quais, nesse período, estavam concentrados na UDN⁶²:

[...] Aberta a reunião [...] o presidente declarou que a finalidade da presente convocação era organizar o Diretório Municipal da UDN, no Município e disse que, havendo número legal, ia proceder a eleição, por escrutínio secreto, para escolha dos membros e suplentes do referido órgão de deliberação partidária, explicando, ainda, que o Diretório de acordo com que estabeleceu os estatutos da União Democrática Nacional, deve ser constituído de um no mínimo de quinze (15) membros e um máximo de trinta (30), [...] (Ata da primeira convenção da UDN, 1960, p. 2).

A convenção para formar o Diretório da UDN no município de Desterro aconteceu no dia 5 de março de 1960. Essa formação foi muito importante devido à presença do deputado estadual Joacil de Brito Pereira, que, nesse período, era o líder da bancada udenista na Assembleia Legislativa da Paraíba. Também estiveram nessa reunião o presidente do Diretório Municipal de Teixeira, Manoel da Silveira Dantas, primeiro prefeito eleito da cidade de Desterro. O curioso é que participaram dessa convenção muitos integrantes do grupo político-familiar Leite: Pedro Leite Ferreira, Paulo Leite Ferreira, João Pereira Montenegro⁶³, João Leite de Almeida, Gregório Leite Sobrinho, Glicério Henrique de Almeida – pai de João Leite - Geraldo Leite Barbosa (primo), Ademar Leite Ferreira, Pedro Leite Ferreira, Carlos Leite Ferreira, José Leite Ferreira, Manuelito Leite Ferreira, Francisco Leite Ferreira (pai de Geraldo Leite Barbosa), Cláudio Ventura Leite, Miguel Ventura Leite e Custódio Leite Rocha. Todos foram eleitos membros da UDN e integravam a árvore genealógica da família Leite (Ata da primeira reunião para compor o Diretório da UDN, 1960, p, 01). A função de secretário do partido coube a Pedro Leite Ferreira. Depois de escolhidos os membros, o presidente do partido empossou a todos.

A formação da Diretoria da UDN em Desterro, em 1960, já nos apresenta a participação de João Leite e de Geraldo Leite. Assim, com a criação da ARENA, os líderes citados migraram e consolidaram o situacionismo bipartidário em Desterro. Apesar da presença de outros líderes no contexto de organização partidária na cidade, o diretório foi composto,

⁶² Pedro Gondim desligou-se do Partido Social Democrático (PSD) e filiou-se ao Partido Democrata Cristã (PDT). Venceu a eleição de 1960 em uma coligação composta pelo seu partido, PDT, UDN, PSB e PL. Ver mais em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pedro-moreno-gondim> > Acessado em 28 de agosto de 2020.

⁶³ A família Montenegro pertence à mesma árvore genealógica dos Leites de Desterro.

predominantemente, de pessoas com o sobrenome Leite. Em 1962, quando o Sr. Silveira Dantas faleceu, o Diretório se reuniu em 15 de novembro para escolher o novo presidente do partido. De 37 membros, o escolhido por unanimidade foi Paulo Leite Ferreira. Com a morte de Silveira Dantas, o grupo político da família Leite ascendeu politicamente na direção do partido e se consolidou como liderança local.

É importante ressaltar que, embora a ascensão a líder do partido tenha ocorrido depois da morte de Silveira Dantas, a família Leite, direta ou indiretamente, já permeava a vida política da cidade e, aos poucos, seu capital sociopolítico foi se fortalecendo. Nos anos que se seguiram, seus arranjos e a atuação continuaram: na Câmara de Vereadores, por exemplo, atuou Júlio Leite (1964-1968); Cláudio Ventura Leite concorreu como vice-prefeito pela ARENA 2, na eleição de 1972, mas não foi eleito; em 1976, João Leite saiu como candidato a prefeito da cidade pela ARENA contra Luís Gonzaga da Cunha (MDB1), Bernardo Juca Júnior (MDB2) e Vicente de Paula Montenegro (MDB). A partir de então, iniciaram-se, de forma mais direta, a formação e a consolidação do grupo político em Desterro. No Poder Executivo municipal, alternaram-se os primos, João Leite de Almeida e Geraldo Leite Barbosa, até 2004. Sempre atrelados ao situacionismo -estavam sempre apoiando o partido que estava no governo estadual e federal – os Leites estiveram atentos às mudanças no cenário político nacional e no local, como se percebe no ofício de 1977, endereçado ao então governador da Paraíba, Ivan Bichara (1975-1978):

Nessa data, consoante com a legislação em vigor, olhos voltados para os grandes chamamentos de integração nacional para o desenvolvimento, alegro-me levar ao conhecimento de V. Excia., que assumi o cargo de prefeito constitucional desse município [...] (ALMEIDA, João Leite de. Ofício nº 001, [para] SOBREIRA, Ivan Bichara, 1977, p. 1).

Desde o início do seu mandato, João Leite de Almeida se preocupou em manter contato com os Poderes Executivo e Legislativo estadual, com o objetivo de prover, junto com o governador, as necessidades da população e fortalecer sua liderança e o capital político. Por outro lado, o então prefeito corroborava o discurso de integração nacional do Regime Militar.

Imbuído de prestar assistência aos cidadãos desterrenses, o líder político, João Leite, sempre mantinha conexão com os deputados Aloysio Pereira Lima e Evaldo Gonçalves e com os governadores Tarcísio de Miranda Burity (1979-1982;1987-1991) e Wilson Leite Braga

(deputado federal de 1962 a 1982 e governador de 1983 a 1987), pertencente à árvore genealógica da família Leite⁶⁴ do ramo que influenciou politicamente o Vale do Piancó.

Toda essa rede de atuação da família Leite, as relações construídas e a proximidade perpetrada com o poder possibilitaram a aceitação do grupo político capitaneado pela família Leite na sociedade desterrense. João Leite e Geraldo Leite construíram-se como líderes capazes de agir politicamente e foram aceitos como atores políticos. Consequentemente, construíram seu capital político como indivíduos necessários à política desterrense (MIGUEL, 2003).

O interessante, na ação política dos Leite, em Desterro, é que toda a atuação política da família esteve concentrada em demonstrar e obter apoio e, ao mesmo tempo, salvaguardar uma lógica assistencialista como foi o caso dos equipamentos para a maternidade que se encontravam nas dependências do FUNRURAL⁶⁵ na cidade de João Pessoa. O documento dizia:

[...] venho solicitar de V. Excia., a gentileza de providenciar o mais breve possível diante do FUNRURAL, a aprovação do convênio Médico Hospitalar para esse município, cujo mesmo, já foi enviado à esse Egrégio Órgão pelo Diretor Regional da Paraíba, em datas de Fevereiro do corrente ano.

[...]

Diante das necessidades em que se encontra a maternidade, com referência a falta de equipamentos para um melhor atendimento às mães de família de nosso município e como já é de conhecimento de V. Excia. e já acordado, que o equipamento destinado a essa maternidade se encontra nos almoxarifados do FUNRURAL em João Pessoa e que o mesmo só será liberado mediante a vossa aprovação e liberação do referido Convênio, é que, venho fazer a presente solicitação a V. Excia. (ALMEIDA, João Leite de. Ofício nº 24, [para] BRAGA, Wilson, em 07 de abril de 1977, p. 1).

Com essa atitude, a família Leite se arranjou com os Poderes Executivo e Legislativo estadual, ao adquirir recursos para sua administração. Em troca, o apoio aos poderes da esfera estadual foi retribuído por meio de votos em períodos eleitorais. Com o pedido atendido, na esfera local, o grupo político Leite, aos poucos, foi se destacando na cidade, fortaleceu-se e consolidou seu capital político-familiar. Ao atender às necessidades médicas da população,

⁶⁴ Ver mais em: BARBOSA, Cônego Florentino. **A Família Leite no nordeste brasileiro - 1755-1948**. João Pessoa: G. Petrucci, 1948.

⁶⁵ O Funrural - Programa de Assistência ao Trabalhador Rural - foi instituído pelo governo federal pela lei complementar de 25 de maio de 1971. É um imposto de contribuição previdenciária que incidente sobre o lucro bruto proveniente da comercialização da produção rural. Em 1988, com a nova Constituição Federal, o termo Funrural foi extinto e foi criado o Regime Geral de Previdência Social, com regras diferenciadas para o campo e para a cidade. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp11.htm>. Acessado em 15 de março de 2019.

garantiu apoio e se perpetuou à frente do governo municipal. Outro exemplo, na década de 1980, ocorreu quando o então deputado, Aloysio Pereira, solicitou do secretário de Educação, no governo do Estado, Wilson Braga, a autorização para nomear funcionários que pudessem preencher os cargos de professor na Escola Municipal Gertrudes Leite de Andrade⁶⁶. Em 1988, a Escola passou por dificuldades para continuar o exercício de suas atividades e, mais uma vez, o representante do Poder Executivo municipal, em Desterro, solicitou a ajuda do deputado, que atendeu prontamente à requisição:

[...] permita-me encaminhar para seu conhecimento e provável interesse inteiro teor cópia do relatório que recebi do professor Marcelo Fernandes Ferreira, Diretor da Escola Estadual de 1º e 2º Graus Gertrudes Leite, da cidade e Desterro.

Acredito que as providências cabíveis serão tomadas pelo ilustre Secretário, inclusive, dando o seu indispensável e prestigioso assessoramento ao Governador Tarcísio Burity [...] para maior satisfação do Sr. Perfeito, Ex-prefeito e outras expressivas lideranças político partidárias da comunidade desterrense solidárias com o atual Governo e a eficiente orientação de V. Exa. (LIMA, Aloysio Pereira, ofício nº 016/88, [para], DANTAS, Rui Gomes, em 04 de abril de 1988, p. 1).

A estadualização da referida escola ocorreu em 1985, a nomeação de professores, em 1986, e a solução dos problemas, para que continuasse em plena atividade, garantiu ao grupo Leite a ampliação do apoio político por meio do voto. Conforme Leal (1997), a política de compromissos conferiu aos chefes locais a permanência nos cargos eletivos das cidades pequenas, porque a prática assistencialista lhes garantiu o voto da população carente e pobre, que viu no chefe local aquele que os tiraria da situação de abandono e de miséria.

O grupo político familiar usou estratégias que não estavam somente na conjuntura local, mas foram além, quando investiram nos arranjos com a esfera estadual e ampliaram sua influência em benefício próprio para consolidar seu espaço de poder e seu capital político-familiar. Os caminhos que os Leites percorreram em sua administração os levaram a se consolidar como grupo hegemônico na cidade de Desterro e a se perpetuar no Executivo e no Legislativo municipal.

Portanto, à proporção que os deputados mediavam as necessidades do governo local com o governo estadual e, até, federal, o grupo político familiar dos Leite fortalecia seu capital político e o seu poder simbólico. Dessa forma, as redes entrelaçadas pelas relações de “[...]”

⁶⁶ Gertrudes Leite de Andrade era mãe de João Leite de Almeida.

favores que não eram realizadas apenas às vésperas das eleições, mas, cotidianamente, tem um caráter muito importante para se pensar na prática política local [...]” (MONTEIRO, 2009, p. 77). Assim, para se manter no poder, usou-se o assistencialismo associado ao clientelismo. E o meio que as pessoas que eram beneficiadas com essas práticas encontravam para retribuir esses favores era o voto. Elas se sentiam obrigadas a retribuir o favor prestado pelo líder político local em diversas situações.

1.4 – As estratégias de mando e de controle do poder local nas práticas do assistencialismo, do clientelismo e do familismo.

Considerando que a família Leite ascendeu na política desterrense, buscamos entender a consolidação, a reconfiguração e o uso das práticas políticas do assistencialismo, do clientelismo e do familismo como estratégias para conquistar o poder local e manter-se nele. As conformações do poder político nas cidades pequenas do interior do Estado não sentiram uma substancial transformação com os arranjos da política nacional. No interior da Paraíba, o Governo Federal, no período da transição para a abertura política, atuou em meio ao assistencialismo, em consonância com o Ministério do Interior. Os alinhamentos nacionais possibilitaram reconfigurações importantes para a política local, como o assistencialismo, que, aliado ao clientelismo e ao familismo, foi a estratégia para compor os arranjos e consolidar o campo político em que estava inserida a família Leite em Desterro.

A política pode ser entendida como um campo de forças e de disputas, em que se travam lutas sociais para garantir os direitos básicos e políticas nas disputas por cargos eletivos.

O campo político é, pois, o lugar de uma concorrência pelo poder que se faz por intermédio de uma concorrência pelos profanos ou, melhor, pelo monopólio do direito de falar e de agir em nome de uma parte ou da totalidade dos profanos. O porta-voz apropria-se não só da palavra do grupo dos profanos quer dizer, na maioria dos casos, do seu silêncio, mas também da força desse mesmo grupo, para cuja produção ele contribui ao prestar-lhe uma palavra reconhecida como legítima no campo político. [...] (BOURDIEU, 2010, p. 185).

É nesse campo em que ocorrem as disputas entre os grupos dominantes pelo poder e o lugar daqueles que detêm, pela teoria ou pela prática, o conhecimento político. Nesse campo, também percebemos a presença dos que são alheios ao conhecimento político e estranhos aos

discursos e às ideologias. Nessa conjuntura, o apoio dos profanos, que na perspectiva de Bourdieu (2011), trata-se dos agentes sociais que não fazem parte dos domínios “sagrados” do campo político, foi e/ou é disputado pelos grupos políticos que desejam ascender a cargos eletivos.

Direta ou indiretamente, os profanos descritos por Bourdieu (2010), ou seja, os que não estão diretamente ligados ao poder político, consentiram, fortaleceram e legitimaram o poder e o capital simbólico de seus representantes. Em vista disso, os líderes políticos do município de Desterro usaram e/ou usam práticas políticas como o familismo, o assistencialismo e o empreguismo. Para tanto, o principal líder político das décadas de 1970 e 1980 se antecipou às demandas da população e consolidou seu capital político.

No caso de Desterro, os grupos políticos (não eram muitos) que discordavam da atuação do poder vigente não apresentaram estratégias fortes o suficiente para questionar sobre a atuação do grupo político liderado pela família Leite. A oposição em Desterro, no período analisado, foi liderada, principalmente, por Aluizio Terto e Assis Barbosa⁶⁷. Este último foi o mesmo que indicou João Leite para ser candidato na campanha de 1976⁶⁸.

João Leite de Almeida foi um líder político perspicaz, que procurou conhecer de perto as necessidades da população e lhes prestou assistência, mesmo que entre os beneficiados estivessem aqueles que não o haviam apoiado em períodos eleitorais. Essa constatação foi possível nos diálogos mantidos com munícipes que vivenciaram o período e na entrevista concedida à autora por José Soares.

Devido ao uso das práticas clientelistas e familistas, durante os mandatos da família Leite, no período de 1977 a 1989, compreendemos que essas práticas se reajustaram e se modelaram na conjuntura política local. A família Leite favoreceu seus parentes e articulou suas redes de influência quase que na totalidade da estrutura administrativa do município, quando os indicou para os cargos públicos e para desempenhar tarefas na máquina administrativa, como, por exemplo:

⁶⁷ Assis Barbosa, desterrense (1938-2019), foi comerciante e político. Foi eleito prefeito em Desterro-PB, em 1972 pela ARENA1 com 1638 votos; em 1976 indicou João Leite; em 1982 concorreu ao executivo municipal contra Geraldo Leite e perdeu com 1348 votos pelo PDS1; do mesmo modo em 1988 perdeu a eleição para prefeito com 1730 votos, quando concorreu pelo PMDB. Dados disponíveis em: <<http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>> Acessado em 30 de abril de 2020.

⁶⁸ Veremos essa disputa pelo Poder Executivo Municipal com mais detalhe no segundo capítulo.

Pelo presente, venho apresentar a V. S^a., a Srta. Inês Leite, para a mesma, participar do treinamento que está sendo promovido nessa cidade de Patos-PB, cujo treinamento já está participando uma outra funcionária, a Srta. Iracy Nunes de Almeida.

(ALMEIDA, João Leite de. Ofício nº 08/78, [para] CHEFE DO INCRA, em 23 de janeiro de 1978, p. 1).

.....
Estou encaminhando o Sr. Pedro Leite Montenegro, proprietário e motorista do Caminhão Chevrolet, placa dessa cidade de Desterro, para receber o material destinado à Unidade Escolar 01 construção nesse Município, conforme comunicação feita por V.S. [...] (ALMEIDA, João Leite de. Ofício nº 13/80, [para] POLONORDESTE, Coordenadora, em 24 de março de 1980, p. 1).

.....
Conforme orientação que recebi do nosso digníssimo Deputado Aloysio Pereira, estou encaminhando com o presente, o Sr. Pedro Leite Montenegro, proprietário de um caminhão Chevrolet, para apanhar nessa entidade um tanque para o abastecimento d'água nesse Município de Desterro.

(BARBOSA, Geraldo Leite. Ofício, [para] BEZERRA, José Ernesto, em 17 de dezembro de 1983, p. 1).

O familismo tem alguns significados relevantes, e quando analisado no campo da política, é um paradigma social em que as famílias têm suas necessidades priorizadas em detrimento das necessidades individuais. Logo, trata-se de uma prática em que se privilegiam os interesses particulares de um grupo familiar a partir da estrutura do Estado, sem levar em consideração o interesse público. Os documentos acima nos mostram a articulação político-familiar entre os membros da família Leite. Ficou claro que o representante do Executivo municipal beneficiou a família com indicações a cargos e atividades instantâneas que poderiam ser ocupados por outros populares que não pertencessem ao seu grupo familiar. Os membros beneficiados defendiam os interesses político-partidários da família e se mobilizavam em períodos eleitorais, com o objetivo de aumentar o apoio a seu grupo político e, consequentemente, o capital-político familiar.

Monteiro (2017) nos chama a atenção para o fato de que uma política baseada no familismo, muitas vezes, faz prevalecer os interesses privados, o que pode causar danos aos interesses públicos. Portanto, a compreensão da política local passa pelas redes de parentela⁶⁹ que dominaram e/ou dominam o Poder Executivo e o Legislativo dos municípios. Assim, na esfera municipal, a classe dominante é formada de grupos familiares e sua rede de parentesco.

⁶⁹ Parentela, sob o ponto de vista de Lewin (1993), é a família extensa. A essa parentela estava e/ou está incluso o grupo de amigos mais próximos de um chefe local, afilhados, protegidos e os primos mais distantes, porém que permeiam o convívio do grupo familiar.

É relevante salientar a importância do nome da família para concorrer a cargos políticos, pois não basta estar filiado a um partido. Nesse sentido, o nome de família

é uma espécie de capital simbólico que se constitui a partir da herança material e simbólica do grupo familiar. Consiste em um distintivo que se transforma em patrimônio simbólico que sutilmente se transmite de forma legítima no espaço social para os herdeiros – que podem ser parentes consanguíneos ou não, desde que pertençam e sejam legitimados pelo grupo familiar, a partir de uma identidade construída historicamente pelo grupo. Funciona como mecanismo de diferenciação, processo legítimo de conhecimento e de reconhecimento dos agentes nas posições ocupadas no espaço político [...]” (MONTEIRO, 2017, p. 26).

O nome de família garante, portanto, a inserção na carreira política de muitos líderes na contemporaneidade. Podemos afirmar que a família Leite de Desterro detém um capital-político familiar, já que atua na política paraibana desde o período imperial. Nesse contexto, o capital-político familiar tem no sobrenome um distintivo e se tornou uma espécie de patrimônio construído ao longo da história. Quando os grupos de famílias inseridos nas disputas políticas assumiram um cargo eletivo, seja de representante do Poder Executivo ou do Legislativo, apropriaram-se da máquina pública, e ao liderar o poder local, distribuíram entre sua parentela cargos públicos em troca de apoio e de lealdade. Isso fortaleceu o capital social e político-familiar. Observemos um trecho do ofício abaixo:

Em atendimento as determinações dessa Egréria Secretaria de Saúde, estou encaminhando o presente ofício, com a relação nominal do pessoal que vai integrar o Centro de Saúde do PIAS, nesse Município de Desterro, conforme adiante se segue:

- 1) Médico – Geraldo Gerônimo Leite;
- 2) Dentista – Maria da Cruz Leite;
- 3) Revistadora Sanitária – Celí Leite Segundo [...].

(ALMEIDA, João Leite de. Ofício nº 10/80, [para] Secretário da saúde, em 10 de março de 1980, p. 1).

O documento indica a prática do familismo e como o líder político local, aos poucos, preencheu os cargos públicos com membros pertencentes a sua família. Dessa maneira, em períodos de eleição, tanto na esfera local, quanto na estadual, o grupo político da família Leite detinha capital político suficiente para continuar à frente dos Poderes Executivo e Legislativo municipal, do mesmo modo que delegava mais apoio à esfera estadual. Nesse caso, tratava-se de

[...] uma família numerosa, uma composição muito grande e muito bem relacionada no município e também com posses, que dava condição de participar e ter êxito nessa questão da organização política do município. E, veja bem, nós temos parentes, pessoas que nos ajudam e que participam da nossa vida política em todos os recantos do município [...] (Entrevista com Paulo Vamberto Leite, em 27 de setembro de 2019 a autora).

A família dispôs de capital político-familiar para se perpetuar no Executivo municipal desterrense. O representante do poder local, o prefeito, por exemplo, ao precisar de recursos para obras em seus municípios, buscava-os, por meio dos parlamentares, na Assembleia Legislativa e na Câmara dos Deputados. Embora o representante do Poder Executivo municipal de Desterro tivesse o apoio da Câmara de vereadores – trataremos desse contexto no terceiro capítulo – na conjuntura das necessidades da população e das disputas políticas, enfrentadas nos períodos de estiagem, contou com a ajuda de deputados estaduais e federais para amparar os munícipes que, por sua vez, também contavam com esses líderes nos períodos de eleições parlamentares. Em troca de apoio e de lealdade, os deputados facilitavam o envio de recursos para o município.

Cumprimentando-o cordialmente, acuso [o] recebimento nesse gabinete [da] sua correspondência relativa solicitação auxílio financeiro [em] favor [da] prefeitura municipal Desterro/PB, estimado construção [da] quadra esportes naquele município e informo vossencia assunto processado sob n 23000.011723/88 e encaminhado [para o] fundo nacional desenvolvimento educação – FNDE/MEC, respectiva análise técnica. [...] chefe de gabinete Ministro da Educação (FONTANELLE FILHO, João Saldanha, Telegrama, [para], GONÇALVES, Evaldo, em 16 de junho de 1988, p. 1. Grifo nosso).

.....
Prazer cumprimentar ilustre amigo oportunidade [pela] consagradora vitória sua eleição prefeito essa cidade. Espero condição Deputado Federal votado esse município durante próximos dois anos ajudá-lo fim possa realizar proveitosa administração como tenho feito até agora benefício gestão [do] seu antecessor (GONÇALVES, Evaldo, Telegrama [para], ALMEIDA, João Leite, em 1988, p. 1. Grifo nosso).

Assim, esse chefe local, que detinha um “controle” sobre seu eleitorado – que podia ser sua família e seus favorecidos – potencializou as campanhas para eleger o deputado que o ajudou e formou suas bases eleitorais em redes, visto que, na esfera nacional, contou com o apoio do deputado federal Evaldo Gonçalves, que, como vimos nos trechos acima, negociava a liberação e/ou concretização das solicitações.

No arquivo da Prefeitura Municipal de Desterro, há uma vasta documentação mostra o contato com os deputados por meio de telegramas e ofícios que remetem a acordos e acertos entre o representante do Executivo municipal e outros agentes políticos, para além da troca de votos por cargos públicos e/ou proteção (MONTEIRO, 2017; TERUYA, 2012). O fato é que o grupo político da cidade de Desterro construiu uma larga rede de relações estreitas no âmbito estadual e no federal, que o favoreceu na aquisição de direitos, como construção de estradas e de escolas até a chegada de energia elétrica a determinadas comunidades, como nos mostram estas correspondências:

Honra-nos manifestar nosso nome e comunidades desterrense gratidão a Vossa Excelência criação Escola Estadual [...] essa cidade, fruto sensibilidade eminente amigo e atendimento solicitação trabalho e compromisso. Nosso amigo e batalhador Deputado Aloysio Pereira legítimo intérprete aspirações esse município [...] (BARBOSA, Geraldo Leite, telegrama, [para] BRAGA, Wilson Leite, 1985).

.....
Em atendimento à sua reivindicação, temos a satisfação de anexar, para seu conhecimento, uma cópia do nosso ofício [...], que enviamos ao Sr. Ministro da Minas e Energia, solicitando recursos [...] para atender ao 'Projeto de Eletrificação', do Povoado de Pedra Atravessada, nesse Município. (ANDRADE, Antônio Ferreira de. Ofício nº 47/88, [para], BARBOSA, Geraldo Leite, em 25 de fevereiro de 1988).

A Escola Gertrudes Leite foi criada em 1975, na gestão do prefeito em exercício, Assis Barbosa. Funcionava em um prédio que já estava pequeno para a demanda da população. Por intermédio da família Leite, foi construído um novo prédio para a escola, que foi estadualizada durante o governo de Wilson Braga (1983-1987). O governador em exercício fez questão de inaugurar a referida escola em 1986 em Desterro. E como o pleito eleitoral estava próximo, aproveitou o ensejo para consolidar a troca de apoio político, como nos mostra a imagem abaixo:

Imagem 01: Visita de Wilson Braga a Desterro



Fonte: Acervo particular de Alaíde Ângelo⁷⁰

Na imagem acima observamos a presença de representantes políticos das esferas local e regional. Da esquerda para a direita temos: João Leite de Almeida, Wilson Braga, Lúcia Braga, Evaldo Gonçalves e Paulo Vamberto Leite. Na ocasião, Wilson Braga e sua comitiva visitou a cidade de Desterro com dois objetivos, o primeiro fortalecer seu apoio, visto que o ano de 1986, aconteceu as eleições para os cargos de governador, senador e deputado estadual e federal. O segundo objetivo foi a inauguração da Estadualização da Escola Gertrudes Leite e dar início a construção do açude Jeremias.

As estratégias utilizadas pelo grupo político dos Leites para perpetuar e consolidar seu poder e o capital simbólico foram largamente utilizadas de modo a cimentar sua atuação política. É evidente que, para uma cidade pequena do interior do estado localizada no alto sertão paraibano, a utilização dessas estratégias garantiu o mínimo de organização e a viabilidade de recursos para a localidade. Mas, o que nos chama à atenção na atuação dessa família, em Desterro, é que os fins para construir bons relacionamentos foram voltados mais para consolidar seu poderio local do que para garantir o desenvolvimento da localidade. Ou seja, o grupo político familiar em Desterro, por meio do estabelecimento de suas relações extramunicipais,

⁷⁰ Alaíde Ângelo de Lima Rodrigues, de 67 anos de idade, é professora aposentada. Compôs a equipe que criou o Órgão Municipal de Educação em Desterro. Foi candidata a vereadora nos pleitos de 1988, 1992 e 1996, mas não foi eleita em nenhum deles.

conseguiu formar e fortalecer sua rede de fidelidade com a população, que via no líder local aquele que os “salvaria” das situações de abandono e das necessidades.

Quanto à esfera local, essa rede de fidelidade foi estabelecida entre os líderes políticos e os eleitores de forma mais estreita e direta, quando o primeiro atendeu às necessidades e às demandas do segundo. Assim, as trocas de favores foram traduzidas como votos de gratidão. Portanto, pode-se “[...] considerar o clientelismo como uma estratégia política de uma população carente de um conjunto de benefícios arrolados oficialmente como direitos, que políticos gostariam de apresentar como favores” (D’AVILA FILHO, 2007, p. 9). Por meio de diálogos com populares que foram eleitores do final das décadas de 1970 e 1980, ficou claro que os benefícios praticados pelo líder político, em articulação com a população, garantiu a eleição do grupo, e as dificuldades – relativas à escassez de recursos para auxiliá-la a sobreviver – foram resolvidas:

Com o presente, estou encaminhando à v. s., o jovem José Alves da Silva, rapaz de ótimo conceito, indicado por mim, ao nosso ilustre Deputado Aloysio Pereira, que, me aconselhou a encaminhar o citado rapaz à esse Egrégio Órgão, com a finalidade de submetê-lo a um teste para tratorista ou motorista, que, segundo informação do nosso Deputado, a CIDAGRO está interessada em contratar profissionais nessas duas categorias.
(BARBOSA, Geraldo Leite, ofício nº 001/84, [para] BEZERRA, José Ernesto, em 06 de janeiro de 1984, p. 1).

.....
Por motivo de nossa Agência de Correio e Telégrafos, localizada nessa cidade de Desterro, Estado da Paraíba, se encontra com apenas 01(um) funcionário para atender nosso Município, com mais de 15.000 (quinze mil) habitantes, é que venho a presença de V. Excia., solicitar a contratação de mais funcionários, para a citada Agência poder atender a grande demanda de correspondências, ora tão reclamadas pelos usuários.
(ALMEIDA, João Leite de. Ofício nº 023/89, [para] GONÇALVES, Evaldo, em 11 de maio de 1989, p. 1).

É importante ressaltar que, até 1994, o número de habitantes em Desterro correspondeu à quantidade citada no telegrama. Porém, só com a emancipação política do Distrito de Cacimbas-PB⁷¹ foi que o número de habitantes diminuiu para o que nos mostra o IBGE, no censo de 2010, como já referimos.

⁷¹ Cacimbas-PB foi o principal Distrito de Desterro até 1994. Foi elevada à categoria de município pela lei estadual nº 5905, de 29 de abril de 1994. O município foi instalado em 01 de janeiro de 1997. A população atual consta de 6.814 habitantes, de acordo com o censo de 2010 do IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/cacimbas/panorama>>. Acessado em 02 de novembro de 2019.

Observe que, ao encaminhar o jovem para que fosse submetido a um teste, automaticamente lhe garantiu o favor do emprego, assim como a solicitação para contratar novos funcionários garantiu aos que foram contratados uma ocupação. Entendemos que essas solicitações se configuraram como clientelismo, porque, ao serem favorecidos, os populares em questão retribuíram o “favor” com apoio político, especialmente em períodos eleitorais. Logo, as práticas políticas que continuam atuantes na história política do Brasil promoveram e promovem desigualdades sociais e a marginalização dos menos favorecidos da sociedade, que são excluídos, o que deveria acontecer o contrário, já que um representante político é escolhido pelo povo para promover e viabilizar melhorias nas condições de sua vida (ADILSON FILHO, 2018). Com efeito, “[...] o clientelismo, como ‘política do favor’, ou seja, determinação do voto por relações assimétricas de poder, foi ‘naturalizado’ como traço da política brasileira [...]” (CARVALHO & MONTE, 2018, p. 206). Dessa forma, a prática do assistencialismo e do clientelismo colaborou para que o chefe político e/ou o grupo político de base familiar conseguisse sempre ser eleito.

Na fala das pessoas, é recorrente a percepção do voto como gratidão, visto que esse líder beneficiou a cidade e foi o melhor administrador. Essa percepção é aprofundada pela lógica dos favores e dos acessos a empregos. Ao constatar que o mesmo grupo político administrou Desterro, durante três décadas aproximadamente, não teve como ser diferente, porque o uso das práticas familistas e clientelistas favoreceu sua permanência e atuação à frente do governo municipal e lhes deu respaldo para serem bem vistos e estimados. A prática do clientelismo resistiu, metamorfoseou-se e foi definida da seguinte forma:

O clientelismo é um sistema de controle do fluxo de recursos materiais e de intermediações de interesses, no qual não há número fixo ou organizado de unidades constitutivas. As unidades constitutivas do clientelismo são agrupamentos, pirâmides ou redes baseadas em relações pessoais que repousam em troca generalizada. [...]. A participação em redes clientelistas não está codificada em nenhum tipo de regulamento formal; os arranjos hierárquicos no interior das redes estão baseados em consentimento individual e não gozam de respaldo jurídico (NUNES, 2017, p. 63).

Tal prática, apropriada pelos agentes pertencentes ao campo político, atravessou anos, foi e ainda é usada como meio para atender às necessidades da população carente das cidades pequenas como Desterro. “O clientelismo é uma prática da cultura política presente no Brasil durante toda a sua formação [...]”. (SOBREIRA, 2016, p. 38), que fez e/ou faz parte dos arranjos e acordos dos que estão à frente dos partidos e/ou grupos que detém poder político. Para se

manterem à frente dos cargos eletivos, executivo e legislativo, o grupo político que estudamos esteve sempre em contato com os representantes dos Poderes Executivo e Legislativo estadual e federal, com o objetivo de obter recursos. Em alguns momentos, os deputados que compunham a rede de sociabilidade dos Leites intermediaram a conquista de benefícios para a cidade, do mesmo modo que intermediavam a benesse de um emprego. Portanto

as instituições formais do Estado ficaram altamente impregnadas por esse processo de trocas de favores, a tal ponto que poucos procedimentos burocráticos acontecem sem uma ‘mãozinha’. Portanto, a burocracia apoia a operação do clientelismo e suplementa o sistema partidário. Esse sistema de troca não apenas caracteriza uma forma de controle do fluxo de recursos materiais na sociedade, mas também garante a sobrevivência política do ‘corretor’ local. Todo o conjunto de relações característico de uma rede está baseado em contato pessoal e amizade leal (NUNES, 2017, p. 53).

Considerando o exposto, o clientelismo e o assistencialismo passaram a ser comuns na política brasileira. Por conseguinte, quando consideramos a situação econômica do sertão paraibano na segunda metade do Século XX, constatamos uma dependência entre os civis e o governo e entre o governo municipal e o estadual, o que resultou em troca de favores. Deste modo a:

[...] relação de favores que vão constituindo o *habitus* político local, [...] devido à precariedade das famílias, não se tem como recompensar, além do mais, embora sejam realizados com recursos, na maioria das vezes, do governo municipal, através do líder político, passa como se fosse resultado da bondade de seu autor, como resultado de sua generosidade, inclusive financeira (MONTEIRO, 2009, p. 86).

Os favores que a população desterrense recebeu do grupo político, durante todo o período em que ocupou o governo da cidade, consolidou sua influência e colaborou para os arranjos e a composição das redes de contato entre a esfera local e a estadual, porquanto ampliou seu capital sociopolítico e político-familiar. Assim, uma das características do clientelismo é “[...] o fluxo de utilidades que se verifica através de mecanismos de ação mútua específicos e que depende de retorno, a prazo, da lealdade da clientela ao patrão [...]” (FERNANDES, 2006, p. 89). Nesse sentido, o “patrão” ao qual nos referimos é o líder político local, e a clientela é seu grupo familiar e os apadrinhados e favorecidos com o atendimento das demandas da população. Embora esses benefícios devam ser considerados direitos básicos do cidadão, nas

idades pequenas como Desterro, a aquisição desses direitos precisou passar pelas mãos e pela intermediação dos chefes políticos locais.

Essas situações promoveram um clientelismo que fomentou o capital simbólico. Numa sociedade capitalista, quando o cidadão não dispõe de recursos financeiros para suprir suas necessidades básicas, recorre ao líder local, em período de campanhas eleitorais ou não. A prática do clientelismo se converteu no meio pelo qual dominantes e dominados se tornam dependentes. O primeiro para alcançar os cargos eletivos, e o segundo para ser assistido e favorecido.

Por meio da ação das camadas ricas do interior, principalmente nas cidades pequenas, as relações familiares viabilizaram o poder local articulado com o poder estadual. Depois de passar por uma “nova roupagem”, o clientelismo e o familismo tornaram-se, na perspectiva de Bourdieu (2010), um capital simbólico, empregado com o fenômeno da seca pelos líderes políticos desterrenses, por exemplo.

3 CAPÍTULO II

Os arranjos familiares e a consolidação do poder político da família “Leite” em Desterro.

2.1 – Líderes paraibanos: o embate político no período de transição para a redemocratização.

Na Paraíba, quando chegou a notícia do bipartidarismo, só os políticos que apoiavam o governo expuseram sua opinião. Por meio de um telegrama, Pedro Gondim se prontificou a apoiar as decisões do governo. A imprensa paraibana destacou que “[...] as novas agremiações partidárias seriam meios para novos indivíduos que trouxessem novas ideias e novas práticas, participarem da política local [...]” (SOBREIRA, 2016, p. 86). Porém essas mudanças não ocorreram, porque as velhas lideranças migraram para os partidos de acordo com seus interesses políticos. Todos os governadores foram convidados pelo presidente para compor, em seus estados, o Diretório Regional da ARENA. O jornalista José Soares Madrugá fez a seguinte análise sobre o início do governo de João Agripino e o sistema bipartidário:

[...] não existindo mais o PSD, UDN, PTB ou PCB, o governador eleito iniciará sem os espinhos de garganta com que lhe atravessariam os correligionários e adversários [...] e terá a oportunidade ideal para um período administrativo de responsabilidade conjunta e participação recíproca, formando uma união frustrada em outras ocasiões pelas inconveniências e impedimento do partidismo extremado que não possibilitava instantes de colaboração nem espírito público em detrimento de interesses partidários. (MADRUGA, Jornal Correio da Paraíba, 12 de nov. de 1965 *apud* SOBREIRA, 2016, p. 87).

Constatamos que a institucionalização do bipartidarismo, na década de 1960, foi analisada pela imprensa paraibana como um ponto positivo para o governo que havia iniciado. Porém, para as agremiações partidárias já existentes como o PTB e PCB, por exemplo, o bipartidarismo foi visto com incertezas e desconfiança. Para organizar a ARENA, na Paraíba, o governador, João Agripino, manteve um diálogo com o presidente em que ficou acertado que “[...] Agripino negociaria secretarias com políticos da antiga coligação PSD-PTB-PR para que esses viessem a ingressar no partido do governo [...]” (SOBREIRA, 2016, p. 88). Esse acordo fortaleceria o partido do Executivo estadual. O governador se negou a aceitar o conchavo, porque não aceitou que membros de outras agremiações fizessem fazer parte do partido do governo.

O jogo de ajustes que se anunciava ensaiou a troca de favores e a construção de relações políticas de modo a favorecer os interesses dos líderes partidários no Estado. O “diálogo” ensejava o alinhamento clientelar pelo alto, como forma de manter certa estabilidade política, e o propósito de “negociar secretarias” visava alargar a consolidação do partido do governo com vistas a promover beneficiamentos mútuos, tanto em âmbito federal quanto estadual.

Portanto, quando o Congresso Nacional disponibilizou a filiação partidária, muitos políticos paraibanos aderiram à ARENA, especialmente os líderes políticos que foram aliados de João Agripino na eleição de 1965. Outros nomes importantes também aderiram ao partido de oposição ao governo, o MDB, como Argemiro de Figueiredo (PTB) e Humberto Lucena (PSD). Quando indagado sobre se comporia a ARENA sob o comando de João Agripino, Rui Carneiro respondeu que “[...] seu problema não era necessariamente Agripino, mas a presença de Pedro Gondim na ARENA [...]” (SOBREIRA, 2016, p. 90). No entanto, a eleição de João Agripino se deveu, também, à colaboração de Pedro Gondim, por isso sua presença na ARENA paraibana foi importante. Somente em março de 1966 foi que Ruy Carneiro confirmou seu ingresso no MDB e se declarou oposição do governador.

Em meados da década de 1970, as especulações para a sucessão no Poder Executivo estadual para o mandato de 1975 a 1979 na Paraíba se iniciaram por volta de 1973/74, quando o general presidente Ernesto Geisel foi à capital paraibana com o intuito de escolher o indicado para governar o Estado (SOUTO, 1993). O presidente do Diretório Regional da Arena convocou os 31 membros para comparecerem a uma reunião (A UNIÃO, 09 de jul. de 1974, p. 01), com caráter de convenção, para escolher os nomes que concorreriam à vaga do Executivo estadual, assim como todos os representantes do partido.

Nessa conjuntura, o Jornal *A União* informou que os nomes escolhidos para a sucessão do governo estadual, como já se esperava, foram: Ivan Bichara Sobreira e Dorgival Terceiro Neto (A UNIÃO, 16 de jul. de 1974, p. 01). A convenção da ARENA para oficializar os nomes dos candidatos ocorreu em 13 de agosto de 1974. A eleição foi conduzida pelo líder do governo, o deputado Edme Tavares, que, ao dar início à seção, frisou a predominância da ARENA no estado e acrescentou: “[...] nesse plenário, vota o povo paraibano através dos seus legítimos representantes, para a eleição do futuro governador e vice-Governador da Paraíba [...]” (A UNIÃO, 04 de out. de 1974, p. 01). Ivan Bichara foi eleito pelo Colégio Eleitoral, e seu mandato foi de 15 de março de 1975 a 14 de agosto de 1978, portanto, três anos e meio de duração,

quando ele renunciou ao cargo de governador para concorrer a uma vaga no Senado Federal (SOUTO, 1993).

O governador havia se articulado com o governo federal e reivindicou novos recursos para sua administração, sobretudo, para o combate à seca, o abastecimento d'água e a construção de açudes nas cidades do interior do estado. Em Desterro, por meio de convênio com a Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado (SUPLAN), construiu um reservatório d'água com 100.000 litros, na fazenda do grupo político da família Leite (A UNIÃO, 14 de mar. de 1976, p. 07-08). Atualmente esse reservatório, conhecido como açude da Carnaubinha, é de propriedade privada. Também recuperou a Escola Silveira Dantas. Ao receber uma homenagem na cidade de Taperoá, no Sertão paraibano, o governador Ivan Bichara aproveitou o momento e foi para Desterro onde, segundo a notícia, “[...] inaugurará [inauguraria] a barragem de Carnaubinha, visitará [visitaria] a torre da Telpa, inaugurará [inauguraria] a Maternidade local, visitará [visitaria] o Grupo Escolar Silveira Dantas – restaurado – [...]” (A UNIÃO, 02 de abr. de 1976, p. 01. Grifo nosso). Compreendemos que essa visita do governador influenciou a eleição de 1976, em que foi eleito o principal líder local do grupo político da família Leite, João Leite de Almeida.

Quanto às questões político-partidárias na esfera estadual, na Paraíba, o processo para a abertura política se deu em meio às discordâncias estaduais entre o partido do governo – ARENA – e a oposição – MDB. Em relação às discussões estaduais sobre a composição no Senado, o deputado Evaldo Gonçalves, líder da maioria na Assembleia Legislativa, frisou o temor e a preocupação da oposição emedebista com a possibilidade de a ARENA lançar o nome do então governador para concorrer a uma vaga para senador. O deputado Soares Madruga declarou que o partido do governo, além de Ivan Bichara, dispunha de inúmeros líderes políticos igualmente importantes, “[...] todos dignos de representar o estado no Senado Federal; já no MDB, o problema é diferente, pois a pobreza dos seus quadros não permite o aparecimento de um só representante” (A UNIÃO, 25 de out. de 1977, p. 03). Contudo, o embate entre os líderes se acentuou ainda mais por volta de 1978, quando seria escolhido, dentro do partido, o nome para a sucessão do governo estadual.

A escolha do governador naquele ano de 1978 foi a última pelo processo indireto, mas adquiriu conotações de um pleito direto, tal a empolgação que suscitou no ânimo dos simpatizantes de duas facções arenistas. [...] ao povo só restava torcer pelo candidato de sua simpatia, acompanhando as articulações e exercendo pressão sobre os dirigentes partidários. [...] (RAMOS, p. 49, 2008).

Para escolher aquele que seria o indicado a governador da Paraíba, os líderes da ARENA da Paraíba, no mês de março de 1978, encaminharam-se para o Distrito Federal, para, em reunião, decidir quem seria o indicado. Nesse período, duas correntes políticas paraibanas estavam rompidas desde 1974, no momento em que o Estado vivenciou a sucessão para o Poder Executivo estadual: os ernanistas e os agripinistas⁷². No primeiro momento, o “Acordo de Brasília” significaria uma possível reconciliação entre essas duas correntes políticas dentro do partido do governo. E no segundo, ter-se-ia o fortalecimento de Ivan Bichara, como representante do governo estadual da ARENA na Paraíba, a começar pelo apoio para ocupar uma vaga no Senado (MACHADO, 1978).

O Jornal *A União* inteirou a população paraibana de que o governador viajaria para a Capital Federal a fim de tratar de assuntos de sua administração e da sucessão ao governo da Paraíba (A UNIÃO, 31 de mar. de 1978, p. 01). O governador regressou otimista de sua viagem a Brasília, onde manteve “[...] contatos políticos com a alta direção nacional da Arena, com o presidente Ernesto Geisel e o futuro presidente João Batista Figueiredo, relacionados com o problema sucessório estadual da Paraíba” (A UNIÃO, 11 de abr. de 1978, p. 01). Naquela reunião, foi firmado o que ficou conhecido como “Acordo de Brasília”: “[...] Mariz será o governador, Ernani o biônico e Ivan seria lançado como candidato nas eleições diretas para o Senado [...]” (ROLIM, 1979, p. 116).

Conforme Machado (1978), existiu um documento denominado de ‘Balanço de Forças-lideranças’, que continha todas as informações políticas e eleitorais, o apoio ao governo e as divergências. Esse documento foi entregue ao presidente Ernesto Geisel e ao general João Batista de Figueiredo. Ele relatava as discordâncias dentro do partido do governo resultantes do “Acordo” ao mesmo tempo mostrava, em números, o apoio ao grupo composto pelo governador Ivan Bichara, Wilson Braga e Milton Cabral.

De acordo com o documento, esse grupo continha 199 dos votos na convenção arenista, enquanto o grupo de João Agripino, Ernani Sátiro e Antônio Mariz dispunha de 87 votos apenas. Do mesmo modo, o documento demonstrou os apoios ao governador paraibano advindos de deputados, senadores e do diretório regional do partido, assim como dos municípios e seus respectivos prefeitos, entre os quais estava o prefeito de Desterro, João Leite de Almeida (MACHADO, 1978, p. 28). O “esquema” Ivan Bichara contou com 91 líderes

⁷² Eram assim denominados os apoiadores de Ernani Sátiro e de João Agripino.

políticos municipais e com os maiores centros políticos da Paraíba - João Pessoa e Campina Grande. O governador foi orientado por José Américo a incluir o nome de Antônio Mariz no “Acordo de Brasília” como uma opção para o governo do Estado. A escolha do sucessor estadual na Paraíba foi feita pelo presidente Ernesto Geisel, que indicou o nome do professor Tarcísio Burity.

Portanto, a indicação de Mariz não foi aceita por membros das bancadas federal e estadual, porque o consideravam um comunista⁷³ e procuravam solucionar o problema com uma indicação para a sucessão do governo de alguém que fosse aceito pelo grupo, por isso o nome de Milton Cabral também foi indicado. O Palácio do Planalto anunciou os últimos indicados que sucederam o cargo do Executivo estadual, entre eles, estava o nome de Tarcísio de Miranda Burity (A UNIÃO, 27 de abr. de 1978, p. 01).

O governador ressaltou, em seu pronunciamento, que surgiu um impasse na escolha do seu sucessor, e ao respeitar as bases do governo e do partido, indicou o nome de Milton Cabral como o candidato da maioria do partido. E para solucionar o problema da sucessão, foi indicado “[...] um nome, que, entre outros, podemos resolver o problema político do nosso partido. Encontramos e defendemos juntos o nome honrado, como o digno, o nome ilustre, de Tarcísio de Miranda Burity” (A UNIÃO, 28 de abril de 1978). Por causa disso, teve início, na Paraíba, o embate pela sucessão governamental, com o confronto dentro do partido do governo. Antônio Mariz se recusou a aceitar e também se lançou candidato ao cargo.

[...] A partir daí, assistiu-se na Paraíba, durante quase um semestre, a uma campanha ardorosa e radical, com alguns episódios patéticos. [...] A imprensa local encarregava-se de atizar as chamadas, divulgando as mais confusas e

⁷³ Na conjuntura do golpe de 1964, quem se colocava a favor de João Goulart e contra os militares era considerado comunista. O rádio, jornais impressos e programas televisivos eram usados para disseminar o medo do comunismo e levar a população em todas as esferas a se colocarem a favor do golpe de 1964, (DREIFUSS, 1981). O jornalista Jório Machado, escreveu um artigo sobre a trajetória política de Antônio Mariz, e na matéria destacou que com o golpe de 1964 Mariz foi colocado sob suspeita, pelo general que comandava o IV Exército Brasileiro sediado em Recife. A desconfiança foi motivada pelo fato de Mariz ter promovido um comício contra o “motim de Minas Gerais”, quando soldados sob o comando do general Mourão Filho se movimentaram para depor João Goulart, dando início ao regime militar. Assim sendo, *“Seus correligionários mais graduados, temendo represália do sistema, pressionaram o prefeito a desmarcar o comício, ao que Mariz sentenciou: ‘A concentração foi anunciada e vai se realizar, no local e hora marcada. Os senhores ficam liberados do comparecimento’.* (A UNIÃO, 2009, p. 07). Deste modo, o comício aconteceu em Sousa, onde Antônio Mariz era o prefeito (1963-1969), que acabou preso e foi deposto pela Câmara de Vereadores. Logo, passou a ser vigiado, em vista disso, nos levou a entender que seu ato foi interpretado como uma atitude subversiva e comunista. Ver mais em: Jornal, A União, 16 de setembro de 2009. Disponível em: <<https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/jornal-a-uniao/2011-a-2015/2009/edicoes-especiais/especial-antonio-mariz---16-09-2009.pdf/view>> Acessado em 01 de agosto de 2020.

contraditórias versões, boatos e rumores que incendiavam os bastidores arenistas [...] (RAMOS, p. 51, 2008).

Os jornais que circulavam na Paraíba nesse período, como *A União, O Norte*, entre outros, informavam a população sobre os embates e os principais processos a respeito da atuação dos líderes políticos. Santos (1993) refere que Antônio Mariz era respeitado até mesmo por seus adversários políticos, devido à sua conduta e às suas convicções. Foi por volta de 1963 que ele deu, de fato, seus primeiros passos na vida política do estado paraibano, quando disputou a prefeitura da cidade paraibana de Souza pelo PTB, venceu as oligarquias locais e se tornou prefeito daquele município.

Na conjuntura do regime militar, Antônio Mariz foi acusado de subversão e denunciado aos militares pelo grupo político liderado pela família Gadelha⁷⁴. Antônio Mariz foi membro efetivo de Constituição e Justiça no período que representou a Paraíba como deputado Federal e assim permaneceu durante seus mandatos ao ser eleito pela ARENA em 1970, 1974, 1976 e pelo PMDB em 1986⁷⁵ quando obteve 106.591 dos votos válidos, a maior votação entre os parlamentares paraibanos eleitos.

Uma parte dos arenistas não aceitava a indicação de Milton Cabral para governador, em vista disso, Ivan Bichara recebeu a notícia do veto pelo General Otávio Aguiar de Medeiros que, nessa conjuntura, era o chefe do SNI no governo e coordenador da campanha do General João Figueiredo para a sucessão presidencial (RAMOS, 2008). A recusa ao nome do Senador esteve em pauta nas discussões que se sucederam na Assembleia Legislativa logo depois que foi indicado o nome de Tarcísio Burity. Os ânimos estavam exaltados, e o deputado Evaldo Gonçalves, líder da bancada do governo, ressaltou: “[...] o Sr. Milton Cabral fora ‘queimado’

⁷⁴ Para Lewin (1993), os grupos de “base familiar” e/ou “rede familiar” têm em sua organização um patriarca (chefe do gênero masculino) que é responsável pela estrutura e pela organização do grupo familiar. A composição desses grupos girou, durante muitos anos, em torno dos casamentos endogâmicos, porque as famílias de elite casavam-se entre si, com o objetivo de manter seu capital econômico e seu político. No campo político, a autora chamou a atuação dessas famílias de “política de parentela”, para designar a atuação desses grupos políticos de base familiar que se organizavam e/ou se organizam com o objetivo de conseguir e de se manter em cargos eletivos. A família Gadelha é um desses exemplos, e sua influência foi herdada do capitão Manoel Gadelha, o primeiro líder político do grupo familiar. O reduto eleitoral dessa família está localizado no sertão paraibano na cidade de Souza. (MONTEIRO, 2017). Esse grupo, atualmente, tem como principal líder o deputado federal Marcondes Iran Benevides Gadelha. Seu pai foi deputado federal pela Paraíba em 1964 e de 1967 a 1971. Marcondes Gadelha tentou iniciar a vida política candidatando-se em 1968 à prefeitura de sua cidade natal, mas perdeu essa eleição. No entanto, em 1970, elegeu-se deputado federal pela Paraíba na legenda do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Atualmente é deputado federal, eleito para o mandato de 2015 a 2019 pelo PSC. Ver mais em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/marcondes-iran-benevides-gadelha>> Acessado em 24 de janeiro de 2019.

⁷⁵ Dados obtidos no Tribunal Regional Eleitoral disponível em: <<http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>> Acessado em 29 de agosto de 2020.

pelo sistema e por isto não sairá governador [...]” (A UNIÃO, 28 de abr. de 1978, p. 03). Outrossim, as decisões que foram tomadas em Brasília estavam em comum acordo entre o governador e Milton Cabral, que concordou com a indicação do secretário de Educação para a sucessão do governo estadual.

A outra parcela arenista discordava da indicação de Antônio Mariz para ocupar o cargo de governador do Estado. Quando seu nome foi rejeitado pela ARENA para se indicado ao governo, Antônio Mariz criticou o regime militar em praça pública. Do mesmo modo o fez na Câmara dos Deputados, onde criticou o regime por causa do abandono da Região Nordeste e da falta de liberdade e de participação na política nacional e defendeu a volta da democracia (NUNES, 2009). Na Assembleia Legislativa, a atitude de Antônio Mariz de querer se candidatar a governador, já que o nome indicado pelo partido do governo foi o do Professor Burity, foi considerada contraditória pelo deputado Evaldo Gonçalves. Para o deputado, Antônio Mariz estava se contradizendo, pois havia se colocado contra as eleições indiretas e estava pleiteando um cargo eletivo por essa via. Também observou que

[...] o deputado por Souza utilizou-se de todas as suas influências e amizades, com o objetivo de ser o escolhido pelo Planalto ‘o que acho muito válido. Só não concordo quando ele condena algo com o qual concordava até recentemente’. Sobre a disposição do parlamentar de disputar a candidatura na convenção, disse que ela significa uma contestação ao presidente Geisel, pois foi esse quem indicou o professor Burity, como tertius capaz de unir a Arena, ‘uma vez que se fosse Mariz ou Milton Cabral o escolhido, haveria cisão [...]’ (A UNIÃO, 31 de mai. de 1978, p. 03).

O deputado não aceitou que o “acordo de Brasília”, em que seu nome foi o indicado para a sucessão governamental, não fosse aceito pela ARENA e deixou claro seu interesse em ser candidato. As discussões sobre a não aceitação do “Acordo de Brasília” levou o governador Ivan Bichara a prestar um esclarecimento no Jornal *A União*⁷⁶, em que elucidou que o acordo não foi aceito porque nem os líderes da ARENA nos municípios, tampouco os senadores, os deputados federais e os estaduais foram consultados para fazer as escolhas sucessórias.

Outro fator foi o desrespeito ao governador como Chefe do Poder Executivo estadual. Quando foi escolhido o nome de Tarcísio Burity para a sucessão, levou-se em consideração a

⁷⁶ A notícia trouxe a seguinte manchete: A correção e coerência do governador Ivan Bichara. Ver mais em: (JORNAL A UNIÃO, 03 de jun. de 1978, p. 01).

prerrogativa de ele ter livre acesso a todos os líderes da ARENA paraibana. Portanto, Burity ingressou na vida política como a terceira opção do partido da ARENA, e sua indicação tinha em vista aplacar os ânimos dos arenistas, que estavam em uma disputa entre “[...] Mariz e Milton Cabral, com Ivan Bichara de um lado, Ernani e Agripino de outro [...]” (RAMOS, 2008, p. 59). Para a surpresa da população paraibana, que ansiava pela indicação de Antônio Mariz, Ernesto Geisel, comunicou aos paraibanos que o indicado para ocupar o cargo de governador foi Tarcísio Burity, (GUEDES, 1993).

A notícia da escolha do indicado para a sucessão do governo paraibano surpreendeu a todos, especialmente os que esperavam o nome de Antônio Mariz. Segundo a reportagem que tratou da sucessão para o Chefe do Poder Executivo estadual, a indicação do nome de Tarcísio Burity deixou todos atônitos, inclusive ele mesmo, que “[...] não escondia a surpresa. E, sempre que abordado pela imprensa, esquivava-se de fazer qualquer pronunciamento, até que a notícia fosse oficialmente confirmada. [...]” (A UNIÃO, 27 de abr. de 1978, p. 01)⁷⁷. Ivan Bichara, de Brasília, informou-o oficialmente sobre a indicação do seu nome para a sucessão governamental. Tarcísio Burity enfatizou na reportagem que esperava unir a ARENA na Paraíba para levar o partido à vitória nas eleições parlamentares que se aproximavam. Para ele, o fato de não ter sido indicado por nenhuma liderança política era o prenúncio de que conseguiria unir o partido. Importante lembrar, mesmo que para a imprensa, Tarcísio Burity tenha manifestado surpresa, e/ou falta de interesse na política suas atitudes a partir da divulgação do seu nome demonstrou o contrário, ademais, pode ter se tratado de um “teatro”.

No dia seguinte, a população se reuniu em frente ao Palácio da Redenção, em João Pessoa, para acolher os líderes políticos paraibanos. Na ocasião, o governador Ivan Bichara ressaltou que, em respeito às bases do governo e do partido da ARENA, ele havia indicado o nome de Milton Cabral como candidato da maioria do partido. No entanto, devido ao impasse que surgiu durante o processo de escolha para a sucessão do Poder Executivo estadual, Tarcísio Burity foi indicado como candidato. Na convenção da ARENA paraibana, Tarcísio Burity obteve 152 votos, dos 281 convencionais, enquanto Antônio Mariz recebeu 124. Desses, dois anularam seus votos, e três votaram em branco (MACHADO, 1978). Escolhido como governador, Tarcísio Burity proferiu o seguinte discurso:

Toda a Paraíba sabe que não busquei essa indicação. Toda a Paraíba conhece a minha vida e sabe que todos os cargos públicos que tive a honra de exercê-

⁷⁷ Esse trecho do Jornal A União se encontra na página 01 do caderno especial.

los, sempre fui convocado para eles. Não tive nenhuma ambição, mas aceitei, não posso negar, com orgulho e com alto espírito de responsabilidade essa indicação para contribuir no sentido da paz, da tranquilidade e da unidade da Arena. Foi assim que eu entendi a minha indicação (A UNIÃO, 06 de jun. de 1978, p. 01).

É evidente que para a imprensa e para a população, que se encontrava surpresa com a sua indicação, Tarcísio Burity não deixaria claro o seu interesse na vida política. Existiu a possibilidade de ao exercer a função de secretário, já ter despertado o desejo de atuar na política paraibana, e nesse sentido, construir seu capital político e social.

A indicação do nome do professor Tarcísio Burity, teve como principal objetivo reunir e manter a unidade da ARENA paraibana, que neste momento político se encontrava em divergência. No dia 05 de julho de 1978 circulou na imprensa a notícia da visita do futuro governador da Paraíba as cidades do Sertão. Nessa visita encontrou-se em Patos com prefeitos e vereadores dos municípios vizinhos, entre os quais estavam os líderes políticos da cidade de Desterro, com o objetivo de cumprir o prometido em discursos anteriores, que foi unir a ARENA também no interior do Estado. Em discurso, ele expressou que, em seu governo, pretendia atuar ao lado dos prefeitos e dos vereadores: “[...]desejo que me ofereçam sugestões e critiquem-me quando for necessário, tudo com o objetivo de atender da melhor maneira, as reivindicações de cada município [...]” (A UNIÃO, 05 de jul. de 1978, p. 03).

Eleito com 306 votos, o novo governador eleito pelo Colégio Eleitoral na Paraíba, Tarcísio de Miranda Burity, foi anunciado pelo deputado Nominando Diniz⁷⁸. Depois de sua eleição, a Paraíba recebeu mais uma visita do presidente Ernesto Geisel, em pleno ano de eleição parlamentar, com o objetivo de garantir a vitória do partido na eleição vindoura, em vista dos embates ocorridos durante a sucessão governamental. Sobre as dissidências que ocorreram na ARENA paraibana, o porta-voz do governo afirmou que, “[...] em um partido com a dimensão da Arena, é natural que surjam divergências entre seus membros, mas prevalece sempre, o interesse do partido, que é o mais importante” (A UNIÃO, 07 de nov. de 1978, p. 01), logo, tais divergências seriam ignoradas para que o partido pudesse alcançar a vitória na eleição parlamentar em curso.

No dia seguinte, ao se encontrar com líderes políticos, pediu empenho para que o partido pudesse vencer a eleição. Para que o próximo presidente continuasse com o projeto de abertura, seria necessário contar com o apoio dos parlamentares arenistas e, para isso, a Câmara

⁷⁸ “Colégio Elege Tarcísio Burity com 306 votos”. Ver Também: (JORNAL A UNIÃO, 02 de set. de 1978, p 01).

dos Deputados, o Senado Federal e a Assembleia Legislativa deveriam ser maioria no partido do governo. Nesse ínterim, o presidente ressaltou que Ivan Bichara foi escolhido para ser o candidato a senador na Arena Paraibana e que ele era “[...] o candidato do partido do Governo por merecimento, por serviços prestados e por ter se conduzido no Governo com serenidade e até humildade, pelo que merecia o respeito e o apoio de todos [...]” (A UNIÃO, 08 de nov. de 1978. p. 01). Logo, não admitiria dissidentes que votassem no partido oposicionista.

Para o Senado, Humberto Coutinho Lucena⁷⁹ recebeu o apoio de Antônio Mariz e de João Agripino e foi eleito para senador na eleição parlamentar de 1978. Ivan Bichara amargou a derrota no Senado para seu oposicionista do MDB. Assim, “a política fez a Paraíba perder um diplomata, mas em compensação, ganhou um político hábil que usou a diplomacia como maneira de fazer política [...]” (ANDRADE, 1993, p. 177). Já Wilson Braga foi eleito o deputado federal mais bem votado no pleito de 1978, com 84.168 votos pela Paraíba.

Tarcísio Burity iniciou seu governo em março de 1979. Como não pertencia a uma oligarquia política, os líderes duvidaram de sua capacidade administrativa. A justificativa para essa rejeição foi o fato de Burity não ter experiência política nem fazer parte dos tradicionais grupos que lideravam a política estadual paraibana (GUEDES, 1993). Segundo a notícia que circulou no jornal *O Norte*⁸⁰, o governador Tarcísio Burity tentou contato com os dissidentes da ARENA e frisou, na visita que fez à cidade de Alagoa Grande, que pretendia visitar todos os líderes políticos municipais. No tocante à cidade de Desterro, onde estamos analisando a atuação política da família Leite, o governo municipal esteve ao lado do governo estadual e do federal, por isso o governador já contava com seu apoio.

O governo Burity, no entanto, surpreendeu a todos e enfrentou, com perspicácia, os problemas da crise econômica que assombrava todo o país e usou o fenômeno da seca para se promover, e contou com a ajuda de representantes dos executivos municipais. No intuito de garantir apoios no campo político contou também com o governo federal. Desta forma, a

⁷⁹ De acordo com Andrade (1993), Humberto Lucena esteve entre os políticos paraibanos que combateram insistentemente o regime civil-militar. Sua trajetória, segundo o autor, iniciou por “acidente”, pois um infortúnio familiar levou o jovem Humberto a se candidatar a deputado estadual aos 22 anos de idade, em lugar do de seu pai, Severino Lucena, nas eleições de 1950. Assim, destacou-se como o deputado mais jovem e o que recebeu menos voto no pleito eleitoral, mas ganhou a confiança do governador eleito, José Américo. A vida política de Humberto Lucena foi regada por vitórias e dificuldades nos pleitos seguintes até a eleição de 1978, quando foi eleito senador pelo MDB, partido oposicionista. Ainda de acordo com o autor, no Senado, Humberto foi líder do PMDB de 1982 a 1984. Na eleição de 1986, foi reeleito para compor o Senado e sofreu críticas da imprensa sulista por ter sido escolhido para presidir o Senado Federal.

⁸⁰ O Jornal comunicou a seguinte manchete: Burity tenta aproximação com os dissidentes da Arena (JORNAL O NORTE, 29 de mar. de 1979, p. 05).

imprensa local tratou de divulgar uma nota em que, relatou o agradecimento do governador ao Ministro do Interior pela assistência prestada pelo Governo Federal aos municípios que foram atingidos pela seca (A UNIÃO, 01 de mar. de 1980, p. 01). Esse método já citado se refere à construção de açudes como solução para evitar o êxodo rural, incentivo ao cultivo do sisal e fornecimento de créditos. Para encontrar uma solução, o governador marcou reunião com os prefeitos dos municípios do Sertão, do Brejo, do Curimataú e do Cariri atingidos pela estiagem. Nessa reunião, o representante do Poder Executivo municipal de Desterro participou em busca de recursos para lidar com os problemas causados pela seca (A UNIÃO, 06 de mai. de 1980, p. 01).

Tarcísio Burity se consagrou na vida política ao ser eleito pelo voto direto na eleição de 1982 para deputado federal. Desse modo, conseguiu passar “[...] em grande estilo pelo primeiro teste das urnas, quando, nas eleições de 1982, concorria, pela primeira vez, a um mandato pelo voto direto – e os resultados foram surpreendentes [...]” (RAMOS, 2008, p. 64). Com isso, as velhas oligarquias paraibanas, que se uniam para impedir que políticos como ele se destacassem, ainda mais que, viram no governador em questão, um potencial detentor de capital político. Um desses políticos que compunha a liderança tradicional paraibana foi Wilson Leite Braga. Pertencente à influente família Leite do Vale do Piancó, iniciou sua trajetória política ainda muito jovem, quando observava os processos udenistas e participava ativamente dos movimentos estudantis. Para o autor, duas características principais se destacaram na atuação política de Braga: sua disposição para a política e seu pragmatismo calculista. Para Wilson Braga, um político não deveria fechar todas as portas para seus adversários, porque eles poderiam ser os aliados de amanhã (MELLO, 1993).

Na cidade de Desterro, os Leite contaram com o apoio de Wilson Braga, para prestar assistência aos munícipes. Essa colaboração se converteu em votos durante os períodos eleitorais. Não podemos generalizar os eleitores como figuras passíveis e suscetíveis a todo tipo de desmando dos grupos políticos locais. Há aqueles que barganham seu voto e o oferecem em troca de algum favor, e há aqueles que votam como meio de agradecer a ajuda prestada. De todo modo, estes dois grupos fortalecem a prática do clientelismo e outras práticas políticas como o assistencialismo e o empreguismo, por exemplo. Desta maneira:

O clientelismo político encontra campo fértil, sobretudo, em zonas subdesenvolvidas onde predomina o desemprego e, conseqüentemente, a dificuldade de obtenção de ocupação estável. Trata-se pois de problema de subsistência e, em outro plano, de ascensão na escala social. Nesse contexto,

o controle da máquina governamental adquire importância decisiva para a ampliação das bases eleitorais de partidos, correntes, grupos ou políticos isolados. (ROLIM, 1979, p. 68).

E neste caso, em Desterro, encontramos esta realidade no período analisado, visto que, grande parte da população enfrentou problemas de subsistência. Logo, os líderes políticos locais fortalecem os “currais eleitorais”, viabilizados pelo baixo nível de politização devido às condições culturais e/ou sociais e econômicas da população. Dessarte, tais eleitores mantiveram e/ou mantêm uma relação direta com os que concorrem aos cargos eletivos e “[...] na base desse processo, está o clientelismo, em sua plenitude, e sob todas as formas de manifestação” (ROLIM, 1979, p. 69). Importante frisar que os “currais eleitorais” composto pelos eleitores dos centros urbanos apresentam fragilidades porque o contato com outros líderes é mais fácil. Do outro lado, os líderes políticos de base rural e das cidades pequenas do interior se acomodam no partido do governo para conseguir os recursos necessários para sua administração. A ARENA paraibana, por exemplo, caracterizou-se por compor as bases da zona rural e do interior, enquanto o MDB firmou sua base nos centros urbanos. Vimos, pois, a supremacia do partido do governo nas eleições municipais de 1976.

Wilson Braga, que mantinha seus “currais eleitorais” no interior, por exemplo, inclusive na cidade de Desterro, já tinha em vista o cargo de governador na eleição de 1982 que, a essa altura dos processos, seria por meio do voto direto. Com seu estilo popular ao fazer política, deixou claro para o então governador Tarcísio Burity seu interesse em concorrer para a vaga de Governador do Estado. Dessa maneira, Braga sentiu que sua vida política estava na Paraíba e não mais em Brasília.

Wilson Braga investiu nos eleitores dos centros urbanos e de tendência oposicionista e conseguiu ser eleito com 509.855 votos contra 358.146 de seu principal adversário, Antônio Mariz. Sendo assim, “[...] Wilson Leite Braga emergiria das eleições de 1982 não apenas como governador do Estado, mas também como líder dos pequenos municípios [...]” (MELLO, 1993, p. 218). Isso que nos remete às correspondências oficiais trocadas entre Wilson Braga e Geraldo Leite, encontradas no arquivo da Prefeitura Municipal de Desterro. Convém salientar que a família Leite, em Desterro, e Wilson Leite Braga compactuam do mesmo tronco familiar, já que a mãe de Wilson Braga, Francisca Leite Braga, pertenceu ao primeiro ramo da família Leite do Vale do Piancó, de onde veio o tio-bisavô, João Leite Ferreira, da avó do senhor João Leite de Almeida (BARBOSA, 1948), principal líder político de Desterro. Essas ligações favoreceram, em muitos aspectos, a mútua colaboração entre os dois líderes políticos.

O governador eleito obteve da cidade de Desterro 2.244 votos, enquanto seu principal opositor, Antônio Mariz, só conseguiu 491, segundo dados do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba. Esses dados comprovam o apoio que o Poder Executivo estadual teve dessa localidade. Para cargo do Executivo dos municípios paraibanos, o PMDB elegeu 36 prefeitos, e o PDS, 136. O desempenho dos prefeitos nos municípios para conquistar votos foi importante para a grande vitória do PDS. Na cidade de Desterro, o prefeito eleito foi Geraldo Leite Barbosa, primo de Wilson Leite Braga.

Os resultados da eleição de 1982 já foram apresentados no capítulo um, mas é preciso entender que a cimentação da base política local foi fundamental para garantir a hegemonia do PDS na política paraibana nesse momento. A liderança dos pequenos, como pode ser colocada a eleição de Wilson Braga em 1982, nos possibilita perceber como as lideranças locais do interior buscam reafirmar seus alinhamentos, porque a busca por garantir homogeneidade pareceu ser a melhor estratégia. Para municípios pequenos como Desterro, entrar em disputas estaduais e não procurar compor o alinhamento do sistema poderia significar o suicídio político, pois a dependência local se configurou como intensa, portanto, entrar na linha de apoio próximo poderia fazer toda a diferença.

No final de seu mandato em meados de 1980, a conjuntura das disputas políticas, vivenciadas durante a fase de transição na Paraíba no partido do governo, alardeou os rumores de que o governador Wilson Braga deixaria o PDS para ingressar no PFL. Nesse sentido, o deputado do PDS, Efraim Morais, lamentou, em nota no jornal, o rompimento do deputado Tarcísio Burity com o governador Wilson Braga (A UNIÃO, 24 de out. de 1984. p. 03), pois, logo depois que deixou o PDS, o então deputado federal passou a articular e a liderar o processo de formação do PFL na Paraíba.

Já Wilson Braga ratificou que só deixaria o PDS se houvesse um acordo entre os membros do partido e o apoio dos líderes políticos. Nesse contexto, o governador recebeu a colaboração de vários líderes políticos, entre parlamentares, prefeitos e vereadores para ingressar em outra agremiação partidária. Prefeitos e vereadores enviaram seu apoio ao governador em aprovação a sua saída do PDS e ao ingresso no PFL. Por meio de telex, afirmaram: “[...] Nossa atitude retrata coerentemente orientação do deputado Aloysio Pereira, lídimo representante dessa região” (A UNIÃO, 14 de fev. de 1985, p. 05). Na mesma manchete, o principal líder político de Desterro, João Leite de Almeida, de comum acordo com o prefeito Geraldo Leite Barbosa, o vice, Severino Rufino de Lima, e o presidente da Câmara dos Vereadores, Carlos Leite, apoiou a decisão de Wilson Braga.

A notícia de que o governador se filiara ao PFL circulou no jornal *A União*. A solenidade de filiação foi presidida pelo presidente do partido, Marco Maciel (*A UNIÃO*, 20 de mar. de 1985, p. 01). A chegada de Wilson ao Partido deu início às discordâncias com o deputado que coordenou a formação do PFL, Tarcísio Burity, que, de imediato, deixou o PFL e ingressou no PMDB, sob críticas da classe política paraibana. A partir de 1985, as trocas de partidos aumentaram constantemente e ficou claro que o objetivo delas era de atender aos interesses particulares. Todavia, quando se referia ao partido, as questões referentes à nação eram desconsideradas, ou postas em segundo plano. Essa “dança das cadeiras” se deu, especialmente, com a extinção da fidelidade partidária pela Emenda Constitucional nº 25 de maio de 1985 (MELLO, 2004).

Na eleição de 1986 para governador, Tarcísio Burity foi eleito pelo PMDB. Possivelmente, o êxito dessa eleição deveu-se ao saudosismo do primeiro governo de 1979 a 1982, quando ajudou a população sertaneja com as frentes de emergência com recursos próprios do estado⁸¹ e obtidos do Governo Federal, assim como, ao sucesso do Plano Cruzado. A população guardava muito apreço pelo ex-governador Tarcísio de Miranda Burity. Na Paraíba e em outros estados do país, parecia que “[...] o povo brasileiro consagrara, por unanimidade, o Partido que lutou, sem desfalecimento, contra o arbítrio e o autoritarismo tecnocrata-militares” (MELLO, 2010, p. 181).

Em seu segundo mandato como governador, Tarcísio Burity encontrou a administração do Estado em total desordem. Só na Secretaria da Educação, constatou que havia 40.800 funcionários, quando em sua primeira gestão, havia deixado, em todo o estado, um total de 37.000 servidores. Seu antecessor, Wilson Braga, possivelmente havia usado a máquina pública estadual para fortalecer sua liderança política no Estado. Assim, como no seu primeiro mandato, no segundo, o governador também enfrentou dissidências políticas, e os desentendimentos começaram quando os deputados peemedebistas exigiam do governador nomeações de cargos de confiança para seus apoiadores, e Burity se negou.

O novo governador da Paraíba sofreu com a forte oposição advinda da Assembleia Legislativa. A situação da seca anunciada nos jornais preocupou governadores, ministros e parlamentares do Nordeste: “[...] na Paraíba, a situação mais crítica é dos municípios do Sertão,

⁸¹ A manchete do jornal *A União*, do dia 18 de junho de 1980, informou o seguinte: Burity assume pagamento dos flagelados. Para isso, o governador enviou à Assembleia Legislativa uma mensagem, em que pedia que fosse aberto o crédito de 80 milhões de cruzeiros para pagar aos agricultores que foram inscritos. Foi decretada situação de emergência.

onde os agricultores já registraram uma perda de mais de 90 por cento das culturas de arroz, milho e feijão (A UNIÃO, 17 de mai. de 1987). Na esfera local, o chefe do Executivo municipal de Desterro pediu ajuda ao governador, por meio de um ofício, em que requereu:

Considerando a grave situação que vem atravessando a população do Município de Desterro, Estado da Paraíba, principalmente as que residem na Zona Rural, onde falta alimento e água, solicitamos de V.Exa., autorizar novos alistamentos dentro do programa de Emergência contra a seca. Inúmeras pessoas estão passando fome e sofrendo outras consequências por falta de chuvas que praticamente não apareceram em nossa região (BARBOSA, Geraldo Leite, ofício 56, [para] BURITY, Tarcísio de Miranda, 01 de dezembro de 1987).

Logo, o governador decretou situação de emergência em 107 municípios e pediu à Secretaria de Agricultura que fosse feito um levantamento da situação das cidades atingidas pela seca, em que foi relatado que “[...] a situação exigia uma ‘ação eficaz do estado, em defesa das comunidades e das populações, principalmente em virtude dos prejuízos advindos à economia dos municípios e do estado [...]’” (A UNIÃO, 29 de mai. de 1987, p. 04). Entre as cidades citadas na manchete que compunham o entorno da Serra do Teixeira, estava Desterro. Nesse ínterim, o deputado Aloysio Pereira intermediou o pedido para concluir o açude Jeremias para assistir a população de Desterro. Em seu telex, divulgado no jornal, ressaltou:

[...] lembro que o açude particular de propriedade do Ex-prefeito de Desterro foi quem minimizou, embora precariamente, a aflita população sedenta do local, além dos municípios de Teixeira e Livramento durante os últimos cinco anos de seca (A UNIÃO, 30 de mai. de 1987, p. 03).

No que se refere a esse açude, podemos afirmar que foi uma necessidade da população, mas que também serviu como meio para a troca de apoios entre o poder local e o estadual. Segundo Mello (2000), na década de 1980, a Paraíba viveu momentos de crises originárias do esgotamento de uma economia modernizadora, aliada à pressão sofrida pelos grupos oligárquicos, que ainda conservavam um comportamento político aos moldes dos anos de 1930⁸². Para atender à população local, os líderes políticos regionais requisitavam recursos ao

⁸² Trata-se do conservadorismo e/ou autoritarismo praticado por um líder local, que tinha nas mãos poder político. Essa influência era regida pelos ricos proprietários de terras, os chamados coronéis, que usavam de violência e chantagem para adquirir apoio por meio do voto dos seus apadrinhados que viviam em suas fazendas e arredores. O título de coronel era dado aos ricos fazendeiros pelo governo imperial, quando foi criada a Guarda Nacional, por volta de 1831, pelo Imperador D. Pedro I, com o objetivo de protegê-lo e proteger os donos de terras. A Guarda

governo federal. Os processos nacionais afetaram sobremaneira a conjuntura sociopolítica e econômica na esfera regional e, conseqüentemente, no âmbito local, visto que havia uma relação de dependência.

Para obter recursos do governo, os municípios foram subordinados ao Estado, que também foi submetido ao governo federal, que, ao obter, no Congresso e no Senado, uma maioria de parlamentares, viabilizou a aprovação de recursos para os projetos da administração. Dessa maneira, cada esfera - nacional, regional e local - a seu tempo, ao seguir o modelo da troca de favores, recebeu os recursos que pleiteavam para a sua administração. Esses recursos eram distribuídos de acordo com o apoio recebido, era/é o que conhecemos como “toma lá, dá cá”.⁸³

Na Paraíba dos anos oitenta, a subordinação dos municípios ao estado-membro fazia-se não apenas por via dos programas de dominação daqueles por esse, mas por intermédio de obras conveniadas mediante as quais o capital financeiro apropriava-se dos espaços de poder local. (MELLO, 2000, p. 95).

Os líderes locais serviam de interposto entre os eleitores e o poder público. Em vista disso, do sertão ao litoral, a máquina pública do estado “colaborava” com o fortalecimento dos líderes políticos. Os candidatos a cargos eleitorais e os que foram eleitos introduziram no meio dos eleitores a ideia de que somente por meio do favorecimento em troca do voto é que se conseguiria o tão almejado emprego. Isso gerou práticas que estão enraizadas na cultura política do país até os dias atuais. Os líderes políticos, que deveriam cuidar da “coisa pública”, apropriaram-se do público, transformou-o em um bem privado e o usou para manter sob seu domínio uma população carente, necessitada e ainda analfabeta nos anos da década de 1980. Portanto, na Paraíba, a fase da transição para o retorno das liberdades democráticas foi cercada de embates políticos.

Nesse desenho político, que perpassou todo o período de 1977 a 1989, houve um alinhamento consensual e praticamente inabalável entre o grupo político da família Leite de Desterro e os desenhos político-eleitorais da conjuntura política paraibana. Em todos os

Nacional só foi extinta na Primeira República, em 1922, mas o título de coronel permaneceu e deu origem à prática do coronelismo. Sobre isso, consultar LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto; o município e o regime representativo no Brasil. 3 ed. Rio de Janeiro. Editora: Nova Fronteira, 1997.

⁸³ Termo usado por Richard Graham, em um artigo publicado no Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial em 1996, em que ele discute sobre a prática do clientelismo no Século XIX. Disponível em: <<http://pt.braudel.org.br/publicacoes/braudel-papers/15.php>>. Acessado em 16 de janeiro de 2019.

momentos, a estratégia de alinhamento e a construção dos acessos foram promovidas pelos contatos, pela troca de favores, pelos apoios, pelos interesses mútuos e pela fraca oposição interna que tinha a família Leite em seu reduto de poder. Desde a ascensão dos Leite em Desterro, por volta de 1960, com a emancipação política do município, a entrada e a consolidação da influência política e familiar deveu-se, sobretudo, à intensa rede relacional construída pelos Leites. O fato de ter sempre um representante da família na Câmara Municipal e articular os interesses legais de execução de obras e licitações promoveu o crescimento do prestígio e do capital político e familiar do grupo.

O Executivo municipal manteve proximidade com a população e com o assistencialismo cotidiano, na base de pequenos favores, como: pagamento de pequenas dívidas; assistência rural com envio de tratores para fazer reparos nos sítios; assistência de transporte para locomoção, desde pequenas até longas distâncias para tratamento de saúde, principalmente para a vizinha cidade de Patos; atendimento de demandas como compra de remédios e distribuição de material escolar, fardamento e merenda nas escolas e nos grupos escolares do município possibilitaram que a construção do capital político e familiar se processasse de dentro para fora do município. Neste sentido, vemos a partir das entrevistas o atendimento às demandas cotidianas.

[...] energias na zona rural, poços amazonas, e tinha a questão de ano em ano os cortes de terra. Os tratores da prefeitura iam para a zona rural. Na época eu morava no sítio Barra Velha, daí a gente não se preocupava, quando chegava a época do inverno, ele já tinha agendado os dias e os tratores trabalhavam de dia e de noite. [...] (Entrevista com João Bosco Barbosa, em 02 de outubro de 2019).

.....
[...] eu vi muito João fazer, ele sentava o dia todo, na calçada da casa dele em uma cadeira com um tipo de bloquinho de autorizações e quem chegasse “seu João remédio” passava no bloquinho e vá na farmácia; daqui a pouco “seu João isso assim, assim” outro bloquinho. A assinatura dele era um cheque/ouro em toda a Paraíba. [...] (Entrevista com Maria da Cruz Leite, em 30 de setembro de 2019).

.....
[...] Com tudo arrumado, tínhamos escola funcionando [...] E a merenda escolar não faltava, o livro didático não faltava e o material escolar começou a chegar. O pessoal ganhava muito pouco, mesmo assim ninguém se preocupava com o pouco que ganhava não. [...] (Entrevista com Antônio Augusto de Lima, em 05 de outubro de 2019).

Portanto, nas entrevistas foi possível perceber a sagacidade do líder local para manter e fortalecer a relação de dependência com os favores prestados aos munícipes. Ressalte-se, contudo, que sempre foi uma cidade com poucos recursos. Por essa razão, seria preciso construir uma rede de contatos com líderes, cujo trânsito político se fizesse sentir de duas formas: primeiro, alinhada à conjuntura político-partidária local e, segundo, que comungasse com os alinhamentos do sistema vigente, nesse caso, o regime militar. Apesar de, no caso de Desterro, as questões de repressão não ter sido apontada, o discurso dos líderes locais, alinhado, mesmo que implicitamente ao regime, construiu um elemento de confiança necessário aos interesses dos grupos estaduais, portanto, os alinhamentos estiveram sempre próximos de uma leitura conjuntural e partidária em acordo com os condicionantes nacionais. A vinda dos presidentes Geisel e Figueiredo à cidade de Patos, em momentos de seca e às vésperas de eleições importantes – para prefeito, em 1982, e para governador, em 1986, deu visibilidade a políticos como João Leite e Geraldo Leite, como garantistas do sistema.

Esse tipo de visibilidade, em conjunto com os ajustes da política estadual, contribuiu para que relações clientelares fossem construídas entre a representação municipal, a Assembleia Estadual e o governo do estado e para que se evidenciassem as articulações verticais de acesso, quando estabeleceu um bem sucedido trânsito com deputados da base aliado ao regime, por exemplo, com o deputado estadual Aloysio Pereira (1982-1986), com o deputado federal Wilson Braga (1967 a 1982) e com os governadores Tarcísio Burity (1979-1982 / 1987-1991) e Wilson Braga (1983-1987).

2.2 – Os lugares de poder e o assistencialismo em Desterro: a família Leite.

A conjuntura política nacional, nos anos de 1977 a 1989 do Regime Militar, período considerado por parte dos historiadores como o decurso de transição para a abertura política, colocou a Paraíba imersa no embate dos líderes políticos advindos dos grupos oligárquicos⁸⁴.

⁸⁴ Quando colocamos os “grupos oligárquicos”, referimo-nos aos grupos políticos de base familiar compostos pelos sobrenomes: os Britos e os Gaudêncios, Pessoa, Leite, Mariz/Maia, Figueiredo, Gondim, Sátyro, Dantas, Machado-Leal, Almeida, entre outros que, em momentos distintos da história da Paraíba e em um constante processo de transformação, adaptaram-se às instâncias de poder do estado. A respeito dessa formação e consolidação desses grupos oligárquicos na Paraíba, ler: LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba**: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993; CITTADINO, Monique. **O poder local e a Ditadura Militar**: o governo de João Agripino – Paraíba (1965-1971). Bauru-SP: Edusc, 2006; MOREIRA, Márcio Macêdo. **Entre Britos e Gaudêncios**: cultura política e poder familiar nos Carriris Velhos da Paraíba (1930-1960). João Pessoa, 2012. TERUYA, Marisa Tarya. **Família e poder na Paraíba** (os Maia de Catolé do Rocha / PB - um estudo de caso sobre práticas endogâmicas). João Pessoa, 1995.

Esses embates, acordos e estratégias aconteceram no campo político, que, para Bourdieu (2010), é um dos lugares onde acontecem as lutas pelo poder e pelo poder simbólico. Nesse contexto,

[...] o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de ‘consumidores’, devem escolher, com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção (BOURDIEU, 2010, p. 164).

O campo político é o espaço onde os agentes sociais, sejam eles políticos que disputam cargos eletivos ou não, agem para conquistar uma posição de mando, de liderança e de poder. Esses agentes usaram e usam estratégias, ideologias conceituais e práticas, e com o apoio de cidadãos comuns, seduzidos pela possibilidade de solucionar os problemas relacionados às questões sociais, “compram” os discursos e consolidam o poder dos agentes em disputa. Assim, o campo político está intrinsecamente ligado aos interesses dos agentes sociais que se organizam e atuam nele (CANÊDO, 2017).

Desse modo, entendemos que esse campo é o espaço onde aconteceram e/ou acontecem às disputas políticas entre os líderes, que pleiteiam os cargos públicos eletivos. É o lugar e/ou espaço, onde os diferentes agentes sociais se estruturam e, dessa forma, só podemos compreender as práticas de convivência dos agentes se estiverem relacionadas com o campo onde atuam (LAHIRE, 2017).

Nas disputas, percebemos também a atuação do que entendemos por grupo dos dominados, que, para nós, são os eleitores, que colaboram, de forma direta e/ou indireta, para que seus pretensos representantes alcancem o objetivo de ser eleitos. O que implica a percepção de um poder simbólico desses líderes sobre o conjunto social em que estão inseridos e que, muitas vezes, fortalecem-se pelo capital social e pelo capital político-familiar. Nesse sentido, o grupo político liderado pela família Leite, em Desterro, pleiteou, nesse campo, os cargos eletivos para o Poder Executivo municipal e o Legislativo, ao compor e articular sua influência simbólica na Câmara de Vereadores. Foi também nesse campo que percebemos os arranjos e a montagem do grupo político da família Leite com o uso das práticas ligadas ao clientelismo e ao familismo.

Os líderes políticos da Paraíba se articulavam em meio os processos nacionais, com o objetivo de se manter à frente de partidos como a ARENA, por exemplo, que vigorou com o sistema bipartidarista de 1966 a 1979 e que dava apoio ao regime militar. O partido do governo se configurou como o reduto dos tradicionais líderes políticos paraibanos, que ingressaram por convicção e identificação com a conjuntura política recém-instaurada ou por medo da repressão político-partidária (SOBREIRA, 2016). Assim, os grupos políticos que compunham o governo estadual empenhavam-se para continuar em cargos públicos e eletivos, ao passo que favoreciam as lideranças municipais.

Esse é o caso da cidade de Desterro, onde os representantes do Poder Executivo municipal se articulavam com os representantes do Legislativo e do Executivo estadual para obter recursos, fortalecer seu capital social, exercer sua influência local e administrar o município. Na mesma medida, o prestígio do grupo Leite, na cidade de Desterro, esteve lastreado pela prática do familismo, pois os líderes influentes do grupo se articularam no seio familiar para manter seu poder simbólico, que, na perspectiva de Bourdieu (2010), trata-se de um poder cuja percepção de quem a ele está submetido, muitas vezes, não é percebida, e quem exerce e detém esse poder o faz consciente e/ou inconscientemente. Portanto, “O poder simbólico, que é um poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada das outras formas de poder [...]” (BOURDIEU, 2010, p. 15).

A maneira como os agentes e/ou grupos de agentes sociais convivem em sociedade produz e reproduz os modelos de dominação no campo sociopolítico. Trata-se do poder dos dominantes reconhecido pelos dominados, representado por aqueles que lhes confiam uma proteção. Portanto, o grupo político composto pela família Leite e liderado por João Leite de Almeida exerceu esse poder simbólico, quando consolidou sua influência e seu capital social, econômico e político-familiar em Desterro, para se perpetuar no governo da cidade por, aproximadamente, três décadas ininterruptas. A seguir, mostraremos como o grupo político da família Leite foi montado e como sua rede de relações se fortaleceu, ao longo de menos de três décadas, quando usou as práticas políticas aqui mencionadas.

O capital econômico da família Leite, nesse período, foi proveniente do comércio, de iniciativas empresariais e da posse de terras. Foram detentores de um “[...] patrimônio que foi construído, nesses séculos a fins, de muito trabalho e de permanência, e de representação na nossa região, principalmente Desterro, Teixeira [...]” (Entrevista de Paulo Vamberto Leite, em

27 de setembro de 2019, a autora)⁸⁵. Portanto, os Leite já dispunham de capital econômico quando iniciaram sua atuação política em Desterro. Desde o início, o reforço do capital político-familiar foi construído na base do assistencialismo, de forma extensa e duradoura, pois, quanto mais perdurável fosse o resultado da assistência, mais bem consolidado seria o capital político do grupo Leite em Desterro, como, por exemplo, o pleito para a “[...] eletrificação de quatro propriedades do município de Desterro, Estado da Paraíba. [...]” (BARBOSA, Geraldo Leite. Ofício nº 29/87, [para], GADELHA, Marcondes, em 10 de jul. De 1987, p. 01). A demanda a ser atendida seria contínua e, portanto, mais extenso o reconhecimento por parte dos munícipes. Embora alguns desterrenses – mesmo que uma minoria – discordassem da atuação dos Leite, o fato é que, por meio da assistência prestada à população, arranjaram-se e fortaleceram seu capital político. Pode ser que essa seja uma ação insignificante na conjuntura da macro política, entretanto a eletrificação em média escala e com alcance eleitoral significativo tem um peso simbólico importante para o político de uma cidade pequena do interior.

Do mesmo modo, o clientelismo e o familismo estiveram presentes durante todo o governo em que os dois primos (João Leite e Geraldo Leite) estiveram à frente dos cargos eletivos do Executivo municipal. Portanto é importante discorrer sobre essas práticas políticas e entender de que maneira elas se reconfiguraram, metamorfosearam-se nas relações de poder e continuaram atuantes na história política do Brasil nas esferas nacional, estadual e local.

A atuação política da família Leite, em Desterro, começou quando alguns membros da família chegaram à região da Serra do Teixeira já no final do século XVIII. O Sr. Pedro Leite Ferreira, Pedro Leite Ferreira Filho e seu filho, Quintino Leite Ferreira, instalaram-se no Sítio Barra do Vieira⁸⁶. Assim como em Desterro, em Teixeira, também participaram da vida política dois tios-avôs de João Leite de Almeida, que foram líderes políticos: Quintino Leite Ferreira de

⁸⁵ Paulo Vamberto Leite tem 62 anos e nasceu no dia 19/09/1957. Filho de Paulo Leite Ferreira e Getúlia Leite de Almeida e sobrinho de João Leite de Almeida e de Geraldo Leite Barbosa. Formado em Química, foi diretor e professor da Escola Gertrudes Leite. Em 1986, submeteu-se ao concurso para o Fisco da Paraíba. É irmão de Rosângela de Fátima Leite, ex-prefeita de Desterro, na gestão de 2013 a 2016. Vamberto foi eleito vereador primeira vez, em 1988, com 422 votos pelo PDS; em 1992, foi candidato a prefeito contra seu tio, Geraldo Leite, pelo PMDB, e obteve 1.798 votos contra 4.184 do seu tio; em 1996, foi eleito vereador pelo PMDB com 203 votos; em 2000, também pelo PMDB, foi eleito vereador com 227 votos; em 2008, ficou em primeiro lugar, com 501 votos, pela coligação PDT/PSDB e PR; em 2012, foi eleito pela coligação PSD/DEM/PRB/PSB/PSDB/PSC/PC do B, com 333 votos; em 2016, elegeu-se com 281 votos pela coligação DEM/PRB/PT/PSB e PSL. “[...] hoje eu estou no sétimo mandato e encerrando essa minha participação na política como candidato. Porque, infelizmente, a política, dizem os amigos que ela tem duas portas, você entra por conta dos amigos e não sai por conta dos adversários.” (Entrevista com Paulo Vamberto Leite, em 27 de setembro de 2019 a autora). Dados obtidos no site do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba. Disponível em: <<http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>>. Acessado em 05 de janeiro de 2020.

⁸⁶ O Sítio Barra do Vieira localiza-se na cidade de Desterro a, aproximadamente, 5 km de distância do centro da cidade, e Desterro fica a, aproximadamente, 23,4 km de distância de Teixeira.

Albuquerque e Sancho Leite. Este último foi o primeiro prefeito eleito de Teixeira em 1932. Sancho Leite⁸⁷, sobrinho de Quintino Leite, foi

[...] prefeito de Teixeira por várias vezes, ele era chefe político de Teixeira na época. Meu pai chegou ser também vereador em Teixeira por vários mandatos. Meu avô, o pai do meu pai, Pedro Leite Ferreira, foi prefeito de Teixeira também e daí com a emancipação política de Desterro em 1959, Desterro passando a condição de cidade, meu pai foi candidato a vice-prefeito na chapa de Silveira Dantas. Logrando êxito com a campanha, assumiram a prefeitura de Desterro como prefeitos eleitos [...] (Entrevista com Paulo Vamberto Leite, em 27 de setembro de 2019 a autora).

A liderança política da família Leite foi fortalecida e consolidada ao mesmo tempo em que Desterro foi emancipada politicamente da cidade de Teixeira. Com a emancipação, na população local, havia processado a ideia de que haveria a esperança de melhoria de vida, pois essa situação significou a geração de empregos, melhoria estrutural da nova cidade com a pavimentação de ruas, a construção de escolas e a reorganização da economia (BEZERRA, 2016). A diferença entre ser município e ser distrito, para os desterrenses, trouxe algumas vantagens, entre elas, a de que a sede do núcleo urbano ficava do outro lado da rua, e não, a, aproximadamente, 20 quilômetros (nesse caso, a distância entre Teixeira e Desterro), portanto, as reivindicações poderiam ser mais bem direcionadas e questionadas da mesma forma que a captação de recursos seria, agora, exclusiva do município, e não, dividida com o município-sede.

No estudo de Linda Lewin (1993)⁸⁸, que analisou os grupos políticos de base familiar em disputa pela economia e pela política local paraibana, em fins do Século XIX até o final da República Velha (1889-1930), a organização e a consolidação dos grupos políticos de base familiar foram significativas para conseguir cargos eletivos e permanecerem neles. É o que observamos ao analisar a atuação do coronel João Leite Ferreira na cidade de Teixeira-PB, quando comandou o Partido Liberal, desde sua fundação, por volta de 1830, e as vinculações familiares e políticas do seu braço familiar.

⁸⁷Sancho Leite de Albuquerque Montenegro (1900-1972) era tio materno de João Leite de Almeida.

⁸⁸ O estudo de Linda Lewin (1993) destacou a atuação política dos grupos de base familiar do Século XIX. Contudo, a autora aborda a origem da atuação da família Leite em Teixeira, que foi a cidade “mãe” de Desterro.

No alto sertão, juntamente com Felizardo Toscano de Brito⁸⁹ que, embora não fosse parente consanguíneo, consolidou seu relacionamento político quando o filho do coronel João Leite Ferreira, que tinha o mesmo nome do pai, casou-se com a filha do comendador Felizardo, Eugênia Toscano de Brito. Assim, quando Felizardo morreu, a sucessão no comando do partido ficou a cargo do seu genro, João Leite Ferreira (o filho). Desde então, a extensa família Leite manteve sua influência e domínio político no alto sertão paraibano:

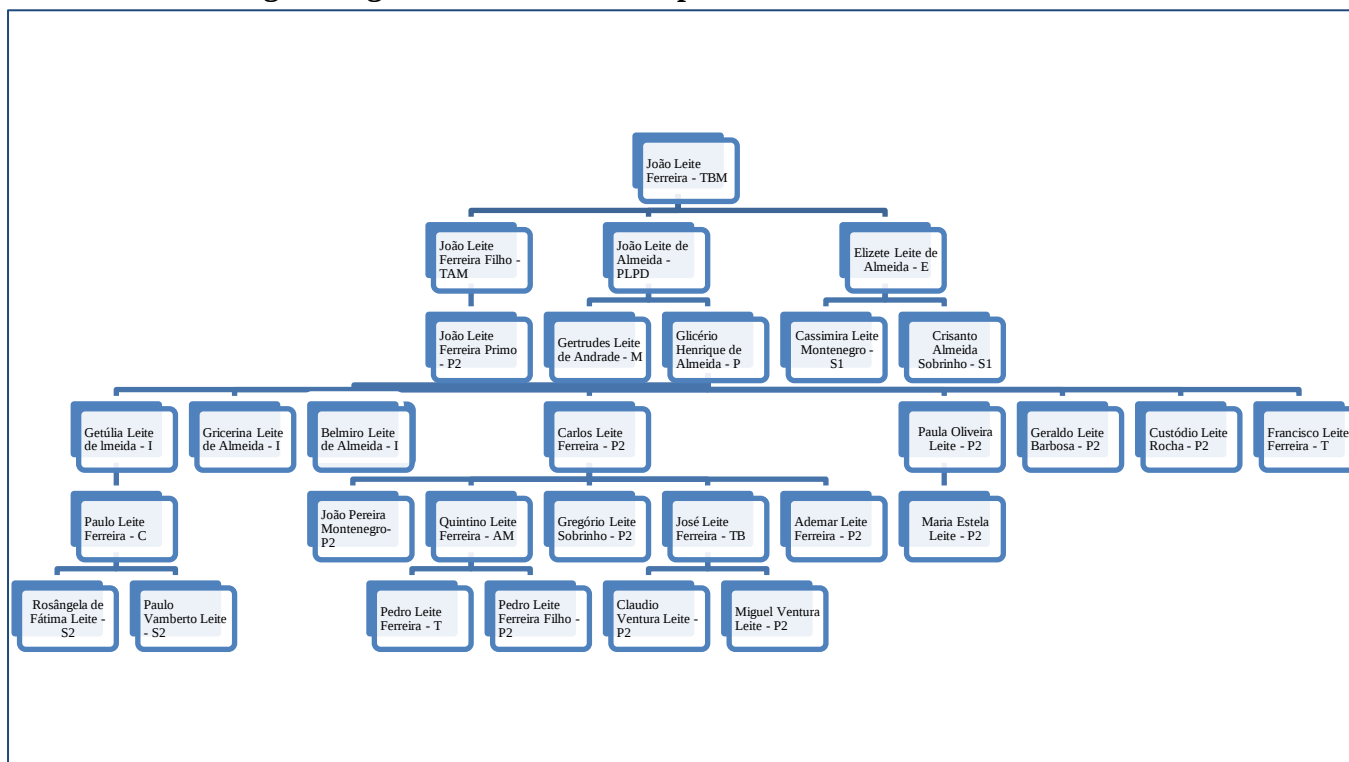
[...] João Leite Ferreira Primo liderou a oposição em Pombal, e o Dr. Francisco de Paula – mais conhecido como ‘Chico Paula’ - foi o chefe partidário local no município adjacente de Patos. Chico Paula, durante os anos 1920, alternou por algum tempo a ocupação de um assento na Assembleia com o filho de Felizardo, seu primo, Ademar de Paula Leite Ferreira, que representava uma quarta geração dos Leite na política estadual [...] (LEWIN, 1993, p. 182).

A circulação desse tronco familiar, por volta do final do Império e início da República no sertão paraibano, contribuiu para que as relações em rede e em influência fossem consolidadas. Desde a chegada do tronco familiar Leite, a circulação nas esferas do poder estiveram na ordem do dia. A relação de casamento com a família Toscano de Brito possibilitou que os Leites estivessem por dentro das decisões partidárias e no interior dos grupos de poder, como ramificações que se estendiam entre Pombal, Piancó, Conceição, Patos e Teixeira.

Uma das principais formas de ampliar suas ramificações familiares foi o fortalecimento da relação com outros grupos políticos, também de base familiar, ou seja, os Leites construíram bases políticas amplas com a incorporação de estranhos importantes, como os cunhados, o que, posteriormente, favoreceu a ampliação da rede familiar em, praticamente, todas as cidades do sertão paraibano. Com o advento da República, a consolidação dos grupos oligárquicos e suas configurações correligionárias, a liderança partidária no interior do estado foi acompanhada pela terceira geração da família Leite.

⁸⁹ Político brasileiro, Felizardo Toscano de Brito nasceu na Paraíba (1814-1876). Assumiu a presidência interinamente duas vezes, de 17 de fevereiro a 18 de maio de 1864, e de 22 de julho de 1865 a 3 de agosto de 1866. Foi o primeiro vice-presidente da província da Paraíba nomeado por carta imperial de 3 de fevereiro de 1864. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/viewFile/edu.2012.161.04/768>. Acessado em 11 de novembro de 2018.

Árvore genealógica da família Leite – parentesco com João Leite de Almeida



Fonte: Família Leite no Nordeste. Disponível em: <<https://www.myheritage.com.br/discovery-hub/69360821/matches-by-people?matchType=1&matchStatus=32&confirmedByOthers=0&sortBy=4>> Acessado em 22 de julho de 2019.

Para elaborar essa árvore, baseamo-nos, especialmente, no parentesco com as pessoas que tiveram ligações políticas com João Leite e estão presentes em nosso estudo. Por esse motivo, poucas mulheres estão presentes na árvore, com exceção de mãe, sogra, irmã e esposa. A sobrinha e as primas, de alguma forma e/ou em algum momento do período pesquisado, estiveram presentes na política desterrense⁹⁰. Dessa feita, ao analisar a árvore genealógica da família e em consonância com a política do alto sertão paraibano, verificamos que o líder da oposição em Pombal era primo em terceiro grau do principal líder político de Desterro.

Por volta de 1920, a família Leite viu seu poderio ser substituído por um não parente, mas protegido e compadre da família, o padre Aristides Ferreira da Cruz⁹¹, em Piancó. Esse

⁹⁰ Para compreender o parentesco com João Leite de Almeida, fizemos as seguintes abreviações: AM – avô materno; B - Bisavô; C – Cunhado; I – Irmão/irmã; M – Mãe; P1 – Pai; P2 – Primo/prima; PLPD – Principal líder político de Desterro; S1 – Sogra/sogro; S2 – sobrinho/sobrinha; T – Tio/tia; TAM – Tio avô materno; TB – Tio bisavô; TBM – Tio bisavô materno.

⁹¹ Aristides Ferreira da Cruz nasceu em Pombal (1872-1926). Sua vocação sacerdotal foi despertada ao observar a religiosidade de seus pais. Foi ordenado em 01 de novembro de 1901. Tinha uma relação que incluía laços de compadrio com a família Leite no Vale do Piancó. Por solicitação da família Leite, foi designado como dirigente paroquial na pequena Vila de Santo Antônio em agosto de 1902. A amizade com a família que o protegia se rompeu em 1913, quando passou a discordar da atuação dos Leites. Em 1915, a família Leite viu seu poder passar para o

fato desencadeou conflitos armados nessa mesma cidade. Por sua vez, o chefe político local da cidade de Teixeira, o Sr. Inácio Dantas⁹², aliou-se aos Leites e a outras antigas famílias para manter seu poder político, pois “[...] os laços de afinidade com estranhos tornaram-se mais importantes do que as conexões endogâmicas, por serem deliberadamente escolhidos [...]” (LEWIN, 1993, p. 183). Nessa conjuntura, no que se refere ao poder político, os laços de empatia se sobressaíram aos laços de sangue. De modo geral, os indivíduos dedicavam lealdade, em primeiro lugar, ao próprio grupo familiar, e a filiação partidária era um fenômeno derivado das práticas políticas. Isso significa que o pressuposto principal da filiação era o de que uma família de elite seria leal ao bloco de aliados e, normalmente, a segmentos familiares entre casados para fins associativos. Assim,

[...] o longo relacionamento que os Leite de Piancó mantiveram com o Partido Liberal ilustra esse fato. Como dirigentes do bloco dos antigos liberais durante a República Velha, os Leite prestaram obediência à oligarquia Machado-Leal desde o seu surgimento, em 1892 [...] (LEWIN, 1993, p. 185).

Essa obediência mudou com a derrota do Partido Liberal, cujo candidato ao governo do estado foi o monsenhor Valfredo Leal⁹³, nas eleições estaduais e federais de 1915. Para não perder seu poder e influência política, depois de 1915, aliaram-se aos epitacistas⁹⁴ e tiveram a oportunidade de desfrutar outra vez do bloco dos dirigentes políticos da Paraíba na Primeira República. Com a mudança, a família Leite passou de adversária a aliada.

A relação de cunhados, bem característica da família Leite, possibilitou que os arranjos e a construção de uma estrutura de aliados sedimentassem seu capital simbólico e familiar no sertão. Os artifícios de adaptação familiar, sobretudo porque a extensão do ramo familiar, ligada a outras famílias e referenciada por líderes de longa data na política sertaneja, favoreceu a crescente adaptabilidade e sua permanência nas esferas do poder. Se, por um momento, viram-se como aliados incontestes da oligarquia Machado-Leal, oportunamente, aliaram-se aos

grupo liderado pelo Padre Aristides, seu protegido em 1915. Disponível em: <http://otaviosaleitao.tripod.com/id28.html>. Acessado em 12 de novembro de 2018.

⁹² Foi o segundo filho do Alferes Antônio Dantas Correia de Goês. Sobre a família Dantas, ver: DANTAS, Fábio Resende & DANTAS Maria Leda de Resende. Uma família na Serra do Teixeira: elenco e fatos. Recife: Liber, 2008.

⁹³ Valfredo Soares dos Santos Leal, natural de Arreia-PB (1855-1942), foi sacerdote, político e vice-presidente da Paraíba nos seguintes períodos: 1893/1893; 1894/1894; 1896/1896 e 1905/1908; deputado federal, em 1905; deputado estadual, em 1922/1923; 1924/1926 e 1929/1930; e senador em 1905. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/2279>>. Acessado em 27 de abril de 2020.

⁹⁴ Termo proveniente da atuação política de Epitácio Pessoa, líder político da Paraíba de 1915 a 1930. Foi presidente da República do Brasil de 1919 a 1922. Epitácio tinha um método próprio em sua atuação política e buscava fortalecer as bases de seu poder. Assim, desenvolveu um paternalismo individual.

epitacistas no decurso da República Velha (1889-1930). Ainda para colaborar com essa adaptabilidade, na cidade de Teixeira, o então chefe político local – o coronel Inácio Dantas – em carta a Epitácio Pessoa, afirmou que sua longa dominação no município deveu-se às conexões com os Leites e outras famílias antigas do sertão (LEWIN, 1993, p. 182).

O exemplo utilizado por Inácio Dantas evidencia as conexões e as bases de sustentação política em extensão. Para os Leites, os acordos e os conchavos entre esses grupos políticos de base familiar fortaleceram seu capital simbólico e possibilitaram uma elástica adaptabilidade, a julgar pelo fato de que esse grupo perpetuou seu poder político e chegou à contemporaneidade. O clientelismo, o familismo e o assistencialismo foram ferramentas utilizadas para garantir a lealdade dos eleitores e a inserção econômico-política no poder. Conforme pontuou Canêdo (2017), o capital simbólico se tornou uma importante fonte de ganho para garantir apoio e está ligado à honra, ao prestígio e à posição social ocupada pelos líderes políticos. Originou-se e se fortaleceu pelo olhar do outro, na fala do outro e, por isso, é frágil, porque deixaria de existir a partir do momento em que o agente social que o detém passasse a ser visto não mais com a honraria e/ou posição pelo agente que o olha. Em vista disso,

[...] o capital simbólico funciona, conforme em *Le sens pratique*, como um crédito, mas no sentido mais amplo do termo, ou seja, uma espécie de adiantamento, de desconto, de promissória que os membros de um grupo atribuem somente àqueles que – em razão da sua posição, do trabalho que eles executam para mantê-lo – lhe fornecem o maior número de garantias. A manutenção desse capital pode, aliás, entrar em contradição com a gestão dos interesses econômicos, profissionais ou até mesmo culturais (CANÊDO, 2017, p. 110).

Quando esse agente social, que identificamos no campo político como aquele que lidera a política local, perde a posição de liderança e/ou sua importância na sociedade, perde também o capital simbólico. Ao longo da pesquisa, percebemos que o detentor do capital simbólico é João Leite de Almeida, que se mostrou o principal líder do grupo político da família Leite nas décadas de 1970 a 1980. Ao longo de duas décadas, ele soube fortalecer seu capital simbólico e levou para junto dele a família Leite. O adiantamento da credibilidade foi, a partir da atuação política de João Leite, delegada à família Leite, mas não de forma independente. O lugar social do capital simbólico cabe a um indivíduo, e não, a um grupo. Com essa leitura, podemos perceber que o indivíduo construiu sua identidade na pessoa de João Leite de Almeida, e o imaginário social, que fez a consolidação desse capital simbólico, esteve atrelado à herança política do grupo Leite.

Quando consideramos o capital econômico, o capital social, identificado pelo acúmulo e pelo fortalecimento da rede de relações entre agentes e grupos de agentes sociais, que se unem e se apoiam com um objetivo comum (MARTIN, 2017), percebemos que esse capital político, que vem desde o período imperial foi fortalecido com as práticas do clientelismo, a prestação de assistência e o familismo e compôs as estratégias políticas do grupo político-familiar analisado. Isso significou sedimentar uma “identidade política” da cidade com o grupo Leite.

Pode parecer estranho ou pouco aceitável que essas conclusões tenham respaldo na historiografia, mas precisamos atentar para o fato de que Desterro é uma cidade pequena, quase distrital, e as referências e o cotidiano da política local se acostumaram a ter os Leites como respaldo para fazer política. Essas constatações podem ser até potencializadas porque, de 1970 a 1989, não houve nenhum outro grupo que pudesse fazer frente ao domínio político dos Leites no município. Outro ponto que pode ser considerado é que, em grande parte da região do entorno da Serra do Teixeira, os líderes políticos dos pequenos municípios vêm de outras cidades, como Teixeira e Patos. No caso de Desterro, o núcleo da base política local se encontra no próprio município⁹⁵.

Foi por meio do assistencialismo prestado à população de Desterro, em períodos de necessidade de sobreviver, que a família Leite consolidou sua atuação política na cidade e, conseqüentemente, ampliou seu capital político-familiar⁹⁶. Os partidos e/ou grupos que concorriam a cargos políticos usaram, e com uma análise cuidadosa, ainda usam manobras para vencer as eleições. Uma dessas manobras foi a troca de favores – o clientelismo. Assim,

[...] o modelo de troca clientelística persiste, a despeito das mudanças econômicas políticas ou sociais, ficando perceptível que essas relações se transformam ao longo do tempo da nossa história. Desde seu surgimento até os nossos dias, essas trocas políticas têm adquirido formas distintas, mas a natureza do fenômeno permanece. Demonstrando que a forma tradicional de assistencialismo foi dando lugar a um clientelismo mais ordenado, cujas características distanciam-se um pouco dos traços originais, mas se conserva a essência do fenômeno (FERNANDES, 2006, p. 88).

⁹⁵ Como exemplo disso, podemos citar as cidades de São José do Bonfim, Catingueira e Quixaba, cujos líderes políticos são provenientes da cidade de Patos-PB; Já os de Imaculada, Maturéia e Mãe D’Água são da cidade de Teixeira. Em todas essas cidades pequenas, não temos a consolidação de forças políticas próprias dessas municipalidades.

⁹⁶ Conceito viabilizado por José Marciano Monteiro, com base nas obras de Pierre Bourdieu (2010), que entende que os grupos de família que se apropriaram da política como um negócio adquiriram um capital econômico e fortaleceram sua influência e seu poder, com o favorecimento em cargos públicos. Em troca, esses favorecidos lhes prestam lealdade e apoio político, o que desencadeou outra prática política, o clientelismo. Essa leitura de José Marciano Monteiro (2018) coloca o conceito de Bourdieu na perspectiva da caracterização dos grupos políticos locais, verticalizando o entendimento do conceito formulado por Bourdieu.

Portanto, mesmo quando foi reconfigurada, a prática do clientelismo esteve intrínseca e enraizada nas disputas por cargos eletivos e públicos na política das cidades pequenas, especialmente do sertão paraibano. Na conjuntura política entre os anos finais das décadas de 1970 e 1980 em Desterro, por exemplo, era comum o representante do Poder Executivo, em períodos eleitorais e não eleitorais, intervir em benefício dos cidadãos, para lhes garantir o emprego e outros favores – como transferências, contratações, material de construção etc. – tudo em troca de apoio e de voto. Em Desterro, o capital social do principal líder político já estava em evidência logo nos primeiros anos do seu mandato em 1978, como mostra a seguinte notificação:

Venho, pelo presente, comunicar a V. S., que me foi trazido meu conhecimento que o senhor está plantando agave dentro de um roçado de milho, feijão e algodão, roçado esse que está empossado pelo senhor José Cassiano, há mais de 50 anos, de maneiras que V. S., não pode plantar nada dentro desse roçado.

Diante do exposto, peço a V. S., que arranque o agave que já plantou, para evitar aborrecimento futuro com a justiça.

(ALMEIDA, João Leite de notificação, [para] SIRINO, Adeildo, em 02 de maio de 1978, p. 1).

Ficou claro, no documento, que Seu João (como é conhecido pelos munícipes) foi solicitado para interferir numa querela entre vizinhos de propriedade territorial e solucioná-la. A observância de situações como essa nos remete à existência de uma relação de lealdade e de benevolência entre governantes e governados e consolida um capital político instituído de acordo com o lugar social que ocupa – o cargo de prefeito da cidade. Do mesmo modo, Geraldo Leite (1983/1988; 1993/1996), que compôs o grupo político da família, foi requerido para intermediar, com a ajuda do deputado Aloysio Pereira, situações de avaliação em que os envolvidos garantiriam suas contratações e, conseqüentemente, seus empregos:

Conforme orientação que recebi do nosso digníssimo Deputado Aloysio Pereira, estou encaminhando com o presente, o Sr. Pedro Leite Montenegro, proprietário de um caminhão Chevrolet, para apanhar nessa entidade um tanque para o abastecimento d'água nesse Município de Desterro.

(BARBOSA, Geraldo Leite, ofício, [para] BEZERRA, José Ernesto, em 17 de dezembro de 1983, p. 1).

.....
Com o presente, estou encaminhando à v. s., o jovem José Alves da Silva, rapaz de ótimo conceito, indicado por mim, ao nosso ilustre Deputado Aloysio

Pereira, que, me aconselhou a encaminhar o citado rapaz à esse Egrégio Órgão, com a finalidade de submetê-lo a um teste para tratorista ou motorista, que, segundo informação do nosso Deputado, a CIDARGO está interessada em contratar profissionais nessas duas categorias.

(BARBOSA, Geraldo Leite, ofício nº 001/84, [para] BEZERRA, José Ernesto, em 06 de janeiro de 1984, p. 1).

.....
Venho com o presente, solicitar de V. Excia. autorização para o D.E.R. [...], para o mesmo colocar a disposição dessa Prefeitura Municipal de Desterro, o motorista Marcus Vinícius Felix Marques, [...] lotado no quadro de pessoal da Residência de Campina Grande PB. Com a finalidade de atender a necessidade desse Município, considerando uma economia de mais um funcionário no quadro dessa municipalidade e também por motivo de que, a esposa do mesmo ser funcionária da Secretaria de Saúde desse Estado da PB. se encontrando prestando serviços como enfermeira chefe, no centro de saúde desse Município.

(ALMEIDA, João Leite de, ofício nº 007/89, [para] BURITY, Tarcísio de Miranda, em 23 de janeiro de 1989, p. 1. Grifo nosso).

Convém enfatizar que, mesmo quando o cargo de representante do Executivo municipal da cidade de Desterro estava sob a responsabilidade do seu primo, Geraldo Leite, quem liderou a política na cidade e encaminhou os arranjos entre o poder local e o estadual foi João Leite de Almeida. “[...] é imprescindível que, de fato ou por manipulação, o chefe seja visto como detentor do monopólio da distribuição de utilidades [...]” (FERNANDES, 2006, p. 89) para manter e fortalecer seu capital social, político e político-familiar. O grupo Leite se organizou para se manter à frente do governo municipal, visto que, em forma de gratidão, os cidadãos o apoiaram por meio do voto.

Essas situações nos possibilitam auferir que as relações de poder, construídas nas cidades pequenas do interior da Paraíba, tinham uma lógica própria. E embora os grupos familiares estivessem inseridos no contexto mais amplo da política nacional, as relações de poder se desenhavam de forma mais evidente e sem questionamentos aparentes. Nas cidades pequenas da Paraíba, como Desterro, por exemplo, os grupos familiares dominantes e de posse da estrutura estatal construíram estratégias sutis, mas eficazes para manter seu *status quo*.

Essas formas de dominação passaram pelo clientelismo e pela prática de inserção da família na estrutura burocrática e de poder do município. Entre 1977 e 1989, o grupo Leite se utilizou dessas práticas como estratégia e reforço de sua dominação política local. Ainda assim, devemos perceber esse conjunto de atuação clientelar e familiar em rede, ou seja, para ter o resultado sedimentado, o clientelismo dos Leites precisou que suas ações não fossem restritas ao município, mas alçadas às esferas federais e, principalmente, estaduais. O contexto

distencionista exigiu esse tipo de postura, em uma conjuntura autoritária, mas relativamente instável – considerando as transformações político-partidárias do final do Regime Militar.

2.3 – A atuação do governo estadual e do local em meio ao fenômeno da seca.

O fenômeno da seca, aqui analisado, evidencia a articulação e os arranjos com a esfera estadual para consolidar o clientelismo e o assistencialismo em meio à conjuntura política da cidade de Desterro. Na Região Nordeste, a seca⁹⁷ devastou plantações e acentuou as dificuldades que Tarcísio de Miranda Burity (1979-1982; 1987-1991) e Wilson Leite Braga (1983-1987) enfrentaram no decorrer de seus mandatos, em fins da década de 1970 e meados de 1980. As secas ocorridas entre os anos de 1979 e 1989 deram continuidade ao que os estudiosos chamaram de ‘Indústria da seca’⁹⁸, cujo objetivo era de erradicar a seca, com o fim de ampliar a margem de apoio e de votos nas campanhas políticas de boa parte dos candidatos desse período.

A seca contribuiu largamente para as articulações e os arranjos entre o governo local e estadual. Nas maiores estiagens, o Poder Executivo municipal de Desterro, entre os anos de

⁹⁷ A seca é um acontecimento e/ou fenômeno natural, cuja principal característica é a falta de chuvas e/ou chuvas em quantidade insuficiente para atender às necessidades de determinada população. Essa estiagem também pode ser entendida como quantidade de chuvas limitadas, que causa má distribuição pluviométrica durante os períodos chuvosos. “Os eventos afetam determinada região por um período de tempo relativamente grande, capaz de causar efeitos negativos em nível local, regional ou nacional, especialmente, nos sectores agrícola e pecuário, propiciando o desenvolvimento e a propagação de pragas e pestes e, conseqüentemente, a perda de seres vivos.” Disponível em: Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca PAN - Brasil, MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2004. Ver mais em: Atlas das áreas susceptíveis à desertificação do Brasil / MMA, Secretaria de Recursos Hídricos, Universidade Federal da Paraíba; Marcos Oliveira Santana, organizador. Brasília: MMA, 2007. Ver Também: FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

⁹⁸ O termo ‘indústria da seca’, de acordo com Ferreira (1983), foi criado ainda no regime imperial do Brasil. Por volta de 1877, houve uma estiagem, considerada pelos pesquisadores como a mais trágica da história do Brasil. Para contornar a situação e socorrer as “vítimas” do fenômeno da seca, o governo imperial criou comissões que eram compostas de pessoas respeitadas de cada comunidade. Porém esses ‘respeitáveis’ desviavam os suprimentos destinados a socorrer os “necessitados”. Além desses agentes sociais comuns e respeitáveis, os líderes políticos locais, grandes e ricos proprietários de terras, também se apropriavam indevidamente dos recursos destinados a ajudar a população que sofria com a seca e acumulavam capital econômico, político e social. Foi assim que o termo ‘indústria da seca’ foi criado. Segundo a autora, o termo permaneceu durante toda a República velha. Conforme a autora, constantemente, os líderes políticos dos estados nordestinos se beneficiavam da situação de carência e necessidade da população e solicitavam verbas, alegando estado de calamidade e de miséria nos períodos de seca. Dessa forma, conseguiam as verbas, iniciavam as obras, faziam a população acreditar que estavam em busca de ajuda e por isso estavam preocupados com a situação. Nesse contexto, criavam um estado de credibilidade, beneficiavam suas terras e ganhavam o apoio da população carente e sofrida em todas as eleições, por meio do voto, que era uma forma de agradecer pela “assistência”.

1977 e 1989, foi ocupado pelo revezamento político da família Leite, como demonstrado no quadro abaixo:

Quadro 01 – Alternância no Poder Executivo municipal da Família Leite de 1976 a 1997

Candidato	Partido	Eleição	Situação	Votação	Mandato
João Leite de Almeida	ARENA	1976	Eleito	2.258 – 68,34%	1977/1982
Geraldo Leite Barbosa	PDS 1	1982	Eleito	1.682 – 48,57%	1983/1988
João Leite de Almeida	PL	1988	Eleito	3.387 – 66,19%	1989/1992
Geraldo Leite Barbosa	PFL	1992	Eleito	4.184 – 69,94%	1993/1996
João Leite de Almeida	PFL	1996	Eleito	2.613 – 64,52%	1997/2000
João Leite de Almeida	PFL	2000	Reeleito	2.545 – 69,48%	2000/2004

Fonte: TRE - Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba. Disponível em: <http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>. Acessado em 14 de março de 2019.

Esses dois primos enviaram solicitações, requerimentos, telegramas e ofícios aos representantes do governo do Estado para atender à população desterrense, o que nos levou a perceber que os períodos de estiagem também foram de reforço para consolidar o poder político dos Leites na cidade. A seca assolou toda a região do sertão paraibano entre os anos de 1979 e 1989. Devido à estiagem, a política local também esteve empenhada, mesmo que de forma assistencialista, em ações que foram caracterizadas como favores para as “vítimas” da seca. No caso de Desterro, o Prefeito João Leite, que mantinha contato com os Poderes Executivo e Legislativo estaduais emitiu uma série de correspondências para pedir ajuda, a fim de prestar assistência aos seus munícipes:

Solicito [de] vossa excelência, possível urgência providências referentes [ao] Plano de Emergência para esse município, não tenho mais condições [de] atender [os] necessitados e o povo está insatisfeito, vendo muita fome nessa região. (ALMEIDA, João leite de. Telegrama, [para], BURITY, Tarcísio de Miranda, em 12 de julho de 1982. Grifo nosso).

.....
Eu, João Leite de Almeida, brasileiro, casado, Prefeito Constitucional desse Município de Desterro – PB, venho mui respeitosamente, requerer de Vossa Excelência, que, se digne de autorizar o DNOCS, órgão responsável pelas inscrições de pessoal na frente de Emergência nesse Município de Desterro, para que o mesmo proceda inscrições de muitas mães de famílias que tem de 6 até 12 filhos menores de 13 anos de idade, vivendo apenas com a aposentadoria das mães, pelo FUNRURAL. Senhor presidente, a maioria das famílias nessa situação, se encontram realmente passando fome e segundo o

representante do DNOCS nessa região, não está autorizado a fazer inscrições de mulheres e nem de crianças menores de 14 anos.

Certo de que, Vossa Excelência encontrará uma solução para o problema, que requer máxima brevidade possível, por se tratar de fome, especialmente de crianças, aqui, fico ansiosamente aguardando a solução para o citado problema. (ALMEIDA, João Leite, requerimento, [para] FIGUEREIDO, João Batista. Desterro, 08 de Janeiro de 1983).

.....
Solicitamos V.Exa., liberar com urgência alistamento para atendimento [à] pessoa necessitada [nas] frentes [de] serviços, programa de emergência [em] nosso município. O povo está desesperado, passando fome, sem [as] mínimas condições de sobrevivência. (BARBOSA, Geraldo Leite, telegrama, [para], Secretário de agricultura, em 16 de dezembro de 1987. Adendo nosso).

Em três momentos, percebemos nas correspondências, a atuação do grupo Leite em favor da população ao pedir uma quantidade maior de vagas para o alistamento nas frentes de trabalho. A segunda correspondência chamou nossa atenção porque o pedido foi enviado diretamente ao Presidente João Figueiredo. Essas frentes de trabalho criadas em situação de emergência e de privação da população colaboraram com a administração municipal, visto que os assistidos da cidade retribuíram a ajuda com os votos em períodos eleitorais.

Os votos também foram estendidos à esfera estadual, no momento em que os deputados intermediaram o envio de recursos, e a criação de órgãos que facilitaram a geração de empregos e as nomeações para ocupar cargos em instituições públicas na cidade contribuiu para votações expressivas das lideranças desterrenses. A assistência prestada à população carente garantiu ao grupo sua perpetuação no governo municipal, porque garantiu um número maior de alistamentos, consequentemente, um número maior de votos, quando o então prefeito recorreu à SUDENE⁹⁹. Para que o pedido de ampliação das vagas fosse atendido, o deputado estadual Aloysio Pereira agiu em benefício dos populares e visitou a cidade de Desterro para [...] verificar *'in loco'* a situação em que se encontravam os emergenciados da seca e contactar

⁹⁹ A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) foi um órgão que Celso Furtado ajudou a criar no governo de Juscelino Kubitschek por meio da lei nº 3.692. Seu objetivo era de promover e coordenar o desenvolvimento do Nordeste. Sob o ponto de vista de Furtado (1998), eram necessárias políticas públicas para que a população que vivia em regiões com escassez de chuvas aprendesse a viver e a conviver com o fenômeno, já que não havia meios de combatê-lo. Assim, investigou as razões pelas quais, na Região Nordeste, a industrialização ainda não havia se desenvolvido e concluiu que a elite política do Nordeste dificultava o desenvolvimento da região e que só com a criação de um órgão federal essa resistência poderia ser combatida ou diminuída. Em entrevista, afirmou: “[...] *O Nordeste sofre — eu dizia isso naquela época, e repito hoje — de ter a vantagem e a desvantagem de ser parte do Brasil. Tem a vantagem porque o Brasil, afinal, tem meios de ajuda; mas isso é uma desvantagem, pois dificulta a sua evolução social. Se fosse um país, já tinha estourado [...]*” (FURTADO, 1998, p. 80). Ver mais em: FURTADO, Celso. *Seca e poder - entrevista com Celso Furtado*. 1ª Ed. São Paulo: EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 1998.

com os prefeitos dos municípios de sua área de atuação política para se inteirar dos problemas que afetavam a região (A UNIÃO, 22 de setembro de 1983, p. 04).

Bursztyn (2008) pontuou que as medidas tomadas em relação à seca apresentam duas modalidades diferentes: a primeira foi implantada depois que se constatou o fenômeno; e a segunda e mais recente criou bases para que certas localidades convivessem com o fenômeno da seca sem passar pelo sofrimento da fome causada pela falta de alimentos e destruição das plantações em decorrência da falta de chuvas.

Nas cidades pequenas do interior paraibano, sucedeu a implantação da primeira modalidade. Depois de constatado o fenômeno das secas, foram implantadas as frentes de emergência como iniciativas do governo federal, que incluíam o alistamento de pessoas necessitadas para trabalhar em construções de açudes e estradas, em troca de pequenas remunerações e suprimentos alimentícios. O jornal *A União* de 1987 noticiou a ameaça e a provável repetição dos saques nas cidades que se encontravam em situações preocupantes provocadas pela seca. A nota dizia: “[...] os moradores dessas cidades já recorreram aos órgãos competentes e solicitaram ajuda. Muitos deles estão sem condições de sobrevivência [...]” (A UNIÃO, 14 de maio de 1987, p. 01). Por conseguinte, o representante do Poder Executivo municipal, em comunicado ao Ministro do Interior, pontuou que a situação no município era de calamidade e de necessidade, por isso solicitava abertura de frentes de trabalho para que a população, principalmente da zona rural, tivesse suprimentos para suprir suas necessidades, uma vez que a seca havia destruído 90% das lavouras do município:

[...] A situação é de tamanha gravidade, que o Governo Municipal não tem como resolver. A exemplo de situações semelhantes, que ocorreram em anos passados, somente o Governo Federal através de órgãos específicos, poderá estabelecer um esquema de frentes de trabalho, que possa assim, tranquilizar as pessoas do município. Podemos a essa altura, afirmar a V. Exa. (sic), que a pior inimiga da humanidade ‘A FOME’, já está batendo à porta de inúmeras criaturas do Município de Desterro [...] (BARBOSA, Geraldo Leite, ofício nº 26, [para] JOAQUIM, Francisco, 06 de junho de 1987, p. 01. Grifo nosso).

É certo que os períodos de estiagem no sertão paraibano não significaram uma total corrupção, no sentido de as iniciativas de socorro aos flagelados terem sido efetuadas apenas com vistas a manter os domínios políticos dos grupos locais. Contudo, se essa não foi a pretensão, por outro lado, favoreceu significativamente o capital político desses grupos e ampliou satisfatoriamente a inserção dos membros da família Leite nos pleitos eleitorais

subsequentes. Os períodos de estiagem colaboraram para formar as redes de contato, a prestação de assistência à população e a troca de favores, porque cada pedido feito pelo governo local foi intermediado pelos deputados aliados, que atuaram no sentido de auxiliar o representante do Poder Executivo municipal em Desterro.

Os telegramas enviados devem ser entendidos, portanto, como parte do trabalho geral de qualquer administrador público nas situações de calamidade, e não, como uma excepcionalidade. O que deve ser analisado é o uso dessas ações para a conjuntura política local e do interior do estado da Paraíba. Quando a população percebeu que o poder constituído se encontrava na linha de frente, na tentativa de resolver o problema da seca que assolava a região, acabou por enaltecer a figura do seu benfeitor, como João Leite e Geraldo Leite, prefeitos constituídos em momentos distintos da estiagem, que, quando se colocaram à frente, com a emissão de diversos telegramas e solicitações, muitas vezes atendidas, seu reduto familiar fez o papel de divulgador de suas iniciativas e se percebeu que o capital político de Seu João estava embasado na percepção social que seu grupo familiar sedimentava.

Os documentos evidenciam que a família Leite construiu dentro da cidade de Desterro, todo um imaginário que os consolidou como liderança política, visto que enriqueceram seu capital sociopolítico, econômico e político-familiar. Em todos os diálogos mantidos informalmente com os munícipes ficou claro o enaltecimento da figura do prefeito, enquanto um benfeitor nos momentos cruciais de necessidades.

Outro elemento dessa base clientelar e em rede é o fato de as soluções terem sido “arranjadas” com certa morosidade, para que a população local percebesse a intermediação dos agentes políticos locais. Quando consideramos os períodos de estiagem entre 1979 e 1989, percebemos que as estratégias para resolver os problemas tinham como foco a presença do político, daquele que intermedia e resolve. Um exemplo disso é a construção de açudes. A urgência em solucionar os problemas causados pelas secas também trouxe uma lógica de “clamor generalizado” da sociedade, mas percebido a partir dos seus representantes políticos e, consequentemente, das recorrentes referências à concretização das obras pelos políticos locais, que se estendiam por meses a fio.

Assim, no mês de julho de 1984, o representante do poder executivo municipal, na pessoa de Geraldo Leite Barbosa (1983-1988), enviou ao então governador do Estado uma solicitação com o objetivo de pedir agilidade na construção do açude, que segundo o mesmo beneficiaria toda a população. Os líderes políticos se dirigiram ao governador da seguinte

forma: “Nós, que representamos a grande maioria das líderes políticos desse Município [...]”¹⁰⁰. A solicitação foi assinada por comerciantes, fazendeiros, médico, ex-prefeito, gestor de escola e vereadores. Podemos perceber, portanto, em consonância com Farias Filho (2011), que esses representantes podem ser considerados como a elite local, devido à posição e à função desempenhada na cidade, portanto contavam sempre com o apoio do deputado estadual Aloysio Pereira Lima para mediar esse “favor”:

A prefeitura municipal de Desterro, confiante na alta sensibilidade de V. Excia., vem em nome da comunidade desterreense, solicitar dessa Secretaria de Agricultura e abastecimento, seja determinada as providências necessárias à construção de um açude cujo volume d'água, acreditamos, ser de aproximadamente um milhão de metros cúbicos [...] benefício dos maiores que se poderá proporcionar a comunidade rural da referida Região, [...] lembrado em boa hora pelo Deputado Aloysio Pereira nosso representante estadual. (BARBOSA, Geraldo Leite, ofício nº 58, [para] GADELHA, Francisco de Paiva, 17 de dezembro de 1984. Adendo nosso).

.....
Pressionado [pela] aflitiva situação comunidade município Desterro região Teixeira e face perda total lavoura além outros graves problemas decorrentes da seca, estou reiterando apelo dirigi anteriormente vossencia e também secretariado recursos hídricos, sentido viabilizar construção açude Jeremias perímetro urbano aquela cidade, fazendo incluir referida obra entre as prioridades programa de emergência seu governo. Por oportuno lembro açude particular propriedade ex-prefeito Desterro foi quem minimizou, embora precariamente, aflição população sedenta local e municípios Teixeira e livramento durante períodos últimos cinco anos de seca. Sds Deputado Aloysio Pereira Lima primeiro secretário Assembleia Legislativa. (BARBOSA, Geraldo Leite, telegrama, [para] BURITY, Tarcísio de Miranda, 27 de maio de 1987. Adendo nosso).

.....
[...] venho à presença de Vossa Excelência, solicitar a construção com a máxima urgência possível, do açude Jeremias cujo mesmo já se encontra com a fundação iniciada pela construtora Limoeiro, que sem nenhuma justificativa, retirou as máquinas logo após as eleições de 1986, não mais voltando para concluir o açude que hoje a construtora COMVAL, se compromete de concluir a aludida obra desde que, V. Ex. se comprometa a efetuar o pagamento até o final da vossa governamental. (ALMEIDA, João leite de. Ofício nº 025/89, [para], BURITY, Tarcísio de Miranda, em 12 de julho de 1989).

Os trechos acima nos possibilitam entrever que as necessidades dos flagelados e da população atingida só têm legitimidade quando articuladas e intermediadas pelos líderes políticos e sociais da cidade, e que a governabilidade não trilhou, nas cidades pequenas do interior paraibano, uma ética de governo que não usasse as redes clientelares em curto, médio

¹⁰⁰ Solicitação encaminhada em 23 de julho de 1984 pelo prefeito municipal Geraldo Leite Barbosa ao então governador da Paraíba, Wilson Leite Braga (1983-1987).

e longo prazos. Em outros trechos das correspondências, vimos que a construção do açude também favoreceu a criação de vagas nas frentes de trabalho, enquanto o grupo se articulou ao governo estadual para consolidar seu poder simbólico e seu capital político.

Sobre o segundo telegrama, que pede a construção do açude Jeremias e enfatiza que a cidade foi abastecida com a água do reservatório particular da família Leite, o referido açude¹⁰¹, na verdade, foi construído com recursos do governo do estado, em 1976, em convênio com a Suplan. Ou seja, o público se constituiu como privado, e o que deveria ser colocado como elemento socialmente ampliado de acesso para toda a população do município estava como privado, como particular. No entanto, o acesso a esse açude, mesmo privado, foi facilitado para a população visando atender à necessidade hídrica. Contudo, em tempos de calamidade, a observância da benevolência pela disposição do “açude particular propriedade ex-prefeito Desterro foi quem minimizou, embora precariamente, aflição população sedenta” consolidou o capital social do grupo político local, que o credenciou como liderança. Pois, nesse documento, há uma espécie de bilhete endereçado ao Sr. João Leite de Almeida, o que confirmou sua influência e atuação política, mesmo quando não estava à frente da Prefeitura Municipal.

No bilhete, o deputado estadual Aloysio Pereira Lima escreve: “João Leite: Essa xerocópia de um telegrama que dirigi ao governador é para que você tome conhecimento do meu esforço em favor de Desterro. Vamos ver no que vai dar. Um abraço. Aloysio Pereira¹⁰²”. O então deputado reporta suas ações, com o objetivo de estreitar os laços e de se fazer presente nos interesses do município. O último documento ressaltou que a construção parou devido à mudança de governo, e a obra precisava ser concluída. O Jornal *A União* publicou a seguinte notícia:

A saúde da população do município de Desterro está ameaçada, caso não seja reativado os trabalhos de construção do açude Jeremias, naquela cidade, e que daria melhores e maiores condições para o seu abastecimento d'água.

[...]

Em sua justificativa, o parlamentar princesense assinala que o referido açude, projetado para abastecer Desterro, teve seu canteiro de obras e exploração do local da barragem iniciados, inclusive com o deslocamento e funcionamento de alguns equipamentos da Empresa Limoeiro, que logo depois desistira de prosseguir com aquele empreendimento [...] (A UNIÃO, 30 de abril de 1987, p. 04).

¹⁰¹ Mais detalhes sobre essa construção estão no primeiro capítulo, na página 57.

¹⁰² Esse e outros documentos encontram-se no Arquivo da Prefeitura Municipal, caixa 209.

Os esforços do Poder Executivo municipal e do Legislativo estadual e federal em prol da construção desse açude foi evidenciado nos documentos que fazem referência ao discurso do deputado federal constituinte, Evado Gonçalves, que inclui na lista de pedidos ao Ministério da Irrigação [...] a construção do açude Jeremias, no município de Desterro de Teixeira, destinado ao abastecimento d'água. [...]. (GONÇALVES, 1987, p.35). Por conseguinte, a preocupação com a situação dos agricultores que perderam suas plantações e com os que não dispunham de uma renda e de emprego fez com que esses líderes políticos locais se destacassem como os que os livrariam da situação de necessidade. Essa gratidão se estendia ao primo Geraldo Leite, pois ainda não havia o sistema de reeleição. Os grupos que se organizavam contra a liderança da família Leite não conseguiram, em nenhuma das campanhas dos anos de 1976 a 1989 e dos anos seguintes até 2004, vencer esse grupo político familiar, porque

[...] é daí que se constroem os laços sentimentais e pragmáticos que ligam as pessoas à liderança e a dependência política se traduz na triste palavra 'eu devo favor', o que significa uma forma de gratidão, uma dívida cujo preço é a fidelidade sem limites, mas que pode resultar na possibilidade constante da humilhação pessoal e familiar, [...] Noutras palavras, perde mais que ganha, devido aos prejuízos causados pela perda da autonomia (MONTEIRO, 2009, p. 70-71).

Esses laços de dependência com grupos políticos tradicionais eram suscitados pela gratidão, que, na maioria das vezes, partiu das famílias assistidas e carentes em períodos de grande privação. Assim, “[...] em épocas de seca, [...] dependia das famílias tradicionais em relação aos reservatórios de água, como também, muitos trabalhavam na agricultura nas terras dessas famílias tradicionais locais [...]” (MONTEIRO, 2009, p. 65). As “ajudas”, os “favores” e a “gratidão” fortaleceram os arranjos e a montagem do grupo político dos Leite em Desterro.

Durante a atuação dos líderes políticos da cidade de Desterro, a interferência e a colaboração prestadas pelo deputado estadual Aloysio Pereira foram imprescindíveis para que o grupo obtivesse os recursos necessários para sua administração. Os representantes do poder político das duas esferas – local e estadual – propiciaram assistência mútua para se manter em seus respectivos cargos eletivos. Aloysio Pereira, que, na década de 1980, demonstrava preocupação com a situação da seca nas cidades pequenas do Sertão paraibano, em carta oficial, escreveu para o principal líder político de Desterro:

Venho, pelo presente, expressar a minha preocupação e angústia com o prenúncio da seca que já ameaça esse município e demais comunidades vizinhas, comprometendo todo o plantio e levando a nossa população ao pânico e ao medo de ser forçada [a] abandonar sua terra. Asseguro-lhe que não medirei esforços em lutar, ao seu lado, na busca de soluções imediatas para amenizar seu problema (LIMA, Aloysio Pereira, carta oficial, [para] ALMEIDA, João leite de Almeida, em 22 de maio de 1987. Grifo nosso).

O grupo político familiar Leite contou com a colaboração do deputado durante todo o período em que esteve à frente do governo da cidade de Desterro. Compreendemos que o papel político dessas colaborações, especialmente em períodos eleitorais, serviu para enredar uma complexa rede de apoios mútuos e de conagraçamentos clientelares.

A troca de correspondência entre João Leite e o parlamentar Aloysio Pereira nos mostrou que sua articulação com esse representante do Poder Legislativo estadual fortaleceu seu grupo político e seu capital social. Dessa maneira, o Estado passou a garantir, nos períodos de estiagem, a hegemonia desses grupos que atuam e/ou atuavam nos municípios pequenos do sertão nordestino: “[...] O poder central assume, então, o papel de ‘patrocinador’ da manutenção de estrutura de poder econômico-social-político local” (BURSZTYN, 2008, p. 100). A variante do “compromisso coronelista” da República Velha se reconfigurou como “indústria da seca” na fase de transição para a abertura política e na Nova República. Os políticos locais passaram a aspirar a ação do Estado que se acentuava a cada seca, pois poderiam

[...] obter os meios materiais para comprar sua importância política (distribuição de dos fundos públicos condicionada à sua legitimação pela via eleitoral), além, é claro, de tirar proveito, individualmente, enquanto produtores beneficiados. Por outro lado, ao Estado interessava essa forma de compromisso, que também era uma maneira de garantir fidelidade política da estrutura de poder local [...] (BURSZTYN, 2008, p. 100-101).

Percebemos, então, que o clientelismo na esfera estadual/local, por meio da situação da seca, colaborou para consolidar o poder político do grupo familiar Leite, que, para solucionar os problemas dos munícipes, pediu ajuda a deputados e a governadores. Assim, conforme o autor, só a partir de 1979 foi que o governo estadual mudou a estrutura das medidas que deveriam ser tomadas para amenizar e/ou resolver a situação de necessidade e de fome, quando foram criadas as frentes de emergência, com o objetivo de manter os trabalhadores das zonas rurais em suas localidades:

Considerando a grave situação que vem atravessando a população do município de Desterro, Estado da Paraíba, primeiramente as que residem na zona rural, onde falta alimento e água, solicitamos de V. Exa. (sic), autorizar novos alistamentos dentro do programa de Emergência contra a seca. Inúmeras pessoas estão passando fome e sofrendo outras consequências por falta das chuvas que praticamente não apareceram em nossa região (BARBOSA, Geraldo Leite, ofício 56, [para] BURITY, Tarcísio de Miranda, 01 de dezembro de 1987, p. 01. Adendo nosso).

A população desterreense estava envolta em uma rede de relações e articulações baseadas nas práticas clientelistas e familistas. O modo de dominar por meio do clientelismo e do familismo se configurou como uma estratégia para que o grupo dos Leites consolidasse seu capital sociopolítico e político-familiar. É o caso dos políticos profissionais¹⁰³ que protelam seu poder para assegurar sua influência e dominação sobre os descendentes dos dependentes. Essa elite local desenvolveu e fortaleceu com seus dominados vínculos de dependência por meio de relações pessoais e trocas de favores, o que resultou, de certo modo, numa dívida de gratidão e, por conseguinte, de fidelidade. Destarte, “[...] ao procederem assim, privar-se-iam do prestígio prodigalizado da posse de uma ‘clientela’ [...]” (BOURDIEU, 2006, p. 203).

Isso significa fomentar a consolidação do grupo em seus raios de atuação. A coesão é necessária desde que se perceba a ressonância dos líderes no conjunto social das cidades pequenas do interior. É o que demonstrou o caso da dificuldade de o então deputado Aloysio Pereira se filiar a outro partido, quando a imprensa noticiou, em 1987, a saída do então deputado do partido do governo - o PDS – que, quando indagado sobre o partido a que se filiaria, respondeu: “[...] Todos os partidos passarão por uma nova fase e, portanto, não tem pressa por uma definição” (A UNIÃO, 20 de setembro de 1987). Em ato contínuo, o parlamentar se preocupou em informar seus apoiadores locais sobre o que estava acontecendo e, em contato com os líderes desterreenses, escreveu:

¹⁰³ Descrito por Ângela de Castro Gomes, quando discute, em seu artigo intitulado, *A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado* (1998), a problemática entre o poder público e o poder privado no Brasil durante o pós-guerra no chamado período populista. Segundo a autora, nesse período, “[...] sobra poder privado e falta poder público” no Brasil, uma sociedade dominada por arranjos clientelistas e personalistas que datariam do ‘período colonial’. Porém esses arranjos não se manifestariam apenas pelo ‘mandonismo local’, expresso nos ‘currais eleitorais dos coronéis’ do interior e pelos viciados partidos de ‘notáveis’. Essa face ‘tradicional-privada’ de nossa vida política estaria igualmente presente na atuação de um sistema partidário nacional e de massas, enraizado nos grandes centros urbanos, mas considerado fraco e incapaz de representação legítima, sendo presa fácil dos sempre existentes ‘políticos profissionais’ (GOMES, 1998, p. 540-541).

Faz alguns dias a imprensa do nosso Estado vem publicando notícias a meu respeito, ora destacando entrevistas minhas sobre o momento nacional e estadual, bem assim sobre a possibilidade do meu ingresso no PMDB.

Como político que sou, sem destacar aquele ou outros posicionamentos que venha a decidir e aceitar, tenho me comportado com equilíbrio ante a necessidade de me filiar a uma agremiação partidária (pois atualmente estou sem partido), acautelando-me tanto quanto possível para que uma decisão nesse sentido seja firme, acertada e condizente com a minha maneira de ser, política e socialmente. Assim e só assim acredito poder continuar merecendo o respeito de sempre, a amizade e a confiança de quantos me têm apoiado na trajetória política a que me destinei e contando com os amigos e correligionários dos municípios, onde tenho maior atuação política e que constituem a minha base.

Não se compreenderia jamais que direcionasse qualquer atitude e determinação sem auscultar aqueles que têm me feito deputado e permanecer na vida pública, trazendo comigo quantos possa para novas formulações político-partidárias, compatíveis sobretudo com as prioritárias reivindicações e aspirações das comunidades que represento ou venha representar, além de atender a expectativa de quantos me têm no melhor conceito. Só ingresso num partido com os meus amigos e correligionários. E isto está prestes a acontecer, embora a pressa não esteja entre as minhas preocupações.

Daí a razão da respeitosa resposta que dou ao eminente Senador Humberto Lucena, resposta que peço ler com a sua indispensável análise e atenção.

Devo aparecer a qualquer instante para abraça-lo e rever a boa gente desse município, a quem sou grato (LIMA, Aloysio Pereira, carta oficial, [para] ALMEIDA, João leite de Almeida, em 22 de janeiro de 1988).

Em resposta a essa correspondência, os líderes políticos desterrenses reafirmaram seu apoio ao eminente deputado, seja qual fosse o partido em que estivesse, podia contar com seu aval e sua contribuição. Nesse contexto, percebemos o reforço dos laços, dos acessos e dos acordos, independentemente do partido. A reposta dos líderes políticos de Desterro constata uma forma política na base dos acessos e a consolidação de líderes. Para os Leite, era imprescindível que Aloysio Pereira continuasse como porta-voz das demandas apresentadas pela região e pelos políticos desterrenses, pois os benefícios seriam duplos: de um lado, os Leites garantiriam os acessos de que tanto precisavam e, de outro, consolidariam seu poder simbólico sobre a população local.

A posterior filiação do então deputado Aloysio Pereira ao Partido Liberal (PL) foi seguida pelo grupo Leite, quando João Leite de Almeida, em 1988, foi eleito pelo PL. Mais uma vez, reafirmou-se o situacionismo desterrense, e os governantes locais, cada qual ao seu tempo, mantiveram relações com o poder estadual. Essa articulação também foi feita com a Câmara de Vereadores, que, como constatamos, estava disposta a colaborar e a aprovar os projetos enviados pelo Poder Executivo municipal. Esse ponto será trabalhado no terceiro capítulo.

4 CAPÍTULO III

A relação do grupo político-familiar com a Câmara de Vereadores de Desterro.

Neste capítulo, analisamos a relação entre a Câmara dos Vereadores e o grupo político-familiar composto pelos Leite e tecemos considerações sobre a dinâmica do jogo político que se desenvolveu e/ou se desenvolve em âmbito local, incluindo a Câmara de Vereadores da cidade de Desterro, e como os arranjos e os acordos contribuíram para perpetuar esse grupo de base familiar nos cargos eletivos da cidade.

3.1 - Como o jogo político se desenvolve nas esferas institucionais locais.

Antes de iniciar a abordagem do tema deste capítulo, ressaltamos que as informações coletadas só foram possíveis com o uso da pesquisa oral¹⁰⁴ e das Atas da Câmara de Vereadores. De acordo com François (2006, p. 4), foi com os *Annales* que a história oral passou a ser vista como fonte, pois seria “[...] inovadora primeiramente por seus objetos, pois dá atenção especial aos ‘dominados’, aos silenciados e aos excluídos da história [...] à história local e enraizada [...]”. Portanto, a história oral dá preferência aos estudos realizados sob a ótica dos grupos dominados, das chamadas minorias, que estão distantes dos “grandes” processos, quando valoriza a micro-história, que parte dos estudos da macro-história.

A partir dessa reorientação, os processos ocorridos no interior do país passaram a ser pesquisados e estudados como história local. Trata-se de uma análise a partir do ponto de vista dos que, durante séculos, ficaram à margem da história, e neste caso específico nos referimos aos estudos dos processos das esferas locais, das pequenas cidades localizadas no interior do Estado. Assim,

[...] a história oral não somente suscita novos objetos e uma nova documentação [...] como também estabelece uma relação original entre o historiador e os sujeitos da história. Que essa relação, diferente daquela que o historiador mantém com uma documentação inanimada, é, de certa forma, mais perigosa e temível, nem é preciso lembrar: uma testemunha não se deixa manipular tão facilmente quanto uma série estatística, e o encontro propiciado pela entrevista gera interações sobre as quais o historiador tem somente um domínio parcial [...] (FRANÇOIS, 2006, p. 5).

¹⁰⁴ A permissão para que realizássemos a pesquisa oral (entrevista) foi dada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba, com o parecer de número 3.168.217, em 25 de fevereiro de 2019.

Usar a pesquisa oral exige cuidados e prudência, e as informações obtidas devem se entrecruzar com as fontes escritas. Ademais, possibilita-nos entender a importância social da história. Nesse sentido, em nosso estudo, as informações obtidas com as entrevistas foram verificadas e entrecruzadas com as Atas da Casa Legislativa. Sendo assim, estamos tratando de grupos de elite na cidade de Desterro, ou seja, da cidade pequena, inserida na discussão da macro-história. Isso se justifica porque, quando analisamos a esfera nacional e a regional, percebemos que a Paraíba é um dos estados que mais apresentam bancadas pertencentes a um só grupo de família tradicional. Esse fato interfere negativamente no desenvolvimento econômico e social de uma cidade, já que os munícipes, direta ou indiretamente, corroboram o assistencialismo e os laços de dependência fortalecidos entre parlamentares e o representante do Poder Executivo municipal. Assim,

na Paraíba, o poder familiar guarda resquícios da estrutura política de base familiar fruto do nosso processo de colonização. Em um Estado onde a receita não supre as necessidades básicas da população, o empreguismo aparece como forma de dominação e sobrevivência, trazendo consigo, práticas da velha República (MOREIRA, 2012, p. 10).

O uso do poder familiar nas práticas políticas do grupo Leite fortaleceu a prática do apoio político em troca de benefícios como um emprego, por exemplo. Tais continuidades despertam o interesse do historiador nas famílias – mesmo as que atuam nas cidades pequenas do Nordeste paraibano - como é o caso de nossa pesquisa. Martins (2007) nos adverte sobre a importância de oferecer análises que tratem das continuidades nas relações de poder e suas permanências, enquanto possibilita a compreensão e a identificação das redes de sociabilidade e parentesco dessa elite dirigente que, nem sempre, podem ser percebidas no macro, mas nas estruturas do micro, das relações de poder que até podem ser entendidas como sem importância para o jogo do poder em toda a sua extensão.

Nas últimas cinco décadas, a História local passou por consideráveis alterações em suas metodologias. Ela e a micro-história “[...] surgiram do encontro de novas técnicas, metodologias e abordagens que a historiografia estava passando na Europa, no mesmo período histórico. Surgiram no mesmo ‘lugar’ e momento” (CORRÊA, 2012, p. 24). Podemos dizer que a História local está relacionada com o espaço geográfico onde a pesquisa foi e/ou está sendo desenvolvida, enquanto que a Micro-história diz respeito aos processos e/ou problemas

analisados na escala micro, com o objetivo de encontrar as respostas para uma questão científica que, na escala macro, não se chegaria a uma resposta científica.

Consequentemente, essas duas formas de produzir conhecimento historiográfico se cruzam em escala no momento da pesquisa, pois “[...] uma utiliza a escala como fim, e a outra, como meio” (CORRÊA, 2012, p. 26). Portanto, a história local apresenta particularidades que contribuem com a macro-história. Assim, ao tratar da atuação política da família Leite em Desterro, nossa pesquisa poderá enriquecer os estudos sobre como o político se constrói como líder e a percepção da construção de uma identidade política e social na base do contexto local analisado (MOREIRA, 2012).

Cavalcanti (2018) assevera que existem alguns desafios pertinentes e que devem ser levados em consideração ao se realizar uma pesquisa no âmbito local, dentre os quais, destacam-se: “[...] a história local, como uma história ‘pequena’ ou como uma história do ‘entorno’, como uma história ‘coesa e passível de ser estudada em sua totalidade’, uma história como ‘consequência de outra história ‘maior’ [...]” (CAVALCANTI, 2018, p. 283). Nesse sentido, desenvolver um estudo a partir dos desdobramentos sociais ocorridos na esfera local exige perspicácia e habilidade do estudioso. Essas constatações têm sido observadas ao longo deste estudo, talvez com algumas escorregadelas, mas atenta aos desdobramentos do nosso objeto de pesquisa. E ainda que essas observações teóricas devessem ter sido colocadas desde o primeiro capítulo, optamos por situá-las nesta parte do texto, porque, justamente agora, analisaremos os desenhos familiares e de poder no interior do cotidiano político da cidade de Desterro.

Assim, para realizar nossa pesquisa, entendemos o “local” como um espaço onde acontecem e/ou aconteceram os embates, as relações de sociabilidades e as práticas políticas. O estudo desenvolvido na esfera local pode ou não se tratar de um desdobramento dos processos da história nacional, porque

o espaço – seja ele nomeado como local ou global – é uma construção política e simbólica, antes de ser físico-geográfica, porque são as práticas políticas e as relações de poder que nomeiam, inventariam e produzem sentido, visibilidade e reconhecimento do espaço físico [...] (CAVALCANTI, 2018, p. 285).

As pesquisas realizadas na esfera local também contribuem para compreendermos o modo como os processos, em âmbito nacional, influenciam, direta ou indiretamente, a

conjuntura local/municipal. Os estudos desenvolvidos a partir dos processos na esfera local ajudam a entender de que maneira os representantes do poder conseguiram se perpetuar no campo político em articulação com os representantes do poder político nas esferas nacionais e estaduais.

Nessa relação, evidencia-se uma lógica regionalizada de características, fórmulas, ações, tradições e representações que podem ser percebidas como simbólicas no imaginário social das populações locais em uma constante. Ao fazer o levantamento das Atas da Câmara de Vereadores em Desterro, no período de 1977 a 1989, percebemos uma constância: todos os projetos enviados pelo Poder Executivo sempre foram aprovados por unanimidade. Certamente, isso tem relação com a fidelidade ao grupo e o reconhecimento devotado ao representante do grupo político Leite.

O contexto histórico analisado e observado até então e verticalizado para as ações e a constituição da hegemonia política da família Leite em Desterro dão conta da percepção dos arranjos desse grupo familiar para se manter à frente de cargos públicos e eletivos por meio de trocas de favores configuradas no clientelismo e no assistencialismo. Moreira (2012) refere que a prática do clientelismo também ocorre logo depois que o chefe político é eleito. Ele reparte com seus apoiadores os cargos de chefia e as secretarias. Talvez esse seja o motivo pelo qual os projetos do representante do Poder Executivo, em Desterro, fossem aprovados unanimemente. Assim,

[...] no estado da Paraíba, está imbricada em nossa cultura política uma estrutura personalista e familiar. Os partidos políticos não obtêm voz, em seu lugar estão os “políticos” que pertencem quase sempre a uma família tradicional, que detém seu capital simbólico derivado de um campo social (MOREIRA, 2012, p. 8).

Quando essas considerações são verticalizadas para o interior dos estados e, mais ainda, para cidades pequenas, observa-se que, nesse conjunto do campo político, o familismo assume os ares de legitimidade social e política, porque, por meio dos agentes familiares, o grupo consegue ser próximo o suficiente para construir a reciprocidade do “favor”, que deve ser pago como uma questão de honra a ser preservada. Canêdo (2012) referiu que, geralmente, a definição de voto do senso comum é de que se trata do exercício da cidadania “[...] um direito e um poder, uma garantia livre de opinião política, símbolo da democracia [...]” (CANÊDO, 2012, p. 517). Quando fazemos referência à esfera local, mais precisamente, nas pequenas

cidades localizadas no interior paraibano, estamos falando também do voto como uma forma de agradecimento e de fidelidade ao grupo político e/ou partido, uma prática que se tornou rotineira na vida política dos agentes sociais nos âmbitos nacional, regional e local, embora tenha um peso mais significativo nas cidades pequenas. Assim, os agentes sociais têm suas necessidades básicas elencadas especialmente em períodos eleitorais e, em muitos casos, como destacou o ex-vereador desterrense, João Correia de Oliveira¹⁰⁵, o próprio eleitor barganha o voto em troca de algum tipo de favor. Isso se configura como uma consolidação da relação de dependência entre os líderes políticos e os munícipes.

No ato de votar, monta-se um cenário para que o eleitor acredite que é visto com igualdade. Assim, ele é manipulado pelas circunstâncias e pela montagem do cenário eleitoral, como se de fato estivesse exercendo seu direito de escolha, de cidadania e de democracia¹⁰⁶. No entanto, antes de todo esse aparato “cenográfico”, os eleitores já foram envolvidos e/ou cercados, direta ou indiretamente, em uma “rede” clientelista, assistencialista e familista pelo grupo político que atua na esfera local (CANÊDO, 2012). Em nosso caso, referimo-nos ao grupo político de base familiar dos Leite.

Na cidade de Desterro, encontramos como principal líder político do período estudado João Leite de Almeida, que usou a perspicácia, quando, em cada bairro da cidade e nas comunidades rurais, estrategicamente, dispôs de um representante com o objetivo de se antecipar às demandas da população. Do mesmo modo, nas comunidades maiores, como Cacimbas, São Sebastião, Barra do Vieira e Tataíra, os vereadores foram os responsáveis por garantir os votos, intermediar a prestação da assistência e atender às necessidades da população, de acordo com o desterrense Aguiar Heleno:

[...] João era muito esperto na época ele queria um líder em cada povoado ou comunidade. Em São Sebastião era Manoel de Almeida, em Cacimbas era

¹⁰⁵ João Correia de Oliveira nasceu em 06 de maio de 1956. É filho de João Justino da Silva, que, por sua vez, foi vereador em Teixeira, e sua atuação política instigou o filho a galgar o caminho da política na Câmara de Vereadores. De acordo com o vereador em questão, foi convidado para ajudar na eleição de 1972 em Desterro-PB, quando Assis Barbosa foi eleito prefeito com a ajuda da família Leite. Logo, foi convidado para ser motorista da ambulância da prefeitura, onde formou sua base eleitoral e foi eleito, pela primeira vez, em 1976 e reeleito em 1982, 1988 e 1992.

¹⁰⁶ As observações colocadas aqui dizem respeito ao entendimento de que a lógica eleitoral das cidades pequenas ou, mais especificamente, na análise do micro espaço social, constroem-se pela base de uma autoridade representativa, que se torna reconhecida de forma duradoura e que obedece ao ritmo das eleições. Nesse cenário, o eleitor se vê envolvido pela busca de acessos que, em tese, deveriam estar de portas abertas para a população, mas se encontram abertas com facilidade para o deputado, o vereador, o prefeito ou autoridades políticas em geral (KUSCHNIR, 2000).

Nezinho, em Tataíra Ocenir, na Barra do Vieira seu Pitel Amorim. Ele formava os grupos que “blindava” ele, no sentido de fortalecer a influência dele. (Entrevista com Aguiar Heleno em 19 de setembro de 2019 a autora).

A fala do Sr. Aguiar Heleno ilustra a rede que cimentou a formulação da estrutura de poder do grupo familiar dos Leite em Desterro. Quando observamos que essa estratégia foi articulada em uma cidade cuja população era de, aproximadamente, 12.105 habitantes, de acordo com o censo de 1980, incluindo seus distritos, entendemos que o personalismo clientelar é quase que individualizado, além dos problemas mais gerais das localidades e da própria cidade. O “blindava ele” pode ser entendido com uma perspectiva de antecipar os problemas dos distritos, com força suficiente para arregimentar, sem espaço de contestação, o apoio político.

Essa hegemonia local dificultou a emergência de oposições fortes e duradouras ao grupo político-familiar liderado por João Leite, que não conseguiam ocupar o Poder Executivo municipal e só elegeram, no decorrer de todo o período pesquisado (1977-1989), apenas cinco vereadores da oposição para compor a Câmara Municipal.

Quadro 02 – Vereadores situacionistas e opositores que compuseram a Câmara em Desterro

Eleição	Vereadores da situação	Partido	Vereadores da oposição	Partido
1976	Manoel de Almeida	ARENA		
	Carlos Leite	ARENA		
	Antônio Leite de Souza	ARENA	Geraldo Barbosa Xavier	MDB
	José Vieira de Amorim	ARENA		
	João Correia de Oliveira	ARENA	João Paulino	MDB
1982	Manoel Pereira da Silva	PDS		
	João Correia de Oliveira	PDS		
	Wilson de Almeida	PDS	João Paulino	PMDB
	Carlos Leite Ferreira	PDS		
	Oceni Rosa	PDS		
	Idlfonso de Lira Belchior	PDS		
1988	Wilson de Almeida	PL		
	Paulo Vamberto Leite	PDS	Sindor Lucena	PMDB
	Carlos Leite Ferreira	PL		
	Napoleão de Almeida	PL		
	João Correia de Oliveira	PL		
	Oceni Rosa	PL	Manoel Pereira da Silva	PMDB
	Paula Oliveira Leite	PL		

Fonte: TRE - Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba. Disponível em: <<http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>>. Acessado em 13 de dezembro de 2019.

Os arranjos do jogo político desterrense evidenciam que, para a legislatura de 1977/1982, dos sete vereadores eleitos, cinco pertenciam ao partido do governo municipal, e apenas dois compunham a oposição. Para a legislatura de 1983/1988, a quantidade de vereadores do partido oposicionista caiu para um. Assim, dos sete vereadores eleitos, seis foram situacionistas. Já para a legislatura 1989/1992, foram eleitos nove vereadores, sete dos quais estavam na base partidária do prefeito, e dois faziam oposição ao prefeito eleito.

Com esse desenho na Câmara Municipal e as bases distritais alinhadas ao grupo político-familiar, podemos auferir que tanto João Leite quanto Geraldo Leite, em seus respectivos mandatos, tiveram em seu favor o conjunto social e político da cidade de Desterro. Para uma cidade pequena, esse controle se configura como importante, pois possibilita a quem está no poder controlar a utilização da máquina administrativa e intensificar suas estratégias de sedimentação das bases de apoio.

3.2 - Câmara de Vereadores: uma extensão do Poder Executivo em Desterro?

As Câmaras Municipais no Brasil emergiram da tensão entre o poder central e local, deste modo, foram importantes espaços de poder local desde o período colonial¹⁰⁷. Importante destacar que no Brasil Colonial as Câmaras dispunham de certa autonomia administrativa. No entanto, no período imperial foram regulamentadas as eleições dos membros das Câmaras das cidades e das vilas, assim a partir de 1840 perderam parte de sua autonomia e passaram a depender das Assembleias Provinciais, (OLIVEIRA, 2014). Desta forma, as eleições, as funções dos parlamentares e a organização das Câmaras Municipais, mudou ao longo da história do Brasil nos períodos colonial, imperial e republicano. Todavia, as Câmaras Municipais continuaram e/ou continuam representando importantes espaços de poder na conjuntura local.

O presidente da Câmara Municipal é a personificação do Poder Legislativo na esfera local. No caso de Desterro, as Atas indicam que, os presidentes da Câmara Municipal, das eleições analisadas fizeram parte do grupo político da família Leite. A ele cabe o papel de representar a Câmara nas relações externas e zelar pela organização durante as sessões. Também lhe é conferida “[...] a obrigação de ser presente na vida político-administrativa da comunidade, como detentor da chefia de um dos poderes locais [...]” (GODOY, 2008, p. 71). Contudo, cada vereador possui um espaço de atuação, é para esses espaços que os parlamentares

107 Sobre as Câmaras Municipais no Brasil Colonial ver: Maria de Fátima Silva Gouvêa. O Império das províncias: Rio de Janeiro 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Fapesp, 2008.

destinam seus requerimentos. Em períodos eleitorais, o atendimento às demandas dos munícipes é recompensado por meio do voto. Deste modo, a capacidade dos vereadores de prestar assistência ao seu reduto eleitoral é importante para se manter no cargo em eleições posteriores, (LOPEZ, 2004).

Os projetos de lei podem ser enviados à Câmara pelo Poder Executivo municipal e pelos próprios vereadores, por meio de requerimentos direcionados ao Poder Executivo. Conforme Leal (1997), com a Constituição de 1946, as Câmaras Municipais foram criadas com o objetivo de “[...] fiscalizar a administração financeira, especialmente a execução do orçamento [...]” (LEAL, 1997. P. 116). Assim, as Câmaras de Vereadores, pelo menos em tese, têm a incumbência de fiscalizar as finanças municipais. Na Constituição de 1967,¹⁰⁸ ficou determinado que a Câmara de Vereadores, além de fiscalizar as finanças, seria a responsável por aprovar ou desaprovar convênios para a realização de obras municipais. A Constituição de 1967 não destinou recursos para as Câmaras Municipais, razão por que os vereadores que estiveram sob a vigência dessa Carta Magna foram vistos como funcionários públicos e, provavelmente, como aconteceu com Desterro, precisaram estar de acordo com o líder político local e intimamente alinhados aos seus interesses. Somente com a Constituição de 1988 foi que os municípios passaram a ter autonomia, e as Câmaras Municipais tiveram suas prerrogativas definidas (GODOY, 2008).

A Câmara representa a população que a elege e trabalha de modo a exercer, “[...] em nome da comunidade, as funções organizantes, institucional, legislativa, fiscalizadora, julgadora e eleitoral (GODOY, 2008, p. 33). O objetivo é de manter a ordem administrativa dentro do município e de usar os recursos com vistas a garantir os direitos básicos dos munícipes. Nesse sentido,

[...] a Câmara organiza o Município, institui seus poderes, legisla com a participação do Prefeito, fiscaliza o Executivo, julga as contas municipais, com o auxílio da Corte de Contas, julga ainda, as infrações político-administrativas do Prefeito, dos Vereadores [...] (GODOY, 2008, p. 33).

Em todo o processo legislativo, logo depois da eleição, o vereador mais votado foi convocado para presidir a eleição da Mesa Legislativa que empossa os vereadores, o prefeito e

¹⁰⁸ Ver mais em: BRASIL. [Constituição (1967)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 25 de janeiro de 1967. Disponível em: <<file:///D:/constitucion%20de%20brasil%201967.pdf>>. Acessado em 03 de janeiro de 2020.

o vice-prefeito. Percebemos essa organização, na posse dos vereadores eleitos na eleição de 1976, quando foi instalada a quinta legislatura, por exemplo. Além dessas atividades, a Câmara pode licenciar representantes dos Poderes Executivo e Legislativo, de acordo com a Lei Orgânica Municipal, e cassar mandatos. Portanto “[...] cabe à Câmara garantir, sem solução de continuidade, a instituição do governo local, plena de seus integrantes, no regular exercício de suas funções (GODOY, 2008, p. 35)¹⁰⁹.

No que diz respeito a essas normativas, o número de vereadores que compuseram a Câmara Municipal de Desterro variou entre sete (Constituição de 1967) e nove depois da Constituição de 1988¹¹⁰. Outrossim, na eleição de 1976, 26 candidatos concorreram ao cargo de vereador, sete dos quais foram eleitos com o seguinte alinhamento político-partidário: cinco faziam parte do partido do governo federal - a ARENA - e dois eram do MDB, partido que fazia oposição ao Regime Militar. Percebemos a influência do partido do governo no pleito de 1976, considerando as articulações políticas do Regime com vistas a frear o crescimento da oposição. Essa articulação resultou no alinhamento de grande parte das cidades pequenas do interior da Paraíba. Vejamos, no quadro abaixo, o desenho partidário dos eleitos para o cargo de prefeito.

Quadro 03 - Prefeitos eleitos das cidades do entorno da Serra do Teixeira em 1976					
Cidade	Candidato	Partido	Votação	Válidos	Situação
Água Branca	José Firmino de Oliveira	Arena 1	1.686	52,17%	Eleito
Desterro	João Leite de Almeida	Arena	2.258	68,34%	Eleito
Imaculada	Antônio Martins	Arena	1.722	66,59%	Eleito
Juru	Antônio Alves	Arena	1.246	63,09%	Eleito
Manaíra	Sebastião Rabêlo Sobrinho	Arena	1.316	53,82%	Eleito
Princesa Isabel	Batinho	Arena	2.679	51,73%	Eleito
Tavares	Manoel Leite	Arena 1	2.321	53,17%	Eleito

¹⁰⁹ No que diz respeito ao recorte de nosso estudo, embora, em alguns poucos momentos, mencionemos o que estabeleceu a Constituição de 1988 para as Câmaras de Vereadores, remetemo-nos, para fins de análise, às definições que constaram na Constituição de 1967 e na do Estado da Paraíba de 1967 e na Emenda Constitucional nº 1 de 1969. A Constituição de 1967 foi discutida no congresso pelo Ato Institucional nº 4 de 07 de dezembro de 1966 e aprovada na nova Carta Magna em 24 de janeiro de 1967. Da mesma forma que a Constituição do estado da Paraíba foi enviada à Assembleia Legislativa pelo então governador, João Agripino, na sessão de 07 de abril de 1967, promulgada em 12 de maio de 1967 e adaptada à Emenda Constitucional nº 1 de outubro de 1967, em 16 de junho de 1970. Ver: FERNANDES, Flávio Sátiro. **História constitucional da Paraíba**. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

¹¹⁰ No Artigo 29, inciso IV, que trata da composição e da quantidade dos membros da Câmara de Vereadores, em sua alínea *a*), ficou determinado que municípios com até 15.000 habitantes só teriam vagas para nove vereadores. Antes da determinação e da limitação citada no Artigo 16 da Constituição Federal de 1967, que trata da autonomia dos municípios, em seu 2º parágrafo, só recebiam remuneração os vereadores das capitais e dos municípios com mais de 300 mil habitantes. No 5º parágrafo, conta a quantidade de 21 vereadores, proporcional ao eleitorado municipal. Mas não está clara a proporção de habitantes por município.

Teixeira	Antônio Eudes Nunes da Costa	Arena 1	2.755	50,17%	Eleito
-----------------	------------------------------	---------	-------	--------	--------

Fonte: TRE-PB < <http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>>. Acessado em 16 de abr. 2020.

Todos os prefeitos que foram eleitos no pleito de 1976, nas cidades localizadas na Microrregião da Serra do Teixeira, estavam filiados ao partido do governo – ARENA - e suas sublegendas. Esses representantes políticos foram eleitos pelo voto popular e direto, já que essas cidades não se enquadravam como de Segurança Nacional. Dessa feita, a eleição de 1976 consolidou a barganha política do Regime e, na véspera da eleição, o presidente esteve na Paraíba e promoveu uma série de visitas, com o objetivo de articular as bases locais ao alinhamento partidário do Regime Militar, ao mesmo tempo em que fortaleceu os laços de dependência entre o poder estadual e o municipal pelo alinhamento político e pela ampliação das bases do Regime.

Na cidade de Desterro, a campanha eleitoral de 1976 foi entre Luiz Gonzaga da Cunha¹¹¹ (MDB) e João Leite de Almeida (ARENA). De acordo com os entrevistados, foi uma campanha acirrada, e os processos favoreciam o candidato do MDB, Aloízio Terto. No entanto, Assis Barbosa (1973-1976) apoiou a candidatura do representante da ARENA e contribuiu, de forma direta, com sua eleição. Assim, “[...] Aloízio não conseguiu ganhar, porque João Leite foi ajudado por Assis Barbosa, que era o prefeito no período, [...] a população queria um governante da cidade, [...] (Entrevista com José Venâncio, em 24 de set. de 2019 a autora). A polarização partidária em Desterro rendeu apelidos nessa campanha: o MDB foi apelidado de “borrachudo”, e a ARENA, de “purgão”. O fervor da campanha promoveu a composição de músicas para os partidos:

Em favor de Aloízio, se cantava: *“Trate logo de correr arenista, que nós temos a vitória e mais sorrisos, é perdido enfrentar capitão Dado e Jucá, nosso prefeito é Aloízio. Assis prometeu o povo que trazia um mundo novo, e não chegou com um juá. Mesmo assim o povo diz que o culpado foi Assis do Leite dele cortar.”* A resposta dos arenistas era: *“Vocês é quem vão correr emedebistas, que nós temos a vitória e mais sorriso, é perdido enfrentar João Leite é quem vai ganhar e o perdido é Aloízio”*. [...] (Entrevista com Raimunda da Silva, em 04 de outubro de 2019 a autora).

¹¹¹ Luiz Gonzaga da Cunha nasceu em Cacimbas (1925-1994). Também era conhecido como Aloízio Terto. Foi eleito vereador em 1968, pelo MDB, com 114 votos, e em 1972, por esse mesmo partido, com 167 votos. Em 1976, foi candidato a prefeito (MDB) e perdeu para João Leite; foi presidente da primeira mesa diretora da Câmara Municipal da Terceira Legislatura e eleito segundo secretário na eleição que compôs a segunda mesa diretora (ATA DA CÂMARA MUNICIPAL, 31 de jan. De 1971, p. 1-2). Dados dos votos obtidos no Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba. Disponível em: <<http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>>. Acessado em 29 de abril de 2020.

Observamos que a polarização político-partidária na campanha de 1976, com as músicas, os apelidos ou animações nos comícios, levou os eleitores a optarem por votar no candidato indicado pelo representante do Executivo municipal, Assis Barbosa. Essa eleição permitiu a continuidade do situacionismo local atrelado a práticas clientelistas e assistencialistas e, ao mesmo tempo, alavancou a ascensão definitiva da família Leite ao Poder Executivo municipal, o que consolidou seu capital político por décadas subsequentes.

Depois que o grupo Leite, filiado à ARENA, venceu a eleição, em 31 de janeiro de 1977, foi realizada a sessão de instalação da 5ª legislatura da Câmara de Vereadores, presidida por Antônio Batista de Oliveira, com os demais vereadores que seriam empossados: Aprígio Alves de Souza, Francisco Lola de Souza, José Vieira de Amorim, Carlos Leite Ferreira, Almir Henriques Gonçalves e Manoel de Almeida¹¹², eleitos no pleito do dia 15 de novembro de 1976. Depois de empossados e de feito o juramento de respeito às leis federais e ao município, cada um foi chamado para declarar seus bens, para que a população pudesse ter conhecimento. Segundo consta nessa mesma Ata, o presidente convocou o vereador mais votado para assumir os trabalhos da Câmara, a partir de então, e convocar os presentes para escolherem o próximo presidente por meio de votação. O Senhor Manoel de Almeida assumiu a responsabilidade de conduzir a eleição para a escolha do novo presidente da casa. Foi eleito o vereador José Vieira de Amorim.

Ao considerar a organização eleitoral da Câmara dos Vereadores de Desterro, a partir dos pleitos eleitorais de 1976, 1982 e 1988, observamos que, em todas as legislaturas, a família Leite esteve presente, da mesma forma que os prefeitos eleitos. Ainda que verticalizemos apenas os membros eleitos para a Câmara Municipal, em cada um dos pleitos citados, houve outros nomes de familiares que também concorreram ao cargo de vereador.

Quadro 04 – Família Leite na Câmara de vereadores no pleito de 1976				
Candidato	Partido	Situação	Votação	Mandato
Antônio Leite de Souza	ARENA	Eleito	193	1977/1982
Carlos Leite Ferreira	ARENA	Eleito	392	1977/1982
Maria Estela Leite	MDB	Suplente	56	
Eleitorado desterrense nas eleições municipais de 1976				
Eleitorado				3.913

¹¹² Os vereadores empossados em 31 de janeiro de 1977 foram eleitos pelo voto direto no pleito eleitoral de 1976. Todos esses vereadores foram reeleitos, pois também compunham a 4ª legislatura da Câmara de Desterro e já haviam sido eleitos em 1972.

Total apurado	3.356
Abstenção	557

Fonte: TRE-PB < <http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>>.
Acessado em 16 abr. 2020.

Quadro 05 – Família Leite na Câmara de Vereadores no pleito de 1982				
Candidato	Partido	Situação	Votação	Mandato
Carlos Leite Nóbrega	PDS	Eleito	242	1983/1988
Eleitorado desterrense nas eleições municipais de 1982				
Eleitorado				4.994
Total apurado				3.704
Abstenção				1.290

Fonte: TRE-PB < <http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>>.
Acessado em 16 abr. 2020.

Quadro 06 – Família Leite na Câmara de Vereadores no pleito de 1988				
Candidato	Partido	Situação	Votação	Mandato
Paulo Vamberto Leite	PDS	Eleito	422	1989/1992
Carlos Leite Nóbrega	PL	Eleito	332	1989/1992
Paula Oliveira Leite	PL	Eleito	231	1989/1992
Júlio Leite	PMDB	Não eleito	88	
Valdemar Nunes Leite	PL	Não eleito	38	
Eleitorado desterrense nas eleições municipais de 1988				
Eleitorado				7.344
Total apurado				6.344
Abstenção				981

Fonte: TRE-PB < <http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>>.
Acessado em 16 abr. 2020.

De acordo com o Quadro 5, no pleito de 1976, temos dois membros da família Leite: um eleito e um na suplência. Uma das vagas da suplência foi ocupada por Maria Estela Leite¹¹³; no Quadro 6, consta que, no pleito de 1982, somente Carlos Leite foi eleito; por fim, na eleição de 1988, houve cinco candidatos pertencentes ao grupo político dos Leite, dos quais, três foram eleitos, e dois, não. A presença de vereadores da família Leite na Câmara foi um fator hegemônico quando da necessidade de aprovar projetos.

Félix G. Lopez (2004) considera que o apoio do Poder Legislativo ao Executivo é importante, para que ele possa ter seus requerimentos atendidos e seus projetos de lei aprovados. Em Desterro, observamos que esse apoio foi em vários aspectos mútuos, para favorecer a amplitude de determinado grupo político. Essas afirmações são reforçadas no cotidiano do

¹¹³ Maria Estela Leite () era filha de Martinho Leite de Andrade e Inês de Albuquerque Leite. Foi professora em Desterro.

exercício legislativo, em constante alinhamento ao executivo municipal, e nos documentos legislativos consultados. Em abril de 1977, por exemplo, dois projetos¹¹⁴ enviados pelo então prefeito, João Leite de Almeida, foi aprovado por unanimidade e sem debates no plenário da Câmara. Isso reforça o grau de proximidade entre os dois poderes, que também revelam a circularidade de interesses mesmo de quem não estava na base partidária do prefeito, mas que nutria interesses políticos. Os vereadores eleitos seguiam o mesmo modelo do prefeito e usavam o clientelismo. Assim,

[...] a prática do atendimento aos eleitores é uma busca de solução para questões pontuais e nela a interação face-a-face com o eleitor (no gabinete ou na rua) e com os problemas que o afetam no dia-a-dia é muito importante. O atendimento é a atividade em torno da qual se desenvolve o trabalho diário dos vereadores no município [...] (LOPEZ, 2004, p. 156).

Supostamente, dessa atitude face a face das demandas e dos pedidos dos eleitores, surgiram projetos como o mencionado na Ata da sessão extraordinária realizada em 13 de junho de 1977¹¹⁵, em que o vereador Antônio Leite de Souza apresentou um projeto de lei para que fosse incluída no orçamento municipal a construção de um matadouro público na cidade de Desterro. O projeto foi aprovado por unanimidade, e o requerimento foi logo enviado para o Poder Executivo. Na sessão do dia 20 de junho,¹¹⁶ o vereador João Correia também apresentou um projeto de lei para ser incluído no plano de obras da cidade no mesmo ano de 1977. O projeto tratou da iluminação da ponte e do centro da cidade, e assim como o anterior, esse projeto também foi aprovado por todos os presentes, e o requerimento encaminhado ao representante do Poder Executivo municipal. É importante lembrar que existiu uma oposição dentro da Câmara, representada por dois vereadores: João Paulino (MDB) e Geraldo Barbosa Xavier (MDB). De acordo com a leitura das Atas, essa oposição não dispunha de argumentos

¹¹⁴ Projeto de lei nº.46,47/77, criado pelo Poder Executivo e que tratou da liberação de recursos para a compra de 50 carteiras escolares. O outro dispõe sobre a venda de um ônibus, modelo de 1962, pertencente ao município; Projeto de lei nº. 48/77, criado pelo Poder Executivo e que tratava da criação de uma escola de 1º grau de 5ª a 8ª série (atual ensino fundamental II), assim como todo o corpus administrativo da referida escola. Trata-se da Escola Gertrudes Leite, que funciona até os dias de hoje.

¹¹⁵ Ata da sessão de 13 de junho de 1977, em que estiveram presentes os seguintes vereadores: Geraldo Barbosa Xavier, João Correia de Oliveira, João Paulino da Cunha, Antônio Leite e Souza, Manoel de Almeida, José Vieira de Amorim e Carlos Leite Ferreira.

¹¹⁶ Ata da sessão de 20 de junho de 1977, à qual compareceram os seguintes vereadores: João Correia de Oliveira, João Paulino da Cunha, Antônio Leite e Souza, Geraldo Barbosa Xavier, Manoel de Almeida, Carlos Leite Ferreira e José Vieira de Amorim.

e/ou apoio suficiente para questionar a atuação do Poder Executivo e foi sufocada pelo apoio majoritário da Câmara ao Executivo municipal.

Para que o projeto dos vereadores fosse aprovado e atendido pelo Poder Executivo, eles precisaram apoiar e aprovar os projetos de lei vindos do mesmo grupo situacionista. Dessa forma, o Poder Legislativo foi constantemente envolto em laços de troca de favores com o Poder Executivo. Assim, os vereadores de Desterro, reforçados pelas atas do período analisado, entenderam que “[...] apoiar o governo e o prefeito é ter maior possibilidade de eles corresponderem aos seus interesses, ou ser oposição e ter sua capacidade de atendimento cerceada” (LOPEZ, 2004, p. 156). Isso explica o motivo pelo qual a Câmara de Vereadores sempre aprovou os projetos de lei enviados pelo Poder Executivo nas reuniões de fins da década de 1970 a 1980.

Esse fato não parece ser novidade no conjunto geral das Câmaras de Vereadores do país, entretanto, para cidades pequenas do interior, essas ações coordenadas são bem mais intensas. Quando uma cidade pequena como Desterro tem um legislativo pequeno, e a circulação dos vereadores se dá em núcleos municipais muito pequenos, buscar um constante alinhamento e está atento aos interesses gerais pode fazer a diferença entre ser ou não ser eleito. Essas assertivas não teriam significados se tivéssemos um grande número de eleitores conscientes e participativos, mas, se considerarmos que a rede de influência familiar estava por todos os espaços da municipalidade, o enfrentamento se configurava como quase nulo. Logo, como bem ressaltou o vereador Napoleão de Almeida,¹¹⁷ um aspecto que possibilitaria que o representante do executivo municipal tivesse sempre seus projetos aprovados era a dependência da Câmara de Vereadores. Isso se devia ao fato de

[...] o prefeito ter cinco, seis ou sete vereadores ao lado dele, e quando mandava um projeto para a Câmara, claro que era aprovado. Então se tinha dois ou três da oposição e sabia que aquele projeto era importante pra ajudar o povo, os vereadores votavam a favor. [...]. (Entrevista com Napoleão de Almeida, em 28 de junho de 2019 a autora).

¹¹⁷ Napoleão de Almeida nasceu no Sítio Costa, localizado no município de Cacimbas em 1943. Nesse período, esse sítio pertenceu ao município de Teixeira. O primeiro mandato do vereador foi nos anos de 1989 a 1992. Foram oito mandatos consecutivos. Atualmente, está concluindo o mandato de 2017 a 2020. De acordo com o vereador, seu sucesso eleitoral se deve à base familiar, que colabora com suas eleições. Sobre isso, falou: “[...] eu pelo menos tenho uma família muito grande e essa família já faz uma base de sustentação e até hoje essa base sustenta as minhas campanhas. E para derrubar um vereador assim é muito difícil porque quem tem uma quantidade de 200 votos de garantia é difícil perder uma campanha” (Entrevista com Napoleão de Almeida, em 28 de junho de 2019).

Os vereadores que faziam oposição ao prefeito ficavam sem meios para questionar os documentos enviados à Casa Legislativa. Embora colaborasse com o grupo político dos Leite, o vereador, João Correia de Oliveira, não concordou com todos os atos do executivo municipal e asseverou que “[...] a maioria dos vereadores eram beneficiados através de um contrato para alguma pessoa, por meio de alguma coisa, então não questionava nada, tudo que fosse para a Câmara eles votavam [...]” (Entrevista com João Correia, em 28 de setembro de 2019 a autora). Ademais, destacou que, para ganhar uma eleição em cidades pequenas, ou se fazem favores e/ou se usam práticas como clientelismo e assistencialismo ou não se tem o apoio e/ou os votos da população. Essas situações estão presentes na fala dos eleitores, por exemplo: o vice-prefeito, o Sr. Manoel Pereira,¹¹⁸ depois de eleito, oferecia emprego para garantir apoio em campanhas futuras:

[...] ele veio na minha casa e disse: “Você neguinha, vou lhe dá um emprego, você jogou muita pedra em mim, mas eu vou lhe dá um emprego, porque eu tenho pena você trabalhando no motor meio dia em ponto”, e me deu. Me deu uma escola que eu fiquei trabalhando onze anos, aí eu passei para o lado dele (Entrevista com Raimunda da Silva, em 04 de outubro de 2019 a autora).

A fala de D. Raimunda não é exceção nas cidades pequenas que contam com poucos recursos para gerar atividades econômicas. Esse universo se configura muito mais frequente do que se possa comprovar. O clientelismo moldou os processos eleitorais dessas cidades de forma muito intensa e corriqueira. Na região do entorno da Serra do Teixeira, vê-se um grande volume de relações “eleitoreiras” nesses moldes. Em Desterro, essas práticas ainda guardam uma particularidade - o grupo Leite tinha sua base de poder no município, e suas redes clientelar e familiar usavam o que o município podia oferecer como espaço de favorecimento, portanto, a base política para a família Leite deveria partir das costuras e dos apoios conseguidos dentro do município. Essas observações são importantes porque, em muitos outros pequenos municípios do interior, os líderes políticos, geralmente, são de outra cidade próxima, cuja vinculação se dá por serviços prestados em outra sede (médicos, advogados, por exemplo).

¹¹⁸ Manoel Pereira da Silva (Nezinho) – (1941-2018) foi vice-prefeito, ao lado de João Leite de Almeida, de 1977 a 1982. Seguiu carreira política, foi eleito vereador de Desterro, em primeiro lugar, com 295 votos, e se tornou líder político no povoado de Cacimbas, nas eleições de 1982 pelo PDS. Em 1988, também foi eleito vereador pelo PMDB, com 227 votos; e em 1992, pelo PFL, com 322 votos. Em 1996, Cacimbas já havia se emancipado politicamente de Desterro, e ele se candidatou a prefeito, mas não chegou a ser eleito, apesar de ter obtido 1.011 votos. Dados obtidos no Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba < <http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>>. Acessado em 03 de janeiro de 2010.

Manter essa proximidade, portanto, cimentava um capital político nativo, praticamente sem concorrência ou questionamento e com o apoio da Câmara Municipal. Nesse contexto, não era só o núcleo urbano do município que sentia a presença dos vereadores da base aliada, já que as comunidades distritais eram outros espaços de promoção da rede clientelar, onde os representantes do grupo político Leite prestaram assistência à população e conseguiram manter sua influência política também nas comunidades rurais. O vereador Manoel Pereira assistiu a população com remédios e transportes e enviou para a Câmara de Vereadores¹¹⁹ um requerimento, em que, juntamente com João Paulino, solicitou do executivo municipal a instalação de um posto telefônico para as comunidades rurais de Cacimbas, Tataíra e São Sebastião. Em atendimento às demandas dos vereadores e, consequentemente, das comunidades rurais, o representante do Poder Executivo municipal enviou à Câmara Municipal o Projeto de Lei nº 005/85¹²⁰, que foi aprovado sem nenhum questionamento dos vereadores.

Ao ser indagado sobre a falta de oposição entre os parlamentares em Desterro e sobre o fato de os projetos sempre serem aprovados por unanimidade, o vereador Paulo Vamberto Leite deixou claro que essa situação poderia estar atrelada ao período da abertura política, visto que, naquele momento, perdurava o condicionamento às liberdades democráticas. Por isso os “[...] poucos [vereadores] que tinham o mandato não tinham, primeiro, a coragem e, depois, a iniciativa de fazer oposição e de discutir [...]” (Entrevista com Vamberto Leite, em 27 de setembro de 2019 a autora. Adendo nosso). Assim, só com a volta do período democrático foi que os parlamentares das cidades pequenas iniciaram o processo de discussão e de debate. Segundo Vamberto Leite,

[...] a Câmara de vereadores até então naquele período, não tinha autonomia financeiro/administrativa. Todas as despesas oriundas com o poder legislativo, essas despesas eram pagas pelo município com o crivo do gestor executivo. E, eu como vereador, levantei a bandeira da independência administrativa e econômica da Câmara para que a gente pudesse ter condições materiais e econômicas de trabalhar. Porque se a gente precisasse de uma resma de papel, tinha que pedir ao prefeito e dessa forma agente também não tinha liberdade para questionar os projetos, porque a gente ficava literalmente na mão do prefeito. [...] Quer dizer ou você tinha um bom relacionamento e absorvia todos os projetos do prefeito sem questionar ou também você ficava sem trânsito para administrar a casa. [...] E infelizmente, nós passamos aproximadamente dez anos para conseguir essa independência administrativa

¹¹⁹ Ata da sessão de 27 de junho de 1983, à qual compareceram os seguintes vereadores: Carlos Leite Ferreira, Manoel Pereira da Silva, João Paulino da Cunha, João Correia de Oliveira, entre outros.

¹²⁰ Ata da sessão de 04 de julho de 1985, à qual compareceram os seguintes vereadores: João Corria de Oliveira, Manoel Pereira da Silva, Idelfonso de Lira Belchior, Carlos Leite Ferreira, Wilson de Almeida e João Paulino da Cunha.

e econômica da Câmara. Porque os nossos companheiros vereadores se recusavam a votar. Pra você entender o quanto representava o poder do executivo e o quanto essa pressão – ela (sic), funcionava porque os nossos salários, a gente ia receber na prefeitura. Isso deixava margens ao executivo para executar e exercer uma pressão em cima daqueles que uma hora ou outra divergiam do pensamento e das propostas políticas do gestor (Entrevista com Vamberto Leite, em 27 de setembro de 2019 a autora).

Mediante o exposto, observamos que o fato de a Câmara de Vereadores depender do Poder Executivo municipal dificultou os debates e a possibilidade de desaprovar os projetos de lei enviados pelo prefeito. Ainda assim, na reunião que aconteceu no dia 15 de dezembro de 1980¹²¹, o debate foi a respeito da aprovação das contas do prefeito João Leite de Almeida referentes ao ano de 1977. Todavia, consta na Ata que o Tribunal de Contas do Estado emitiu parecer para que tais contas do exercício de 1977 fossem rejeitadas pela Câmara, visto que incorreram em algumas falhas. A orientação para que a Câmara rejeitasse essas contas foi pelo motivo de “[...] o chefe do Executivo Municipal haver aberto créditos suplementares no valor de Cr\$ 87.166,98 sem autorização do poder Legislativo [...]” (ATA DA CÂMARA DE VEREADORES, 15 de dez. de 1980, p. 79-80). No entanto, no mesmo parecer, o Tribunal de Contas deixou que a maioria dos representantes do Poder Legislativo municipal decidisse aprovar ou não. Os parlamentares municipais rejeitaram o parecer do Tribunal de Contas e aprovaram as contas do executivo no exercício de 1977, fato que nos levou a pensar sobre a relação de dependência e de fidelidade entre os Poderes Legislativo e Executivo do município de Desterro.

Os argumentos apresentados por Vamberto Leite têm fundamento, e seus argumentos devem ser considerados. O fato de a Constituição de 1967 ter deixado as Câmaras de Vereadores, nos municípios, dependentes, sem orçamento próprio e sem autonomia financeira tornou-as alvo das manobras do Executivo municipal. Porém temos que observar outro aspecto sobre Desterro. Embora a Câmara estivesse totalmente dependente do Poder Executivo municipal, o alinhamento quase incontestado deveu-se à não formação de um grupo de oposição que pudesse formar maioria no Legislativo municipal ou, pelo menos, equilibrar os debates e os questionamentos ao prefeito.

Depois que Paulo Vamberto foi eleito vereador, mesmo pertencente à família e ao grupo político dos Leite, ele se tornou a principal oposição dentro da Câmara de Vereadores. A partir

¹²¹ Ata da sessão de 15 de dezembro de 1980, à qual compareceram os seguintes vereadores: Antônio Leite de Souza, João Correia de Oliveira, Almir Henriques Gonçalves, José Vieira de Amorim, Carlos Leite Ferreira, João Paulino da Cunha e Geraldo Barbosa Xavier.

de então, os projetos enviados pelo Poder Executivo municipal não mais foram aprovados por unanimidade e/ou sem questionamentos, como nos apontou a Ata de três de março de 1989¹²² que, depois de declarada aberta a sessão, o vereador Paulo Vamberto Leite

[...] apresentou um ofício, dirigido ao Sr. prefeito municipal que trata a respeito dos recibos de pagamento da prefeitura municipal de Desterro que são assinados em branco que é inconstitucional. Em seguida o mesmo vereador apresentou a proposta para na próxima reunião apresentar em plenário, um requerimento ao Sr. prefeito municipal de Desterro, pedindo a relação dos funcionários da prefeitura e os vencimentos dos respectivos funcionários [...] (ATA DA CÂMARA DE VEREADORES, 03 de mar de 1989, p. 44).

Com essa atitude, o executivo municipal passou a enfrentar questionamentos sobre a aprovação dos projetos enviados à Câmara de Vereadores. Assim, o parlamentar em questão, que compôs a sétima legislatura da Câmara Municipal¹²³, passou a refutar e a exigir mais esclarecimentos sobre os projetos colocados em pauta para votação. Do mesmo modo, os documentos enviados por Paulo Vamberto foram reprovados e/ou contestados na Câmara de Vereadores. Por causa disso, o projeto de lei nº. 02/89¹²⁴, proposto pelo então vereador, foi reprovado pela maioria dos votos. Percebemos uma espécie de retaliação por parte dos vereadores em apoio ao executivo municipal, visto que seus projetos foram objetivados. Na mesma sessão, o vereador também apresentou um requerimento com um pedido de ajuda financeira para a Fundação Médica Assistencial de Desterro¹²⁵ e convocou o “[...] médico da Fundação, Dr. Geraldo Jerônimo Leite, a quem foi concedida a palavra e expôs o assunto falando das dificuldades deficiências que está passando a Fundação Médica de Desterro [...]” (ATA DA CÂMARA DE VEREADORES, 20 de mar de 1989, p. 45-46). Na ocasião, o médico

¹²² Ata da sessão de 03 de março de 1989, a qual compareceram os seguintes vereadores: Wilson de Almeida, Carlos Leite Ferreira, Paulo Vamberto Leite, Manoel Pereira da Silva, Napoleão de Almeida, Lindor Lucena Nunes, Paula Oliveira Leite e Ocení Rosa de Lima.

¹²³ Ata da sessão de 01 de janeiro de 1989, a qual compareceram os vereadores: João Paulino da Cunha, Idelfonso de Lira Belchior, Ocení Rosa de Lima, Manoel Pereira da Silva, João Correia de Oliveira e Carlos Leite Ferreira. Para compor a mesa diretora, Wilson de Almeida foi o único candidato ao cargo de presidente. Assim, foi eleito “[...] para presidente Wilson de Almeida [...], João Correia de Oliveira vice-presidente [...], Ocení Rosa de Lima primeiro secretário [...] e Paula de Oliveira Leite segunda secretária [...]” (ATA DA CÂMARA DE VEREADORES, 01 de jan de 1989, p. 42-43). ”.

¹²⁴ Ata da sessão de 20 de março de 1989, à qual compareceram: Paulo Vamberto Leite, Wilson de Almeida, Geraldo Jerônimo Leite e demais vereadores. Nesse projeto, a proposta foi de que a prefeitura colaborasse financeiramente com a Fundação dos Vicentinos.

¹²⁵ A Fundação Médica Assistencial de Desterro está desativada e foi motivo de disputas políticas no grupo Leite no período pesquisado – 1977-1989.

em questão, pertencente à família Leite, foi convocado e prestou contas dos gastos da Fundação em apoio ao requerimento do parlamentar.

O embate dentro do grupo político continuou na reunião¹²⁶ em que o presidente da Câmara Municipal, Wilson de Almeida, apresentou aos parlamentares o parecer do executivo municipal em relação à Fundação Médica de Desterro, no qual [...] declara[va] que não haverá[ia] nenhuma ajuda para a Fundação Médica [...] (ATA DA CÂMARA DE VEREADORES, 27 de mar de 1989, p. 46). Com o objetivo de solucionar a questão, Vamberto Leite convocou os vereadores para que, juntos, tomassem novas medidas. Para isso, falariam com o governador, para atender às demandas da população, no sentido de garantir a boa assistência médica.

Embora os projetos enviados à Câmara de Vereadores continuassem sendo aprovados pelos parlamentares por maioria de votos, a partir de 1989, as propostas passaram a ser questionadas. Portanto, a partir do final da década de 1980, surgiu uma oposição ao executivo municipal atuante na Câmara de Vereadores. Antes desse período, houve parlamentares que compuseram legendas partidárias opostas às dos líderes políticos locais. No entanto, essa oposição sempre votou e aprovou todos os projetos enviados à Câmara Municipal.

3.2.1 “Fazer o bem sem olhar a quem”: a movimentação na Câmara Municipal e a atuação dos vereadores.

“Fazer o bem sem olhar a quem” foi o slogan das campanhas eleitorais do grupo político da família Leite, na eleição de 1988. Os vereadores, por sua vez, usaram o mesmo slogan para ser eleitos por vários mandatos consecutivos. Um desses vereadores que esteve presente na Câmara Municipal em todos os períodos analisados foi Carlos Leite Ferreira¹²⁷, que iniciou carreira política junto com sua esposa, Cassimira Leite de Albuquerque, que, ao desenvolver ações sociais na comunidade rural de Pedra Atravessada na década de 1970, contribuiu com a

¹²⁶ Ata da sessão de 27 de março de 1989, à qual compareceram os vereadores: Wilson de Almeida, Carlos Leite Ferreira, Manoel Pereira da Silva, Napoleão de Almeida, Paulo Vamberto Leite, Lindou Lucena Nunes e Paula de Oliveira Leite.

¹²⁷ Carlos Leite Ferreira (1921-2012) - Membro da família Leite, filho de Pedro Leite Ferreira e Josefina Leite Barbosa; irmão dos ex-prefeitos Geraldo Leite Barbosa e Paulo Leite Ferreira. Era primo de João Leite de Almeida. Foi vereador em Desterro por quatro legislaturas e concorreu, pela primeira vez, em 1976. Deixou a carreira política no ano de 2000. Fonte: Jornal Oficial, assessoria de imprensa do Poder Legislativo Municipal, maio de 2005.

formação da sua base eleitoral. Segundo consta nas entrevistas, ele “[...] foi ajudando um e outro, e como ele era primo de João Leite, eles iam se ajudando. E assim ele conseguiu se reeleger todas as vezes que se candidatou” (Entrevista com Zélia Maria Leite, em 01 de julho de 2019 a autora).

A trajetória política de Carlos Leite Ferreira foi construída por meio de um processo que contou com a base política do parente de mais prestígio da família Leite – Seu João. A base eleitoral de Carlos Leite, na comunidade rural da Pedra Atravessada, só foi percebida de forma consistente a partir do acesso que o então vereador tinha a seu João, por meio dos quais eram satisfeitas as demandas da comunidade, fundamentais para um candidato, pois a troca de favores entre eleitores e candidatos sempre teve grande importância para os eleitores de Desterro.



Imagem 02: Da esquerda para a direita: Wilson Braga, Lúcia Braga e Carlos Leite. Fonte: Acervo particular de Alaíde Ângelo

Na imagem acima, Carlos Leite dialoga com o candidato Wilson Braga e sua esposa Lúcia Braga, na residência de João Leite de Almeida, no momento em que ele visitou a cidade de Desterro, em 1986, ano da eleição para governador, deputado federal, deputado estadual e senador. A proximidade com os líderes estaduais não foi prerrogativa apenas do prefeito de Desterro, porquanto os vereadores da base também estiveram próximos deles nas campanhas políticas ou em função das necessidades do município. Na eleição de 1986, o alinhamento dos

políticos do interior com Wilson Braga, então candidato a senador e apoiador da candidatura de Marcondes Gadelha ao governo do estado, rendeu aos vereadores da família Leite um duradouro apoio político.

Os acessos ao poder e à estrutura clientelista do poder podem ser colocados como a principal moeda de troca entre os políticos desterrenses e a população, e as condições econômicas e sociais em que vivia grande parte da população, ligadas à agricultura ou aos serviços públicos, requeriam certa motivação para votar. A saída dos eleitores para uma seção eleitoral precisava de um incentivador. Nas populações das cidades pequenas, o partidário pessoalista, que, em certa medida, é bastante forte, deve-se às dívidas de gratidão que muitos têm com os candidatos e, ao mesmo tempo, configura-se como fortemente presente nos períodos eleitorais. Então, qualquer pretensão de se fazer perene na política, em muitas cidades pequenas do interior, é necessário, quase que obrigatoriamente, ter acessos e construir redes que possibilitem favores às reivindicações dos eleitores.

Na Câmara de Vereadores, todos os projetos enviados pelo prefeito foram assinados por Carlos Leite. Por exemplo, a aprovação na sessão de vinte e cinco de dezembro de 1978 do Projeto de Lei nº. 65/78¹²⁸, que objetivou instituir o Serviço Municipal de Educação. Com a institucionalização do Serviço Municipal de Educação – Rede Municipal de Educação – os Poderes Executivo e Legislativo de Desterro atendiam a uma demanda da população. No parágrafo único do projeto de lei, consta que, na inviabilidade “[...] de provimento dos cargos com habilitação exigida, permite-se que possam ser exercidos por professores vinculados ao Sistema Municipal de Ensino e que tenham ao menos 2 (dois) anos de experiência no magistério” (Projeto de Lei nº 65/78, p. 01).

Logo, a preocupação em prestar assistência à população no setor educacional foi atendida e aprovada sem restrições pelo Poder Legislativo, e para compor o quadro de funcionários, foram convocados agentes sociais que apoiavam o grupo político já que “[...] a questão era votar, era meu eleitor. [...] e tinha que ser pessoas que pelo menos soubesse ler e escrever [...]” (Entrevista com Luiza Barbosa, em 24 de setembro de 2019 a autora). Se, de um lado, uma das demandas da população era atendida, de outro, o capital político e a rede clientelar da família Leite ganharam outro espaço de barganha e de empregos.

¹²⁸ Ata da sessão de 25 de dezembro de 1978, em que estiveram presentes os seguintes vereadores: José Vieira de Amorim, Antônio Leite de Souza, Carlos Leite Ferreira, João Correia de Oliveira, Almir Henriques Gonçalves, João Paulino da Cunha e Geraldo Barbosa Xavier.

Para dar continuidade à prestação de serviços e atender às demandas da população, o vereador Antônio Leite de Souza, que compôs a diretoria da Câmara Municipal para o biênio de 1979-1980, tratou de organizar comissões permanentes da casa¹²⁹ para tratar de assuntos específicos do município, que ficaram assim organizadas:

[...] I Comissão de Justiça e Redação: José Vieira de Amorim – presidente, Antonio Leite de Souza e Carlos Leite Ferreira; II – Comissão de Finanças e Orçamento: João Correia de Oliveira – presidente, Almir Henriques Gonçalves e Geraldo Barbosa Xavier; III – Comissão de Obras e Serviços Públicos: João Paulino da Cunha – presidente, Almir Henriques Gonçalves e José Vieira de Amorim; IV – Comissão de Educação, Saúde Assistência Social: Carlos Leite Ferreira – presidente, Antônio Leite de Souza e João Correia de Oliveira [...] (ATA DA CÂMARA MUNICIPAL, 15 de fev. de 1979, p. 36).

A circularidade dos Leite, na estrutura da Câmara dos Vereadores de Desterro, foi total. Por ser uma estrutura pequena, com apenas sete vereadores, nesse momento, (1979), três da família Leite, não tinha como o então prefeito João Leite de Almeida não controlar toda a vida política e social do município. Nesse contexto, o crescente assistencialismo e o clientelismo foram exaustivamente utilizados no interior dessas comissões, quando estiveram largamente voltadas para garantir a sedimentação das bases de poder e o capital político incontestes dos Leite em Desterro. Todos os projetos que solicitaram abertura de crédito e melhorias para a cidade e as comunidades rurais, durante a década de 1970 e meados de 1980, por parte do Executivo sempre foram aprovados por unanimidade.

Embora a legislatura e a mesa diretora da Câmara Municipal tivessem mudado, o executivo contou com o apoio dos parlamentares em todos os mandatos, principalmente dos que tiveram parecer com pedidos de investigação feitos pelo Tribunal de Contas do Estado da

¹²⁹ Ata da sessão de 15 de fevereiro de 1979, em que estavam presentes os seguintes vereadores: José Vieira de Amorim (presidente), Antônio Leite de Souza, Carlos Leite Ferreira, João Correia de Oliveira, Almir Henriques Gonçalves, João Paulino da Cunha e Geraldo Barbosa Xavier. Essa reunião tratou da eleição para compor a nova diretoria da Câmara de Vereadores para o biênio 1979-1980. No ensejo, foi apresentada uma chapa única. Com a eleição, a nova diretoria ficou assim composta: “[...] para presidente, o vereador, Antônio Leite de Souza, com 6 votos e um em branco, para 1º secretário o vereador: Almir Henriques Gonçalves com 7 votos, e para 2º secretário José Vieira de Amorim com 6 votos e um em branco. [...]” (ATA DA CÂMARA MUNICIPAL, 15 de fev. de 1979, p. 35-36). Em seguida, o presidente em exercício delegou o cargo ao presidente recém-eleito, que, ao assumir, prometeu dar continuidade ao trabalho desenvolvido até então pelo bem do município.

Paraíba. Assim, depois da eleição municipal de 1982, a Câmara de Vereadores¹³⁰ se reuniu para empossar a sexta legislatura.

[...] Iniciada a votação, a eleição de presidente da Câmara foi apresentado como candidato a presidente o Sr. vereador Carlos Leite Ferreira, depois de todos os vereadores terem exercido o direito de voto elegendo o Sr. Carlos Leite Ferreira, presidente da Câmara, Manoel Pereira da Silva vice-presidente, João Correia de Oliveira para 1º secretário e Idelfonso de Lira Belchior para 2º secretário, todos conclamados com sete (7) votos [...] (ATA DA CÂMARA DE VEREADORES, 31 de jan. 1983 p. 2-3).

Percebemos que, nessa sessão de posse da mesa diretora, não foi apresentado outro candidato à presidência da Câmara, senão um membro da família Leite. No mesmo dia, às 20h, essa mesma mesa empossou o prefeito eleito, Geraldo Leite Barbosa, e o seu vice, Severino Rufino de Lima. As sessões ocorriam em sala devidamente preparada para as reuniões dos vereadores na Prefeitura Municipal, pois ainda não existia um prédio para a Câmara de Vereadores, o que só aconteceu na década de 1990¹³¹.

Com toda essa movimentação de projetos e aprovações por unanimidade, a ausência da população foi recorrente. Embora alguns poucos munícipes tenham comparecido às reuniões, a fala dos entrevistados nos aponta que não houve uma participação efetiva dos desterrenses. Podemos auferir que um dos motivos dessa ausência foi decorrente da atuação dos vereadores e dos líderes comunitários que representaram o executivo municipal, ao elencar as necessidades de suas comunidades rurais. Uma dessas poucas participações foi a da Sr^a. Raimunda, que foi a uma dessas sessões com o objetivo de reivindicar aumento salarial: “[...] eu ensinava e eu participei várias [eleições] porque Nezinho, ele era vice-presidente da Câmara, então quando as professoras queriam alguma coisa ou queria ‘brigar’ por aumento [...]” (Entrevista com Raimunda da Silva, em 04 de outubro de 2019 a autora. Adendo nosso). Como se pode notar, a reivindicação de D^a. Raimunda estava respaldada pela aquiescência do vice-presidente da Câmara Municipal, ou seja, o acesso devia-se à anuência e a uma espécie de “dívida de eleição” que lhe garantia algum acesso reivindicatório.

¹³⁰ Ata da instalação da sexta legislatura em 31 de janeiro de 1983. Compareceram à sessão os seguintes parlamentares: Carlos Leite Ferreira, Almir Henriques Gonçalves, José de Oliveira Filho, João Correia de Oliveira, Geraldo Barbosa Xavier e João Paulino da Cunha.

¹³¹ Ata de 20 de fevereiro de 1990. Compareceram Wilson de Almeida, João Correia de Oliveira, Paula Oliveira Leite, Ocení Rosa de Lima, Paulo Vamberto Leite, Manoel Pereira da Silva, Carlos Leite Ferreira e Lindou Lucena Nunes. Nessa sessão, foi apresentado “um dispositivo preliminar” da emancipação da Câmara de Vereadores. A proposta foi do vereador João Correia e não foi colocada em votação (ATA DA CÂMARA DE VEREADORES, 20 de fev. de 1990, p. 53-54).

Todas as ações giraram em torno de um cotidiano de conquistas com intenções eleitorais, e isso ficou muito claro nos posicionamentos dos eleitores entrevistados e nas ações dos vereadores em seus redutos, verticalizados para reforçar o alinhamento ao grupo Leite. Portanto, no mês de outubro de 1980, o prefeito, João Leite, para prestar assistência à comunidade de Cacimbas, enviou ofício ao diretor da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e solicitou a criação de um posto dos Correios (ALMEIDA, João Leite. Ofício 44/80, [para], Diretor do ECT/PB, em 04 de out de 1980, p. 01). De um simples posto postal a uma iluminação de via, passando por resolver querelas limítrofes de propriedades, fomentando a construção de posto de saúde e até o encaminhamento ao executivo municipal do projeto de criação do Distrito de Cacimbas, localizado no município de Desterro, por exemplo, percebemos que o executivo municipal cuidou das comunidades rurais de forma a garantir seu alinhamento político, quando necessário. Da mesma forma que vereadores alinhados ao grupo Leite estavam sempre presentes em todas as localidades e distritos¹³². Em consequência disso, o grupo político da família Leite fortaleceu seu capital político e conseguiu se perpetuar nos cargos eletivos dos Poderes Executivo e Legislativo municipais.

Legislar nas votações, de acordo com os interesses do grupo Leite, era sempre uma via de mão dupla quando não era ano eleitoral. A completa influência da família Leite sobre a estrutura de poder local ainda contava com os desvios de interesses, não coletivos, mas de grupo. Isso pode ser observado na sessão do dia 25 de novembro de 1985¹³³, quando o vereador João Paulino apresentou o projeto de número 01/85, em que pediu o aumento do salário dos professores primários do município de Desterro. Todavia, o presidente da Câmara dos Vereadores entendeu que seria viável deixar a discussão do projeto para a sessão seguinte e contou com o apoio do vereador Wilson de Almeida. O projeto que tratou do aumento da remuneração para os professores primários foi reprovado na sessão do dia 09 de dezembro¹³⁴, mesmo com os protestos dos vereadores João Paulino e João Correia. Por outro lado, os soldos remunerativos dos vereadores foram aprovados sem restrições nessa mesma sessão.

¹³² Em atendimento aos representantes políticos da comunidade rural e aos moradores de Cacimbas, o prefeito, João Leite, enviou ao deputado estadual, Aloysio Pereira, a petição para que a referida comunidade rural fosse elevada “[...] à categoria de Distrito, o atual povoado de Cacimbas desse Município de Desterro-PB. [...]” (BARBOSA, Geraldo Leite, requerimento [para] PEREIRA, Aloysio, em 31 de jul. de 1984, p. 011).

¹³³ Ata da reunião de 25 de novembro de 1985, à qual compareceram os seguintes parlamentares: João Correia de Oliveira, Manoel Pereira da Silva, Idelfonso de Lira Belchior, Carlos Leite Ferreira, Wilson de Almeida e João Paulino da Cunha.

¹³⁴ Ata da sessão do dia 09 de dezembro de 1985, em que estiveram presentes os seguintes vereadores: João Correia de Oliveira, Manoel Pereira da Silva, Wilson de Almeida, João Paulino da Cunha, Carlos Leite Ferreira e Idelfonso de Lira Belchior.

Esses fatos não são excepcionais ao cotidiano das Câmaras de Vereadores. Ainda hoje, a legislação é quase automática, no que diz respeito aos assuntos de interesse do grupo em detrimento das pautas de interesses da população, exceto nos anos eleitorais. Mas precisamos levar em conta que, na conjuntura que estamos dissertando nesse texto, há uma excepcionalidade – todo o capital político e de poder pertencia a um único grupo, logo, não havia qualquer motivo para questionar ou até propagar que fossem aprovadas as duas demandas. Outrossim, a população desterrense não estava motivada a perceber os interessados servidores da educação no município, mesmo que em outros tempos, apelassem para a construção de escolas municipais – claro que, na voz dos representantes do legislativo municipal.

Moacir Palmeira reitera que, "para o eleitor [brasileiro rural e/ou das cidades pequenas], o que está em jogo numa eleição não é a escolha dos próprios representantes, mas a localização de cada um dentro de sociedade" (PALMEIRA, 1992, P. 27. Adendo nosso), que seria o "voto de adesão". Esse voto de adesão pressupõe, com razão, a aquiescência de um sujeito que já foi abandonado pela sociedade, que se move como um livre elemento e que precisa que outros, de melhor índole ou melhor capacidade, falem por si, trabalhem por si ou ocupem os espaços institucionais do poder e, a partir deles, sejam colocadas as demandas, mas sem o eventual acompanhamento. Essa ideia colabora com a formação de grupos bem estruturados nas cidades pequenas do interior, onde a eleição nada mais é do que um espetáculo dos grupos, dos capazes.

Outrossim, os vereadores que compuseram as legislaturas da década de 1970 a meados 1980 colaboravam para formar a base situacionista e, por isso, mantinham uma relação de fidelidade com o principal líder político da família Leite, para que também tivessem seus requerimentos aprovados e enviados para o executivo municipal. Essa afirmação é importante nesse texto, mas não deve ser entendida como uma absolutização. É certo que havia interesses particulares de uma maioria e de forma mais bem articulada, mas descartar em absoluto as demandas sociais significaria minguar os apoios, as bases sociais e os eleitores. O capital político deveria ser renovado, ser reforçado a cada tempo e com o atendimento aos interesses dos clientes-eleitores.

Os debates sobre a segurança pública no município pode se configurar como um bom exemplo: no final da 6ª legislatura, na reunião do dia 24 de fevereiro de 1986¹³⁵, os debates na Câmara Municipal discorreram sobre a segurança da cidade. Temos aí uma discordância entre

¹³⁵ Ata de 24 de fevereiro de 1986. Compareceram à sessão: João Correia de Oliveira, Manoel Pereira da Silva, Idelfonso de Lira Belchior, Carlos Leite Ferreira, Wilson de Almeida, João Paulino da Cunha, Geraldo Leite Barbosa e o delegado de polícia do município.

o Poder Executivo e o Legislativo, visto que o prefeito discordou de todas as sugestões dos vereadores. Embora houvesse o interesse em resolver o problema da segurança pública, as sugestões não atacavam os fatos, mas alinhavavam alguns problemas, sobretudo, quando estavam em evidência as questões relativas ao alistamento emergencial para as frentes de trabalho decorrente da seca que assolava, mais uma vez, o sertão da Paraíba. O problema estava posto, como também estavam postos os interesses dos políticos locais em favorecer o máximo possível suas bases e seus redutos eleitorais na cidade. Na tentativa de demonstrar isenção, apelou-se para que houvesse da parte do “[...] delegado de polícia o [dever de] atuar no Município com justiça sem prejudicar os interesses de ninguém [...]” (ATA DA CÂMARA DE VEREADORES, 24 de fev. de 1986, p. 31. Adendo nosso). É comum nas pequenas cidades, não somente paraibanas, a interferência dos líderes políticos no trabalho do policiamento, assim, “não interferir nos interesses de ninguém” significava não atuar contra os “apadrinhados e protegidos” dos agentes políticos da cidade.

Sem vislumbrar uma solução interna, o deputado estadual Aloysio Pereira (PSD) teve que interferir para encontrar uma solução para o problema. Por conseguinte, o primeiro secretário da Assembleia Legislativa enviou telex ao governador, em que relatou:

[...] Apesar [da] autoridade designada para apurar fatos criminosos registrados [em] Desterro esteja se esforçando para cumprir determinação [de] vossa excelência, [a] população aquela cidade continua em pânico e sem confiança [para] apresentar testemunhas receio serem molestadas. Fatos foram agravados [na] data [de] ontem quando o soldado [...] alvejou a tiros de revolver [o] cidadão [...], irmão [do] vereador Wilson de Almeida, [na] localidade vila de São Sebastião, [d]aquele município, virtude clima [de] discriminação verificado alistamento pessoal emergenciado. [...] Permita sugerir vossa excelência [a] nomeação [no] período [de] 15 a 30 dias [um] delegado especial para presidir com imparcialidade inquéritos e restaurar ordem pública [no] município [de] Desterro encravado [na] região [de] Teixeira reconhecidamente área [de] conflito. (LIMA, Aloysio Pereira, Telex, [para] BURITY, Tarcísio de Miranda, 1987, p. 01. Adendos nosso).

.....
Lamento cientificar [à] vossa excelência cerca de 30 dias dirigi-me [ao] secretário [de] segurança pública, [...] transmitindo denuncia [do] vereador Idelfonso Belchior [do] município [de] Desterro, vítima inexplicável [da] ação policial e constrangedora contra sua pessoa, movida [por] propósitos exclusivamente políticos, [uma] vez que [o] referido cidadão é possuidor [de] comprovada reputação e conduta ilibada. Outras pessoas [da] cidade e Interior [do] município referem mesmas queixas e fundamentam idênticas intenções [do] delegado e subdelegado locais. Desconhecemos providências, até então, sentido apuração [dos] fatos [...] (LIMA, Aloysio Pereira, Telex, [para] BURITY, Tarcísio de Miranda, 1987, p. 01. Adendos nosso).

Em meio ao problema da segurança pública do município, o deputado Aloysio Pereira (PSD) solicitou assistência do governo federal, com o objetivo de colaborar com os líderes políticos desterrenses. Os dois documentos foram enviados seguidamente e denunciaram a violência sofrida por cidadãos comuns e autoridades, como foi o caso do vereador Idelfonso Belchior. Portanto, para solucionar o problema, na sessão do mês de maio de 1989¹³⁶, depois de verificado o *quórum* com a presença suficiente para votação, a parlamentar, Paula de Oliveira Leite, apresentou um requerimento em que destacou a melhoria da segurança pública para a cidade de Desterro. O documento foi enviado ao prefeito e ao secretário de Segurança Pública. Depois de colocado em discussão, todos os presentes votaram a favor para que providências a respeito do assunto fossem tomadas.

Portanto, essa articulação da Câmara de Vereadores com o Poder Executivo municipal e o estadual evidenciou a atuação do deputado Aloysio Pereira (PSD) em variadas situações na cidade de Desterro, inclusive nas questões de segurança. Verificamos que os representantes do legislativo e do executivo municipal e o representante do legislativo estadual mantiveram acordos nos períodos eleitorais ajudando-se mutuamente, com o objetivo de manter a gratidão dos munícipes e seu apoio por meio de votos.

A Câmara de Vereadores de Desterro estabeleceu, portanto, em sua prática, alguns espaços de expressão, que compreendemos como particular e genérica ao mesmo tempo. Se, de um lado, as ações dos vereadores estavam pautadas em práticas particulares de compromisso com o grupo familiar Leite, devido à representatividade e à influência política desse grupo dentro e fora da Câmara, de outro, precisava atender aos interesses da cidade e dos eleitores. E ainda que tais práticas estivessem ligadas, em menor ou maior grau, à constituição do capital político dos Leite, era preciso que a percepção de “utilidade” fosse sentida. Ao conjugar as duas práticas, observamos que, durante os primeiros meses da política, a visita dos candidatos às casas dos eleitores visa apresentar propostas e se colocar como elemento de resolução dos problemas e das demandas dos eleitores locais. A pergunta “O que precisa aqui?” revela uma sequência de necessidades recíprocas (voto e demandas dos eleitores).

Nesse caso, em Desterro, os espaços de poder dos vereadores se consolidaram em uma sequência de negociações que operaram na base de uma relação cliente-cliente (Ansell 2014; Marques e Villela 2016), em que os intercâmbios passaram, necessariamente, pelos tentáculos

¹³⁶ Ata da sessão extraordinária do dia 20 de maio de 1989, presidida por Wilson de Almeida e com a presença de Carlos Leite Ferreira, João Correia de Oliveira, Napoleão de Almeida, Manoel Pereira da Silva, Paula Oliveira Leite e Ocení de Lima.

da família Leite e por regras e estratégias sedimentadas no clientelismo e no familismo. O “Ele é de casa” sinaliza uma responsabilidade moral e de poder que precisa ser sentida pelo eleitorado para ratificar o grupo, as ideias, os alinhamentos, os acessos e o papel de cada um e do todo no jogo do poder local.

3.3 Mulheres na política desterreense: eleições e alinhamento familiar.

[...] A ruptura com alguns dos papéis e lugares estabelecidos por uma sociedade mesmo ainda marcada pelas práticas sexistas e patriarcais, como os únicos legítimos e adequados à presença feminina, tem proporcionado o alcance de setores da sociedade que até poucas décadas atrás, eram completamente renegadas às mulheres, a exemplo da política (LIMA; NASCIMENTO e PONTES, 2016, p. 300).

Durante séculos, as mulheres foram responsáveis pelas tarefas do lar, não tinham permissão para participar da vida pública e eram relegadas ao espaço doméstico para cuidar das tarefas da casa, do marido e dos filhos, enquanto os homens ocupavam os espaços públicos e o campo da política. Foi necessária organização para romper com as normas impostas e com a submissão feminina ao patriarcado social, porquanto elas eram submetidas às relações de domínio e de subordinação, num sistema em que o lar era para as mulheres, e a rua, para os homens (LIMA; NASCIMENTO e PONTES, 2016).

Quando nos referimos à conjuntura política, a história do Brasil nos mostra que as mulheres ficaram à margem da vida pública, do direito ao voto e de concorrer a cargos eletivos. Foram subordinadas, durante longos anos, à sociedade patriarcal e desvinculadas da vida política em qualquer esfera institucional - nacional, regional ou local. A política foi e/ou é um campo marcado pela presença do gênero masculino. Só com o governo pós-1930 de Getúlio Vargas foi que as mulheres tiveram o direito de votar, pois [...], até o decreto presidencial de Getúlio Vargas, em 1932, elas não tinham o direito ao voto nem poderiam se candidatar a qualquer cargo eletivo” [...] (CHAVES, 2017, p. 107).

Ressalte-se, no entanto, que, apesar do decreto em vigor, nem todas as brasileiras foram contempladas, porque a lei limitou o direito das mulheres e só poderiam votar as que eram alfabetizadas, se fossem casadas, precisariam da permissão do seu cônjuge, e se fossem solteiras ou viúvas, tinham que comprovar renda própria para uma possível candidatura. Esse contexto foi mudando ao longo do tempo e com a Constituição de 1988, que, sem distinção, converteu em obrigatoriedade o voto de todos os brasileiros. Entre as principais conquistas garantidas na

Constituição, está “[...] a isonomia – igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Homens e mulheres foram incluídos na Constituição com igualdade de direitos e obrigações, na vida civil, no trabalho, na família” (CORTÊS, 2016, p. 263). Apesar da garantia na vida política assegurada na Constituição Federal, as mulheres travaram um longo caminho para que tal direito fosse respeitado:

Os grupos feministas e movimento de mulheres dos anos 70 e início dos anos 80 juntamente com as comemorações do Dia Internacional da Mulher, constituíam-se em períodos propícios para a organização de fóruns de mulheres e articulações de protestos públicos contra a discriminação do sexo. Com a reorganização partidária, a mulher feminista adentrou os partidos e colocou as questões femininas como centro no debate [...] (LIMA; NASCIMENTO e PONTES, 2016, p. 303).

Foi no contexto de luta contra o Regime Militar que as brasileiras se inseriram no campo político propriamente dito. A participação de grupos de mulheres na luta armada contra o regime autoritário possibilitou o destaque e sua importância na política. Esse eleitorado passou a ser valorizado também pelos partidos, especialmente os considerados oposicionistas. Nesse sentido, os debates políticos também incluíram as questões femininas e sua participação na vida política.

Esses mesmos debates não ficaram apenas nos grandes centros urbanos, pois também foram conduzidos aos mais variados contextos regionais e se inseriram nas discussões político-partidárias em todo o Brasil. Na Paraíba, por exemplo, a participação das mulheres na política, somente a partir de 1933, foi por meio da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino – APPF¹³⁷ (RABAY; CARVALHO, 2010 *apud* RODRIGUES, 2017, p. 14). Dos anos de 1930 a 1977, as mulheres paraibanas tiveram pouca ou quase nenhuma participação na política estadual, entretanto os espaços de inserção foram paulatinamente conquistados, e suas representações se fizeram sentir.

No tocante à esfera local, mais precisamente, à cidade de Desterro, poucas mulheres ousaram adentrar esse campo dominado pelo gênero masculino no período de 1977 a 1989. O discurso de fragilidade e de incapacidade que pairava sobre as mulheres excluiu-as da vida

¹³⁷ A Associação Paraibana pelo Progresso Feminino foi instalada na Paraíba no mês de março de 1933. À frente desse movimento, estava um grupo de mulheres que pertenciam à elite paraibana. Eram mulheres letradas: Lylia Guedes, Albertina Correia Lima, entre outras. O objetivo era de dar continuidade, em âmbito local, à luta feminina pelo direito à participação política. Ver mais em: COSTA, Simone da Silva. Associação Paraibana pelo Progresso Feminino (1933-37): entraves e estratégias de uma missão política. In: **Anais do XVII Encontro Estadual de História – ANPUH-PB**, v. 17, n 1, 2016.

política (ARAÚJO, 2012). Nas eleições de 1976 e 1988, poucas mulheres desterrenses se lançaram para concorrer a uma vaga no Legislativo Municipal, como nos mostra o quadro a seguir:

Quadro 07 – Candidatas a vereadora em Desterro nos anos de 1976 a 1988				
Eleição	Candidata	Partido	Votos	Situação
1976	Maria Estela Leite	MDB	56	Suplência
1988	Paula Oliveira Leite	PL	231	Eleita
	Alaíde Ângelo de Lima	PL	113	Não eleita
	Otacília Oliveira Guimarães	PL	50	Não eleita

Fonte: Fonte: TRE-PB < <http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>> Acessado em 30 de janeiro de 2020.

De acordo com o quadro acima, na eleição municipal de 1976, somente uma mulher se candidatou ao cargo de vereadora em Desterro, mas não foi eleita. Ela alcançou a suplência e não chegou a assumir a vaga. Já na eleição municipal de 1988, três desterrenses concorreram pelo Partido Liberal (PL) a uma cadeira na Câmara de Vereadores: Alaíde Ângelo de Lima, Otacília Oliveira Guimarães e Paula Oliveira Leite. Essas mulheres ousaram adentrar o campo político e foram vistas como precursoras das desterrenses, que disputaram cargos eletivos na cidade.

Mesmo não eleita, Maria Estela Leite, por exemplo, pertenceu ao grupo familiar dos Leite. Foi uma mulher atuante na cidade e, como professora, ministrou aulas no Curso de admissão e circulava na elite desterrense colaborando com a educação da cidade e com a organização das festas religiosas, como a festa da padroeira e a organização de eventos sociais. Otacília O. Guimarães também não conseguiu uma vaga na Câmara de Vereadores na eleição de 1988. Ela foi uma das fundadoras do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Desterro, em 1978, e o presidiu durante um longo tempo. Otacília foi a única entre as mulheres, mencionadas no Quadro 9, que não fez parte da elite da cidade, e sua base de apoio foram os trabalhadores rurais.

A outra candidata que não conseguiu ser eleita em 1988 foi Alaíde Ângelo, que pertenceu à elite intelectual desterrense. No período de organização da Educação municipal, foi requisitada pelo governo local para compor a equipe do Órgão Municipal de Educação como secretária datilógrafa. Alaíde se encontrava mais próxima dos espaços sociais articulados com a administração local do que dos desterrenses. Contudo, afirmou Alaíde, sobre a dificuldade de

ocupar um cargo em eleições municipais: “[...] a campanha eleitoral era uma luta pesada, porque a gente fica de porta em porta pedindo voto, uns diz que vota outros dizem que só vota se der dinheiro, só vota se me der tijolo [...]” (Entrevista com Alaíde Ângelo, em 25 de setembro de 2019 a autora). Portanto, para ganhar eleições em Desterro, mesmo para vereador, era preciso usar um tipo de campanha em que a barganha do eleitorado também imprimia certo tipo de comportamento dos candidatos, um clientelismo/assistencialismo às avessas, mas sem alcance duradouro nas decisões institucionais do poder local.

O perfil social das candidatas mencionado acima nos leva a perceber que apenas uma não circulava nos círculos da alta sociedade desterrense e o parentesco (Maria Estela Leite e Paula Leite) e a aliança com o grupo ligado ao poder local (Alaíde Ângelo). No caso de Otacília Guimarães, a não vinculação a essa linhagem de acessos inviabilizou seu sucesso político, porque, na política local, é preciso estabelecer redes consistentes de alianças com os grupos de poder (KUSCHNIR, 2000).

Ressalte-se, entretanto, que, no pleito de 1988, Paula Oliveira Leite¹³⁸ foi eleita com 231 votos e compôs a sétima legislatura da Câmara Municipal de Desterro. Também ocupou o cargo de segunda secretária da mesa diretora da Câmara. Ela ingressou na política quando se mudou para o Povoado de Cacimbas-PB, em meados da década de 1980, onde empreendeu como bandeira de luta política as necessidades de saúde da população do povoado. Em vista disso, o meio que utilizou foi a busca de recursos e de estrutura. Com esse objetivo, passou a manter contatos frequentes com o prefeito, João Leite, que exercia o seu segundo mandato (1989-1992). Para Paula Leite, a aproximação com Lúcia Braga levou-a para a vida política:

[...] Eu atuei durante quatro anos como voluntária no postinho, fazendo o atendimento das pessoas, como os primeiros socorros, uma aplicação de injeção, coisas que não tinham na época. A partir daí surgiu a minha vontade de entrar na política e para ver se eu conseguia melhores condições para aquele povo que não tinha muita assistência. Quando adoecia uma pessoa era o maior sacrifício para ter o atendimento para levar para Desterro ou para outras cidades. Muitas vezes nós precisávamos de um carro e não tínhamos. Por causa desses problemas eu me interessei pela política e tentei amenizar esses problemas que existiam em Cacimbas (Entrevista com Paula Oliveira Leite, em 29 de julho de 2019 a autora).

¹³⁸ Paula Oliveira Leite nasceu em 1957 na cidade de Conceição. Pertence à família Leite do Vale do Piancó. É filha de Joaquim Oliveira e Silva e Celina Alencar Leite. Constituiu matrimônio com um membro da família Leite, natural de Desterro. É técnica de Enfermagem aposentada.

A estrutura do seu capital político foi a questão da saúde do povoado de Cacimbas, cujo espaço de notabilidade foi construído com as demandas do seu reduto eleitoral e fomentou a visibilidade necessária para galgar o cargo eletivo no pleito de 1988. O histórico familiar de Paula Leite também trazia os vínculos com a família Leite, e as necessidades de Cacimbas serviram para construir a mesma estratégia de campanha utilizada por todos os outros vereadores. Não se percebem diferenças ou especificidades por ser mulher. O fato de ser a primeira mulher a ocupar um cargo eletivo na Câmara Municipal de Desterro marcou apenas uma “data histórica”, porque as estratégias eleitorais permaneceram e cultivaram o *status quo* já estabelecido. Além do sobrenome, Leite, o pertencimento e o grupo fizeram-na se sentir segura, sem nenhum tipo de preconceito ou desrespeito por ser mulher.

Percebermos, então, que a ideia que toma forma nas falas dos vereadores estabelece um ciclo de atuação política que deu certo nas cidades pequenas da Paraíba. Quando indagada sobre o fato de os vereadores desse período sempre aprovarem os projetos do Executivo Municipal, respondeu:

[...] Essas lideranças que foram contra o grupo Leite, não ofereciam o que na época o prefeito João Leite oferecia à população. Porque ele dava muita assistência à saúde as pessoas que não tinham condições de sobreviver. Ele se destacou com o slogan: “Fazer o bem sem olhar a quem”, nós seguimos a mesma linha dele e por isso a Câmara toda estava sempre com ele. Se existia alguma divergência, eram poucas, era minoria que pensavam diferente e nós sempre seguíamos o grupo Leite, por causa da assistência prestada à população [...] (Entrevista com Paula Oliveira Leite, em 29 de julho de 2019 a autora).

A fala da ex-vereadora nos esclarece que o atendimento das demandas da população, a assistência prestada e o fato de ter um líder em cada comunidade consolidaram o poder e a influência política dos Leite. Logo, no período em que a população desterrense enfrentou os problemas causados pela estiagem, a atuação da ex-vereadora colaborou com a prática política do assistencialismo, pois levou as demandas da população e conseguiu com “[...] o prefeito, João Leite, vagas para emergência para pessoas no sítio Firmino (sítio localizado em Cacimbas), [...] no final do mês o prefeito dava os vales e as pessoas recebiam em alimentos. [...] (Entrevista de Paula Leite concedida à autora em 29 de julho de 2019).

Os sentidos eleitorais em Desterro têm os mesmos caminhos, porquanto os vereadores se colocaram como representantes-mediadores para construir articulações e vínculos que fazem os eleitores sentirem que eles compartilham com seus valores e suas causas. Além disso, no

contexto político em que a família Leite detém o capital político municipal, o alinhamento é fundamental, porque garante a solidez dos redutos eleitorais por causa da assistência em troca de bens materiais. Nas cidades pequenas do interior, essa percepção da parte dos eleitores é responsável pela visibilidade do político e atribui sentido à sua atuação.

Há que se ressaltar que as práticas encontram visibilidade no cotidiano da política local e no atendimento às necessidades dos redutos eleitorais. Por exemplo: em fevereiro de 1989¹³⁹, na sessão da Câmara Municipal, a então vereadora Paula Leite apresentou um requerimento, em que buscou solucionar as questões de saúde do povoado de Cacimbas. Sob seu ponto de vista, a comunidade encontrava-se desassistida no que se refere às questões de saúde, pois existia um posto que precisava de melhorias, razão por que o documento apresentado visava atender a essa demanda da população de Cacimbas. O requerimento foi colocado em votação e aprovado por maioria de votos. Do mesmo modo, em maio do mesmo ano, outro requerimento fez referência às questões de segurança nos povoados de Cacimbas e de São Sebastião. De acordo com a entrevistada, as duas comunidades não dispunham de policiamento para garantir a segurança dos munícipes. Para Cacimbas, por exemplo, por meio da sua atuação, foi enviado um destacamento de policiais que garantiriam, nos finais de semana, a segurança para a população.

Compreendemos que seu desempenho e a assistência prestada aos cacimbenses garantiram sua eleição para ocupar uma cadeira na Casa Legislativa, um espaço até então ocupado somente pelo gênero masculino na cidade de Desterro. Assim, não achamos que as demandas colocadas pela vereadora não fossem necessárias, elas foram e até são parte do trabalhos dos vereadores. O que queremos ressaltar é que o atendimento a essas demandas a qualifica para o cargo, como se fosse um presente e, por esse motivo, a população tinha o dever moral de eleger a vereadora.

A respeito da participação das mulheres nas Casas Legislativas, a ex-vereadora enfatizou:

[...] mais mulheres deveriam participar. O meu período foi curto, foi só um mandato de quatro anos, mas eu aprendi muito. E eu gostaria que as mulheres tivessem essa oportunidade de participar da política, porque ela consegue ver as necessidades e consegue lutar por um bem maior em prol da população.

¹³⁹ Ata da sessão ordinária de 21 de fevereiro de 1989, à qual compareceram os seguintes parlamentares: Napoleão de Almeida, Carlos Leite Ferreira, Ocení Rosa de Lima, Wilson de Almeida, Paula Oliveira Leite, Manoel Pereira da Silva e Lindou Lucena Nunes.

Porque nós somos representantes da população, uma pessoa que é eleita para um cargo de vereador ou outro cargo eletivo, é empregado da população e é por essa população que nós devemos ver e ouvir e trabalhar por ela, na minha concepção é isso (Entrevista com Paula Leite, em 29 de julho de 2019 a autora).

Para Paula Leite, as dificuldades enfrentadas para continuar na política fizeram com que a ex-vereadora ocupasse uma vaga na Câmara Municipal por apenas um mandato. Os motivos que a levaram a não tentar a reeleição ficam expressos nesta sua fala: “[...] não foi a Política que me fez desistir foi a politicagem. [...] muitas vezes nós queríamos o bem para a nossa região, mas encontrávamos obstáculos e por isso [...], não entrei mais para a política (Entrevista com Paula Leite, em 29 de julho de 2019 a autora).

Embora Paula Leite afirme certa “desilusão” com a política, percebemos que sua atuação foi a partir de uma área base, com as mesmas estratégias dos vereadores homens. Seu lugar de atuação foi concentrado e focado em uma demanda: as questões de saúde do povoado de Cacimbas, e o trabalho e a aproximação com o grupo Leite lhes proporcionaram o acesso necessário para conseguir ser eleita em 1988. Ainda de forma mais detida, podemos entrever que Paula Leite estava imersa em uma conjuntura familiar ampliada e ligada pelo parentesco. Então, por mais que ela se configurasse na eleição de 1988 como uma novata, sua atuação em prol das demandas de saúde da comunidade e a possibilidade dos acessos ao prefeito multiplicaram suas chances de vitória.

A associação feita entre a vereadora Paula Leite e o então prefeito João Leite fica evidente quando ela reproduz o slogan “Fazer o bem sem olhar a quem”. Essa adesão produziu a senha para os acessos institucionais, cujo cotidiano da política estava completamente estruturado a partir dos tentáculos do grupo familiar Leite. A perspectiva de atuação em favor dos desvalidos é capaz de gerar nas cidades pequenas a transposição de um capital de poder, cujo objetivo é de garantir acessos a serviços básicos. É importante perceber como a fala de Paula Leite traduz essa ideia: “[...] Porque ele [João Leite] dava muita assistência à saúde às pessoas que não tinham condições de sobreviver[...]”. Estamos falando dos intermediários, dos agentes da costura política que se colocavam entre a população desvalida e as esferas do poder institucional. A percepção de que o lugar institucional que a vereadora e o prefeito ocupavam partiu de uma ação popular não cabia no cotidiano da política local, que via suas necessidades atendidas pela intermediação daquele político do seu bairro, da sua localidade, portanto, os acessos passavam, primeiro, pelo político e, depois, chegavam à população.

As vagas nas frentes de emergência passaram pela interferência da vereadora, que teve acesso ao prefeito e conseguiu colocar os nomes na lista dos emergenciados. Esse pode ser o resumo básico dos discursos da população em sua percepção sobre como o que se constitui como básico chega a seu uso. Portanto, ainda que Desterro tenha colocado na Câmara Municipal poucas mulheres, a atuação delas não foi diferente do que já observamos em relação aos vereadores e sua proximidade com o grupo Leite.

3.4 “Um plebiscito muito perigoso” – a disputa pelo povoado de São Sebastião e a atuação do vereador Manoel de Almeida.

A Câmara Municipal de Desterro, em todo o período analisado, atuou de modo a “seguir” as determinações do grupo político Leite, liderado por João Leite. Os vereadores assinaram e aprovaram, ora por unanimidade, ora pela maioria dos votos, projetos e documentos enviados pelo Executivo municipal. Conforme as Atas da Câmara Municipal, constatamos que, de alguma forma, a administração municipal atendeu às necessidades da população desterreense, tanto dos que moravam na sede, quanto dos que moravam nas comunidades rurais do município. Nesse jogo de interesses, a comunidade de São Sebastião esteve no centro de uma disputa política, que teve como pivô a atuação do vereador Manoel de Almeida, que morou em Desterro e liderou a disputa pela comunidade a favor desse município.

O vereador Manoel de Almeida compôs a IV (1973-1976) e a V (1977-1982) Legislaturas da Câmara de Vereadores de Desterro, por ter sido o mais bem votado na eleição de 1976. O então vereador conduziu a eleição para a mesa diretora da V Legislatura, que ficou assim definida: para presidente, foi eleito o vereador José Vieira de Amorim; e para vice, Antônio Leite de Souza; e primeiro secretário, Carlos Leite Ferreira (Ata da Câmara Municipal, 31 de jan. de 1977). Ao lado do grupo político dos Leite, o então vereador havia construído sua base eleitoral com os moradores da comunidade rural de São Sebastião com intensa atuação política.

De acordo com as informações coletadas por meio das entrevistas, a referida comunidade rural que, nesse período, pertencia a Desterro, foi alvo de disputas com o município de Teixeira, em fins da década de 1970 e início da década de 1980. Essa disputa, segundo consta, foi motivada por dois fatores: influência política e produção econômica. A questão política foi devido ao fato de ter sido o principal reduto eleitoral do vereador Manoel de

Almeida, que fazia parte da base política da família Leite; já a questão econômica, ao fato de São Sebastião ser o principal produtor de sisal no período da disputa, portanto, despertou o interesse dos texeirenses (Entrevista com José Galdino Neto, em 16 de janeiro de 2020 a autora).

São Sebastião, atualmente, é um Distrito e está localizado entre as cidades de Desterro e Teixeira. Pertence, territorialmente, ao município de Cacimbas desde 1994, quando essa cidade foi emancipada politicamente do município de Desterro. Até então, era uma comunidade rural que teve origem com a chegada dos primeiros moradores no Sítio Chã,¹⁴⁰ vindos do Rio Grande do Norte no início do Século XX e tem, aproximadamente, de 100 a 150 anos de história¹⁴¹. Conforme os moradores locais, a formação do núcleo urbano da comunidade ocorreu em decorrência da disputa econômica e territorial encampada pela família Aurélio de Lima, cujas bases estavam ligadas à cidade de Teixeira. Do sítio Chã saía grande parte da produção de sisal, mamona e algodão da região. Por volta de 1925, Cícero Aurélio de Lima – homem com influência política e econômica – havia se instalado na comunidade e deu início ao desenvolvimento e à expansão do território local pela produção agrícola (Entrevista com José Galdino Neto, em 16 de janeiro de 2020 a autora).

Quando a cidade de Desterro foi emancipada politicamente, a comunidade rural de São Sebastião, geograficamente, ficou dentro dos limites da cidade de Teixeira e, por meio de um acordo extraoficial, o prefeito de Teixeira, Paulo de Lucena Dantas¹⁴²,

[...] cedeu São Sebastião para ajudar na receita do município de Desterro. Nessa época, tudo muito difícil, veio à ascensão do agave, a riqueza do agave de Cacimbas e São Sebastião, com essa ascensão, o prefeito da época de 1978/1979, Eudes Nunes, quis tomar São Sebastião de volta, mas Desterro tinha a posse de São Sebastião, desde a sua emancipação até 1978. [...] Manoel de Alzira (Manoel de Almeida), que era um vereador muito atuante de São Sebastião, se envolveu muito, todos os desterrenses, mas ele tomou a frente mesmo. Até porque era o Colégio eleitoral dele, onde ele tinha mais votos,

¹⁴⁰ Esse Sítio localiza-se no município de Cacimbas e foi certificado pela Fundação Palmares como Comunidade Quilombola de Aracati e Chã I e II. Está registrado no livro de Cadastro Geral 016, com o nº. 2.016, folha 035, nos termos do decreto supramencionado e da portaria interna da FCP número 98, de 26 de novembro de 2007. O documento de certificação foi assinado pelo diretor do Departamento de Proteção do Patrimônio Afro-brasileiro em 21 de outubro de 2013.

¹⁴¹ Informações obtidas por meio de entrevista com a guia turística e líder comunitária, Leandra Marques, em 16 de janeiro de 2020.

¹⁴² Paulo de Lucena Dantas foi eleito prefeito em Teixeira na eleição de 03 de outubro de 1955. Também foi eleito em Desterro para ocupar o Poder Executivo municipal na eleição de 1964. Dados obtidos no Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba. Disponível em: <<http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>> Acessado em 20 de dezembro de 2019.

então ele ficou à frente [...] (Entrevista com José Soares, em 03 de outubro de 2019 a autora).

Já por volta de 1950, o desenvolvimento econômico da comunidade havia despertado o interesse dos Leite, que passaram a olhar mais de perto para a comunidade de São Sebastião, tanto por causa das possibilidades que a cidade tinha crescer economicamente, quanto do crescimento populacional observado em detrimento dos trabalhos na plantação do sisal e do algodão. São Sebastião havia se constituído, também, como reduto dos investimentos do Sr. Manoel Almeida, cuja influência lhe possibilitou galgar prestígio e liderança política.

Com o crescimento da influência política de Manoel de Almeida na localidade e o consequente desenvolvimento econômico galgado pela produção do sisal e do algodão, o prefeito de Teixeira-PB, Eudes Nunes (1976-1982), começou a demonstrar seu descontentamento com o avanço dos líderes da comunidade alinhados a Desterro. A produção em alta e o crescente retorno econômico propiciado ao município de Desterro esquentaram os ânimos e intensificaram a querela entre as duas cidades pela comunidade de São Sebastião.

Manoel de Almeida, na eleição de 1976, havia sido sagrado como o principal líder político do povoado e fora eleito com 408 votos pela ARENA. O então vereador liderou um movimento que tinha como objetivo oficializar a comunidade de São Sebastião como parte do território de Desterro. Para além da questão territorial, estava em jogo a disputa pelos impostos gerados com a produção agrícola da comunidade, pois, como São Sebastião foi cedida a Desterro, toda a divisa arrecadada em decorrência da produção do sisal e do algodão iria para os cofres da prefeitura da cidade que abrigava a comunidade. Por outro lado, o alinhamento político de Manoel Almeida ao grupo Leite fortaleceu a disputa e gerou um clima de instabilidade social, pois, como destacou o jornal *A União*,

[...] o prefeito de Teixeira contou com todo o apoio ‘do ex-secretário de Segurança, Luiz Bronzeado, para afrontar as autoridades de Desterro, inclusive deixando o seu Prefeito, Sr. João Leite de Almeida, homem comprovadamente pacífico e honrado, sem condições sequer de frequentar o povoado de São Sebastião, dado a sua insegurança de circular, o que não faz há mais de seis meses’ [...] (Jornal *A União*, 15 de fev. de 1980, p. 03).

A notícia veiculada no jornal *A União* havia colocado a situação sob tensão, ainda mais quando o prefeito de Teixeira, com o apoio do ex-secretário de segurança, havia dado seguimento a uma ação intervencionista na comunidade de São Sebastião, quando da nomeação de um administrador local, José de Moura Mororó, que respondia diretamente ao prefeito Eudes

Nunes. Para o então deputado Luiz de Barros (ARENA)¹⁴³, a atitude do prefeito de Teixeira foi uma invasão, porque São Sebastião estava sob a tutela de Desterro, portanto, não poderia Eudes Nunes se arrobar a nomear um administrador para responder diretamente a Teixeira, tampouco objetivar que o administrador garantisse a soberania da comunidade.

Ressalte-se, contudo, que, para a cidade de Teixeira, a retomada da comunidade de São Sebastião significava uma demonstração de força política do então prefeito Eudes Nunes, considerando que o alinhamento político da cidade buscava se aproximar do então governador Tarcísio Burity, eleito em 1979 por meio de eleição indireta. Já para a cidade de Desterro, a disputa por São Sebastião tinha um peso político verticalmente forte, pois as bases de um dos seus aliados estavam nessa localidade, e garantir a permanência da comunidade como parte do território de Desterro era um ganho político significativo e o estabelecimento de sólidas redes clientelares, com o envolvimento de líderes estaduais e aproximações com o então governador.

Por seu turno, o grupo Leite já contava com o apoio do governador Tarcísio Burity, o que acirrou ainda mais a querela entre as duas cidades. Na ocasião, o governador determinou que os secretários de Segurança Pública e do Interior e Justiça tomassem todas as providências para garantir ao município de Desterro o domínio e a posse do distrito de São Sebastião, cumprindo, em toda a sua plenitude, o que sugeriu a Comissão Especial criada pelo Governo do Estado para verificar o limite entre os municípios de Desterro e Teixeira (JORNAL A UNIÃO, 09 de jul. de 1980, p.08). A referida comissão havia elaborado um parecer em que ratificava a posse da comunidade de São Sebastião para a cidade de Desterro, justificando-a pela presença constante dos poderes municipais na localidade e pela tutela econômica concedida ao desenvolvimento das culturas agrícolas.

Em contrapartida, com a deliberação do governo estadual, que garantiu a Desterro a comunidade rural de São Sebastião, Eudes Nunes – prefeito de Teixeira-PB – solicitou um mandado de segurança contra a decisão, por entender que a decisão não foi condizente, pois o referido povoado pertenceu ao município de Teixeira. O mandado de segurança colocou em

¹⁴³ Luiz Ferreira de Barros nasceu em Campina Grande, em 28 de janeiro de 1916, e faleceu em ****. Residiu em Teixeira e foi militar da reserva. Filho de Severino Ferreira Barros e Severina Ana da Conceição. Casou com Iolanda Lacet de Barros, com quem teve quatro filhos. Foi eleito e reeleito em quatro mandatos consecutivos - 1966, 1970, 1974 e 1978 - pelo Partido da ARENA, e em 1982, ficou na suplência pelo PDS. O envolvimento do então deputado na querela foi por conveniência. Na eleição para deputado estadual de 1978, Luiz de Barros havia conseguido 1.714 votos só em Desterro. Dados obtidos no site Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, disponível em: <<http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>>. Acessado em 20 de dezembro de 2019.

suspenso a deliberação do governo estadual sobre os limites territoriais das duas cidades e a posse da comunidade de São Sebastião.

Em meio a essa disputa, que seguia indefinida, tramitou, na Assembleia Legislativa, um Projeto de Lei de autoria do deputado “[...] Aécio Pereira, elevando o povoado de São Sebastião à categoria de Distrito do município de Teixeira, contra o qual insurge o deputado Luiz de Barros, que defende para o município de Desterro” (JORNAL A UNIÃO, 10 de jul. de 1980, p. 03). Para o então deputado Luiz de Barros, a melhor saída para a querela seria organizar um plebiscito que, segundo ele, já estava em andamento e resolveria a disputa.

O plebiscito foi levantado porque Teixeira e Desterro estão lutando para ficar com os dois povoados. O Sr. Luiz de Barros informou que já entregou ao presidente da Assembleia Legislativa um abaixo assinado por 100 moradores dos dois povoados e que tal documento, depois de passar pelas várias comissões do Legislativo, deverá ser encaminhado ao Tribunal Regional Eleitoral, para que se fixe a data de realização do Plebiscito (JORNAL A UNIÃO, 24 de jul. de 1980, p. 03).

Em outra matéria, o Jornal A União¹⁴⁴ noticiou o cuidado do deputado Aécio Pereira (ARENA) ao apresentar o Projeto de Lei na Assembleia Legislativa, com documentação plausível e em significativa quantidade. Esse cuidado, segundo o jornal, dificultaria a refutação de seu adversário, Luiz de Barros (ARENA), em favor da cidade de Desterro. Em meio à querela, a contenda pelo povoado enveredou para o plebiscito, e a disputa seguiu noticiada na imprensa paraibana como uma disputa por votos, uma vez que os povoados em questão (Cacimbas e São Sebastião), mais especificamente, o povoado de São Sebastião, dispunha de um considerável número de eleitores. Por outro lado, como já referimos, São Sebastião foi o ponto da discórdia, sobretudo, da disputa pelas divisas geradas com a produção do sisal e do algodão, portanto, valia o esforço e até o desgaste da contestação, que havia tomado proporções acaloradas nas sessões da Assembleia Legislativa entre o deputado Aécio Pereira (ARENA) e Luiz de Barros (ARENA). O primeiro defendeu os interesses de Teixeira, e o segundo, os de Desterro.

Em meio ao jogo de interesses e discussões acaloradas sobre o tema, a Assembleia Legislativa da Paraíba estabeleceu que a consulta popular – Plebiscito – para verificar a opinião

¹⁴⁴ A manchete destacou a seguinte nota: “Teixeira deverá contar com mais dois distritos” em 07 de outubro de 1980 p. 03.

da população de Cacimbas e a de São Sebastião a respeito do pertencimento territorial deveria ocorrer no dia primeiro de maio de 1981 (JORNAL A UNIÃO, 08 de out de 1980, p. 01). Entretanto, o projeto encaminhado pelo deputado Aécio Pereira já se encontrava pronto para votação em plenário e, no momento da votação do projeto para elevar São Sebastião à categoria de Distrito pertencente a Teixeira, o deputado Luiz de Barros pediu para que o projeto fosse analisado pela Comissão de Justiça da casa, porque

[...] o sério perigo que corre a Serra do Teixeira quando em maio do próximo ano, for realizado o Plebiscito para se determinar o destino do povoado de São Sebastião, se fica com Teixeira, a quem pertence de direito, ou se com Desterro, a quem pertence de fato (Jornal A União, 28 de out de 1980, p. 03).

Com a interferência do deputado Luiz de Barros (ARENA), a votação do projeto de Aécio Pereira (ARENA) foi suspensa. Por meio da imprensa, que noticiava a exaustiva disputa pelo povoado, os resultados da Comissão de Justiça da Assembleia Legislativa e da Comissão Especial, organizada pelo governo estadual para tratar dessa questão, foram constantemente noticiados, e as orientações se complementavam. Depois de analisar os documentos e os depoimentos, as conclusões davam conta de que o povoado deveria ficar sob a administração de Desterro, porque as construções públicas e as melhorias foram realizadas por esse município. Também orientavam “[...] às lideranças locais, interessadas na solução do conflito, que motiv[ass]em a população da área para formular representação à Assembleia Legislativa com vistas à consulta plebiscitária; (JORNAL A UNIÃO, 09 de jul. de 1980, p.08), o que foi acatado pelo governador Tarcísio Burity. Nos relatórios apresentados, o acirramento da querela foi intensificado pelo que se verificou abaixo:

[...] Do ano de 1959 até à gestão do atual prefeito de Teixeira, nenhum conflito foi registrado na região e todo o debate em torno do assunto era conduzido pacificamente. [...] os conflitos surgiram quando o atual prefeito de Teixeira, sr. Antônio Eudes Nunes da Costa, decidiu construir a estrada PM-04, ligando Teixeira a São Sebastião, e, posteriormente, ao instalar no povoado um posto médico. Pessoas de São Sebastião revoltaram-se, de parte a parte, e começaram as hostilidades: um grupo de 15 homens armados, liderados pelo vereador Manoel de Almeida, de Desterro, tentou paralisar as máquinas da prefeitura de Teixeira utilizadas na construção da estrada; na noite anterior, alguém disparou de espingarda num tratorista e seu ajudante causando graves lesões; dias depois é assassinado por dois desconhecidos o vereador de Desterro, com risco de vida para vários passageiros que conduzia em sua camioneta; em seguida, mataram em São Sebastião um soldado da Polícia Militar, sob a suspeição de que teria participado do assassinato do vereador; [...] (JORNAL A UNIÃO, 09 de jul de 1980, p. 08).

As notícias nos jornais nos mostram o motivo pelo qual se tratou de “um plebiscito muito perigoso”. A disputa havia gerado uma sequência de conflitos, e estavam implícitos os interesses políticos e econômicos dos líderes desterrenses e teixeirenses. Portanto, considerou-se que, se todos os documentos e registros de nascimento, óbitos e casamento, inscrições de eleitores, pagamentos de impostos, registros de terras, entre outros, foram feitos no município de Desterro, a população deveria ser consultada sobre pertencer ou não a esse município.

A disputa pela comunidade de São Sebastião foi revestida de significados políticos que visaram fortalecer os grupos locais e os interesses econômicos dos municípios em disputas. O peso das benfeitorias e os alinhamentos sociais construídos definem os direitos estabelecidos nesses casos, ou seja, a disputa por São Sebastião pode ser vista como uma demonstração de força política do envolvidos. Se, desde 1959, não havia problemas maiores, as motivações econômicas contribuíram para colocar em evidência as redes e as colaborações estruturais do poder local e seu universo de alcance. O assassinato do então vereador desterrense Manoel Almeida serviu apenas como o elemento catalizador dos ajustes da rede de apoios locais e estaduais, em favor da situação que causaria menos desgaste político e que agregaria mais valor apoio. Para o grupo Leite, de Desterro, a vitória no plebiscito e a posse de São Sebastião como parte do território da cidade reforçaram seu capital político na região da Serra do Teixeira. Embora não possamos perceber um raio de influência de grandes proporções, podemos auferir a coesão interna e externa do grupo e o desenho bem estruturado de sua rede de apoios do governo do estado, na Assembleia Legislativa da Paraíba e na cidade de Desterro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Bourdieu (2010) assevera que o campo político é o “palco” onde acontecem as disputas pelo poder de liderança política, seja na esfera local, regional ou federal. Assim, conforme almejava uma vaga para exercer o Poder Executivo ou o Legislativo, os candidatos usaram as mais variadas práticas e estratégias para que pudessem alcançar seus objetivos. Nosso estudo mostrou que, embora os fatos tenham ocorrido na conjuntura local, não nos distanciamos das esferas regional e nacional, visto que a família que analisamos se articulou com líderes políticos do governo estadual e, por meio deles, com o governo federal.

Destarte, os anos de 1970 a 1980 foram de desafios e conquistas para a sociedade brasileira. Direitos foram cassados; a repressão foi permitida com a promulgação do AI-5 (1968); os partidos políticos que foram extintos na década de 1960 não tiveram permissão para disputar cargos eletivos, o que resultou na instalação do bipartidarismo; outros partidos foram criados, com o retorno do pluripartidarismo na década de 1980, e a população apoiou as Diretas já!, uma campanha encabeçada por Ulysses Guimarães. Um pouco antes da volta do pluripartidarismo, com o governo de Ernesto Geisel (1974-1979), iniciou-se o período distensionista que foi consolidado com a abertura política no governo de João Figueiredo (1979-1985). Como já citamos anteriormente, nos detemos nos processos políticos, mas neste período, o país vivenciou movimentos sociais e grevistas, Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), por exemplo, liderou a greve que contou com 160.000 trabalhadores em março de 1979. Foram mais de 400 greves entre os meses de janeiro e outubro deste mesmo ano, enfrentadas pelo governo, (SKIDMORE, 1988); a ala conhecida como linha-dura se colocou contra a abertura política e passou a atacar com bombas em meados de 1976 as sedes de instituições civis que se posicionavam contra o regime militar e a favor da abertura. Na historiografia brasileira, os anos de 1974 a 1985 ficaram conhecidos como o período de transição para a volta das liberdades democráticas.

Assim, no período da transição para o retorno das liberdades democráticas, o governo militar atuou no Interior da Paraíba para prestar assistência no atendimento das demandas dos municípios das pequenas cidades – no caso em, tela a cidade de Desterro. as pequenas cidades vivenciaram o fenômeno da seca, nas décadas de 1970 e 1980, o governo federal liberou recursos para o governo estadual, que garantiu ao governo municipal desterrense o assistencialismo por meio de alistamento nos programas de emergência. Em contrapartida, nos

períodos eleitorais, essa assistência foi convertida em apoio aos governos federal, estadual e municipal por meio do voto.

No âmbito regional, entendemos os embates e as disputas pelos cargos eletivos, além dos acordos e dos conchavos com líderes políticos da esfera local para garantir apoio em períodos eleitorais. Entre o governo estadual e o municipal, verificamos, na documentação analisada, a prática assistencialista e clientelista, com o objetivo de garantir apoio político. As pesquisas realizadas no Arquivo da Prefeitura municipal, onde encontramos ofícios, telegramas e telex; no arquivo pessoal de José Soares, onde encontramos imagens, ata da primeira reunião da UDN em Desterro; nos livros de Atas da Câmara de Vereadores da cidade de Desterro e em jornais impressos, como *A União* e *O Norte*, possibilitaram-nos perceber a maneira como a família Leite se articulou e se consolidou na política desterrense. Considerando sua origem e o tempo em que a família Leite, aqui analisada, perpetuou-se em cargos políticos no Sertão paraibano, concluímos que ela usava as práticas políticas do assistencialismo, do familismo e do clientelismo.

Essas práticas que, em alguns momentos da conjuntura política, passaram por crises, como o clientelismo, por exemplo, reconfiguraram-se e, além do poder local, estiveram presentes nas disputas pelo poder regional e o nacional. Na cidade de Desterro, essa família ainda atua no campo político e, como já referimos, o recorte temporal nos impede de analisar sua atuação na conjuntura atual. Uma vez que, a partir da década de 1990 o contexto da conjuntura política e social demandaria outras análises, posto que, o país estava iniciando um outro momento da República. Dessa feita, as práticas clientelares e de assistencialismo sedimentariam o capital político e familiar da família Leite em Desterro.

Na Câmara Municipal de Desterro, constatamos os acordos e os conchavos entre os parlamentares e o representante do Poder Executivo municipal para terem seus projetos e requerimentos atendidos. De acordo com os entrevistados, não houve oposição na Casa Legislativa, devido ao fato de o prefeito atender às suas demandas e às necessidades da população. Outro fato que mereceu destaque foi a ausência de mulheres na Câmara de Vereadores para ocuparem o cargo de vereadoras, e quando isso aconteceu, foi de um membro pertencente à família Leite. Para ser eleita, a vereadora Paula Leite usou as mesmas práticas assistencialistas e clientelistas dos parlamentares do gênero masculino.

Portanto, analisar os arranjos políticos da família Leite, no sertão paraibano, nos anos de 1977 a 1989, possibilitou-nos perceber e entender a importância dos arranjos familiares para

adquirir cargos públicos e políticos. O uso do assistencialismo, do familismo e do clientelismo foi fundamental para que essa família conquistasse o poder político na cidade de Desterro e se perpetuasse nele. Investigamos, então, a importância da organização da família tradicional para se destacar e consolidar seu poder político em todas os âmbitos, especialmente nas pequenas cidades, e concluímos que o poder das elites locais nos municípios paraibanos está alicerçado nos grupos familiares, assim como no uso das práticas políticas.

O caso dos Leite de Desterro demonstra que o poder e a política, nas cidades pequenas do interior da Paraíba, têm um lógica de avanços e recuos de acessos institucionais e de transformação nos meios de dependência que os eleitores delegam aos políticos locais. A rede clientelar construída pela família Leite em Desterro se configura como sintomática para definir o desenvolvimento do capital político e familiar de determinado grupo em pequenos espaços urbanos do Brasil, sem abandonar a rede de influências, sobretudo, em âmbito estadual, cujo alinhamento se construiu com a proximidade, a garantia dos votos aos deputados e o fortalecimento das bases partidárias alinhadas ao Regime Militar.

Nesse conjunto, o campo de poder em disputa se configurou pela capacidade do grupo Leite de satisfazer às necessidades da população local, o que possibilitou a conjugação de estratégias de ação, cuja percepção social da parte dos desterrenses garantiu a permanência do mesmo grupo no poder. Ou seja, em Desterro, as práticas clientelares e familistas do grupo Leite possibilitaram que a percepção dos lugares de poder só fossem delegadas aos seus representantes e/ou aliados. Portanto, a presença de vereadores em cada comunidade reforçou as medidas e a antecipação das demandas sociais, e garantir o alinhamento incontestado da Câmara Municipal aos interesses do grupo familiar só foi possível com a representatividade dos parentes e aliados de primeira hora.

Portanto, por meio da ação das camadas ricas do Interior, principalmente nas cidades pequenas, as relações familiares e a prática assistencialista e clientelista viabilizaram e/ou viabilizam o poder local de modo a consolidar a prática do familismo/clientelismo e converter a política local de Desterro em um “negócio da família”.

REFERÊNCIAS

Arquivos consultados:

Arquivo da Prefeitura Municipal de Desterro-PB (1970-1989)
Arquivo pessoal de José Soares Sobrinho
Atas da Câmara de Vereadores de Desterro-PB (1970-1989)

Jornais consultados:

Jornal *A União* – Arquivo do Espaço Cultural José Lins do Rego (1970-1989)
Jornal *O Norte* – Arquivo do Espaço Cultural José Lins do Rego (1970-1989)

Bibliografia consultada:

ABAIDE, Jalusa Prestes. **Partidos políticos no Brasil: 1979 – 1988**. Florianópolis, 1990.

ANDRADE, Djacy. Humberto Lucena: quarenta anos de vida política. In: SILVA, Pontes da; MELLO, José Octávio de Arruda e Santos, Walter. (Coord.). **Poder e política na Paraíba: uma análise das lideranças 1960-1990**. João Pessoa: API A UNIÃO, 1993.

BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

BARBOSA, Cônego Florentino. **A família Leite no nordeste brasileiro 1755-1948**. João Pessoa: G. Petrucci, 1948.

BARBOSA, Pe. Antônio. **História de Desterro**. 2 ed. Rio de Janeiro: ART HOJE EDITORA, 1989.

BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História: a Escola dos Annales e a Nova História**. V. 5. Petrópolis: Vozes. 2012.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste**. 3ª edição, revista e ampliada. – Rio de Janeiro: Gramond; Fortaleza: BNB, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos**. 3 ed. Porto Alegre, RS: ZOUK, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CITTADINO, Monique. **Populismo e golpe de estado na Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/Idéia, 1998.

CITTADINO, Monique. **O poder local e a Ditadura Militar: o governo de João Agripino – Paraíba (1965-1971)**. Bauru-SP: Edusc, 2006.

CORDÃO, Michelly Pereira de Souza. **O jogo político da democracia: a luta simbólica no “fim” da ditadura brasileira**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2018.

DANTAS, Fábio Resende & DANTAS Maria Leda de Resende. **Uma Família na Serra do Teixeira: elenco e fatos**. Recife: Liber, 2008.

DREIFUSS, René Armand. **1964 - a construção do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERNANDES, Wertevan. **A força do clientelismo: práticas políticas recorrentes na cidade de Pombal, PB**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2006.

FICO, Carlos. **Além do golpe: a tomada de poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GODOY, Mayr. **A Câmara Municipal e o seu regimento interno: uma estrutura política do Poder Legislativo na ordem local brasileira**. 5 ed. São Paulo: Liv. E ed. Universitária de Direito, 2008.

GONÇALVES, Evaldo. **A hora é essa: o Nordeste não pode mais esperar**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1987.

FURTADO, Celso. **Seca e poder entrevista com Celso Furtado**. 1ª Ed. São Paulo: EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 1998.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do Século XIX**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

IANNI, Otávio. **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

KUSCHNIR, Karina. **O cotidiano da Política**. Rio de Janeiro: Zahar. 2000.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7 ed. rev. Campinas-SP: editora da Unicamp, 2013.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar**. Rio de Janeiro: Record, 1993

MACHADO, Jório. **Resistência ao medo (História de uma eleição indireta para governador)**. João Pessoa: O Momento, 1978.

MACIEL, David. **De Sarney a Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985-1990)**. São Paulo: Alameda/Goiânia: Funape, 2012.

MELLO, José Octávio de Arruda. **Da resistência ao poder: o (P)MDB na Paraíba (1965-1999)**. Campina Grande: EDUEPB, 2010.

MELLO, José Octávio de Arruda. **O problema do Estado na Paraíba: da formação à crise (1930-1996)**. Campina Grande: EDUEPB, 2000.

MELO, Carlos Ranulfo. **Retirando as cadeiras do lugar: migração partidária na Câmara dos Deputados (1985-2002)**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

MONTEIRO, José Marciano. **A política como negócio de família: para uma sociologia política das elites e do poder político-familiar**. São Paulo: LiberArs, 2016.

NAPOLITANO, Marcos. **O golpe de 1964 e o regime militar brasileiro: apontamentos para uma revisão historiográfica**. Contemporânea v 2, ano 2, 2011.

NUNES, Edson de Oliveira. **A gramática política do Brasil: clientelismo, corporativismo e insulamento burocrático**. 5 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2017.

PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. **As ruínas da tradição: a Casa da Torre de Garcia D'Ávila - família e propriedade no nordeste colonial**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2016.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ROLIM, Francisco Sales Cartaxo. **Política nos currais**. João Pessoa: Acauã, 1979.

SILVA, Juliana Ferreira de e RABAY, Glória. **Rosângela Leite, prefeita de Desterro: “Eu estou prefeita, mas sou professora”**. In: Entrevista concedida em novembro de 2015.

SKIDMORE, Thomas E.. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Artigos consultados:

ARAÚJO, Clara. **Cidadania democracia e inserção política das mulheres**. In: Revista Brasileira de Ciência Política, nº 9. Brasília, setembro-dezembro de 2012, pp. 147-168. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n9/06.pdf>> Acessado em 31 de janeiro de 2020.

ARTURI, Carlos S. **O debate teórico sobre mudança de regime político: o caso brasileiro**. In: Revista de Sociologia e Política nº 17: 11-31 nov. 2001.

BARROS, José D'Assunção. **Sobre a feitura da Micro-história**. OPSIS, vol. 7, nº 9, jul-dez 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O campo político**. In: Revista Brasileira de Ciência Política, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, pp. 193-216.

CHAVES, Adller Moreira. **Mulheres na política legislativa: literatura, discurso e prática**. In: Revista FOCO. V. 10, nº 3, p. 106-124, ago./dez. 2017. Disponível em: <<http://www.revistafocoadm.org/index.php/foco/article/view/463/pdf>> Acessado em 31 de janeiro de 2020.

CORRÊA, Anderson Romário Pereira. **História local e micro-história: encontros e desencontros**. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RS - n. 146 – 2012.

DANTAS FILHO, Adauto de Galiza. **Clientelismo e teoria democrática: do passado ao presente**. In: Conexão Política. Teresina v. 6, n. 2, 81 – 95, jul./dez. 2017.

FARIAS FILHO, Milton Cordeiro. **Elites políticas regionais: contornos teórico-metodológicos para identificação de grupos políticos**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. 2011. Vol. 26, nº 77, pp. 175-188.

FERREIRA, Marieta Mores. **A Nova “Velha História”: o retorno da história política**. In: **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. Vol. 5, nº 10, 1992.

KINZO, Maria D’Alva G. **A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição**. In: São Paulo em Perspectiva. São Paulo: Revista da Fundação SEADE. V. 15, nº 4, out/dez, 2001.

KINZO, Maria D’Alva Gil. **Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 20, nº 57, fevereiro/2005.

LIMA, Elizabeth Chistina de Andrade; NASCIMENTO, Ana Paula Guedes do e PONTES, Carolina de Moura Cordeiro. **A disputa e a sub-representação das mulheres nos espaços de poder: o caso da Assembleia Legislativa da Paraíba**. In: Revista NEP, v.2, n.2 p. 299-333, maio de 2016. Disponível em: < <https://revistas.ufpr.br/nep/article/view/46997> > Acessado em 31 de janeiro de 2020.

LOPEZ, Felix G. **A política cotidiana dos vereadores e as relações entre o executivo e o legislativo em âmbito municipal: o caso do município de Araruama**. Rev. Sociol. Polit. [online]. 2004, n.22, pp.153-177. ISSN 0104-4478. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010444782004000100012&script=sci_abstract&tlng=p t. Acesso em 18/10/2018.

OLIVEIRA, Kelly Eleutério Machado. **A “leal” Câmara da cidade de Mariana e as atas das sessões: a lei de organização municipal e a prática política dos camaristas**. In: Revista História. Ano 5, v. 1, número 1, 2014.

RODRIGUES, Dayanny Dayse Leite. **Assistencialismo, primeiro-damismo e manipulação social: a atuação de Lúcia Braga no estado paraibano na década de 1980**. In: História e Cultura, Franca, v. 6, n. 2, p.178-198, ago-nov. 2017. Disponível em: <<https://ojs.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/article/view/2066/2017>> Acessado em 12 de novembro de 2019.

SOARES, Maria Tereza Dantas Bezerra. **Lutas democráticas contra a ditadura: a campanha das “Diretas já” no estado da Paraíba**. XVII Encontro Estadual de História –ANPUH-PB. v. 17, n. 1, 2016. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/index.php/xviiieh/xviiieh/paper/viewFile/3237/2646>> Acessado em 30 de setembro de 2019.

Capítulos de Bibliografia consultada:

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1989. pp. 52-137.

ARAÚJO, Railane Martins. As tramas do poder no governo de Pedro Moreno Gondim (1958-1965) In: NETO, Faustino Teatino Cavalcante; GUEDES, Paulo Henrique Marques de Queiroz e Neto, Martinho Guedes dos Santos (orgs.). **Cultura e poder político: historiografia, imaginário social e representações da política na Paraíba republicana**. João Pessoa: Editora Universitária-UFPB, 2012.

BEDÊ JUNIOR, Américo. **Constitucionalismo sob a ditadura militar de 64 a 85**. Ano 50, nº 197 jan/mr. 2013.

BORGES, Nilson. “A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares”. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.) **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do Século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano, vol. 4), pp. 13-42.

CANÊDO, Letícia Bicalho. Aprendendo a votar. In: PINSKY, Jaime e PINSKY, Carl Bassanezi (Orgs.). **História da cidadania**. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2012. pp. 515-543.

CANÊDO, Letícia Bicalho. Campo político. In: CATANI, Afrânio Mendes (org.) **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

CARVALHO, Alessandra. As eleições presidenciais de 1989: sonhos, desejos e medos da década vivida. In: QUADRAT, Samantha. (Org.). **Não foi tempo perdido: os anos 80 em debate**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.

CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly e MONTE, Cleyton. A formação de grupos políticos no Ceará: o caso dos Ferreira Gomes. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de (Org.). **Família importa e explica: instituições políticas e parentesco no Brasil**. São Paulo: LiberArs, 2018.

CAVALCANTI, Erinaldo. **História e história local, limites e possibilidades**. In: Revista História Hoje, vol. 7, n 13, 2018, pp. 272-292.

CORTÊS, Iáris Ramalho. A trilha legislativa da mulher. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova História das mulheres no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2016, pp. 260-285.

D’AVILA FILHO, Paulo M. **Assimetrias políticas, clientelismo e democracia: uma discussão conceitual**. In: XXXI ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. Caxambu-MG. Seminário Temático, outubro de 2007.

FERREIRA, Jorge. “O governo Goulart e o golpe civil-militar”. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.) **O tempo da experiência democrática: da**

democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (O Brasil Republicano, vol. 3), pp 345-404.

FERREIRA, Jorge. “Crises da República: 1954, 1955 e 1961”. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.) **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (O Brasil Republicano, vol. 3), pp 301-342.

FERREIRA, Jorge. O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.) **O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016)**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, pp. 27-71.

FERREIRA, Jurandyr Pires. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. V. XVII. Rio de Janeiro: serviço gráfico do IBGE. 1960.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. A indústria da seca na Paraíba. In: MELLO, José Octávio de Arruda. (org.). **José Américo e a cultura regional**. Fundação Casa José Américo, João Pessoa, 1983.

FRANÇOIS, Etienne. A fecundidade da história oral. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **Usos e abusos da história oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, pp. 03-13.

FICO, Carlos. “Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão”. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.) **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do Século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano, vol. 4), pp. 167-205.

GOMES, Ângela de Castro. “A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado”. In SCHWARCZ, Lilia. (Org.). **História da vida privada no Brasil. Contrastes da intimidade contemporânea**. Vol 4. São Paulo: companhia das Letras, 1998, pp. 489-558.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. Família e política: repensando relações. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de (Org.). **Família importa e explica: instituições políticas e parentesco no Brasil**. São Paulo: LiberArs, 2018, pp. 65-94.

GUEDES, Nonato. Tarcísio Burity: um homem que, segundo se diz, tem linha direta com o Céu. In: SILVA, Pontes da; MELLO, José Octávio de Arruda e Santos, Walter. (Coord.). **Poder e política na Paraíba: uma análise das lideranças 1960-1990**. João Pessoa: API A UNIÃO, 1993.

KINZO, Maria D'alva Gil. O quadro partidário e a constituinte. In: LAMONIER, Bolívar (org.). **De Geisel a Collor: o balanço da transição**. São Paulo: Sumaré, 1990, pp. 105-152.

LAMOUNIER, Bolívar. Antecedentes, riscos e possibilidades do governo Collor. In: LAMOUNIER, Bolívar (org.). **De Geisel a Collor: o balanço da transição**. São Paulo: Sumaré, 1990, p. 13-35.

LAHIRE, Bernard. Campo. In: CATANI, Afrânio Mendes (org.) **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

LE GOFF, Jacques. “A política será ainda a ossatura da história? In LE GOFF, Jacques. **O maravilhoso e o cotidiano no Ocidente Medieval**. Lisboa: Edições 70, 1983, p. 221-242.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **Usos e abusos da história oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

LUCCA, Tânia Regina de. "História dos, nos e por meio dos periódicos". In. PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTIN, Monique de Saint. Capital simbólico. In: CATANI, Afrânio Mendes (org.) **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

MARTINS, Maria Fernanda. “Os tempos de mudança: elites, poder e redes familiares, dos Séculos XVIII e XIX”. In: FRAGOSO, João Luís R, ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de, SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. (orgs.). **Conquistadores e negociantes: história de elites no Antigo Regime nos trópicos**. América Lusa, séculos XVI, XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 403-434.

MELLO, José Octávio de Arruda. **Wilson Braga: um capítulo da história eleitoral da Paraíba**. In: SILVA, Pontes da; MELLO, José Octávio de Arruda e Santos, Walter. (Coord.). **Poder e política na Paraíba: uma análise das lideranças 1960-1990**. João Pessoa: API A UNIÃO, 1993.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. “Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural”. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (O Brasil Republicano, vol. 3), pp 157-194.

NUNES, Paulo Giovani Antonino Nunes. **Estado versus sociedade civil: o processo de transição para a democracia na Paraíba (1975-1979)**. In: PRIMA FACIE, v. 8, 14, JAN-JUN, 2009.

MONTEIRO, José Marciano. O poder das famílias e as famílias do poder. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de (Org.). **Família importa e explica: instituições políticas e parentesco no Brasil**. São Paulo: LiberArs, 2018, pp. 219-242.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. “O ‘milagre’ brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA,

Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do Século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (O Brasil Republicano, vol. 4), pp. 207-241.

RAMOS, Biu. **Burity: Esplendor e tragédia**. João Pessoa: Santa Marta, 2008.

RÉMOND, René. “Uma história presente. In RÉMOND, René (Org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: FGV/UFRJ, 1996, pp. 13-36.

SADEK, Maria Tereza. A justiça eleitoral no processo de redemocratização. In: LAMONIER, Bolívar (org.). **De Geisel a Collor: o balanço da transição**. São Paulo: Sumaré, 1990, p. 153-179.

SALLUM JR. Brasília. O governo e o impeachment de Fernando Collor de Mello. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, pp. 163-191.

SANTOS, Walter. Antônio Mariz – o constituinte nota dez. In: SILVA, Pontes da; MELLO, José Octávio de Arruda e Santos, Walter. (Coord.). **Poder e política na Paraíba: uma análise das lideranças 1960-1990**. João Pessoa: API A UNIÃO, 1993.

SILVA, Fernando Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.) **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do Século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SOUTO, José Moraes de. Ivan Bichara Sobreira: um político diferente. In: SILVA, Pontes da; MELLO, José Octávio de Arruda e Santos, Walter. (Coord.). **Poder e política na Paraíba: uma análise das lideranças 1960-1990**. João Pessoa: API A UNIÃO, 1993.

SKIDMORE, Thomas E. A lenta via brasileira para a democratização: 1974-1984. In: STEPAN, Alfred (Org.) **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 27-82.

SKIDMORE, Thomas E. A lenta via brasileira para a democratização: 1974-1984. In: STEPAN, Alfred (Org.) **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. P. 27-82.

TOURTIER-BONAZZI, Chantal de. Arquivos: propostas metodológicas. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **Usos e abusos da história oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, pp. 233-245.

VERSIANE, Maria Helena. “Constituinte brasileira vive a democracia”. In: QUADRAT, Samantha. (Org.). **Não foi tempo perdido: os anos 80 em debate**. Rio de Janeiro: Letras, 2014, PP 362-384.

Dissertações e teses consultadas:

BEZERRA, Josineide da Silva. **Novos municípios, velhas políticas: práticas de emancipação distrital e estratégias de reprodução política na Paraíba (1951-1965)**. Tese de Doutorado. UFPE. Recife, 2016.

MONTEIRO, José Marciano. **Família, poder local e dominação: um estudo sobre os processos de disputas políticas entre a(s) família (s) Ernesto Rêgo em Queimadas/Paraíba**. Dissertação de Mestrado. Campina Grande, 2009.

MOREIRA, Márcio Macêdo. **Entre Britos e Gaudências: cultura política e poder familiar nos Carriris Velhos da Paraíba (1930-1960)**. Dissertação de Mestrado. João Pessoa, 2012.

RODRIGUES, Dayanny Dayse Leite. **Mulheres e política no estado da Paraíba: a atuação de Lúcia Braga em meio às práticas políticas locais**. Dissertação de Mestrado. João Pessoa, 2017.

SILVA, Josenildo Marques da. **As duas faces: a construção da imagem pública de Wilson Braga em jornais paraibanos (1980-1986)**. Dissertação de Mestrado. Campina Grande-PB, 2015

SOBREIRA, Dimitri da Silva Bichara. **Para além do “sim, senhor”: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e a Ditadura Militar da Paraíba (1964-1969)**. Dissertação de Mestrado. João Pessoa, 2016.

TERUYA, Marisa Tarya. **Família e poder na Paraíba (os Maia de Catolé do Rocha /PB - um estudo de caso sobre práticas endogâmicas)**. Dissertação de Mestrado. João Pessoa, 1995.